Ementário
das Decisões
do Conselho Pleno do
CRECI de São Paulo

2ª Região

Volumes
57º ao 68º

São Paulo
2020

ÍNDICE POR ASSUNTO III

57º VOLUME DE EMENTÁRIO – 3ª TURMA DO PLENÁRIO – 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 1

58º VOLUME DE EMENTÁRIO – 2ª TURMA DO PLENÁRIO – 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 45

59º VOLUME DE EMENTÁRIO – 1ª TURMA DO PLENÁRIO – 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 99

60º VOLUME DE EMENTÁRIO – 3ª TURMA DO PLENÁRIO – 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 157

61º VOLUME DE EMENTÁRIO – 2ª TURMA DO PLENÁRIO – 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 217

62º VOLUME DE EMENTÁRIO – 1ª TURMA DO PLENÁRIO – 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 273

63º VOLUME DE EMENTÁRIO – 3ª TURMA DO PLENÁRIO – 7ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 363

64º VOLUME DE EMENTÁRIO – 2ª TURMA DO PLENÁRIO – 7ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 405

65º VOLUME DE EMENTÁRIO – 1ª TURMA DO PLENÁRIO – 7ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 457

66º VOLUME DE EMENTÁRIO – 3ª TURMA DO PLENÁRIO – 8ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 545

67º VOLUME DE EMENTÁRIO – 2ª TURMA DO PLENÁRIO – 8ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 605

68º VOLUME DE EMENTÁRIO – 1ª TURMA DO PLENÁRIO – 8ª SESSÃO DE JULGAMENTO..... 641

Índice por assunto

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO DO QUERELANTE

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO DO QUERELANTE – DESÍDIA - NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS - NÃO RESTITUIÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO - DEFESA INSUFICIENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 473

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO DO QUERELANTE – DESÍDIA - NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS - NÃO RESTITUIÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO - DEFESA INSUFICIENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 473

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ACORDO EFETUADO ENTRE AS PARTES – MANIFESTAÇÃO EXPRESSA CONCORDANDO COM A DESISTÊNCIA DO PROCESSO – PRESUNÇÃO DE TER SIDO SATISFEITA A PRETENSÃO – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 55

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ACORDO EFETUADO ENTRE AS PARTES – MANIFESTAÇÃO EXPRESSA CONCORDANDO COM A DESISTÊNCIA DO PROCESSO – PRESUNÇÃO DE TER SIDO SATISFEITA A PRETENSÃO – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 55

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES LOCATÍCIOS PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E RETIDOS PELO QUERELADO – EXISTÊNCIA DE CONFISSÃO DE DIVIDA POR PARTE DO DENUNCIADO – DESCUMPRIMENTO DO ACORDO EFETUADO COM O OBJETIVO DE QUITAR OS DÉBITOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP. 123

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES LOCATÍCIOS PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E RETIDOS PELO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP. 146

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 419

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – AUSÊNCIA DO REPASSE DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE TAXA DE CONDOMÍNIO – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 451

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – COBRANÇA DE CAUÇÃO EM DINHEIRO NO VALOR ACIMA DO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 261

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – COBRANÇA DE CAUÇÃO EM DINHEIRO NO VALOR ACIMA DO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 261

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES CONSUBSTANCIADA NO FATO DE RECEBER ALUGUERES E NÃO REPASSAR AO PROPRIETÁRIO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IMOBILIÁRIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO

6º, INCISO IV DO CEP. 65

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES CONSUBSTANCIADA NO FATO DE RECEBER ALUGUERES E NÃO REPASSAR AO PROPRIETÁRIO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 65

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES DO IPTU E DE ALUGUERES PAGOS PELO LOCATÁRIO –INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 7

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – JUNTADA AOS AUTOS DE DECLARAÇÃO POR PARTE DO QUERELANTE AFIRMANDO QUE A PENDÊNCIA FOI SANADA – PROCESSO ARQUIVADO. 7

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS PELO LOCATÁRIO E NÃO REPASSADAS AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO RESPONSÁVEL TÉCNICO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 127

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS PELO LOCATÁRIO E NÃO REPASSADAS AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 127

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO COBRANÇA DE TAXAS DE AFERIÇÃO DA IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE CONFECÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO AS QUAIS SÃO VEDADAS PELA LEI – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 121

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO COBRANÇA DE TAXAS DE AFERIÇÃO DA IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE CONFECÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO AS QUAIS SÃO VEDADAS PELA LEI – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 121

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA, APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES E RECUSA EM FORNECER A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À LOCAÇÃO – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E VIII DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 95

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA, APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES E RECUSA EM FORNECER A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À LOCAÇÃO – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELO ATOS PRATICADOS NA IMOBILIÁRIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E VIII DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 96

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE COBRANÇA DE DUAS MODALIDADES DE GARANTIA EM UM MESMO CONTRATO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO IV E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 13

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA

DE VALORES – CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE COBRANÇA DE DUAS MODALIDADES DE GARANTIA EM UM MESMO CONTRATO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO IV E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 14

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO IV E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 9

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 6

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 71

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 76

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 10

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – TRANSCORRIDO “IN ALBIS” O PRAZO PARA QUE A QUERELADA APRESENTASSE DEFESA – INCIDÊNCIA DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS PELA QUERELANTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 13

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E ASSINATURA FALSA DOS FIADORES – DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL POR PARTE DO QUERELADO O QUAL FIGUROU COMO RÉU NAQUELA JURISDIÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IX DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 13

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDENCIAS LEGAIS PARA COBRAR ALUGUERES INADIMPLIDOS E DÉBITOS DE ÁGUA E LUZ – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. .. 70

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDENCIAS LEGAIS PARA COBRAR REPAROS DOS DANOS DEIXADOS NO IMÓVEL PELOS LOCATÁRIOS – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE TERMO DE RESCISÃO E QUITAÇÃO PARA NADA MAIS RECLAMAR. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO 94

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDENCIAS LEGAIS PARA COBRAR REPAROS DOS DANOS DEIXADOS NO IMÓVEL PELOS LOCATÁRIOS – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE TERMO DE RESCISÃO E QUITAÇÃO PARA NADA MAIS RECLAMAR. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO 95

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDÊNCIAS PARA SANAR VÍCIOS EM IMÓVEL LOCADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 70

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE DOCUMENTOS REFERENTES À GESTÃO DE LOCAÇÃO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS

NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 163

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE DOCUMENTOS REFERENTES À GESTÃO DE LOCAÇÃO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 164

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES REFERENTES À GESTÃO DE LOCAÇÃO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 162

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL – DEFESA JUNTADA AO PROCESSO NÃO INFIRMOU O ALEGADO PELO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO IX DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 139

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO PELA QUERELANTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 148

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 145

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II, VIII e X DO DECRETO Nº. 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 165

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 163

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 164

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 165

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO Nº. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 161

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO Nº. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 237

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS Á QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 163

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA GESTÃO DE VALORES DE ALUGUERES – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO E JUNTADOS AOS AUTOS SEM LIAME COM O OBJETO DA QUESTÃO – INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUE COMPROVEM O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ÉTICA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 124

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA GESTÃO DE VALORES DE ALUGUERES – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE EVIDENCIAM A FALTA DE LIAME ENTRE O FATO NARRADO E O QUERELADO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 162

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA GESTÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 162

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA POR PARTE DO QUERELADO EM SOLICITAR RELIGAÇÃO DE ÁGUA E LUZ E DE EFETUAR REFORMA NO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 10

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA – LOCADOR RETIROU A LOCAÇÃO DO QUERELANTE ANTES DE ENTREGA-LA A QUERELADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 92

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA – LOCADOR RETIROU A LOCAÇÃO DO QUERELANTE ANTES DE ENTREGA-LA A QUERELADA – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS NA IMOBILIÁRIA DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 92

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO FRAUDE NA ASSINATURA DO FIADOR E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP E CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 7

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO MÁ FÉ – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 72

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO MÁ FÉ – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS EM NOME DA PESSOA JURÍDICA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 72

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO EM INFORMAR QUE O IMÓVEL ESTAVA SUJEITO À ENCHENTE – EXIGÊNCIA DE QUANTIA OU VALOR ALÉM DO PERMITIDO LEGAL EM GARANTIA LOCATÍCIA NA MODALIDADE DE CAUÇÃO EM DINHEIRO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV E XI DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 128

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO PREJUÍZOS AOS INTERESSES CONFIADOS A DENUNCIADA COM A RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS SUPORTADOS PELO QUERELANTE E OCASIONADOS PELA QUERELADA – PROCESSO ARQUIVADO..... 72

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA LOCOU UM IMÓVEL PARA A QUERELANTE COM DÉBITOS DE ENERGIA ELÉTRICA – FORNECIMENTO

SUPRIMIDO APÓS A MUDANÇA DA INQUILINA PARA A CASA – INEXISTÊNCIA DE PROVIDENCIAS PARA SANAR O PROBLEMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 64

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO LOCOU UM IMÓVEL PARA A QUERELANTE COM DÉBITOS DE ENERGIA ELÉTRICA – FORNECIMENTO SUPRIMIDO APÓS A MUDANÇA DA INQUILINA PARA A CASA – INEXISTÊNCIA DE PROVIDENCIAS PARA SANAR O PROBLEMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 64

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO TENTOU OBRIGAR ATRAVÉS DE COAÇÃO MORAL O QUERELANTE A DESEMPENHAR O PAPEL DE ADMINISTRADOR – VERIFICADA DESÍDIA PELO ESTAGIÁRIO NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 5

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES PAGOS PELO LOCATÁRIO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 161

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO TENTATIVA DE FRAUDE EM CONTRATO DE LOCAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78 E CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 9

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – ATRASO NO REPASSE DOS ALUGUÉIS PAGOS PELO INQUILINO EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 614

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – ATRASO NO REPASSE DOS ALUGUÉIS PAGOS PELO INQUILINO EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 615

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE MULTA RESCISÓRIA – DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL SEM CONSERTO OU INDENIZAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 29

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DOS DÉBITOS – DEFESA PROCEDENTE – COMPROVAÇÃO DE REPASSE DE ALUGUEL RECEBIDO E DAS MEDIDAS CABÍVEIS PARA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO..... 25

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEFESA PROCEDENTE – DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL – REALIZAÇÃO DE VISTORIA – ENTREGA DAS CHAVES – PLENA QUITAÇÃO DOS DÉBITOS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO..... 105

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 21

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – ALÉM DE TER DEIXADO DE TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS DIANTE DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL DOS INQUILINOS – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e VIII DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA. 611

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – ALÉM DE TER DEIXADO DE TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS DIANTE DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL DOS INQUILINOS – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA. 611

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – COBRANÇA DE COMISSÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO PREVISTO EM TABELA OFICIAL – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 660

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – COBRANÇA DE COMISSÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO PREVISTO EM TABELA OFICIAL – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 660

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – DESCUMPRIMENTO DE ACORDO FIRMADO EM SEDE DE JUCON – ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 618

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 8

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – EXIGÊNCIA DE DUPLA GARANTIA – COBRANÇA EXCESSIVA DE CAUÇÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 E ART. 6º, INCISOS IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA. ... 449

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – FALTA DE AFERIÇÃO DE IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE SEU FIADOR – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA. 39

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – FALTA DE AFERIÇÃO DE IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE SEU FIADOR – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA. 39

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – FALTA DE AFERIÇÃO DE IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE SUA FIADORA – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 196

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – INADIMPLÊNCIA DA LOCATÁRIA – SUBLOCAÇÃO – ELEGER FIADORA INIDÔNEA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO..... 429

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – INÉRCIA DA QUERELADA FACE AOS PROBLEMAS INDICADOS NO IMÓVEL – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 152

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – INÉRCIA DO QUERELADO FACE AOS PROBLEMAS INDICADOS NO IMÓVEL – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 153

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA CONFESSADA EM NOME DO LOCATÁRIO – NÃO DEVOLUÇÃO DAS CHAVES DO IMÓVEL – INÉRCIA DIANTE DOS DANOS CAUSADOS PELOS PARENTES DO INQUILINO - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 515

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE MULTA, REFERENTE AOS ALUGUERES EM ATRASO, BEM COMO AUSÊNCIA DE VISTORIA QUANDO DA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL, ALIADO À DEMORA PARA PROPOSITURA DA AÇÃO DE DESPEJO – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 83

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCICIO DA ATIVIDADE – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS – PREJUIZOS CAUSADOS A PROPRIETARIA – SOLIDARIAMENTE RESPONSAVEL PELOS DÉBITOS EM ABERTO ATÉ A DATA DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA SEGURADORA – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 82

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCICIO DA ATIVIDADE – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS – PREJUIZOS CAUSADOS A PROPRIETARIA – SOLIDARIAMENTE RESPONSAVEL PELOS DÉBITOS EM ABERTO ATÉ A DATA DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA SEGURADORA – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 82

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCICIO DA ATIVIDADE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA QUERELADA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO..... 137

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 53

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 53

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 84

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 56

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 58

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 59

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 154

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA

DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 155

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS EM ATRASO – CULPA DA LOCATÁRIA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 20

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS EM ATRASO – CULPA DA LOCATÁRIA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 20

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E CAUÇÃO PAGOS PELO INQUILINO, ALÉM DE TER DEIXADO DE VISTORIAR O BEM AO TÉRMINO DA LOCAÇÃO – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 614

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 612

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 612

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 612

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE EM PARTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA EM PARTE – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 613

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE EM PARTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA EM PARTE – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 613

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SISTEMA DE “ALUGUEL GARANTIDO” – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – ALUGUERES REPASSADOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMA IRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ART. 4º, INCISO V, E ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA. 447

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SISTEMA DE “ALUGUEL GARANTIDO” – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – ALUGUERES REPASSADOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMAIRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ART. 4º, INCISO V, E ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA. 448

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SISTEMA DE “ALUGUEL GARANTIDO” – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – ALUGUERES REPASSADOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMAIRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA

DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ART. 4º, INCISO V, E ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA..... 448

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SUBLOCAÇÃO INDEVIDA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 150

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SUBLOCAÇÃO INDEVIDA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 150

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – TER DEIXADO DE AFERIR A IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DO FIADOR – UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FALSOS – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 326

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – TER DEIXADO SOB A RESPONSABILIDADE DA INQUILINA CONTRATAÇÃO DO SEGURO FIANÇA QUE NÃO FOI FEITO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 325

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – OMISSÃO DOS RISCOS DO NEGÓCIO – FACILITAR CONDUTA DE TERCEIROS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 285

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – OMISSÃO DOS RISCOS DO NEGÓCIO – FACILITAR CONDUTA DE TERCEIROS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 286

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E NÃO REPASSADOS AO QUERELANTE – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO QUE O DÉBITO FOI QUITADO EXTRA JUDICIALMENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 224

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E NÃO REPASSADOS AO QUERELANTE – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO QUE O DÉBITO FOI QUITADO EXTRA JUDICIALMENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 224

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS ALUGUERES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO – PRESUNÇÃO DE VERDADE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISOS II e X, DO DECRETO 81.871/78 e ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 93

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES –- PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO..... 325

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 533

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DA PRETENDENTE A LOCAÇÃO ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO –

INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 237

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES VINCENDOS APÓS A MORTE DA LOCADORA – ESCLARECIMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS EM FASE DE AED NÃO INFIRMARAM O ALEGADO NA DENÚNCIA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS EM FASE DE PD – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 570

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES VINCENDOS APÓS A MORTE DA LOCADORA – ESCLARECIMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS EM FASE DE AED NÃO INFIRMARAM O ALEGADO NA DENÚNCIA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS EM FASE DE PD – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 571

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES NO DECORRER DA GESTÃO DA LOCAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 240

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES NO DECORRER DA GESTÃO DA LOCAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 240

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 137

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78, ART. 4º, INCISO IV, E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 209

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 138

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – CONCORRÊNCIA DESLEAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 4º, INCISO IV E V, ART. 6º, INCISO IV E X, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 542

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – CONCORRÊNCIA DESLEAL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 4º, INCISO IV E V, ART. 6º, INCISO IV E X, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 542

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 139

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE –

SUSPENSÃO E MULTA..... 139

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES REFERENTE A DEPÓSITO-CAUÇÃO – ACORDO ENTRE AS PARTES EM SEDE DE JUCON – AUSÊNCIA DE INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 209

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES REFERENTE A DEPÓSITO-CAUÇÃO – ACORDO ENTRE AS PARTES EM SEDE DE JUCON – AUSÊNCIA DE INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 209

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – TER COMPRADO LOTE SEM ANUÊNCIA DA PROPRIETÁRIA E DA IMOBILIÁRIA – PAGAMENTO DE ALUGUEL COM CHEQUE SEM FUNDOS E DEPOIS EM CONTA CORRENTE SEM ANUÊNCIA DA QUERELADA – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 275

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – TER COMPRADO LOTE SEM ANUÊNCIA DA PROPRIETÁRIA E DA IMOBILIÁRIA – PAGAMENTO DE ALUGUEL COM CHEQUE SEM FUNDOS E DEPOIS EM CONTA CORRENTE SEM ANUÊNCIA DA QUERELADA – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 275

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE DIVERSOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS DA QUERELANTE

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE DIVERSOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS DA QUERELANTE – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E DE VALORES DADOS A TÍTULO DE CAUÇÃO LOCATÍCIA – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 29

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II E IV, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 49

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 27

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 27

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – INTIMAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 27

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – AUSÊNCIA DE DESÍDIA – NÃO AVISAR PRONTAMENTE A PROPRIETÁRIA DOS DANOS NO IMÓVEL – DEFESA PERTINENTE – NÃO INSUFICIENTE – FALTA DE PROVAS – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 109

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS ATRASADOS – ACORDO FIRMADO SEM ANUÊNCIA DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA DO

ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 88

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS ATRASADOS – ACORDO FIRMADO SEM ANUÊNCIA DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 89

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE DÉBITOS DO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISOS IV E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 51

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – CONTRATO SEM ASSINATURA DA QUERELANTE E DOS FIADORES – INÉRCIA DIANTE DA INADIMPLÊNCIA DO INQUILINO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO IX DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 230

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 187

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 187

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 187

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 188

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL – LOCAÇÃO PARA UM TERCEIRO SEM CONHECIMENTO DO QUERELANTE – RETENÇÃO ILEGAL DE ALUGUÉIS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISOS I E IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 398

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA E RETENÇÃO ILEGAL DE ALUGUÉIS – ILEGITIMIDADE DE PARTE – REQUERIMENTO DA QUERELANTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 189

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – LOCAÇÃO SEM GARANTIA – NEGAR ENTREGA DE CONTRATO - DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO VII DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 232

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 61

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO

CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 61

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – ÔNUS DA PROVA DA DENUNCIANTE – AUSÊNCIA DE PROVA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 189

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS COM ATRASO – AUSÊNCIA DE DEFESA- PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 109

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS COM ATRASO – AUSÊNCIA DE DEFESA- PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 110

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS COM ATRASO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 88

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS COM ATRASO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 88

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE CAUÇÃO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.. 110

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE CAUÇÃO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 110

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES RECEBIDOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 141

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 90

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 90

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 84

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – SIMULAÇÃO

DE CONTRATO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 105

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA E RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES – COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES HOMOLOGADA JUDICIALMENTE – DIREITO DISPONÍVEL – ACOLHIMENTO – PROCESSO EXTINTO..... 269

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS - RETENÇÃO DE ALUGUÉIS - ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME - AUSÊNCIA DE DEFESA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 516

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 231

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E DE DOCUMENTOS – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS – DEFESA INSUBSISTENTE - AUSÊNCIA DE PROVAS - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 515

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E DE DOCUMENTOS – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS – DEFESA INSUBSISTENTE - AUSÊNCIA DE PROVAS - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 516

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DO QUERELANTE

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DO QUERELANTE – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS – LOCAR POR VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO EM CONTRATO – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO IV E 6º, INCISO V, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 31

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DO QUERELANTE – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS – LOCAR POR VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO EM CONTRATO – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO IV E 6º, INCISO V, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 31

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NÃO CONCLUÍDA

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 349

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 350

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – COBRANÇA INDEVIDA DE ALUGUEL ANTECIPADO E TAXAS ADMINISTRATIVAS – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – IMPROCEDÊNCIA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – ARQUIVAMENTO..... 625

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – DESÍDIA – ATRASO ACERCA DO REPASSE DOS ALUGUERES PAGOS – INÉRCIA NO TOCANTE À COBRANÇA DOS VALORES LOCATÍCIOS INADIMPLIDOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 350

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – DESÍDIA – INÉRCIA DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – DEFESA SUFICIENTE – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 625

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – DESÍDIA – INÉRCIA DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – DEFESA SUFICIENTE – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 626

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – NÃO HOUVE OMISSÃO DE DETALHES REFERENTE AO REAL PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL – DEFESA SUFICIENTE DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 298

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, INC. II E X, DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, INC. IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 340

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E VIII, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 607

ANUNCIAR CAPCIOSAMENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM A COBRANÇA DE COMISSÃO

ANUNCIAR CAPCIOSAMENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM A COBRANÇA DE COMISSÃO – ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISOS VI, X E XVII DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 270

ANUNCIAR CAPCIOSAMENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM A COBRANÇA DE COMISSÃO – ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISOS VI, X E XVII DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 270

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DENÚNCIA ONDE A QUERELANTE ALEGA QUE A QUERELADA APROPRIOU-SE DE VALORES DE CLIENTES – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 165

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – FATO COMPROVADO PELA EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE TERMO DE CONFISSÃO DE DIVIDA POR PARTE DO QUERELADO – INFRAÇÃO CAPITULADA

NO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM SUA CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 58

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE JUNTADA DE DEFESA POR PARTE DA QUERELADA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À MESMA – INFRAÇÃO CAPITULADA NO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM SUA CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 92

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE JUNTADA DE DEFESA POR PARTE DO QUERELADO – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO CAPITULADA NO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM SUA CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 93

ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL – IMÓVEL DA CEF OFERTADO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA – CONLUIO ENTRE QUERELADO E ZELADOR VISANDO DESVIO DE CLIENTES – PRÁTICA VEDADA PELAS NORMAS ÉTICAS VIGENTES - DEFESA IMPROCEDENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISOS VI, VII E X DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 401

ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME

ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA DE UNIDADES DA C.D.H.U., SEM CONSENTIMENTO DA ESTATAL – CARÊNCIA DE PROVAS – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 623

AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL

AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO V, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 68

AVALIAÇÃO DE IMÓVEL SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

AVALIAÇÃO DE IMÓVEL SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 28

COLOCAÇÃO DE PLACAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO

COLOCAÇÃO DE PLACAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO – DEFESAS SUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NAS DENÚNCIAS – INFRAÇÕES ÉTICAS NÃO CONFIGURADAS – DENÚNCIAS IMPROCEDENTES – ARQUIVAMENTO. 52

COLOCAÇÃO DE PLACAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO – DEFESAS SUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NAS DENÚNCIAS – INFRAÇÕES ÉTICAS NÃO CONFIGURADAS – DENÚNCIAS IMPROCEDENTES – ARQUIVAMENTO. 96

CONCORRÊNCIA DESLEAL

CONCORRÊNCIA DESLEAL – ALICIAMENTO DE CLIENTELA ATRAVÉS DE INFORMAÇÕES DIFAMATÓRIAS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 616

CONCORRÊNCIA DESLEAL – ALICIAMENTO DE CLIENTELA ATRAVÉS DE INFORMAÇÕES DIFAMATÓRIAS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 616

CONCORRÊNCIA DESLEAL – SUBSTITUIÇÃO DE PLACA – ANUNCIO SEM AUTORIZAÇÃO – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 640

DEFESA

DEFESA – FALTA DE APRESENTAÇÃO – PRESUNÇÃO DE VERDADE RELATIVA – ANÁLISE DOS FATOS QUE CONCLUEM PELA IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA FORMULADA EM FACE DO DENUNCIADO – PROCESSO ARQUIVADO. 94

DENÚNCIA

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FEITO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO. 166

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FEITO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO. 166

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FEITO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO. 166

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO. 9

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE A QUERELADA INTERMEDIOU A VENDA DE UM IMÓVEL COM A DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR O QUE IMPEDIA A LAVRATURA DA ESCRITURA PÚBLICA – INEXISTENCIA DE REPASSE DO VALOR PAGO A TITULO DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO AO VENDEDOR – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 636

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE NÃO CONSTA NO CONTRATO QUALQUER INFORMAÇÃO SOBRE AS IRREGULARIDADES REFERENTE AO IMÓVEL NEGÓCIADO – CARACTERIZADA A OMISSÃO DE DADOS RELEVANTE ACERCA DO IMÓVEL EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º. INCISO IV DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 620

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE NÃO CONSTA NO CONTRATO QUALQUER INFORMAÇÃO SOBRE OS DÉBITOS RELATIVOS AO IPTU – CARACTERIZADA A OMISSÃO DE DADOS RELEVANTE ACERCA DO IMÓVEL EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 623

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE NÃO OCORREU A CONCRETIZAÇÃO DO NEGÓCIO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO PENAL, INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E C DO DECRETO 81.871/78 E

ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 621

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE O QUERELADO INTERMEDIOU A VENDA DE UM IMÓVEL COM A DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR O QUE IMPEDIA A LAVRATURA DA ESCRITURA PÚBLICA – INEXISTENCIA DE REPASSE DO VALOR PAGO A TITULO DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO AO VENDEDOR – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 636

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – O FATO DE O QUERELADO TER ALEGADO EM TESE DE DEFESA QUE PASSOU POR DIFICULTADES FINANCEIRAS NÃO JUSTIFICA A PRATICA DA INFRAÇÃO ÉTICA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 618

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL — INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADAS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 632

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL — INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADAS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 632

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU A DENÚNCIA – COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS DE QUE A QUERELADA PARTICIPOU DA AVENÇA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 635

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE FOI EMITIDO CHEQUE REFERENTE A QUITAÇÃO GERAL E TOTAL DOS VALORES. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 634

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE FOI EMITIDO CHEQUE REFERENTE A QUITAÇÃO GERAL E TOTAL DOS VALORES. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 634

DENÚNCIA ALEGANDO CONDUTA DESIDIOSA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA

DENÚNCIA ALEGANDO CONDUTA DESIDIOSA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO

II DO DECRETO 81.871/78. 633

DENÚNCIA ALEGANDO CONDUTA DESIDIOSA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. 632

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DA DEFESA CONFIRMOU QUE O QUERELADO É PARTE PASSIVA ILEGITIMA – INICIO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS DO QUERELADO NA EMRPESA ANOS APÓS OS FATOS TEREM OCORRIDO – INEXISTENCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA PROFISSIONAL. 620

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DA DEFESA NÃO ABORDOU OS TERMOS DENUNCIADOS – LEVANTAMENTO DE QUE O ALEGADO CORRETOR ERA SOMENTE ESTAGIÁRIO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 620

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO LOCATÁRIO E PELO FIADOR ERAM FALSOS – CONSTATAÇÃO DE QUE A QUERELADA FEZ COM QUE O LOCATÁRIO DESOCUPASSE O IMÓVEL DE FORMA EXTRAJUDICIAL E APRESENTOU NOTICIA CRIME À AUTORIDADE POLICIAL – INEXISTÊNCIA DE DESIDIA. 618

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO LOCATÁRIO E PELO FIADOR ERAM FALSOS – CONSTATAÇÃO DE QUE O QUERELADO FEZ COM QUE O LOCATÁRIO DESOCUPASSE O IMÓVEL DE FORMA EXTRAJUDICIAL E APRESENTOU NOTICIA CRIME À AUTORIDADE POLICIAL – INEXISTÊNCIA DE DESIDIA. 619

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – QUERELADA LEGALMENTE NOTIFICADA SOBRE A LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DA MESMA – INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 635

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – QUERELADO LEGALMENTE NOTIFICADO SOBRE A LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DO MESMO – INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 635

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78. 621

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NA ENTREGA DO IMÓVEL AO TERMO FINAL DO CONTRATO

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NA ENTREGA DO IMÓVEL AO TERMO FINAL DO CONTRATO – RELAÇÃO JURIDICA LOCATICIA QUE PERDUROU POR

APROXIMADAMENTE QUATRO ANOS E MEIO – É DEVER DO LOCATÁRIO ENTREGAR O IMÓVEL NO MESMO ESTADO QUE O ENCONTROU – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA. PROCESSO ARQUIVADO. 637

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NA ENTREGA DO IMÓVEL AO TERMO FINAL DO CONTRATO – RELAÇÃO JURIDICA LOCATICIA QUE PERDUROU POR APROXIMADAMENTE QUATRO ANOS E MEIO – É DEVER DO LOCATÁRIO ENTREGAR O IMÓVEL NO MESMO ESTADO QUE O ENCONTROU – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA. PROCESSO ARQUIVADO. 638

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU A DENÚNCIA APRESENTADA – SENTENÇA JUDICIAL DE SEGUNDO GRAU DETERMINANDO QUE O PROPRIETÁRIO DEVOLVESSE OS VALORES RETIDOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP. 638

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU A DENÚNCIA APRESENTADA – SENTENÇA JUDICIAL DE SEGUNDO GRAU DETERMINANDO QUE O PROPRIETÁRIO DEVOLVESSE OS VALORES RETIDOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP. 639

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – COMPROVAÇÃO PELOS AUTOS QUE HAVIA DIVIDA DE IPTU QUE NÃO FORAM INFORMADAS AO QUERELANTE ORA COMPRADOR – NÃO RESTOU COMPROVADA A RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – FALTA DE ÉTICA DA DESÍDIA COMPROVADA DEVENDO SER APLICADA SANÇÃO DISCIPLINAR – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 633

DENÚNCIA ALEGANDO REPASSE DE ALUGUERES COM ATRASO E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

DENÚNCIA ALEGANDO REPASSE DE ALUGUERES COM ATRASO E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADOS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 640

DENÚNCIA ALEGANDO REPASSE DE ALUGUERES COM ATRASO E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADOS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 637

DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA NÃO CONCLUÍDA

DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA NÃO CONCLUÍDA – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADAS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 639

DENÚNCIA DEMONSTRANDO ANUNCIO PRECONCEITUOSO DE IMÓVEL DISPONIBILIZADO PARA LOCAÇÃO

DENÚNCIA DEMONSTRANDO ANUNCIO PRECONCEITUOSO DE IMÓVEL DISPONIBILIZADO

PARA LOCAÇÃO – RECONHECIMENTO DO FATO POR PARTE DA QUERELADA – DEFESA ALEGANDO QUE FOI ERRO COMETIDO POR FUNCIONÁRIO – JUNTADOS COMPROVANTES DE RETRATAÇÃO ATRAVÉS DE ANUNCIOS NA INTERNET E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. 622

DENÚNCIA DEMONSTRANDO ANUNCIO PRECONCEITUOSO DE IMÓVEL DISPONIBILIZADO PARA LOCAÇÃO – RECONHECIMENTO DO FATO POR PARTE DO QUERELADO – DEFESA ALEGANDO QUE FOI ERRO COMETIDO POR FUNCIONÁRIO – JUNTADOS COMPROVANTES DE RETRATAÇÃO ATRAVÉS DE ANUNCIOS NA INTERNET E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. 622

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – LAVRATURA DE TERMOS DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O QUERELADO – DEFESA NÃO ACATADA – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X, DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 231

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 23

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 23

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 24

DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – EFETIVAÇÃO DE ACORDO ENTRE QUERELADO E LOCATÁRIO SEM A CIÊNCIA E ANUÊNCIA DO QUERELANTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 658

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA NÃO PROPÔS AÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS DEIXADOS PELO LOCATÁRIO APÓS A ENTREGA DO IMÓVEL – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE AS ALEGAÇÕES DA QUERELANTE SÃO IMPROCEDENTES – PROCESSO ARQUIVADO. 239

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA NÃO PROPÔS AÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS DEIXADOS PELO LOCATÁRIO APÓS

A ENTREGA DO IMÓVEL – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE AS ALEGAÇÕES DA QUERELANTE SÃO IMPROCEDENTES – PROCESSO ARQUIVADO..... 239

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – FALTA DE PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL DE COBRANÇA – LOCATÁRIA E FIADORA QUE SE ENCONTRAVAM EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO – LOCADOR QUE SE IMISCUIU NA ADMINISTRAÇÃO DA LOCAÇÃO – FALTA DE EXPLICITAR OS REPAROS DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR E DE RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE. 658

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO – DIREITO QUE PERTENCE AO AUTOR DA DENÚNCIA – DIREITO DISPONÍVEL – ACOLHIMENTO – PROCESSO EXTINTO..... 25

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE COMPROVAM A AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA DISCIPLINAR – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 124

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE COMPROVAM A AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA DISCIPLINAR – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 125

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – ABANDONO DO IMÓVEL SEM O CONSERTO DOS DANOS – OMISSÃO DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO LOCATÁRIO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 213

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – NÃO INGRESSAR COM AS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS PARA COBRANÇA DOS DÉBITOS – NÃO DEVOLUÇÃO DE CHAVES – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 22

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – OMISSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE FURTO DE ENERGIA ELÉTRICA PRATICADO PELO ANTIGO LOCATÁRIO – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS – DEFESA NÃO ACATADA – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 140

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – PERMITIR QUE PESSOAS DIVERSAS DAQUELAS PREVISTAS EM CONTRATO RESIDISSEM NO IMÓVEL – OMISSÃO DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO LOCATÁRIO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 21

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – PERMITIR QUE PESSOAS DIVERSAS DAQUELAS PREVISTAS EM CONTRATO RESIDISSEM NO IMÓVEL – OMISSÃO DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO LOCATÁRIO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 22

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS ADIMPLIDOS PELO LOCATÁRIO – ATO QUE A LEI CONSIDERA COMO CRIME – DEFESA

INSUBSISTENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 202

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS ADIMPLIDOS PELO LOCATÁRIO – ATO QUE A LEI CONSIDERA COMO CRIME – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 202

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS DE LOTES DO QUERELANTE

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS DE LOTES DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 24

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS DE LOTES DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 24

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES — NÃO DEVOLUÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 104

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – NÃO DEVOLUÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 68

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – NÃO DEVOLUÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 104

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 270

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME – DEFESA NÃO ACATADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 232

DESÍDIA EM PERMUTA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE

DESÍDIA EM PERMUTA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO – DIREITO QUE PERTENCE À AUTORA DA DENÚNCIA – DIREITO DISPONÍVEL – ACOLHIMENTO – PROCESSO EXTINTO. 50

DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL LOCADO

DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL LOCADO – APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES

DO QUERELANTE – DESCUMPRIMENTO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL POR PARTE DO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS ATOS IMPUTADOS AO DENUNCIADO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 6

DESRESPEITO AO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

DESRESPEITO AO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL – MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO – DIREITO CONSTITUCIONAL – AUSÊNCIA DE DANOS – NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME DE INJÚRIA, CALÚNIA OU DIFAMAÇÃO – PEDIDO DE RETRATAÇÃO – APLICAÇÃO POR ANALOGIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 60

DESRESPEITO AO COLEGA DE TRABALHO

DESRESPEITO AO COLEGA DE TRABALHO – RETIRADA DE PLACA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – AUSÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 196

DIRIGIR-SE E EXPRESSAR-SE DE FORMA DESAIROSA FRENTE AO ÓRGÃO DE CLASSE

DIRIGIR-SE E EXPRESSAR-SE DE FORMA DESAIROSA FRENTE AO ÓRGÃO DE CLASSE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 3º, INCISOS I AO XII DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 234

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 168

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 169

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 177

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 267

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 169

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 222

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – A DEFESA E DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS DEMONSTRA QUE O PSEUDOCORRETOR UTILIZOU-SE

INDEVIDAMENTE DO NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CRECI DO QUERELADO – PROCESSO ARQUIVADO. 266

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE. 3

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE DISPENSOU A PSEUDOCORRETORA DAS ATIVIDADES – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 3

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE DISPENSOU A PSEUDOCORRETORA DAS ATIVIDADES – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 4

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE O COLABORADOR ESTAVA EXERCENDO A PROFISSÃO PORQUE DEMONSTROU INTERESSE NA CARREIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 43

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE O COLABORADOR SÓ ATUAVA COMO RECEPCIONISTA VINDO POSTERIORMENTE A DEMONSTRAR INTERESSE NA CARREIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 69

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE O PSEUDOCORRETOR SE INSCREVEU NOS QUADROS DO CRECI – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 4

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INEXISTÊNCIA DA PRESCRIÇÃO ALEGADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 267

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 120

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 120

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 144

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 159

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA

O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 159

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 160

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 171

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 171

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 172

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 174

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 174

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 174

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 175

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 175

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 176

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78............................. 178

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE

FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 219

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 219

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 220

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 220

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 222

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 223

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 227

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 227

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 229

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 236

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 236

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 267

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78..... 268

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO E O AUTO DE INFRAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 4

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO NA AUTUAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.......... 5

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO NA AUTUAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.......... 3

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO NA AUTUAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.......... 12

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 142

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 143

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 143

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 143

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 144

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 144

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE TRAZ PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 129

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.......... 3

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA

AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 159

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 160

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 168

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 168

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 169

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 170

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 170

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 170

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 171

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 172

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 172

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 173

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 175

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 176

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 177

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 219

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 220

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 221

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 221

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 221

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 227

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 233

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 233

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 233

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 234

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA

AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 234

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 235

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 263

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 266

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE EM FACE DO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 68

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 11

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 11

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 12

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 44

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – NÃO RESTOU COMPROVADA A FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO POR PARTE DO QUERELADO. PROCESSO ARQUIVADO. 120

FACILITAÇÃO

FACILITAÇÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE. 48

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – CONFISSÃO EXPLÍCITA DO QUERELADO EM SEDE DE AED – EMPRÉSTIMO DE NÚMERO DE INSCRIÇÃO – INADMISSIBILIDADE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 584

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – AUTUADA ERA ESTAGIÁRIA REGISTRADA DA IMOBILIÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 86

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – AUTUADO ERA AUXILIAR PARLAMENTAR – REUNIÕES POLÍTICAS NA IMOBILIÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 264

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – AUTUADO ERA MOTORISTA DEVIDAMENTE REGISTRADO PELA IMOBILIÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 264

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 47

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 106

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – USO INDEVIDO DE INSCRIÇÃO DO QUERELADO – NÃO HÁ LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 210

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONFISSÃO DO QUERELADO - CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 519

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 403

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 477

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 507

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 508

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 512

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 520

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 415

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO

EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 424

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 555

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 558

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 559

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 583

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 586

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 586

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 134

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 394

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 396

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 396

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 401

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 414

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 416

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO

EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 254

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 268

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 17

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 18

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 18

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 47

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 48

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 85

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 86

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 87

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 129

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 130

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO

81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 131

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 229

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 400

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 199

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 263

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 514

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 474

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 480

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 228

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 230

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 265

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 265

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 474

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 512

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 514

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.... 185

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 101

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 102

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 102

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 103

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 103

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 130

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 403

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 403

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 475

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO

RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 475

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 476

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 477

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 478

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 478

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 478

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 480

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 481

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 507

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 508

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 509

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 509

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 510

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 510

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 511

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 513

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 513

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 518

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 519

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 520

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 520

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 521

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 521

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 173

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 177

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO

RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 185

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 197

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 198

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 198

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 210

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 211

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 211

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 417

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 417

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 418

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 421

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 422

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 430

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 430

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 431

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 454

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 454

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 554

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 555

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 555

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 556

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 556

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 557

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 560

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 560

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO

RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 580

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 580

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 581

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 581

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 581

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 582

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 582

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 583

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 584

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 585

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 586

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE... 598

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – CONFISSÃO DO QUERELADO - FAMILIARIZAÇÃO COM A PROFISSÃO – INADMISSIBILIDADE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.................................... 481

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – CONFISSÃO DO QUERELADO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 26

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 418

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 130

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 183

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 184

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 186

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 199

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 200

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 373

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 394

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 395

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 396

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 397

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 397

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 397

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO

EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 398

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 402

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 414

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 415

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 416

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 416

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 420

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 421

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 421

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 431

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 431

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 451

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 554

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 556

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 582

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORES – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 87

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 509

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 512

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 518

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 522

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 395

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 395

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 401

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 131

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 184

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 185

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 228

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 264

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE

DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 265

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 429

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 432

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 516

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 475

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 511

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 517

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 521

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 200

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 200

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 228

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 229

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 482

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 479

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 507

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 517

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 400

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 400

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 473

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 506

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 508

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 511

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 513

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 517

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 518

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA

DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 101

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 113

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 176

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 180

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 180

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 180

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 181

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 181

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 182

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 182

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 183

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 183

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 184

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 197

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 230

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 268

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 429

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 432

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 561

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 561

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 585

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 182

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA ACATADA -COLABORADORA ERA SÓCIA DA JURÍDICA DO QUERELADO – FUNÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 552

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA ACATADA -COLABORADOR ERA DIRETOR COMERCIAL DA JURÍDICA DO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 102

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA PROCEDENTE – QUERELADO NÃO ERA O FACILITADOR - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 479

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA PROCEDENTE – QUERELADO NÃO ERA O FACILITADOR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 199

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – CONSTITUIÇÃO DO QUERELADO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO EM DATA POSTERIOR À EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO – ILEGITIMIDADE PASSIVA – PROCESSO ARQUIVADO..... 383

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 381

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 387

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 390

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 391

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 410

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 410

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 427

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 460

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 462

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR –

DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 465

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 466

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 466

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 467

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 486

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 492

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 494

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 547

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 550

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 566

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO

CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 566

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 568

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 569

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 590

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 594

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 645

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 649

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 654

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 460

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 464

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO

81.871/78. 468

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 469

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 472

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 485

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 487

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 490

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 493

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 549

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 564

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 593

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 594

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 596

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 389

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 235

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 222

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 223

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 226

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 226

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVOU A INEXISTÊNCIA DO EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO POR PARTE DO ALEGADO PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO. 595

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVOU QUE O QUERELADO NÃO FAZIA PARTE DO QUADRO SOCIETÁRIO DA IMOBILIÁRIA – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O INDIGITADO E OS FATOS – PROCESSO ARQUIVADO. 594

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – CONSTATADO QUE AS DATAS DO AUTO DE CONSTATAÇÃO E DO AUTO DE INFRAÇÃO DIVERGEM – FALTA DE DESCRIÇÃO CIRSCUNSTANCIADA DOS FATOS E DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA INFRAÇÃO – OFENSA AO ARTIGO 6º, ALINEAS “B” E “G” DO CPD. PROCESSO ARQUIVADO. 653

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO QUE A ALEGADA PSEUDOCORRETORA MANTINHA VINCULO EMPREGATÍCIO COM O QUERELADO – PROCESSO ARQUIVADO..... 380

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 461

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 466

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 484

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 484

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 490

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 491

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 494

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO..... 495

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 376

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 377

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 378

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 378

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 379

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 379

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 380

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 380

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 381

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 383

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 384

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 385

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 385

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE

REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 386

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 387

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 388

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 390

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 391

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 392

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 407

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 409

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 410

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 411

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR –

DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 411

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 411

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 412

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 414

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 425

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 425

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 426

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 426

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 426

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 428

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO

CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 452

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 453

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 459

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 459

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 459

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 460

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 461

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 462

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 463

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 463

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III

DO DECRETO 81.871/78. 467

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 467

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 469

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 470

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 470

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 471

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 471

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 472

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 486

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 487

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 488

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 489

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 489

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 491

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 492

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 493

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 493

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 494

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 547

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 547

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 548

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE

REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 548

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 548

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 550

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 550

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 551

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 551

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 552

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 552

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 563

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 564

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR –

DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 565

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 566

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 567

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 567

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 567

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 568

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 568

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 569

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 569

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 570

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO

CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 589

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 589

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 589

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 590

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 590

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 591

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 591

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 592

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 592

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 593

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III

DO DECRETO 81.871/78. 595

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 595

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 596

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 596

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 643

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 645

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 648

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 649

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 649

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 650

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 653

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 654

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 654

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 655

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 657

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 377

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 378

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 379

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 381

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 383

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 384

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE

REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 384

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 385

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 386

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 386

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 387

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 389

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 390

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 391

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 392

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 392

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR –

INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 393

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 461

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 462

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 463

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 464

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 464

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 465

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 468

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 468

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 470

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS

FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 472

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 482

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 483

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 483

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 484

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 485

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 485

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 486

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 487

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 488

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO

81.871/78. 488

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 489

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 491

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 492

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 407

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 407

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 408

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 408

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 408

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 409

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 409

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 412

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 412

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 413

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 413

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 415

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 424

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 425

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 427

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 427

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 428

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE

REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 428

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 452

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 453

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 454

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 562

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 562

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 563

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 563

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 565

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 565

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR –

INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 588

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 591

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. 592

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO. 469

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO. 477

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO. 479

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO. 480

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – JUNTADA AOS AUTOS DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE O ALEGADO PSEUDOCORRETOR E O QUERELADO. PROCESSO ARQUIVADO. 483

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – JUNTADA DE PROVA MATERIAL AOS AUTOS DEMONSTRANTO QUE O ALEGADO PSUDOCORRETOR ERA CLIENTE DA IMOBILIÁRIA. PROCESSO ARQUIVADO. 482

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – PSEUDOCORRETOR DENÚNCIADO À AUTORIDADE POLICIAL – JUNTADA AOS AUTOS DE DOCUMENTOS JUDICIAIS COMPROBATÓRIOS DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – AUTO DE INFRAÇÃO INFIRMADO PELO DEPOIMENTO DO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO. PROCESSO ARQUIVADO. 650

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – PSEUDOCORRETOR DENÚNCIADO À AUTORIDADE POLICIAL – JUNTADA AOS AUTOS DE DOCUMENTOS JUDICIAIS COMPROBATÓRIOS DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – AUTO DE INFRAÇÃO INFIRMADO PELO DEPOIMENTO DO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO. PROCESSO ARQUIVADO. 650

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – JUNTADO AOS AUTOS COMPROVANTE DE QUE O AUTUADO É EMPREGADO DA EMPRESA E ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE REGISTRADO – PROCESSO ARQUIVADO. 12

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR – DEFESA SUFICIENTE PARA DESCARACTERIZAR A TRANGRESSÃO DE NORMA ÉTICO-DISCIPLINAR, POSTO QUE RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O COLABORADOR E A IMOBILIÁRIA DE PROPRIEDADE DA DENUNCIADA – PROCESSO ARQUIVO. 134

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR – DEFESA SUFICIENTE PARA DESCARACTERIZAR A TRANGRESSÃO DE NORMA ÉTICO-DISCIPLINAR, POSTO QUE RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O COLABORADOR E A IMOBILIÁRIA DE PROPRIEDADE DA DENUNCIADA – PROCESSO ARQUIVO. 135

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 436

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 497

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 598

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 504

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 505

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO POLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 81

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO. 538

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –PROCESSO ARQUIVADO. 538

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –PROCESSO ARQUIVADO. 571

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –PROCESSO ARQUIVADO. 644

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 423

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR

EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 423

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL - ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 - AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE - DENÚNCIA PROCEDENTE. 404

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE – DENÚNCIA PROCEDENTE. 271

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE – DENÚNCIA PROCEDENTE. 422

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE – DENÚNCIA PROCEDENTE. 422

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO..... 534

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO. 497

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO. 523

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 528

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE. 87

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO –INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III,

DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE. 17

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO –INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE. 18

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO –INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE. 26

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE. 47

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 417

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 418

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE- NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 19

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE- NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 19

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 107

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 107

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO

81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 107

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 108

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 108

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AFASTADA A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA..... 496

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AFASTADA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 643

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AFASTADA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 651

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 236

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 246

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 247

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 247

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 249

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 250

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38,

INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 257

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 258

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 260

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 365

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 365

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 365

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 366

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 366

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 366

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 367

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 367

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 367

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 368

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 368

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 368

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 369

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 369

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 369

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 370

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 370

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 370

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 371

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 371

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 373

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 374

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 374

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 375

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 375

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 375

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 376

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 376

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 433

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 433

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 434

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 434

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 435

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 435

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 436

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 436

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 437

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 437

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 438

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 438

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 438

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 439

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 439

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 441

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 441

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 442

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 442

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 442

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 443

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 443

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 443

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 444

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 444

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 444

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 445

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 445

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 445

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 446

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 446

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 446

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 447

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 447

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 450

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 450

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 450

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 451

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 452

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 476

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 495

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 496

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 499

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 500

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 500

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 500

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 501

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 501

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 502

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 502

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 503

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 504

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 505

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 505

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 522

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 523

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 523

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 524

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 525

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 525

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 526

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 526

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 526

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 527

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 527

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 527

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 528

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 528

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 529

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 529

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 529

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 530

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 530

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 530

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 531

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 531

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 531

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 532

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 534

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 540

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 541

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 541

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 542

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 553

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 553

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 576

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 576

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 577

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 578

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 597

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 603

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 608

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 609

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 609

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 644

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 647

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 657

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 40

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 42

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 79

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 114

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 115

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 115

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 116

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 117

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 190

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 190

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 191

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 192

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 193

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 194

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 194

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 194

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 195

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 203

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 203

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 205

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 205

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 205

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 206

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 206

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 207

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 223

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 235

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 242

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 243

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 243

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 243

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 249

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 249

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 253

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 253

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 254

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 255

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 256

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 256

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 256

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 257

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – MULTA. 434

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – MULTA. 435

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 36

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 248

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 251

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 257

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 258

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO

JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 258

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 259

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 259

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 260

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 351

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 359

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 359

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 372

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 372

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 441

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 496

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 497

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 498

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 498

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 498

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 499

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 499

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 522

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 524

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 524

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 532

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 533

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 533

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 534

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 535

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 535

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 535

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 536

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 536

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 536

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 537

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 537

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 537

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 538

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 539

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 540

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 540

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 541

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 549

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 549

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 551

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 554

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 559

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 559

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 561

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 571

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 572

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 572

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 572

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 573

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 573

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 573

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 574

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 574

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 574

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 575

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 575

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 575

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 576

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 577

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 577

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 578

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 578

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 579

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 583

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 585

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 587

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 587

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 597

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 597

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 598

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 599

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 599

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 599

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 600

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 600

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 600

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 601

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 601

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 601

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 602

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 602

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 602

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 603

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 603

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 608

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 615

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 643

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 644

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 644

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 646

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 646

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 646

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 647

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 647

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 648

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 648

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 651

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 651

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 652

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 652

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 652

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 653

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. CENSURA. 250

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 32

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 34

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 42

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 42

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 78

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 79

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO

JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 80

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 81

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 81

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 113

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 114

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 115

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 116

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 116

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 133

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 134

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 190

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 193

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA

PROCEDENTE – CENSURA.. 193

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 195

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 204

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 204

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 204

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 207

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 208

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 208

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 211

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 244

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 244

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 245

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.. 245

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 246

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 246

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 247

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 248

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 250

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 253

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 254

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 255

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA..... 41

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL AFASTADA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA..... 539

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO DISCIPLINAR - RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA COM PROCESSO ADMINISTRATIVO – NULIDADES INSANÁVEIS – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO..... 474

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 005959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 006046/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA..... 191

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD

Nº 005959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 006046/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 192

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 011906/05 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 004008/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 96

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 011906/05 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 004008/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 80

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 241

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 241

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 242

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 242

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 35

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 35

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 373

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 374

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 502

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 503

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 503

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 504

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 286

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 286

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 287

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 287

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 287

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 288

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 289

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 289

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 300

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38,

INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 312

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 318

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 318

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 318

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 319

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 319

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 319

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 320

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 320

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 321

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 321

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 321

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 322

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 322

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 323

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 323

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 327

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 327

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 327

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 328

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 328

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 329

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 329

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 329

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 338

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS –

PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 339

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 339

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 353

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 354

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 354

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 355

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 355

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 356

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 356

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 356

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 357

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 357

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 358

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 358

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 358

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 359

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 360

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS DO PD Nº 000003/06 – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 003963/06, PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 35

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS DO PD Nº 000003/06 – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 003963/06, PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 36

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 148

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 150

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 149

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 149

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002531/06 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 002859/06 E 002959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 40

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002531/06 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 002859/06 E 002959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 40

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002531/06 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 002859/06 E 002959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 41

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 372

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 277

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 278

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 278

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 278

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 279

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 279

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA........ 279

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES

– INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 280

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 280

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 280

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 281

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 281

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 282

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 282

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 282

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 283

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 283

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 283

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 284

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...... 284

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 289

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 290

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 290

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 290

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 291

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 291

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 292

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 292

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 292

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 293

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 293

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA............ 293

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES

– INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 294

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 294

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 294

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 295

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 295

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 295

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 296

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 296

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 296

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 297

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 297

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 297

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA....... 298

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 300

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 300

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 301

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 301

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 301

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 302

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 302

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 302

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 303

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 303

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 314

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 314

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES

– INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 315

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 315

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 315

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 316

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 316

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 316

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 317

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 317

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 333

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 333

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 334

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 334

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA...................... 334

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 335

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 335

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 335

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 341

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 341

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 341

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 342

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 342

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 342

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 343

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 343

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 343

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES

– INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 344

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 344

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 345

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 345

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 345

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 346

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 346

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 346

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 347

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 347

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 347

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 348

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 348

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 350

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 351

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 352

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 352

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 352

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 353

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.......... 360

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.......... 32

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.......... 33

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.......... 34

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO

VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 32

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD’S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD’S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 33

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA. 79

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 288

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 303

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 304

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 304

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 305

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 305

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 305

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 306

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 306

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS

JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 306

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 307

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 307

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 307

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 308

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 308

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 309

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 309

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 309

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 310

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 310

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 311

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS
JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA
CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 311

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 311

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 312

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 313

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 313

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 313

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 314

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 323

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 330

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 330

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 331

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 331

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 331

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS

JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 332

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 332

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 336

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 336

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 337

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 337

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 337

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 338

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 338

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 340

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA. 354

INTERMEDIAÇÃO

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCLUIDO – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSENCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO X, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 38

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCLUIDO – RETIRADA DE MÓVEIS – AUSÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO..... 38

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – REGRA DE PROFISSÃO APLICÁVEL A CASOS PARTICULARES ATINENTE A QUESTÕES IMOBILIÁRIAS – CONDUTA EM CONFRONTO A DISPOSIÇÃO LEGAL – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 262

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – REGRA DE PROFISSÃO APLICÁVEL A CASOS QUE SE EXIGIRIA EM SUA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA – CONDUTA EM CONFRONTO A DISPOSIÇÃO LEGAL – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 262

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – COBRANÇA INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 610

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO – PREJUÍZOS AOS INTERESSES CONFIADOS AOS CUIDADOS DO QUERELADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 58

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS DE FORMA ARDILOSA – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO..... 627

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS DE FORMA ARDILOSA – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA..... 628

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e VIII DECRETO 81.871/78– DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA 631

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e VIII DECRETO 81.871/78– DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA..... 631

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA E OMISSÃO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 299

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA E OMISSÃO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 299

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E CONDOMINIAIS PREEXISTENTES – DEFESA NÃO ACATADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISOS I E II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 399

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – ESCLARECIMENTOS

INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 631

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 3º, INCISO III, E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA. 214

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 3º, INCISO III, E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA. 214

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 353

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 276

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 277

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO..... 135

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA..... 118

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA..... 135

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA..... 136

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 658

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – TER COMERCIALIZADO LOTE SEM PRÉVIO REGISTRO NO CRI, ALÉM DE TER OMITIDO DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISOS IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 276

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – TER COMERCIALIZADO LOTE SEM PRÉVIO REGISTRO NO CRI, ALÉM DE TER OMITIDO DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISOS IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 276

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO ERRO NA CONFECÇÃO DO CONTRATO E OMISSÃO DE FATO QUE IMPOSSIBILITA A CONFECÇÃO DA ESCRITURA POR PARTE DO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS, O QUE JUNTAMENTE COM AS PROVAS CONSTITUI INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO XII DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 59

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA – NÃO ENTREGUE PELA QUERELADA – RETENÇÃO DE VALORES PAGOS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO..... 252

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA – NÃO ENTREGUE PELO QUERELADO – RETENÇÃO DE VALORES PAGOS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. . 252

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E CONDOMINIAIS - DEFESA NÃO ACATADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISOS I E II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 399

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – APROPRIAÇÃO DE DOCUMENTOS – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 213

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE SINAL PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII, IX e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISOS I, II E V E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 615

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES A TÍTULO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO MEDIANTE FRAUDE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA

DO ARTIGO 38, INCISOS II e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 627

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES A TÍTULO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO MEDIANTE FRAUDE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e XII DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 627

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA... 629

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA –RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA... 629

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA..... 630

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA..... 630

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 628

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 629

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA, NÃO CONCLUÍDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA. 263

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – PRATICA DE ATO FRAUDULENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO..... 57

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – DEFESA SUFICIENTE – ILEGITIMIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 628

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II, DO DEC.

81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 85

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 57

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 85

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II E X, DO DEC. 81.871/78, ART. 6º, IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 59

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 119

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 119

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 119

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 260

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 212

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 212

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCRETIZADA

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCRETIZADA – DESÍDIA – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO V DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 626

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X

DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 28

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DA PRETENDENTE A LOCAÇÃO ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 179

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO COMERCIAL DE IMÓVEL

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO COMERCIAL DE IMÓVEL – LOCATÁRIOS INADIMPLENTES NO PAGAMENTO DOS ALUGUERES – SENTENÇA JUDICIAL DEFERINDO O DESPEJO E CONDENANDO OS INQUILINOS AO PAGAMENTO DOS DÉBITOS – CONSTATAÇÃO DE FALSIDADE E INEXISTÊNCIA DOS FIADORES E DO IMÓVEL DESCRITO NO CONTRATO ACESSÓRIO DE FIANÇA – SENTENÇA JUDICIAL DE 1º GRAU CONDENANDO A EMPRESA QUE O QUERELADO É RESPONSÁVEL TÉCNICO A PAGAR PELOS PREJUÍZOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO XII DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 15

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – RELÓGIOS DE ÁGUA E LUZ SEM PLENAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO - DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 31

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – TELHADO COM AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA ACATADA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 432

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – TELHADO COM AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA ACATADA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 433

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO À TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME - AUSÊNCIA DE DEFESA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 62

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 51

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 51

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES EM NEGÓCIO DE INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO NOS AUTOS E DE PROVAS QUE COMPROVEM O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ÉTICA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 126

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES EM NEGÓCIO DE INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO NOS AUTOS E DE PROVAS QUE COMPROVEM O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ÉTICA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 127

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NO PAGAMENTO DE DÉBITOS DE IPTU – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS EVIDENCIAM QUE AS PARTES TRANSIGIRAM SANANDO O MOTIVO DO LITÍGIO. PROCESSO ARQUIVADO. 179

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE FOI COBRADA COMISSÃO POR CORRETOR QUE NÃO PARTICIPOU DA INTERMEDIAÇÃO – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE HOUVE A PARTICIPAÇÃO DE DOIS INTERMEDIADORES NA NEGOCIAÇÃO –DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 240

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO VENDEU UM IMÓVEL E ESCRITUROU OUTRO DIVERSO DO DEMONSTRADO – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE NÃO HOUVE A PARTICIPAÇÃO DO DENUNCIADO NA NEGOCIAÇÃO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 238

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES E DOCUMENTOS – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO A IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA E QUE O NEGÓCIO FOI CONCRETIZADO. PROCESSO ARQUIVADO. 179

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM PARTICIPAÇÃO DE DOIS CORRETORES

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM PARTICIPAÇÃO DE DOIS CORRETORES – DENÚNCIA ALEGANDO QUE NÃO HOUVE O REPASSE DE METADE DA COMISSÃO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE O CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES FOI CUMPRIDO. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 178

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM PARTICIPAÇÃO DE DOIS CORRETORES – DENÚNCIA ALEGANDO QUE NÃO HOUVE O REPASSE DE METADE DA COMISSÃO – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL A QUAL DECIDIU A LIDE. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 237

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE LOTE EM LOTEAMENTO IRREGULAR

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE LOTE EM LOTEAMENTO IRREGULAR – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO XI, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 78

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – COMISSÃO COBRADA PELA VIA JUDICIAL DA PARTE QUE DESISTIU DE CONCRETIZAR O NEGÓCIO APÓS TER SIDO APOSTO O ACEITE NA PROPOSTA – EXERCÍCIO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE RETENÇÃO DE VALORES OU DANOS FINANCEIROS AO QUERELANTE – PROCESSO ARQUIVADO. 388

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – COMISSÃO COBRADA PELA VIA JUDICIAL DA PARTE QUE DESISTIU DE CONCRETIZAR O NEGÓCIO APÓS TER SIDO APOSTO O ACEITE NA PROPOSTA – EXERCÍCIO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE RETENÇÃO DE VALORES OU DANOS FINANCEIROS AO QUERELANTE – PROCESSO ARQUIVADO. 388

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA PSEUDOCORRETORA – INEXISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DA QUERELADA NA NEGOCIAÇÃO. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 6

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA QUE ACEITOU INCUMBÊNCIA DE TRANSAÇÃO ENTREGUE A OUTRO CORRETOR COM QUE TENHA QUE COLABORAR OU SUBSTITUIR – PROVA DOCUMENTAL JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º. INCISO XV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 57

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA QUE PODERIA TER RECEBIDO O VALOR DA COMISSÃO E NÃO REPASSADO O PERCENTUAL DO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º. INCISOS VI E X DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 161

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 125

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 126

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 125

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 77

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO..... 117

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM AFERIR A IDONEIDADE DO COMPRADOR E A DOCUMENTAÇÃO DO AUTOMÓVEL QUE FOI DADO A TITULO DE PARTE DE PAGAMENTO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 238

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM AFERIR A IDONEIDADE DO COMPRADOR E A DOCUMENTAÇÃO DO AUTOMÓVEL QUE FOI DADO A TITULO DE PARTE DE PAGAMENTO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 238

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM EXPLICITAR TODAS AS CONDIÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL NA PROPOSTA DE VENDA E COMPRA – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º, II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 251

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM EXPLICITAR TODAS AS CONDIÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL NA PROPOSTA DE VENDA E COMPRA – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º, II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 251

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 78

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA EM FACE DO QUERELADO PELO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE. 121

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 154

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – COBRANÇA DE HONORÁRIOS EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ACORDADO EM CONTRATO E SEM ANUÊNCIA DAS PARTES ENVOLVIDAS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO V DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 123

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – COBRANÇA DE HONORÁRIOS EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ACORDADO EM CONTRATO E SEM ANUÊNCIA DAS PARTES ENVOLVIDAS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO V DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 122

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA DILIGÊNCIA DA QUERELADA EM ASSESSORAR O QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO..... 141

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA DILIGÊNCIA DO QUERELADO EM ASSESSORAR O QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO..... 141

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E OMISSÃO EM INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NEGÓCIO CONCRETIZADO – RECUSA DA QUERELANTE EM EFETUAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DE COMISSÃO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE SENTENÇA JUDICIAL ONDE A DENUNCIANTE ASSUME PAGAR O VALOR DEVIDO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 128

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA COBROU INDEVIDAMENTE A COMISSÃO DE INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, UMA VEZ QUE FOI COBRADA TANTO DA VENDEDORA COMO DA COMPRADORA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS –PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DEC. 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO X, ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 122

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO OMITIU DETALHES QUE COMPROMETIAM A SEGURANÇA DO NEGÓCIO – JUNTADA AOS AUTOS DE PROVAS DOCUMENTAIS COMPROVANDO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES QUE CONTINHAM RISCOS FORAM PASSADAS AO QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 124

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR PAGO A TITULO SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS –PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DEC. 81.871/78 E ARTIGO 6º,

INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 71

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA DE VENDA DE LOTE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 4º, INCISO I, II E III DO CEP..... 66

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA DE VENDA DE LOTE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO I, II E III, ARTIGO 6º, INCISO XII DO CEP. 66

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA DE VENDA DE LOTE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO I, II E III, ARTIGO 6º, INCISO XII DO CEP. 66

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES DEPRECIATIVOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTS. 4º, II E 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 112

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO IRREGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO – OMISSÃO POR PARTE DO QUERELADO EM TRANSMITIR A PROPRIEDADE EM TEMPO HÁBIL APÓS A QUITAÇÃO DO BEM – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO XII DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 70

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA AGIU COM FALTA DE ÉTICA AO CAPTAR A CLIENTE NO DECORRER DO PROCESSO DE VENDA DE IMÓVEL ADJUDICADO DA CEF – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO DESÍDIA POR PARTE DO QUERELADO EM ASSESSORAR A CLIENTE. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. 67

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA APROPRIOU-SE INDEVIDAMENTE DE VALORES DEPOSITADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE PARA SER REPASSADO AO VENDEDOR DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À MESMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. 146

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA NÃO PAGOU O PERCENTUAL DEVIDO DE COMISSÃO A CORRETORA COM QUEM INTERMEDIOU JUNTO A NEGOCIAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA. PROCESSO PROCEDENTE. 145

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE FOI MOSTRADO E VENDIDO UM LOTE, MAS NO CONTRATO CONSTA OUTRO DIVERSO – RECONHECIMENTO POR PARTE DA QUERELADA EXPONDO QUE HOUVE ENGANO POR PARTE DA MESMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO I DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 76

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO COMPROU UM TERRENO RECEBIDO PELO QUERELANTE A TITULO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO VINDO A REVENDE-LO A TERCEIRO, SEM CONTUDO PAGAR O QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 154

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO

– COBRANÇA INDEVIDA DE HONORÁRIOS DE INTERMEDIAÇÃO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 6º, INCISO III E V DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 146

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A CORRETORA TERIA COMETIDO DESÍDIA NO PROCESSO DE FINANCIAMENTO JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCARIA – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO OU QUALQUER APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES. PROCESSO ARQUIVADO. 69

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A IMOBILIÁRIA ESTARIA EXIGINDO INDEVIDAMENTE HONORÁRIOS DE COMISSÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS EM NOME DA JURÍDICA – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO. PROCESSO ARQUIVADO. 73

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O CORRETOR ESTARIA EXIGINDO INDEVIDAMENTE HONORÁRIOS DE COMISSÃO – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO. PROCESSO ARQUIVADO. 73

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O PREPOSTO DA IMOBILIÁRIA QUE O QUERELADO É RESPONSÁVEL TÉCNICO APROPRIOU-SE INDEVIDAMENTE DE VALORES DEPOSITADOS SOB A RESPONSABILIDADE DO MESMO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO CAUSA MORTIS E DESDOBRO DE IMÓVEL – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. 153

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO PROPÔS AÇÃO JUDICIAL COBRANDO COMISSÃO SOBRE A INTERMEDIAÇÃO – OCORRÊNCIA DO EXERCÍCIO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 147

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 419

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE APARTAMENTO APRESENTANDO O CLIENTE E NEGOCIANDO DIRETO DESRESPEITANDO PARCERIA FIRMADA COM OUTRO PROFISSIONAL QUE APRESENTOU O DONO DO IMÓVEL – DOCUMENTAÇÃO ACOSTADAS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO NA DENÚNCIA – DENÚNCIA PROCEDENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 3º, INCISO XI, ARTIGO 4º, INCISOS IX, X E ARTIGO 6º, INCISO VI DO CEP. 17

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE APARTAMENTO APRESENTANDO O CLIENTE E NEGOCIANDO DIRETO DESRESPEITANDO PARCERIA FIRMADA COM OUTRO PROFISSIONAL QUE APRESENTOU O DONO DO IMÓVEL – DOCUMENTAÇÃO ACOSTADAS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO NA DENÚNCIA – DENÚNCIA PROCEDENTE TAMBÉM EM FACE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IMOBILIÁRIA- INFRAÇÃO AO ARTIGO 3º, INCISO XI, ARTIGO 4º, INCISOS IX, X E ARTIGO 6º, INCISO VI DO CEP. 16

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL ORIUNDO DE DOAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE – CLAUSULA IMPEDITIVA DE COMERCIALIZAÇÃO – CARACTERIZADA A VANTAGEM PELO QUERELADO POR VENDA IRREGULAR DE IMÓVEL – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE. .. 11

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL ORIUNDO DE DOAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE – CLAUSULA IMPEDITIVA DE COMERCIALIZAÇÃO – CARACTERIZADA A VANTAGEM PELO QUERELADO POR VENDA IRREGULAR DE IMÓVEL –

INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE. .. 14

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL SEM AFERIR AS CERTIDÕES DO MESMO E DO PROPRIETÁRIO – CONSTATADO PELA QUERELANTE A EXISTÊNCIA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO EM NOME DO VENDEDOR – NEGOCIO DESFEITO – PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL POR PARTE DA QUERELADA EM FACE DA QUERELANTE COBRANDO COMISSÃO – DESÍDIA INFRAÇÃO AO ARTIGO 38 DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II, ARTIGO 6, INCISO V DO CEP. 15

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL SEM AFERIR AS CERTIDÕES DO MESMO E DO PROPRIETÁRIO – CONSTATADO PELA QUERELANTE A EXISTÊNCIA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO EM NOME DO VENDEDOR – NEGOCIO DESFEITO – PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL POR PARTE DO QUERELADO EM FACE DA QUERELANTE COBRANDO COMISSÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA RESPONDE PELA DESÍDIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38 DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCIDO II, ARTIGO 6, INCISO V DO CEP. 16

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL ADJUDICADO DA CEF

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL ADJUDICADO DA CEF – DENÚNCIA ALEGANDO FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO IRREGULAR E OMISSÃO DE INFORMAÇÕES POR PARTE DA CORRETORA – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVAM A PLENA CIÊNCIA DO TRAMITE POR PARTE DA QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 76

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA SE APROPRIOU INDEVIDAMENTE DE VALORES SUPERIORES AO QUE TERIA DIREITO COMO HONORÁRIOS DE INTERMEDIAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 136

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR DEPOSITADO A TITULO DE CAUÇÃO – JUNTADA AOS AUTOS DE ACORDO JUDICIAL SANANDO O LITÍGIO – PROCESSO ARQUIVADO. 73

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR DEPOSITADO A TITULO DE CAUÇÃO – JUNTADA AOS AUTOS DE ACORDO JUDICIAL SANANDO O LITÍGIO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO LAVRADO EM FACE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – PROCESSO ARQUIVADO. 74

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO PROMESSA DE FINALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO EM PRAZO INCOMPATÍVEL COM A REALIDADE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO À QUERELADA – A RESPONSÁVEL TÉCNICA RESPONDE PELOS ATOS PRATICADO NA IMOBILIÁRIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO I DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 75

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO PROMESSA DE FINALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO EM PRAZO INCOMPATÍVEL COM A REALIDADE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO I DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 75

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM UTILIZAÇÃO DE FGTS NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM UTILIZAÇÃO DE FGTS NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 112

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO PROJETO CINGAPURA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO PROJETO CINGAPURA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVAM A PARTICIPAÇÃO DA QUERELADA NA AVENÇA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 74

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO PROJETO CINGAPURA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVAM A PARTICIPAÇÃO DA QUERELADA NA AVENÇA – LAVRADO TERMO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 74

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO QUERELANTE

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO QUERELANTE – DESÍDIA – DEMORA NA LIBERAÇÃO DE FGTS – QUERELADO NÃO PODE SER RESPONSABILIZADO – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 106

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 106

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NOVO

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NOVO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA OUTORGA DA ESCRITURA E OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE A LIDE FOI SANADA EXTRAJUDICIALMENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 393

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NOVO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA OUTORGA DA ESCRITURA E OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE A LIDE FOI SANADA EXTRAJUDICIALMENTE. PROCESSO ARQUIVADO. 394

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ABANDONO DOS NEGÓCIOS PELA QUERELADA – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. .. 63

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ABANDONO DOS NEGÓCIOS PELO QUERELADO – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. .. 64

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – CÁRTULA COM

ASSINATURA DIVERGENTE – NÃO COMPENSAÇÃO – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA –DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 269

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – COBRANÇA DUPLA DE COMISSÃO – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 186

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 4º, INCISOS VII E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 91

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 4º, INCISOS VII E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 91

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO AUTORIZADA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 189

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – INTIMAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 62

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – INTIMAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISOS IV E XX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 62

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE SINAL – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 50

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE SINAL – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 50

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 26

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO ILEGAL DE SINAL – NÃO OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 67

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 420

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA –

DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 420

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DÉBITOS PREEXISTENTES – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 132

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DÉBITOS PREEXISTENTES – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 132

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DÉBITOS PREEXISTENTES – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 132

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DADOS RELEVANTES – AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – NULIDADE DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 90

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DADOS RELEVANTES – AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – NULIDADE DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. 91

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES – DÉBITOS PREEXISTENTES – PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 269

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – AÇÃO PAULIANA EM ANDAMENTO CONTRA O PROPRIETÁRIO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 133

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – AÇÃO PAULIANA EM ANDAMENTO CONTRA O PROPRIETÁRIO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 133

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA - DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 382

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA - DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 382

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA O PROPRIETÁRIO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 89

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.......... 20

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO

DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 21

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DÉBITOS DE TRIBUTOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 30

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DÉBITOS DE TRIBUTOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 30

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DÉBITOS DE TRIBUTOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 29

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 103

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 104

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS DE IPTU PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 201

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS DE IPTU PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 201

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – IMÓVEL IRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISOS I e II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 48

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – IMÓVEL IRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISOS I e II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 49

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE ADIANTAMENTO DE COMISSÃO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 188

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME - DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE..... 112

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO

ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 215

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 215

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ILEGITIMIDADE DE PARTE – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. .. 49

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ILEGITIMIDADE DE PARTE – REQUERIMENTO DO QUERELANTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 201

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ILEGITIMIDADE DE PARTE – REQUERIMENTO DO QUERELANTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 202

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – COMISSÃO EM DESACORDO COM TABELA DE REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO V DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 60

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – COMISSÃO EM DESACORDO COM TABELA DE REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO V DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 61

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 111

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 111

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RURAL

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RURAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 140

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL SEM REGISTRO DE INCORPORAÇÃO

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL SEM REGISTRO DE INCORPORAÇÃO – ACUMPLICIAR-SE COM QUEM EXERCE ILEGALMENTE A PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E XII DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IX, DO CEP. DENÚNCIA

PROCEDENTE. 101

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR REFERENTE AO SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – ILEGITIMIDADE DE PARTE ATIVA – ERRO MATERIAL NA FORMAÇÃO PROCESSUAL – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 54

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR REFERENTE AO SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – ILEGITIMIDADE DE PARTE ATIVA – ERRO MATERIAL NA FORMAÇÃO PROCESSUAL – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 54

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – ABANDONO DO NEGÓCIO SEM MOTIVO JUSTO E PRÉVIA CIÊNCIA DO CLIENTE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, XII, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. ... 440

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – AUSÊNCIA DE DESÍDIA – DOCUMENTOS DEMONSTRA SUFICIENTEMENTE QUE O IMÓVEL ERA REGULAR E QUE A QUERELADA NÃO ERA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO MURO DO IMÓVEL – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 324

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – AUSÊNCIA DE DESÍDIA – DOCUMENTOS DEMONSTRA SUFICIENTEMENTE QUE O IMÓVEL ERA REGULAR E QUE O QUERELADO NÃO ERA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO MURO DO IMÓVEL – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 324

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – AUSÊNCIA DE FRAUDE E RETENÇÃO – DOCUMENTOS DEMONSTRA SUFICIENTEMENTE QUE A QUERELADA NÃO RETEVE DINHEIRO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO. 324

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NÃO HOUVE COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO – DEFESA SUFICIENTE DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 299

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO NEGÓCIO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II E IV, DO DEC. 81.871/78, ART. 4º, II E III, E ART. 6º, IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO..... 617

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO NEGÓCIO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II E IV, DO DEC. 81.871/78 E ART. 4º, II E III, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 617

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 614

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OVER PRICE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, INCISOS II E X, DO DECRETO 81.871/78 E ART. 6º, INCISOS III E IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA. 625

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 285

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA –

INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 348

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X,DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA. 349

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO IMOBILIÁRIA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, IV, V E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 623

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO IMOBILIÁRIA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, IV, V E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 624

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO IMOBILIÁRIA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, IV, V E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 624

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 617

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E IX, DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, II, E 6º, IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. ... 340

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 609

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 610

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 610

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS HONORÁRIOS – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA NA ESFERA CRIMINAL – QUESTÃO A SER DEBATIDA NA ESFERA CÍVEL – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE AO EXERCER ARBITRARIAMENTE AS PRÓPRIAS RAZÕES – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 55

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS HONORÁRIOS – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA NA ESFERA CRIMINAL – QUESTÃO A SER DEBATIDA NA ESFERA CÍVEL – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE AO EXERCER ARBITRARIAMENTE AS PRÓPRIAS RAZÕES – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38,

INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE. 56

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS HONORÁRIOS – QUESTÃO SUBMETIDA AO CRIVO DO PODER JUDICIÁRIO, CULMINANDO NA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE COBRANÇA – OBTENÇÃO DE RESULTADO ÚTIL NO NEGÓCIO, ALÉM DE TER O DENUNCIANTE ASSUMIDO A OBRIGAÇÃO NO DISTRATO DE EFETUAR O PAGAMENTO PELO FATO DE TER DADO CAUSA À RESCISÃO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO..... 147

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO DE VALOR REFERENTE AO HONORÁRIOS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DESÍDIA E ABANDONO DOS NEGÓCIOS CONFIADOS AOS CUIDADOS DO DENUNCIADO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISOS II e X, DO DECRETO 81.871/78 e ARTIGO 6º, INCISO IV E XII, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE..... 93

INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA

INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA..... 52

INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA..... 53

JURÍDICA IRREGULAR

JURÍDICA IRREGULAR – IRREGULARIDADE SANADA PERANTE A JUCESP – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO. 118

OCORRÊNCIA DE INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM DOCUMENTO PÚBLICO FALSO

OCORRÊNCIA DE INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM DOCUMENTO PÚBLICO FALSO – EXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE QUE O QUERELADO FOI MAIS UMA VITIMA DO ESTELIONATO – INQUÉRITO POLICIAL QUE RESULTOU PELA PRISÃO DA QUADRILHA. PROCESSO ARQUIVADO..... 178

OMISSÃO DE DETALHES E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA

OMISSÃO DE DETALHES E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RECUSA EM DEVOLVER O VALOR RECEBIDO A TITULO DE COMISSÃO – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO DEVIDO AO INDEFERIMENTO DO FINANCIAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 659

OMISSÃO DE DETALHES E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RECUSA EM DEVOLVER O VALOR RECEBIDO A TITULO DE COMISSÃO – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO DEVIDO AO INDEFERIMENTO DO FINANCIAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE. 659

PARCERIA EM VENDA DE IMÓVEL

PARCERIA EM VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ONDE A QUERELANTE ALEGA QUE APRESENTOU A CLIENTE E A QUERELADA SE RECUSA A PAGAR SUA PARTE NA COMISSÃO – INEXISTENCIA DE PROVAS DO ALEGADO – PROCESSO ARQUIVADO..... 656

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – CUMPRIMENTO DO ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO. 439

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 213

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 214

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 660

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 151

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 151

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 151

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 152

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 152

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA FEITO PELA QUERELADA

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA FEITO PELA QUERELADA – DIREITO QUE PERTENCE A DENUNCIANTE INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME 43

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA FEITO PELA QUERELADA – DIREITO QUE PERTENCE A DENUNCIANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 43

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – ALEGAÇÃO DE COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES – CARÊNCIA PROBATÓRIA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA. 604

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO – CONSTATAÇÃO DE QUE ESTARIA A QUERELADA ANUNCIANDO PROPOSTA DE TRANSAÇÃO, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTO ESCRITO – IRREGULARIDADE SANADA COM A APRESENTAÇÃO DA COMPETENTE AUTORIZAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – PROCESSO ARQUIVADO. 142

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO – CONSTATAÇÃO DE QUE ESTARIA A QUERELADA ANUNCIANDO PUBLICAMENTE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO SEM A DEVIDA

AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTO ESCRITO – REDUÇÃO DA PENALIDADE APLICADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO..... 129

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO – CONSTATAÇÃO DE QUE ESTARIA A QUERELADA COMERCIALIZANDO UNIDADES AUTÔNOMAS SEM O DEVIDO REGISTRO DE INCORPORAÇÃO – REDUÇÃO DA PENALIDADE APLICADA EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE REGISTROS DE OUTROS PROCESSOS EM ANDAMENTO – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 142

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – COMPROVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA TOTALIDADE DAS QUOTAS SOCIAIS – INTERMEDIAÇÃO OCORRIDA APÓS A SAÍDA DO QUERELADO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – NEGLIGÊNCIA AO RETIRAR-SE DA SOCIEDADE – CULPA “IN VIGILANDO” – FATO QUE ATENUA A PENA APLICADA NO PROCESSO – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO – CENSURA E MULTA. 440

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – DENÚNCIA – INTERMEDIAÇÃO – AVALIAÇÃO DO IMÓVEL NÃO CONDIZENTE COM A REALIDADE – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A TRANSGRESSÃO DE NORMA ÉTICO-DISCIPLINAR PELA DENUNCIADA – CONSTATAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONJUGAL COM A MORADORA DO IMÓVEL – MANUTENÇÃO DA DETERMINAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA PELA PRESIDÊNCIA. 77

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO..... 109

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO..... 160

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO..... 398

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO..... 506

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO..... 514

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – MANIFESTAÇÃO DA QUERELANTE JUNTANDO DECLARAÇÃO DO QUERELANTE PEDINDO O ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO INDISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO. 275

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AOS QUERELANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA – SUSPENSÃO E MULTA..... 655

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AOS QUERELANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA – SUSPENSÃO E MULTA..... 656

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – COMPROVAÇÃO DE AVERBAÇÃO CONTRATUAL – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 656

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA DENUNCIADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES AO DENUNCIANTE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL - FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E

O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 495

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA DENUNCIADA – JUNTADA AOS AUTOS DE NOVOS DOCUMENTOS E ALEGAÇÕES DAS PARTES COMPROVANDO QUE A QUERELADA NÃO PARTICIPOU DA MALOGRADA NEGOCIAÇÃO QUE LESOU A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. 147

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA QUERELADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 138

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA QUERELADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 579

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA QUERELADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 579

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – COMPROVAÇÃO DE SENTENÇA JUDICIAL JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL E A AÇÃO CÍVEL MOVIDA EM FACE DA QUERELADA E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 167

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – COMPROVAÇÃO DE SENTENÇA JUDICIAL JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL E A AÇÃO CÍVEL MOVIDA EM FACE DA QUERELADA E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 167

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – COMPROVAÇÃO DE SENTENÇA JUDICIAL JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL E A AÇÃO CÍVEL MOVIDA EM FACE DA QUERELADA E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 167

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – JUNTADA DE DECISÃO JUDICIAL AOS AUTOS, ONDE SE CONCLUI QUE O QUERELADO FOI ABSOLVIDO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. 562

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO QUERELADO – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 197

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO QUERELADO – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 138

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO QUERELADO – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 449

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELA DENUNCIADA – JUNTADA DE DECLARAÇÃO AOS AUTOS ONDE A QUERELANTE EXPOE QUE FOI FEITA COMPOSIÇÃO AMIGAVEL ENTRE AS PARTES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO FEITO E O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. 588

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO DENUNCIADO – JUNTADA DE DECLARAÇÃO AOS AUTOS ONDE A QUERELANTE EXPOE QUE FOI FEITA COMPOSIÇÃO AMIGAVEL ENTRE AS PARTES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO FEITO E O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. 588

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO QUERELANTE – AUSÊNCIA DO REPASSE DE COMISSÃO – CARÊNCIA PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE E MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO..... 557

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO QUERELANTE – AUSÊNCIA DO REPASSE DE COMISSÃO – CARÊNCIA PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE E MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO..... 558

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO QUERELANTE – AUSÊNCIA DO REPASSE DE COMISSÃO – CARÊNCIA PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE E MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO..... 558

PERMUTA DE IMÓVEIS

PERMUTA DE IMÓVEIS – FALTA DE PROVIDENCIAR AS CERTIDÕES DO APARTAMENTO – CONSTATADO PELA QUERELANTE A EXISTÊNCIA DE DIVIDAS DO BEM JUNTO AO INSS – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE ACERCA DO IMÓVEL PRATICADA PELA QUERELADA NA AFERIÇÃO DOS DADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 8

PRÁTICA DE ATIVIDADE CRIMINOSA, VALENDO-SE DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS

PRÁTICA DE ATIVIDADE CRIMINOSA, VALENDO-SE DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS I E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 3º, INCISO I, ARTIGO 4º, INCISO III E ARTIGO 6º, INCISO XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO. 285

PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME

PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DENEGRINDO TAMBÉM A PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEL – AUSÊNCIA DE DEFESA – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 3º, INCISOS I E VIII DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 19

PRÁTICA DE FRAUDE, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA

PRÁTICA DE FRAUDE, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – PRÁTICA DE FRAUDE E RETENÇÃO DE VALORES, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II E XII, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 97

PRÁTICA DE FRAUDE, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – PRÁTICA DE FRAUDE E RETENÇÃO DE VALORES, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II E XII, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. 97

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA DATA DA OCORRÊNCIA DOS FATOS – APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 68 DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO. 69

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA DATA DA VERIFICAÇÃO DO FATO – APLICAÇÃO DA REGAR DO ARTIGO 68, DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 326

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA DATA DA VERIFICAÇÃO DO FATO – APLICAÇÃO DA REGAR DO ARTIGO 68, DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 326

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO. 37

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO. 37

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO. 37

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO. 38

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – AUTO DE INFRAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 208

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 113

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 195

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 206

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO. 245

PROCESSO DISCIPLINAR

PROCESSO DISCIPLINAR Nº 2359/11, DA COMARCA DE SÃO PAULO 284

PROCESSO DISCIPLINAR Nº 2368/09, DA COMARCA DE SÃO PAULO INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS

DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO. 117

PROCESSO DISCIPLINAR Nº ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA. 607

PROMOVER OU FACILITAR A TERCEIRO TRANSAÇÕES ILÍCITAS

PROMOVER OU FACILITAR A TERCEIRO TRANSAÇÕES ILÍCITAS – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA JULGADA PROCEDENTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO XII, DO DECRETO 81.871/78 – CENSURA E MULTA. 607

PROMOVER OU FACILITAR A TERCEIRO TRANSAÇÕES ILÍCITAS – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA JULGADA PROCEDENTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO XII, DO DECRETO 81.871/78 – CENSURA E MULTA. 608

REFERIR-SE DESAIROSAMENTE SOBRE COLEGAS DE PROFISSÃO

REFERIR-SE DESAIROSAMENTE SOBRE COLEGAS DE PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO I DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 3º, INCISO X E 6º, X, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 63

REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE IMÓVEL

REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO RECEBEU VALORES E NÃO EFETUOU O SERVIÇO COMO TAMBÉM NÃO DEVOLVEU O VALOR COBRADO – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA PROFISSIONAL – SERVIÇO CONTRATADO DO QUERELADO NA CONDIÇÃO DE ENGENHEIRO. PROCESSO ARQUIVADO. 94

SENTENÇAS CRIMINAIS CONDENATÓRIAS TRANSITADAS EM JULGADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E DE ESTELIONATO - AUSÊNCIA DE DEFESA

SENTENÇAS CRIMINAIS CONDENATÓRIAS TRANSITADAS EM JULGADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E DE ESTELIONATO - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE. 402

TERMO DE REPRESENTAÇÃO

TERMO DE REPRESENTAÇÃO – DIVERGÊNCIA QUANTO AO SUJEITO PASSIVO – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS LIMITES DE SUA ABRANGÊNCIA PELO JULGADOR – PROCESSO ARQUIVADO. 83

TERMO DE REPRESENTAÇÃO – DIVERGÊNCIA QUANTO AO SUJEITO PASSIVO – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS LIMITES DE SUA ABRANGÊNCIA PELO JULGADOR – PROCESSO ARQUIVADO. 83

VENDA DE IMÓVEL ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO

VENDA DE IMÓVEL ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES DA PRETENDENTE E DESÍDIA EM PROVIDENCIAR O PROCESSO DE

FINANCIAMENTO JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 225

VENDA DE IMÓVEL ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES PAGOS A TITULO DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO E DESÍDIA EM PROVIDENCIAR O PROCESSO DE FINANCIAMENTO JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – NEGOCIO NÃO CONCRETIZADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. 224

VENDA E COMPRA DE IMÓVEL PRÓPRIO

VENDA E COMPRA DE IMÓVEL PRÓPRIO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E INCISO IV DO ARTIGO 6º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 225

VENDA E COMPRA DE IMÓVEL PRÓPRIO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E INCISO IV DO ARTIGO 6º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE. 225



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

57º VOLUME DE EMENTÁRIO

3ª TURMA DO PLENÁRIO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 18.JANEIRO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado na defesa juntada aos autos não infirmou o auto de constatação e o auto de infração restando caracterizado o cometimento da infração.

Processo Disciplinar nº 5241/06 - da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HELIO ALTERMAN - CRECI 020053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator(a): Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o fato do Querelado ter se quedado inerte sem apresentar defesa nos autos traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. Auto de Infração Procedente.

Processo Disciplinar nº 3982/06 - da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDMILSON DE SOUZA - CRECI 060981-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator(a): Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE DISPENSOU A PSEUDOCORRETORA DAS ATIVIDADES – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado pelo Querelado na defesa não infirmou o auto de infração. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3985/06 - da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LEOVALDO DE FÁTIMA - CRECI 040306-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O

CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO NA AUTUAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação, facilitar o exercício ilegal da profissão a não inscrito, outrossim, o auto de infração que lhe foi imposto é dotado de presunção de veracidade e certeza qual seja fé pública restando para o Querelado o ônus da desconstituição do mesmo e as simples alegações juntadas aos autos pelo Querelado não descaracterizou a autuação. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5512/06 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HUGO DE ARAÚJO FREIRE - CRECI 014509-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO E O AUTO DE INFRAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado pelo Querelado na defesa não infirmou o auto de infração. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3989/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO SEIGUI SHINZAKI - CRECI 034864-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE O PSEUDOCORRETOR SE INSCREVEU NOS QUADROS DO CRECI – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado pelo Querelado na defesa expondo que o pseudocorretor regularizou a situação se inscrevendo nos quadros do CRECI/SP não infirmou o auto de infração. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3986/06 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLOVIS AUGUSTO MACHADO - CRECI 037031-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator(a): Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO

QUE DISPENSOU A PSEUDOCORRETORA DAS ATIVIDADES – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado pela Querelada na defesa não infirmou o auto de infração. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3988/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CREUSA KONYOSI SHINZAKI - CRECI 044027-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator(a): Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO NA AUTUAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação, facilitar o exercício ilegal da profissão a não inscrito, outrossim, o auto de infração que lhe foi imposto é dotado de presunção de veracidade e certeza qual seja fé pública restando para o Querelado o ônus da desconstituição do mesmo e as simples alegações juntadas aos autos pelo Querelado não descaracterizou a autuação. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5487/06 - da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO EDUARDO PINHEIRO DE SIQUEIRA - CRECI 032762-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator(a): Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO TENTOU OBRIGAR ATRAVÉS DE COAÇÃO MORAL O QUERELANTE A DESEMPENHAR O PAPEL DE ADMINISTRADOR – VERIFICADA DESÍDIA PELO ESTAGIÁRIO NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

Durante o período de estágio, o estagiário está adstrito ao desempenho de várias funções pertinentes ao oficio de corretor de imóveis e a negociação visando a corrigir erros constatados pelo locatário é uma delas, não caracterizando atividade administrativa como expôs o Querelante, pois sua participação tornou-se necessária uma vez que foi ele que negociou os valores de condomínio de forma errônea, e sua recusa em participar da solução do problema caracteriza falta passível de indeferimento da aprovação do estágio. DENÚNCIA Improcedente.

Processo Disciplinar nº 2345/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EDUARDO DELGADO COSTA

Querelado: RICARDO MORAIS COSTA - CRECI 069990-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – INSTAURADO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA PSEUDOCORRETORA – INEXISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DA QUERELADA NA NEGOCIAÇÃO. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

Depreende-se pela análise do alegado nos autos e pelos documentos acostados aos mesmos, que toda intermediação foi praticada pela pseudocorretora em face da qual já foi instaurado o competente Processo Administrativo, sendo que a própria denunciante fez questão de salientar na DENÚNCIA que a Querelada nunca trabalhou na imobiliária. DENÚNCIA Improcedente.

Processo Disciplinar nº 2349/07 - da comarca de GUARULHOS

Querelante: IVANA THAIS MARTINS DE LIMA

Querelada: PAULA GARCIA - CRECI 057797-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL LOCADO – APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES DO QUERELANTE – DESCUMPRIMENTO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL POR PARTE DO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS ATOS IMPUTADOS AO DENUNCIADO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Depreende-se pela análise dos autos que o Querelado se apropriou indevidamente de valores do Querelante, praticando assim ato que a lei define como crime ou contravenção. Outrossim, a falta de defesa traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao denunciado. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2350/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANTONIO TAVARES GOMES / DR GERALDO LOPES

Querelado: ROMULO JOSÉ DO NASCIMENTO - CRECI 018335-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na DENÚNCIA a ocorrência de desídia na administração de locação imobiliária e a retenção indevida dos valores pagos pelo locatário. Outrossim, apropriar-se de valores de que tenha a posse ou a detenção configura crime nos termos do artigo 168 do CP com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. Denúncia Procedente. Processo Disciplinar nº 2351/07 – da comarca de OSASCO

Querelante: ALAN MARK LIBERMAN

Querelada: MARGARIDA MARIA DE LIMA CAMARA BARROSO - CRECI 045021-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – JUNTADA AOS AUTOS DE DECLARAÇÃO POR PARTE DO QUERELANTE AFIRMANDO QUE A PENDÊNCIA FOI SANADA – PROCESSO ARQUIVADO.

O Querelante narra na DENÚNCIA a ocorrência de apropriação indevida de valores por parte do Querelado, contudo, posteriormente foi juntada declaração do denunciante informando que a pendência foi sanada uma vez que as partes transigiram.

Processo Disciplinar nº 2352/07 - da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: IRANI RODRIGUES PINTO

Querelado: MARIO LUIZ DOS REIS - CRECI 049608-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO FRAUDE NA ASSINATURA DO FIADOR E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP E CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A prática de fraude na assinatura do fiador e retenção indevida de valores, além de transgredir normas de ética profissional, prejudica os interesses que foram confiados á Querelada, como também caracteriza a prática de ato que a lei define como crime ou contravenção, corrobora ainda a favor do Querelante o fato da Querelada não ter se manifestado nos autos apresentando defesa, o que traz a presunção de veracidade dos fatos a ela imputados.

Processo Disciplinar nº 2361/07 - da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: GRIZANDO ALVES FERREIRA

Querelada: ROSANGELA BEATRIZ DE SOUZA COSTA - CRECI 039736-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pela suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de (30) trinta dias, cumulado com a multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES DO IPTU E DE ALUGUERES PAGOS PELO LOCATÁRIO –INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na DENÚNCIA a ocorrência de apropriação indevida de valores do IPTU e de alugueres pagos pelo locatário por parte do Querelado, e oportunizada a apresentação de defesa, o denunciado quedou-se inerte, corroborando com a presunção de veracidade dos fatos imputados à

ele. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2353/07 - da comarca de CAMPINAS

Querelante: CARLOS SIGNORINI BUDAHAZI

Querelado: ARISTIDES MINATEL - CRECI 026407-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de (30)trinta dias, cumulado com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PERMUTA DE IMÓVEIS – FALTA DE PROVIDENCIAR AS CERTIDÕES DO APARTAMENTO – CONSTATADO PELA QUERELANTE A EXISTÊNCIA DE DIVIDAS DO BEM JUNTO AO INSS – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE ACERCA DO IMÓVEL PRATICADA PELA QUERELADA NA AFERIÇÃO DOS DADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Constitui infração disciplinar a prática de transação que saiba ilegal, injusta ou imoral, vindo com isso a Querelada a locupletar-se por qualquer forma, obtendo vantagem na intermediação de permuta de imóveis que se-encontrava com dividas, Outrossim, foi aposta informação inverídica no documento particular ao ser inserida clausula afirmando que não havia ônus, vindo assim a Querelada a prejudicar por dolo ou culpa, os interesses que lhe foram confiados.

Processo Disciplinar nº 2354/07 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: ANA MARIA CARDOSO LOUREIRO

Querelada: XANADU IMÓVEIS SC LTDA - CRECI 008835-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A prática de retenção indevida de valores do cliente constitui crime de apropriação indébita capitulada no artigo 168 do CP agravado por ser praticado em razão de emprego ou oficio. Outrossim, o Querelado é reincidente conforme se comprova em consulta à ficha cadastral, situação agravada pelo silêncio do mesmo em defender-se nos autos, o que leva a presunção de veracidade dos fatos a ele imputados

Processo Disciplinar nº 1765/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANTONIO CARLOS ROCHA

Querelado: ELIEL DOS SANTOS - CRECI 046780-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO TENTATIVA DE FRAUDE EM CONTRATO DE LOCAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78 E CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A prática de tentativa de fraude em contrato de locação além de transgredir normas de ética profissional, prejudica os interesses que foram confiados ao Querelado, como também caracteriza a prática de ato que a lei define como crime ou contravenção, corrobora ainda a favor do Querelante o fato do Querelado não ter se manifestado nos autos apresentando defesa, o que traz a presunção de veracidade dos fatos a ele imputados.

Processo Disciplinar nº 2356/07 - da comarca de CAMPINAS

Querelante: CELSO AUGUSTO DOS SANTOS

Querelada: CARLOS ROBERTO FERREIRA DA COSTA - CRECI 063698-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO.

Como autor da denúncia, tem o denunciante o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E não se tratando de um direito indisponível, só resta a este Órgão acatar o pedido. Processo arquivado sem exame de mérito.

Processo Disciplinar nº 0189/07 - da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: SUELI AP CONRADI NASCIMENTO

Querelado: ROBERTO BARIONI FILHO - CRECI 030062-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar o processo, sem exame de mérito, tendo em vista o requerimento expresso da denunciante.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO IV E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na DENÚNCIA a ocorrência de desídia na administração de locação imobiliária e a retenção indevida dos valores pagos pelo locatário deixando ainda de pagar as taxas de condomínio, vindo ainda o Querelado a vender sua carteira de clientes e passar a administração da locação à outra empresa sem seu prévio conhecimento e consentimento. Outrossim, apropriar-se de valores de que tenha a posse ou a detenção configura crime nos termos do artigo 168 do CP com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1764/07 - da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: ANA GALHARDO OKUDO

Querelado: RICARDO ALEXANDRE CIONE - CRECI 049445-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias cumulado com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA POR PARTE DO QUERELADO EM SOLICITAR RELIGAÇÃO DE ÁGUA E LUZ E DE EFETUAR REFORMA NO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Prejudicar por dolo ou culpa os interesses que lhe forem confiados consubstanciado no fato de locar imóvel que não apresentava condições de habitabilidade e deixar de tomar providências para que fosse efetuada reforma e religação de água e luz, constitui infração ética disciplinar, restando portanto configurada o cometimento de infração por parte do Querelado.

Processo Disciplinar nº 2383/07 - da comarca de GUARULHOS

Querelante: ROSE MARY ROMÃO

Querelado: PAULO ALBERTO PEREIRA DE JESUS - CRECI 031203-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela censura, cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia a ocorrência de desídia na administração de locação imobiliária e a retenção indevida dos valores pagos pelo locatário por parte do Querelado, deixando ainda este de fornecer o extrato de pagamento do IPTU, vindo posteriormente acordar com o Querelante que repassaria os valores retidos ilegalmente de forma parcelada, mas não cumpriu o acordo. Outrossim, apropriar-se de valores de que tenha a posse ou a detenção configura crime nos termos do artigo 168 do CP com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2372/07 - da comarca de CAMPINAS

Querelante: ANTONIO LUIZ NADALIN

Querelado: GILSON CORREIA DE OLIVEIRA - CRECI 060632-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição do Querelado por 30 (dias) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos leva a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6025/06 - da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SONIA REGINA DA ROCHA PELECHIA - CRECI 046606-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos leva a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6056/06 - da comarca de JUNDIÁI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCEL CARLOS PACENTINI - CRECI 041833-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL ORIUNDO DE DOAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE – CLAUSULA IMPEDITIVA DE COMERCIALIZAÇÃO – CARACTERIZADA A VANTAGEM PELO QUERELADO POR VENDA IRREGULAR DE IMÓVEL – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE.

Constitui infração disciplinar a prática de transação que saiba ilegal, injusta ou imoral, vindo com isso o Querelado a locupletar-se por qualquer forma, obtendo vantagem na venda de imóvel que se-encontrava irregular, outrossim uma vez que a municipalidade agindo no interesse da isonomia do direito à residência e obedecendo ao principio da função social da propriedade, outorga a titulo de doação um terreno a um cidadão com clausula expressa que veda a comercialização do mesmo, sendo que este cidadão descumpre o acordado com a ajuda de um profissional do ramo da intermediação imobiliária, comercializa tal patrimônio,

Processo Disciplinar nº 1773/07 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: PODER JUDICIÁRIO DE SP

Querelado: WASHINGTON LUIZ VIEIRA DE CARVALHO - CRECI 062585-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão

da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos leva a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4474/06 - da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO CESAR SAMPAIO DE TOLEDO - CRECI 050767-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O CONSTATADO NA AUTUAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação, facilitar o exercício ilegal da profissão a não inscrito, outrossim, o auto de infração que lhe foi imposto é dotado de presunção de veracidade e certeza qual seja fé pública restando para o Querelado o ônus da desconstituição do mesmo e as simples alegações juntadas aos autos pelo Querelado não descaracterizou a autuação. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4200/06 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCELINO JOSÉ DE ANDRADE PEREIRA - CRECI 059585-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – JUNTADO AOS AUTOS COMPROVANTE DE QUE O AUTUADO É EMPREGADO DA EMPRESA E ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE REGISTRADO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos, no entanto o Querelado juntou aos autos comprovante de que o autuado é empregado devidamente registrado na empresa. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 5982/06 - da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ FRANCISCO PILICOLA - CRECI 024247-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E ASSINATURA FALSA DOS FIADORES – DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL POR PARTE DO QUERELADO O QUAL FIGUROU COMO RÉU NAQUELA JURISDIÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IX DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Após o Querelado locar o imóvel da Querelante e a locatária quedar-se inadimplente com os alugueres, o primeiro deixou de tomar providencias na execução de seu oficio trazendo prejuízos à Querelante, descumprindo ainda acordo judicial onde figurou como réu e se comprometeu a pagar os valores devidos, restando, portanto caracterizada a Procedência da Denuncia.

Processo Disciplinar nº 1767/07 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: REGINA IMACULADA ANDRADE GROH

Querelado: LUIZ DE MOURA - CRECI 017345-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – TRANSCORRIDO "IN ALBIS" O PRAZO PARA QUE A QUERELADA APRESENTASSE DEFESA – INCIDÊNCIA DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS PELA QUERELANTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A prática de retenção indevida de valores além de transgredir normas de ética profissional, prejudica os interesses que foram confiados á Querelada, como também caracteriza a prática de ato que a lei define como crime ou contravenção, outrossim, o fato da Querelada ter se quedado inerte, induz a presunção de veracidade dos fatos a ela imputados, restando caracterizada a infração capitulada no artigo 38, inciso II e X do Decreto 81.871/78, artigo 4º, inciso V e artigo 6º, inciso IV do CEP.

Processo Disciplinar nº 1766/07 - da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: LUIS FERNANDO ZANOTTI

Querelada: SUZEL DE CASSIA GELOTI AMBAR - CRECI 046609-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE COBRANÇA DE DUAS MODALIDADES DE GARANTIA EM UM MESMO CONTRATO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO IV E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A Querelada além da garantia fidejussória, também reteve para si depósito em dinheiro no

valor de seis meses de alugueres adiantados sob o pretexto de sanar possíveis danos causados ao imóvel, o que em tese e de acordo com o inciso II do artigo 43 da lei das locações, constitui contravenção penal punível com prisão simples de cinco dias a seis meses ou multa de três vezes a doze vezes do valor do último aluguel revertido em favor do locatário, exigir por motivo de locação ou sublocação, mais de uma modalidade de garantia num mesmo contrato de locação. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1768/07 - da comarca de SOROCABA

Querelante: JOSE TADEU ANDRADE

Querelada: ENNIO LANDULPHO NEG IMOB LTDA / ENNIO LANDULPHO - CRECI 016321-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE COBRANÇA DE DUAS MODALIDADES DE GARANTIA EM UM MESMO CONTRATO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78; ARTIGO 4º, INCISO IV E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelado além da garantia fidejussória, também reteve para si depósito em dinheiro no valor de seis meses de alugueres adiantados sob o pretexto de sanar possíveis danos causados ao imóvel, o que em tese e de acordo com o inciso II do artigo 43 da lei das locações, constitui contravenção penal punível com prisão simples de cinco dias a seis meses ou multa de três vezes a doze vezes do valor do último aluguel revertido em favor do locatário, exigir por motivo de locação ou sublocação, mais de uma modalidade de garantia num mesmo contrato de locação. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1770/07 - da comarca de SOROCABA

Querelante: JOSE TADEU ANDRADE

Querelado: ENNIO LANDULPHO - CRECI 047286-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL ORIUNDO DE DOAÇÃO PELA MUNICIPALIDADE – CLAUSULA IMPEDITIVA DE COMERCIALIZAÇÃO – CARACTERIZADA A VANTAGEM PELO QUERELADO POR VENDA IRREGULAR DE IMÓVEL – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE.

Constitui infração disciplinar a prática de transação que saiba ilegal, injusta ou imoral, vindo com isso o Querelado a locupletar-se por qualquer forma, obtendo vantagem na venda de imóvel que se-encontrava irregular, outrossim uma vez que a municipalidade agindo no interesse da isonomia do direito à residência e obedecendo ao principio da função social da propriedade, outorga a titulo de doação um terreno a um cidadão com clausula expressa que veda a comercialização do mesmo, sendo que este cidadão descumpre o acordado com a ajuda de um profissional do ramo da intermediação imobiliária, comercializa tal patrimônio,

Processo Disciplinar nº 2049/09 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: YOUNG SUN KIM

Querelada: KAUFFMANN CONS DE IMÓVEIS S/A - CRECI 010071-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura cumulada com multa no valor de 06 (seis) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO COMERCIAL DE IMÓVEL – LOCATÁRIOS INADIMPLENTES NO PAGAMENTO DOS ALUGUERES – SENTENÇA JUDICIAL DEFERINDO O DESPEJO E CONDENANDO OS INQUILINOS AO PAGAMENTO DOS DÉBITOS – CONSTATAÇÃO DE FALSIDADE E INEXISTÊNCIA DOS FIADORES E DO IMÓVEL DESCRITO NO CONTRATO ACESSÓRIO DE FIANÇA – SENTENÇA JUDICIAL DE 1º GRAU CONDENANDO A EMPRESA QUE O QUERELADO É RESPONSÁVEL TÉCNICO A PAGAR PELOS PREJUÍZOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO XII DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

O profissional do ramo de intermediação imobiliária é um prestador de serviços, e como tal deve cumprir a legislação pertinente ao seu oficio, outrossim, conforme a própria norma determina e a jurisprudência de nossos tribunais, esta sujeito à responsabilidade de perdas e danos que advir de possíveis vícios oriundos de seu labor. No caso em epigrafe, restou demonstrado que a Querelante suportou prejuízos financeiros com a inexistência da garantia fidejussória aposta no contrato pela Querelada, inexistência esta devido ao defeito da prestação do serviço de intermediação de locação, O responsável Técnico responde pelos atos praticados no interior de sua empresa.

Processo Disciplinar nº 2050/09 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: YOUNG SUN KIM

Querelado: LUIZ ROBERTO KAUFFMANN - CRECI 046437-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura cumulada com multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL SEM AFERIR AS CERTIDÕES DO MESMO E DO PROPRIETÁRIO – CONSTATADO PELA QUERELANTE A EXISTÊNCIA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO EM NOME DO VENDEDOR – NEGOCIO DESFEITO – PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL POR PARTE DA QUERELADA EM FACE DA QUERELANTE COBRANDO COMISSÃO – DESÍDIA INFRAÇÃO AO ARTIGO 38 DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II, ARTIGO 6, INCISO V DO CEP.

No caso em epigrafe, e com relação às certidões, estas podem ou não ser providenciadas conforme a decisão do cliente, contudo quando não for providenciada, deve-se constar expressamente em clausula contratual que o cliente dispensa as certidões, a exemplo do que os tabeliões constam quando da confecção de escrituras publicas. A simples menção de que a Querelante esta satisfeita com a documentação apresentada não significa a dispensa da Querelada de providencia-las, outrossim, concretizar negócio com o vendedor sendo executado por dividas caracteriza fraude ao credor.

Processo Disciplinar nº 0096/10 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA MARGARETH LOPES PEREIRA

Querelada: KAUFFMANN CONS DE IMÓVEIS S/A - CRECI 010071-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura cumu-

lada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE IMÓVEL SEM AFERIR AS CERTIDÕES DO MESMO E DO PROPRIETÁRIO – CONSTATADO PELA QUERELANTE A EXISTÊNCIA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO EM NOME DO VENDEDOR – NEGOCIO DESFEITO – PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL POR PARTE DO QUERELADO EM FACE DA QUERELANTE COBRANDO COMISSÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA RESPONDE PELA DESÍDIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38 DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCIDO II, ARTIGO 6, INCISO V DO CEP.

No caso em epigrafe, e com relação às certidões, estas podem ou não ser providenciadas conforme a decisão do cliente, contudo quando não for providenciada, deve-se constar expressamente em clausula contratual que o cliente dispensa as certidões, a exemplo do que os tabeliões constam quando da confecção de escrituras publicas. A simples menção de que a Querelante esta satisfeita com a documentação apresentada não significa a dispensa do Querelado de providencia-las, outrossim, concretizar negócio com o vendedor sendo executado por dividas caracteriza fraude ao credor. O responsável técnico responde pelos atos da pessoa jurídica.

Processo Disciplinar nº 0097/10 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA MARGARETH LOPES PEREIRA

Querelado: LUIZ ROBERTO KAUFFMANN - CRECI 046437-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE APARTAMENTO APRESENTANDO O CLIENTE E NEGOCIANDO DIRETO DESRESPEITANDO PARCERIA FIRMADA COM OUTRO PROFISSIONAL QUE APRESENTOU O DONO DO IMÓVEL – DOCUMENTAÇÃO ACOSTADAS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO NA DENÚNCIA – DENÚNCIA PROCEDENTE TAMBÉM EM FACE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IMOBILIÁRIA- INFRAÇÃO AO ARTIGO 3º, INCISO XI, ARTIGO 4º, INCISOS IX, X E ARTIGO 6º, INCISO VI DO CEP.

No caso em epigrafe, constatamos a proposta da Querelada assinada pelo corretor responsável, como também à fl. 12 o anuncio efetuado pelo Querelante em jornal da Região, os quais coadunam com o alegado na DENÚNCIA restando em tese, comprovada a falta de ética com o respectivo desrespeito à parceria ao realizar transação diretamente excluindo o Querelante do negocio o que constitui infração ao artigo 3º, inciso XI, artigo 4º, incisos IX, X e artigo 6º, inciso VI do CEP com a conseqüente sujeição às sanções previstas no artigo 21 da Lei 6.530/78,

Processo Disciplinar nº 1772/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADELSON FERNANDES

Querelado: IVAN PICOLOMINI - CRECI 035454-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura cumulada com multa no valor de 01 (uma) anuidade.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – VENDA DE APARTAMENTO APRESENTANDO O CLIENTE E NEGOCIANDO DIRETO DESRESPEITANDO PARCERIA FIRMADA COM OUTRO PROFISSIONAL QUE APRESENTOU O DONO DO IMÓVEL – DOCUMENTAÇÃO ACOSTADAS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO NA DENÚNCIA – DENÚNCIA PROCEDENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 3º, INCISO XI, ARTIGO 4º, INCISOS IX, X E ARTIGO 6º, INCISO VI DO CEP.

No caso em epigrafe, constatamos a proposta da Querelada assinada pelo corretor responsável, como também à fl. 12 o anuncio efetuado pelo Querelante em jornal da Região, os quais coadunam com o alegado na DENÚNCIA restando em tese, comprovada a falta de ética com o respectivo desrespeito à parceria ao realizar transação diretamente excluindo o Querelante do negocio o que constitui infração ao artigo 3º, inciso XI, artigo 4º, incisos IX, X e artigo 6º, inciso VI do CEP com a conseqüente sujeição às sanções previstas no artigo 21 da Lei 6.530/78,

Processo Disciplinar nº 1769/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADELSON FERNANDES

Querelada: TORRES E PICOLOMINI EMP IMOB LTDA - CRECI 010830-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao Querelado facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6033/06 - da comarca de MARÍLIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDEMAR FERRUCI - CRECI 062372-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO –INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação pela denunciada, após ser notificada pessoalmente, traz a presunção de veracidade aos fatos narrados na inicial, aliados à condenação do pseudocorretor em processo administrativo autônomo, configura a infração perpetrada, nos termos do artigo 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Ausência de defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4007/06 - da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIZABETH MALACHOSKI - CRECI 048944-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5952/06 - da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: UMBERTO MARIANO PACHECO - CRECI 034310-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO –INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação pelo denunciado, após ser notificado pessoalmente, traz a presunção de veracidade aos fatos narrados na inicial, aliados à condenação da pseudocorretora em processo administrativo autônomo, configura a infração perpetrada, nos termos do artigo 38, inciso III do

Decreto 81.871/78. Ausência de defesa. Denúncia Procedente

Processo Disciplinar nº 6020/06 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RONALDO DA SILVA - CRECI 041922-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de

penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6021/06 - da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PEDRO JOSÉ BALTIERI - CRECI 014560-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE- NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5996/06 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO LUIZ FERREIRA - CRECI 039052-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE- NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5997/06 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LINDSEY BATISTA COLOMBANI - CRECI 030899-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DENEGRINDO TAMBÉM A PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEL – AUSÊNCIA DE DEFESA – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO X DO DECRETO

81.871/78 C.C. O ART. 3º, INCISOS I E VIII DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A participação do Querelado em ato que a lei define como crime, maculando sua própria reputação e, por consequência, denegrindo a profissão de corretor de imóveis, configura também a prática de infração disciplinar de natureza grave, elencada no artigo 38, inciso X do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 3º, incisos I e VIII do CEP

Processo Disciplinar nº 0164/07 - da comarca de JUNDIÁI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO FRANCISCO GALO - CRECI 019424-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS EM ATRASO – CULPA DA LOCATÁRIA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A defesa apresentada pela Querelada comprovando que os repasses eram feitos com atraso a Querelante por culpa da locatária que não pagava os aluguéis em dia, enseja o arquivamento do processo em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 2273/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ELIANE DE SOUZA E SILVA

Querelada: TORRIS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI 013487-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS EM ATRASO – CULPA DA LOCATÁRIA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A defesa apresentada comprovando que os repasses eram feitos com atraso a Querelante por culpa da locatária que não pagava os aluguéis em dia enseja o arquivamento do processo em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 2274/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ELIANE DE SOUZA E SILVA

Querelado: JOSIAS LEMES DA SILVA - CRECI 0414221-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar a Querelante que o imóvel não possuía as condições mínimas

de segurança e de habitabilidade, e que demoraria a conseguir a posse do bem, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a ensejar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.os art.4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2281/07 - da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARIA IZABEL DE JESUS

Querelada: PREDILAR IMOV SC LTDA / THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 018500-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de informar a Querelante que o imóvel não possuía as condições mínimas de segurança e de habitabilidade, e que demoraria a conseguir a posse do bem, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a ensejar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.os art.4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2282/07 - da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARIA IZABEL DE JESUS

Querelado: THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 061354-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A ausência de elementos comprobatórios dos fatos alegados pelo Querelante enseja o arquivamento dos autos, por improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 2296/07 - da comarca de OSASCO

Querelante: JOÃO SILVA LEMOS

Querelado: VALDECY ALVES DE SOUSA - CRECI 045167-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – PERMITIR QUE PESSOAS DIVERSAS DAQUELAS PREVISTAS EM CONTRATO RESIDISSEM NO IMÓVEL – OMISSÃO DIANTE DO INADIM-

PLEMENTO DO LOCATÁRIO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Assim, permitir a Querelada que pessoas diversas daquelas previstas em contrato residissem o imóvel no lugar do inquilino, bem como não cobrar os débitos (aluguel, água, luz e IPTU) oriundos deste, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1746/07 - da comarca de ABCD

Querelante: ENEIDA DE MIRANDA CADAVAL

Querelada: MONTAGNA IMÓVEIS LTDA - CRECI 018859-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – PERMITIR QUE PESSOAS DIVERSAS DAQUELAS PREVISTAS EM CONTRATO RESIDISSEM NO IMÓVEL – OMISSÃO DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO LOCATÁRIO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Assim, permitir o Querelado que pessoas diversas daquelas previstas em contrato residissem no imóvel no lugar do inquilino, bem como não cobrar os débitos (aluguel, água, luz e IPTU) oriundos deste, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1748/07 - da comarca de ABCD

Querelante: ENEIDA DE MIRANDA CADAVAL

Querelado: VICENTE MONTAGNA - CRECI 046121-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – NÃO INGRESSAR COM AS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS PARA COBRANÇA DOS DÉBITOS – NÃO DEVOLUÇÃO DE CHAVES – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos narrados, e a conduta da Querelada ao deixar de tomar as medidas judiciais cabíveis para cobrança dos débitos oriundos do imóvel, bem como se negar a prestar contas e a devolver as chaves ao Querelante, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1751/07 - da comarca de OSASCO

Querelante: JOSÉ MARIA FELIPE

Querelada: ZANOTTI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 016987-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. E a ausência de manifestação do Querelado, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pelas Querelantes. Portanto, apropriar-se indevidamente de valores monetários em intermediação de venda e compra e no curso de administração de locação de imóveis das Querelantes, comprovam cabalmente desídia e ato que a lei considera como crime, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0116/07 - da comarca de BAURU

Querelante: NAIR MALMONGE SALORNO

Querelado: WLADIMIR FRANCISCATTO - CRECI 030724-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. E a ausência de manifestação do Querelado, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pelas Querelantes. Portanto, apropriar-se indevidamente de valores monetários em intermediação de venda e compra e no curso de administração de locação de imóveis das Querelantes, comprovam cabalmente desídia e ato que a lei considera como crime, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3395/09 - da comarca de BAURU

Querelante: SONIA REGINA CONTE

Querelado: WLADIMIR FRANCISCATTO - CRECI 030724-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA E EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. E a ausência de manifestação do Querelado, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pelas Querelantes. Portanto, apropriar-se indevidamente de valores monetários em intermediação de venda e compra e no curso de administração de locação de imóveis das Querelantes, comprovam cabalmente desídia e ato que a lei considera como crime, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0003/10 - da comarca de BAURU

Querelante: SEBASTIANA CRUZ

Querelada: WLADIMIR FRANCISCATTO - CRECI 030724-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS DE LOTES DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de prestar contas dos negócios concretizados e valores recebidos na administração das vendas dos terrenos do loteamento do Querelante, bem como apropriar-se ilegalmente dessa vultosa quantia (R$ 78.524,13), causando-lhe enormes prejuízos, comprovam cabalmente atos de total desídia, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II, VIII e X, do Decreto 81.871/78 c.c. o art.6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2366/07 - da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: JRC EMPR IMOB LTDA / DR ALBERTO LUIZ DE OLIVEIRA

Querelado: ROBERTO BARIONI FILHO - CRECI 030062-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 90 (noventa) dias, cumulada com multa de 4 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS DE LOTES DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRI-

ME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de prestar contas dos negócios concretizados e valores recebidos na administração das vendas dos terrenos do loteamento do Querelante, bem como apropriar-se ilegalmente dessa vultosa quantia (R$ 78.524,13), causando-lhe enormes prejuízos, comprovam cabalmente atos de total desídia, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II, VIII e X, do Decreto 81.871/78 c.c. o art.6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2365/07 - da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: JRC EMPR IMOB LTDA / DR ALBERTO LUIZ DE OLIVEIRA

Querelado: MARCELO MORAES DE SOUZA - CRECI 030053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 90 (noventa) dias, cumulada com multa de 4 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DOS DÉBITOS – DEFESA PROCEDENTE – COMPROVAÇÃO DE REPASSE DE ALUGUEL RECEBIDO E DAS MEDIDAS CABÍVEIS PARA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A defesa apresentada pelo Querelado comprovando o repasse do valor recebido do inquilino, e que tomou todas as medidas cabíveis para a desocupação amigável do imóvel, bem como do firmamento do acordo para recebimento dos débitos, e ainda, que o contrato possuía sim garantia fidejussória, ensejam o arquivamento do processo em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 1677/07 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: MARCO ANTONIO DA ROSA

Querelado: PEDRO KAZUMOTO TAKAHASHI - CRECI 047059-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO – DIREITO QUE PERTENCE AO AUTOR DA DENÚNCIA – DIREITO DISPONÍVEL – ACOLHIMENTO – PROCESSO EXTINTO.

Se o denunciante manifesta de forma expressa, através da juntada de declaração, sua intenção de desistir da denúncia, antes do trânsito em julgado do processo disciplinar e desde que não se trate de direito indisponível, conforme caso em apreço, só resta extinguir o processo e arquivar os autos.

Processo Disciplinar nº 0194/07 - da comarca de ABCD

Querelante: MARCIA REGINA DE OLIVEIRA AGUIAR

Querelado: JOÃO JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 040286-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo, pela perda do objeto da denúncia, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro(a) JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – CONFISSÃO DO QUERELADO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a confissão do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5998/06 - da comarca de JUNDIÁI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HONOR APARECIDO GOIOS BARROSO - CRECI 012365-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO –INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação pelo denunciado, após ser notificado pessoalmente, traz a presunção de veracidade aos fatos narrados na inicial, aliados à condenação do pseudocorretor em processo administrativo autônomo, configura a infração perpetrada, nos termos do artigo 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Ausência de defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5506/06 - da comarca de ARAÇATU BA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSE ALVES DA ROCHA - CRECI 062810-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, além do que reter ilegalmente valores a título de sinal e princípio de pagamento em intermediação de venda e compra, configura a prática de ato que a lei define como crime, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, inciso X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1713/07 - da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: PROCON - SÃO CARLOS

Querelado: AUREALICE GIULIANO - CRECI 048938-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, cumulada com multa de 4 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de devolver valores retidos ilegalmente a título de aluguéis, IPTU e taxa de lixo na administração de locação de imóvel comercial da Querelante, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2359/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TERESA DE JESUS MARQUES

Querelada: ARRUDA IMÓVEIS E ADM LTDA - CRECI 010448-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver valores retidos ilegalmente a título de aluguéis, IPTU e taxa de lixo na administração de locação de imóvel comercial da Querelante, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2360/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TERESA DE JESUS MARQUES

Querelado: FRANCISCO ALVES ARRUDA - CRECI 051356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – INTIMAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado, após ter sido intimado pessoalmente, gera a presunção relativa de veracidade dos fatos. Portanto, deixar o Querelado de devolver valores retidos ilegalmente a título de aluguéis e IPTU na administração de locação de imóvel comercial do Querelante, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2332/07 - da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: FERNANDO TOSHIYUKI INADA

Querelado: DEOCIDES BISSONI GOUVEA - CRECI 048586-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de devolver valores retidos ilegalmente a título de garantia locatícia, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1706/07 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: ELISANGELA WHITE

Querelado: LUCIA BODENARUK - CRECI 045418-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

AVALIAÇÃO DE IMÓVEL SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Não restou provado que o Querelado estava anunciando publicamente ou mesmo transacionando o imóvel do Querelante, logo não há como se enquadrar essa conduta àquela tipificada no art. 38, inciso IV do Decreto 81.871/78, ensejando assim, o arquivamento do processo em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 1736/07 - da comarca de ABCD

Querelante: HUGO GUSTAVO HILBERT

Querelado: DARIO CALEFFI - CRECI 015606-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE MULTA RESCISÓRIA – DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL SEM CONSERTO OU INDENIZAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de manifestação da Querelada, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pela Querelante. Portanto, deixar a Querelada de cobrar a multa rescisória do contrato, bem como permitir que os inquilinos desocupassem o imóvel sem consertar ou indenizar os danos causados ao mesmo, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1737/07 - da comarca de ABCD

Querelante: FRANCISCO BEU DOS SANTOS

Querelada: ZENAIDE GONÇALVES MASYER - CRECI 009637-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE DIVERSOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS DA QUERELANTE – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E DE VALORES DADOS A TÍTULO DE CAUÇÃO LOCATÍCIA – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de repassar os aluguéis, bem como reter indevidamente valores dados a título de caução locatícia configuram, em tese, crime de apropriação indébita, comprovando cabalmente atos de total desídia na administração de locações residenciais, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1738/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DALVA APARECIDA CARDOSO

Querelado: ALCIDES TERRADAS - CRECI 035145-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento do Querelado.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DÉBITOS DE TRIBUTOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar o Querelante sobre débitos de IPTU, de pavimentação e asfalto, oriundos do imóvel a ser adquirido pelo mesmo, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave,

nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1745/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ VALDIR SONEGO

Querelada: JF EMPREEND IMOBS LTDA - CRECI 005842-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DÉBITOS DE TRIBUTOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, além do que deixar a Querelada de informar o Querelante sobre débitos de IPTU, de pavimentação e asfalto, oriundos do imóvel a ser adquirido pelo mesmo, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1747/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ VALDIR SONEGO

Querelada: PREDIAL NOVO MUNDO LTDA - CRECI 001534-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DÉBITOS DE TRIBUTOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, além do que deixar o Querelado de informar o Querelante sobre débitos de IPTU, de pavimentação e asfalto, oriundos do imóvel a ser adquirido pelo mesmo, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1750/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ VALDIR SONEGO

Querelada: JOSÉ PEREIRA FERNANDES FILHO - CRECI 028931-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – RELÓGIOS DE ÁGUA E LUZ SEM PLENAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO - DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar o Querelante sobre a lacração do relógio de água, não permitindo assim qualquer condição de higiene no local, bem como da ausência de relógio de luz independente no imóvel, além da cobrança indevida de aluguel e multa rescisória, configuram atos de total desídia na intermediação de locação de imóvel comercial, de forma a ensejar a prática de infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1752/07 - da comarca de OSASCO

Querelante: EDUARDO ALBERTO TEODORO

Querelada: TATIANE PEREZ DA SILVA - CRECI 059491-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DO QUERELANTE – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS – LOCAR POR VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO EM CONTRATO – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO IV E 6º, INCISO V, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de devolver os documentos originais ao Querelante, bem como locar seu imóvel por valor inferior ao estipulado em contrato, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78 c.c. o art.4º, inciso IV e 6º, inciso V, ambos do CEP.

Processo Disciplinar nº 1753/07 - da comarca de GUARULHOS

Querelante: JOSÉ EXPEDITO ALVES DOS SANTOS

Querelada: TCI TRANS-GEO CORR DE IMOV ADM SC LTDA / MILTON MARTINS FERREIRA - CRECI 013394-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DO QUERELANTE – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS – LOCAR POR VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO EM CONTRATO – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO IV E 6º, INCISO V, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver os documentos originais ao Querelante, bem como locar seu imóvel por valor inferior ao estipulado em contrato, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78 c.c. o art.4º, inciso IV e 6º, inciso V, ambos do CEP.

Processo Disciplinar nº 1759/07 - da comarca de GUARULHOS

Querelante: JOSÉ EXPEDITO ALVES DOS SANTOS

Querelado: MILTON MARTINS FERREIRA - CRECI 039361-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos descritos na representação. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5243/06 - da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MURILO BRITO CORDEIRO - CRECI 053086-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos alegados nos processos disciplinares 002880/06 e 001488/07, deixando escoar "in albis" o prazo para apresentar defesa nos processos disciplinares 001357/06, 001913/06 e 001922/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do artigo 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1357/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR

OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos alegados nos processos disciplinares 002880/06 e 001488/07, deixando escoar "in albis" o prazo para apresentar defesa nos processos disciplinares 001357/06, 001913/06 e 001922/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do artigo 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1913/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos alegados nos processos disciplinares 002880/06 e 001488/07, deixando escoar "in albis" o prazo para apresentar defesa nos processos disciplinares 001357/06, 001913/06 e 001922/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do artigo 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1922/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos alegados nos processos disciplinares 002880/06 e 001488/07, deixando escoar "in albis" o prazo para apresentar defesa nos processos disciplinares 001357/06, 001913/06 e 001922/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do artigo 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2880/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NOS PD'S Nº 002880/06 E 001488/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 001357/06, 001913/06 E 001922/06, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos alegados nos processos disciplinares 002880/06 e 001488/07, deixando escoar "in albis" o prazo para apresentar defesa nos processos disciplinares 001357/06, 001913/06 e 001922/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do artigo 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1488/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos descritos na representação. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1374/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: REINALDO SCHRAMM - CRECI 048825-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa, presunção de veracidade. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2897/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ TERTO DA SILVA - CRECI 017429-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa, presunção de veracidade. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 4006/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ TERTO DA SILVA - CRECI 017429-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS DO PD Nº 000003/06 – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 003963/06, PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados no PD nº 000003/06. Ausência de defesa no PD nº 003963/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 0003/06 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIO ELIAS DE ARAÚJO - CRECI 034103-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS DO PD Nº 000003/06 – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 003963/06, PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados no PD nº 000003/06. Ausência de defesa no PD nº 003963/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3963/06 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIO ELIAS DE ARAÚJO - CRECI 034103-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos descritos na representação. Infração à regra do Art. 38, III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 3992/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS BULLE LOPES - CRECI 039479-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO.

Se ocorrer a prescrição da punibilidade, o processo deixa de ter razão para prosseguir, pois todos os seus atos subseqüentes seriam inúteis. Aplicação da regra do artigo 68, do Código de Processo Disciplinar. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 11698/05 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos presentes processos disciplinares em razão da improcedência dos Termos de Representação.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO.

Se ocorrer a prescrição da punibilidade, o processo deixa de ter razão para prosseguir, pois todos os seus atos subseqüentes seriam inúteis. Aplicação da regra do artigo 68, do Código de Processo Disciplinar. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 11732/05 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos presentes processos disciplinares em razão da improcedência dos Termos de Representação.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO.

Se ocorrer a prescrição da punibilidade, o processo deixa de ter razão para prosseguir, pois todos os seus atos subseqüentes seriam inúteis. Aplicação da regra do artigo 68, do Código de Processo Disciplinar. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 11735/05 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos presentes processos disciplinares em razão da improcedência dos Termos de Representação.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 68, DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO.

Se ocorrer a prescrição da punibilidade, o processo deixa de ter razão para prosseguir, pois todos os seus atos subseqüentes seriam inúteis. Aplicação da regra do artigo 68, do Código de Processo Disciplinar. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 11737/05 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos presentes processos disciplinares em razão da improcedência dos Termos de Representação.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCLUIDO – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSENCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO X, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

A retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermediação de compra não concluída, de imóvel de propriedade de terceiro, equivale a pratica de ato que a lei define como crime, causando prejuízos a Querelante. Ausência de defesa do Querelado traz a presunção de veracidade, incidindo à regra do Artigo 38, inciso X, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 1672/07 - da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: MONICA CHIEREGUINI

Querelado: MAURO JACINTO - CRECI 033558-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão, por prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com multa correspondente a 02 (duas) anuidades, deste r. Conselho.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCLUIDO – RETIRADA DE MÓVEIS – AUSÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

A denúncia de que a Querelada teria após o prazo da exclusividade para venda de imóvel de propriedade do Querelante, retirado os móveis, bem como teria desaparecido alguns objetos que o guarneciam, não pode prosperar, visto que inexiste prova nos autos para confirmar a presença de tais objetos no interior do imóvel, descaracterizando o Termo de Representação. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1742/07 - da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: JOSÉ EDUARDO SILVA FILHO

Querelada: SANDRA SANTANA DE OLIVEIRA - CRECI 059884-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – FALTA DE AFERIÇÃO DE IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE SEU FIADOR – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

A Administração de locação pressupõe que ao contratar um Corretor de Imóveis para a intermediação de um negócio, espera-se do profissional, justamente a exigência de uma análise segura de todos os documentos como condição essencial à existência, validade e eficácia das transações imobiliárias, o que não se deu "in casu". Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados, incidindo a regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 2349/09 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NOEMIA DE BARROS CARDOSO

Querelada: GIA GUIZARDI IMOV E ADM LTDA - CRECI 000323-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela suspensão da inscrição da Querelada, por prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa correspondente de 05 (cinco) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – FALTA DE AFERIÇÃO DE IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE SEU FIADOR – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

A Administração de locação pressupõe que ao contratar um Corretor de Imóveis para a intermediação de um negócio espera-se do profissional, justamente a exigência de uma analise segura de todos os documentos como condição essencial à existência, validade e eficácia das transações imobiliárias, o que não se deu "in casu". Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados, incidindo a regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 2350/09 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NOEMIA DE BARROS CARDOSO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela suspensão da inscrição da Querelada, por prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa correspondente de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro(a) JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário de responsabilidade técnica do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5501/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALCEBÍADES SOARES DE SOUZA - CRECI 017271-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002531/06 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 002859/06 E 002959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002531/06. Ausência de defesas nos PD's 002859/06 e 002959/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2531/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002531/06 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 002859/06 E 002959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processu-

al, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002531/06. Ausência de defesas nos PD's 002859/06 e 002959/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2859/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002531/06 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 002859/06 E 002959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002531/06. Ausência de defesas nos PD's 002859/06 e 002959/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2959/06 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 6005/06 - da comarca de JUNDIÁI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR SOLDERA - CRECI 036366-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5949/06 - da comarca de JUNDIÁI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE MENEZES BIO - CRECI 046171-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário de responsabilidade técnica da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos descritos na representação. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5947/06 - da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARISA APARECIDA DA COSTA ANDRADE - CRECI 045050-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário de responsabilidade técnica do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos descritos na representação. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5973/06 - da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCO ANTONIO LEMES DA SILVA - CRECI 056527-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA FEITO PELA QUERELADA – DIREITO QUE PERTENCE A DENUNCIANTE INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME

A Querelante tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo.

E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, isentando a Querelada de qualquer punição.

Processo Disciplinar nº 0043/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LIEDNA MARIA DE MORAES

Querelada: CONDESSA EMP IMOB LTDA - CRECI 017280-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA FEITO PELA QUERELADA – DIREITO QUE PERTENCE A DENUNCIANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

A Querelante tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, isentando o Querelado de qualquer punição.

Processo Disciplinar nº 0045/07 - da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LIEDNA MARIA DE MORAES

Querelado: BRUNO CAPRARA GOMES - CRECI 0581825-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro(a) VALENTINA AP DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE O COLABORADOR ESTAVA EXERCENDO A PROFISSÃO PORQUE DEMONSTROU INTERESSE NA CARREIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado pelo Querelado na defesa não infirmou o auto de infração. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6014/06 - da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSON LUIZ RIBEIRO DEA SILVA - CRECI 052434-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos leva a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6016/06 - da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILBERTO AGOSTINHO MURACA - CRECI 015419-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro(a) LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

58º VOLUME DE EMENTÁRIO

2ª TURMA DO PLENÁRIO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 22.FEVEREIRO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6011/06, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JIAN CARLA APARECIDA MONTE CANDOTTA - CRECI 052287-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação pelo denunciado, após ser notificado por edital, traz a presunção de veracidade aos fatos narrados na inicial, aliados à condenação do pseudocorretor em processo administrativo autônomo, configura a infração perpetrada, nos termos do artigo 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Ausência de defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2503/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR APARECIDO PEREIRA TENÓRIO - CRECI 030245-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de prova robusta que o colaborador possui uma empresa de vistoria de imóveis regularmente constituída e em plena atividade, conforme se verificou pelas notas fiscais, no interior da imobiliária do Querelado, desconfigurando-se, assim, o exercício irregular da profissão e a conseqüente facilitação, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1937/08 , da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS JEREMIAS - CRECI 060943-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a extinção do processo e o conseqüente arquivamento do feito.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5498/06, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO THOME DA FONSECA - CRECI 013489-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação pelo denunciado, após ser notificado por edital, traz a presunção de veracidade aos fatos narrados na inicial, aliados à condenação do pseudocorretor em processo administrativo autônomo, configura a infração perpetrada, nos termos do artigo 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Ausência de defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4129/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ARMANDO CARNEIRO DA CUNHA - CRECI 036903-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – IMÓVEL IRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISOS I e II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de informar o Querelante sobre a irregularidade do imóvel a ser adquirido pelo mesmo, configura atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, incisos I e II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1761/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: WILSON ALMEIDA LEITE

Querelada: IMOB SAILE S/C LTDA - CRECI 013533-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – IMÓVEL IRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISOS I e II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de informar o Querelante sobre a irregularidade do imóvel a ser adquirido pelo mesmo, configura atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, incisos I e II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1762/09 , da comarca de GUARULHOS

Querelante: WILSON ALMEIDA LEITE

Querelado: SERGIO NONATO - CRECI 019663-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II E IV, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de realizar vistoria no término das locações, causando prejuízo à Querelante, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e IV do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1769/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: LEONINA ACHIAVO

Querelado: ISMAIL ABDO - CRECI 010290-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ILEGITIMIDADE DE PARTE – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelada comprovou através de vasta documentação não ter intermediado a venda e compra do imóvel residencial, tendo atuado apenas como procuradora dos primeiros vendedores do bem. Assim, por não ter atuado no referido processo como corretora de imóveis, não há como imputarmos à prática de infração disciplinar a mesma, sendo caso de total ilegitimidade de parte, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1768/09, da comarca de BAURU

Querelante: SEBASTIÃO MELGES

Querelado: MARIA IVETE SANTIAGO CREMASCO - CRECI 036191-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo por ilegitimidade de parte.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

DESÍDIA EM PERMUTA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO – DIREITO QUE PERTENCE À AUTORA DA DENÚNCIA – DIREITO DISPONÍVEL – ACOLHIMENTO – PROCESSO EXTINTO.

Se a denunciante manifesta de forma expressa, através da juntada de declaração, sua intenção de desistir da denúncia, antes do trânsito em julgado do processo disciplinar e desde que não se trate de direito indisponível, conforme caso em apreço, só resta extinguir o processo e arquivar os autos.

Processo Disciplinar nº 1754/09, da comarca de OSASCO

Querelante: RAILMA GONÇALVES FERREIRA

Querelado: ANTONIO CARLOS VALARIO JUNIOR - CRECI 057432-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo, pela perda do objeto da denúncia, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE SINAL – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelada comprovou não ter havido impedimento para liberação de crédito ao Querelante, de modo que foi ele quem deu causa ao desfazimento do negócio ao aguardar "ad eternum" a contemplação de seu consórcio imobiliário para quitar o restante do preço do imóvel, não podendo assim, se beneficiar da própria torpeza para querer receber o valor dado a título de sinal/princípio de pagamento, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1764/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: HUGO MAURÍCIO DE OLIVEIRA LIMA

Querelada: BETA IMOV ADM SC LTDA - CRECI 005349-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e extinguir o processo e o conseqüente arquivamento do feito.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE SINAL – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou não ter havido impedimento para liberação de crédito ao Querelante, de modo que foi ele quem deu causa ao desfazimento do negócio ao aguardar "ad eternum" a contemplação de seu consórcio imobiliário para quitar o restante do preço do imóvel, não podendo assim, se beneficiar da própria torpeza para querer receber o valor dado a título de sinal/princípio de pagamento, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1765/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: HUGO MAURÍCIO DE OLIVEIRA LIMA

Querelado: OSNI DIAS DE SOUZA - CRECI 012535-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e extinguir o processo e o conseqüente arquivamento do feito.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE DÉBITOS DO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISOS IV E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de ingressar com as medidas cabíveis para cobrança dos aluguéis e impostos devidos do inquilino ou da pseudocorretora que figurou como fiadora, configura, assim, as infrações de natureza grave, previstas no artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, incisos IV e XI do CEP.

Processo Disciplinar nº 1767/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EDSON COUTINHO

Querelado: IZALTINO MARTINS DIAS - CRECI 058724-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Apesar da Querelada não ter apresentado defesa, restou provado que não houve a prática de infração disciplinar, pois a Querelante enviou a cópia de seus documentos pessoais por via fax, não havendo assim, a retenção desses referidos documentos, ensejando a extinção do processo e o arquivamento dos autos em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 1792/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ELIANE DE OLIVEIRA NEVES

Querelada: IMMOBILIS ASS DE IMÓVEIS LTDA - CRECI 015621-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Apesar do Querelado não ter apresentado defesa, restou provado que não houve a prática de infração disciplinar, pois a Querelante enviou a cópia de seus documentos pessoais por via fax,

não havendo assim, a retenção desses referidos documentos, ensejando a extinção do processo e o arquivamento dos autos em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 1793/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ELIANE DE OLIVEIRA NEVES

Querelado: PAULO DE TARSO GIANNINI - CRECI 029553-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

COLOCAÇÃO DE PLACAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO – DEFESAS SUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NAS DENÚNCIAS – INFRAÇÕES ÉTICAS NÃO CONFIGURADAS – DENÚNCIAS IMPROCEDENTES – ARQUIVAMENTO.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. No caso dos presentes autos, havendo divergências quanto aos agentes que colocaram as placas nos imóveis, objeto das denúncias, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processos Disciplinares nº 1722/07 E 1724/07, da comarca de MARÍLIA

Querelante: IMOBILIÁRIA ALFA LTDA

Querelado: MARCOS ROBERTO IGNÁCIO - CRECI 034285-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias improcedentes e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na omissão, em transação imobiliária, de detalhe relevante acerca do imóvel, resultando no impedimento da aquisição do imóvel, uma vez que o financiamento junto a Caixa Econômica Federal não seria aprovado. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 4º, inciso II, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 1741/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: ARNALDO AMARO DE ARAÚJO / MARILIA GRACIA

Querelada: CESAR PASCHOAL EMP IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI 012769-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, cumulada com a multa correspondente a 06 (seis) anuidades deste R. Conselho.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na omissão, em transação imobiliária, de detalhe relevante acerca do imóvel, resultando no impedimento da aquisição do imóvel, uma vez que o financiamento junto a Caixa Econômica Federal não seria aprovado. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 4º, inciso II, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 1744/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: ARNALDO AMARO DE ARAÚJO / MARILIA GRACIA

Querelada: VERA LUCIA ANTONIAZI PASCHOAL - CRECI 048409-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, cumulada com a multa correspondente a 06 (seis) anuidades deste R. Conselho.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

Na administração de locação de imóvel pressupõe que ao se contratar um escritório imobiliário para a intermediação de um negócio, espera-se do profissional, justamente a exigência de uma analise segura das condições de eficácia nas transações imobiliárias, o que não se deu "in casu", causando prejuízos ao Querelante. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, II, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 1709/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: LAERCIO JORGE DE LIMA

Querelada: SOBRADO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 013489-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Na administração de locação de imóvel pressupõe que ao se contratar um escritório imobiliário para a intermediação de um negócio, espera-se do profissional, justamente a exigência de uma analise segura das condições de eficácia nas transações imobiliárias, o que não se deu "in casu",

causando prejuízos ao Querelante. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, II, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1710/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: LAERCIO JORGE DE LIMA

Querelado: TIAGO JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 032691-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (dua

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR REFERENTE AO SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – ILEGITIMIDADE DE PARTE ATIVA – ERRO MATERIAL NA FORMAÇÃO PROCESSUAL – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Na formação processual administrativa somente podem figurar as pessoas que estejam relacionadas aos fatos nela tratados. Assim, diz-se que existe i*legitimidade de parte ativa quando a pessoa não atende aos requisitos legais. Nesse diapasão o Departamento de Ética e Disciplina enviou ofício a Querelante para que comprove sua condição de inventariante, sendo devidamente recepcionado, permaneceu silente. Erro material na formação processual*. *Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1725/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA TRINDADE DE SOUZA

Querelada: BENEDITO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 017559-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR REFERENTE AO SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – ILEGITIMIDADE DE PARTE ATIVA – ERRO MATERIAL NA FORMAÇÃO PROCESSUAL – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Na formação processual administrativa somente podem figurar as pessoas que estejam relacionadas aos fatos nela tratados. Assim, diz-se que existe i*legitimidade de parte ativa quando a pessoa não atende aos requisitos legais. Nesse diapasão o Departamento de Ética e Disciplina enviou ofício a Querelante para que comprove sua condição de inventariante, sendo devidamente recepcionado, permaneceu silente. Erro material na formação processual*. *Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1726/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA TRINDADE DE SOUZA

Querelado: ANTONIO GALVÃO DE ALENCAR NETO - CRECI 050094-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ACORDO EFETUADO ENTRE AS PARTES – MANIFESTAÇÃO EXPRESSA CONCORDANDO COM A DESISTÊNCIA DO PROCESSO – PRESUNÇÃO DE TER SIDO SATISFEITA A PRETENSÃO – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

Na Administração de Locação tendo as partes, realizado acordo para solucionar a pendência, manifestando expressamente a sua concordância com a desistência do processo, a presunção é a de que sua pretensão tenha sido satisfeita, o processo deixa de ter razão para prosseguir, ensejando o arquivamento do feito.

Processo Disciplinar nº 1717/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ODETE K BENASSI / URANIA CASTROPIL

Querelada: AGS IMÓVEIS LTDA - CRECI 011079-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ACORDO EFETUADO ENTRE AS PARTES – MANIFESTAÇÃO EXPRESSA CONCORDANDO COM A DESISTÊNCIA DO PROCESSO – PRESUNÇÃO DE TER SIDO SATISFEITA A PRETENSÃO – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

Na Administração de Locação tendo as partes, realizado acordo para solucionar a pendência, manifestando expressamente a sua concordância com a desistência do processo, a presunção é a de que sua pretensão tenha sido satisfeita, o processo deixa de ter razão para prosseguir, ensejando o arquivamento do feito.

Processo Disciplinar nº 1719/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ODETE K BENASSI / URANIA CASTROPIL

Querelado: CAETANO RUBINI NETO - CRECI 039781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS HONORÁRIOS – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA NA ESFERA CRIMINAL – QUESTÃO A SER DEBATIDA NA ESFERA CÍVEL – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE AO EXERCER ARBITRARIAMENTE AS PRÓPRIAS RAZÕES – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Configura o cometimento de infração ético-disciplinar a ausência de devolução de valor pago a título e princípio de pagamento em intermediação não concluída, ocasionando prejuízos ao denunciante e, em que pese a absolvição sumária da denunciada na esfera criminal, não poderia ela exercer arbitrariamente as suas próprias razões, sendo que a questão deveria ser submetida ao crivo do Poder Judiciário. Infração ao disposto no artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2527/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ABILIO TEIXEIRA DE PINHO

Querelada: IMOB VILA PRUDENTE LTDA - CRECI 000408-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS HONORÁRIOS – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA NA ESFERA CRIMINAL – QUESTÃO A SER DEBATIDA NA ESFERA CÍVEL – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE AO EXERCER ARBITRARIAMENTE AS PRÓPRIAS RAZÕES – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Configura o cometimento de infração ético-disciplinar a ausência de devolução de valor pago a título e princípio de pagamento em intermediação não concluída, ocasionando prejuízos ao denunciante e, em que pese a absolvição sumária na esfera criminal, não poderia ele exercer arbitrariamente as suas próprias razões, sendo que a questão deveria ser submetida ao crivo do Poder Judiciário. Infração ao disposto no artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2534/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ABILIO TEIXEIRA DE PINHO

Querelado: CAETANO RUBINI NETO - CRECI 039781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Na administração de locação de imóvel pressupõe que ao se contratar um Corretor de Imóveis para administrar um imóvel, espera-se do profissional, justamente a exigência de uma analise segura das condições de eficácia nas transações imobiliárias, o que não se deu "in casu", causando prejuízos a Querelante. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, II, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1712/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: ELIZABETH SILVEIRA LIMA DE OLIVEIRA

Querelada: LIZA VANESSA NAPOLI ALENCAR - CRECI 059848-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 03 (três)

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – PRATICA DE ATO FRAUDULENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A ausência de defesa faz presumir a veracidade dos fatos alegados na denúncia, consistente na retenção indevida de valores em intermedição de compra e venda, não concluída devido a pratica de ato fraudulento. Infração ética configurada. Incidência a regra do Art. 38, inciso II, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2009/09, da comarca de SOROCABA

Querelante: QUINTINO CELESTINO DE OLIVEIRA

Querelada: CELSO CARLOS DE OLIVEIRA - CRECI 012337-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A ausência de defesa faz presumir a veracidade dos fatos alegados na denúncia, consistente na retenção indevida de valores pagos a título de sinal e princípio de pagamento em intermediação de compra e venda não concluída. Infração ética configurada. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2003/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRISTIAN RICARDO PERIN

Querelada: MARISLENE APARECIDA DO PRADO - CRECI 050846-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA QUE ACEITOU INCUMBÊNCIA DE TRANSAÇÃO ENTREGUE A OUTRO CORRETOR COM QUE TENHA QUE COLABORAR OU SUBSTITUIR – PROVA DOCUMENTAL JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º. INCISO XV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A Querelante narra na denúncia, que o Querelado recebeu incumbência de vender um imóvel mesmo após ser cientificado de que ela possuía autorização de intermediação com clausula de exclusividade. Outrossim, os documentos juntados aos autos comprovam o alegado pela mesma.

Processo Disciplinar nº 0287/09, da comarca de ABCD

Querelante: MARLI RIVERA ESTEVÃO

Querelado: ODAIR ALCANTARA - CRECI 020484-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura, cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO – PREJUÍZOS AOS INTERESSES CONFIADOS AOS CUIDADOS DO QUERELADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

A ausência de defesa faz presumir a veracidade dos fatos denunciados, consubstanciados no descumprimento de obrigação assumida pelo Querelado, em contrato de intermediação de compra e venda, na qual ficou responsável pelo pagamento do débito do imóvel perante o INSS, infringindo a regra do Art. 38, inciso II, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2005/09, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: SIRLEY RODRIGUES PEREIRA

Querelado: JESUS CARLOS DE CARVALHO - CRECI 059101-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa cor

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – FATO COMPROVADO PELA EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE TERMO DE CONFISSÃO DE DIVIDA POR PARTE DO QUERELADO – INFRAÇÃO CAPITULADA NO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM SUA CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A apropriação indébita dos valores locativos pagos pelo locatário ao Querelado, constitui infração disciplinar. Outrossim, de acordo com o artigo 168 do CP, inciso III, constitui ainda por parte do mesmo, crime de apropriação indébita, com aumento de pena por tratar-se de ilícito penal praticado em razão de oficio ou profissão. DENÚNCIA procedente.

Processo Disciplinar nº 0273/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JAIR ARRUDA

Querelado: MARCELO SOARES DE CAMPO - CRECI 050290-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do

processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 1752/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LEONOR DALGOANO FERNANDES

Querelada: IMOB VILA PRUDENTE LTDA - CRECI 000408-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 1753/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LEONOR DALGOANO FERNANDES

Querelado: CAETANO RUBINI NETO - CRECI 039781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II E X, DO DEC. 81.871/78, ART. 6º, IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

A recusa do Querelado em restituir quantia paga a titulo de sinal e principio de pagamento em intermediação de compra e venda não concluída, além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que a Lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados, infringindo a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2004/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: VERA LUCIA OLHIER RAMOS

Querelado: DAGOMAR WAGNER DE SOUZA - CRECI 052329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa cor

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO ERRO NA CONFEC-

ÇÃO DO CONTRATO E OMISSÃO DE FATO QUE IMPOSSIBILITA A CONFECÇÃO DA ESCRITURA POR PARTE DO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS, O QUE JUNTAMENTE COM AS PROVAS CONSTITUI INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO XII DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A Querelante narra na denúncia que adquiriu um imóvel através da intermediação do Querelado e que posteriormente ao tentar disponibiliza-lo à venda, foi cientificada por outra imobiliária, que o contrato de compra e venda apresentava erros na sua confecção, como também que foram omitidas informações que inviabilizavam a confecção da escritura pública. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte, sem apresentar defesa nos autos, o que juntamente com as provas anexadas ao processo, resta pela procedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 1763/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CLEONICE APARECIDA DE ANDRADE

Querelado: LUIZ CARLOS BOMFIM - CRECI 029308-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

DESRESPEITO AO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL – MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO – DIREITO CONSTITUCIONAL – AUSÊNCIA DE DANOS – NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME DE INJÚRIA, CALÚNIA OU DIFAMAÇÃO – PEDIDO DE RETRATAÇÃO – APLICAÇÃO POR ANALOGIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

O fato de o Querelado ter manifestado sua indignação por não ter recebido sua carteira profissional e ainda ter sido cobrado por isso, não gerou danos a este Conselho, nem configurou a prática de crime de injúria, calúnia ou difamação, ou infração disciplinar. Ressalta-se, ainda, que restou comprovado o pedido de retratação do Querelado, sendo aplicado assim, por analogia o art. 143 do CP, ao presente caso, devendo os autos ser arquivados.

Processo Disciplinar nº 1995/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARTUR SARAIVA MENDONÇA - CRECI 058317-F

Decisão: por unanimidade de votos, em extinguir o processo e arquivar os autos.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – COMISSÃO EM DESACORDO COM TABELA DE REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO V DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Constatou-se que o Querelado recebeu comissão em desacordo com tabela de remuneração previamente estipulada por este Conselho, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II do Decreto 81.871/78 c.c. o art.6º, inciso V do CEP.

Processo Disciplinar nº 1799/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA DAS NEVES COELHO

Querelada: COSTA IMÓVEIS S/C LTDA / MOISÉS NUNES E SILVA - CRECI 005489-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – COMISSÃO EM DESACORDO COM TABELA DE REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO V DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Constatou-se que o Querelado recebeu comissão em desacordo com tabela de remuneração previamente estipulada por este Conselho, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II do Decreto 81.871/78 c.c. o art.6º, inciso V do CEP.

Processo Disciplinar nº 1800/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA DAS NEVES COELHO

Querelado: MOISÉS NUNES E SILVA - CRECI 030959-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de realizar vistoria prévia no imóvel visando constatar as avarias preexistentes, configura atos de total desídia na administração de locação de imóvel residencial, de forma a ensejar a prática de infração disciplinar, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1796/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: WELMER BORSARI RAMOS

Querelada: SELO PERUS SERVS DE LOC DE IMÓVS S/S LTDA - CRECI 005458-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de realizar vistoria prévia no imóvel visando constatar as avarias preexistentes, configuram atos de total desídia na administração de locação de imóvel residencial, de forma a ensejar a prática de infração disciplinar, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1797/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: WELMER BORSARI RAMOS

Querelado: JOSÉ UYRANILSON TEIXEIRA - CRECI 030298-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO À TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME - AUSÊNCIA DE DEFESA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de sinal em intermediação de locação de imóvel comercial para o Querelante, causando-lhe prejuízos, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 0005/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NAELSON LOPES DE MELO

Querelado: AMAURI TIOCA - CRECI 055338-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 60 (sessenta) dias, cumulada

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – INTIMAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada, após ter sido intimada pessoalmente, gera a presunção relativa de veracidade dos fatos. Portanto, deixar a Querelada de devolver valor retido ilegalmente a título de comissão, causando graves prejuízos a Querelante, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1755/09, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: IVI KARDEC LAGE

Querelada: EMPIRE ASS E PLANJ IMOB S/S LTDA - CRECI 019125-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuid

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE COMISSÃO

INDEVIDA – INTIMAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISOS IV E XX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada, após ter sido intimada pessoalmente, gera a presunção relativa de veracidade dos fatos. Portanto, deixar a Querelada de devolver valor retido ilegalmente a título de comissão, causando graves prejuízos a Querelante, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, incisos IV e XX do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1756/09, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: IVI KARDEC LAGE

Querelado: FRANCIELLI CLINIO LIUTI - CRECI 057100-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

REFERIR-SE DESAIROSAMENTE SOBRE COLEGAS DE PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO I DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 3º, INCISO X E 6º, X, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois referir-se desairosamente sobre colegas de profissão em veículo de comunicação local, configuram as infrações de natureza grave, previstas no artigo 38, inciso I do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 3º, X e 6º, X, ambos do CEP.

Processo Disciplinar nº 1798/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: NIVALDO MILANEZ

Querelado: CLAUDIO ANTONIO BEDANI - CRECI 019321-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 6 (seis) anuidades

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ABANDONO DOS NEGÓCIOS PELA QUERELADA – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelada comprovou através de vasta documentação ter prestado toda a assistência necessária ao Querelante, seja expedindo notificações ou ingressando com a medida judicial cabível diante da inércia do vendedor em cumprir o respectivo contrato de compra e venda. Assim, diante da improcedência da denúncia o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1801/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DONIZETE ANTONIO SUDARIO

Querelada: DOKTER IMÓVEIS LTDA - CRECI 016924-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ABANDONO DOS NEGÓCIOS PELO QUERELADO – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de vasta documentação ter prestado toda a assistência necessária ao Querelante, seja expedindo notificações ou ingressando com a medida judicial cabível diante da inércia do vendedor em cumprir o respectivo contrato de compra e venda. Assim, diante da improcedência da denúncia o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1802/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DONIZETE ANTONIO SUDARIO

Querelada: MARCELO ANTONIO FLORIO DOKTER SILVA - CRECI 043443-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA LOCOU UM IMÓVEL PARA A QUERELANTE COM DÉBITOS DE ENERGIA ELÉTRICA – FORNECIMENTO SUPRIMIDO APÓS A MUDANÇA DA INQUILINA PARA A CASA – INEXISTÊNCIA DE PROVIDENCIAS PARA SANAR O PROBLEMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia que locou um imóvel com a intermediação da Querelada. Ocorre que após se mudar para o mesmo, teve o fornecimento de energia elétrica suspenso devido ao fato de que havia débitos anteriores à concretização da relação jurídica locatícia, e ao procurar a Querelada com o escopo de solucionar o problema, esta destratou a Querelante, deixando ainda de resolver a questão. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0239/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SILVANA APARECIDA MARQUES DE CAMPO

Querelada: ACV EMP IMOB S/C LTDA - CRECI 003052-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO LOCOU UM IMÓVEL PARA A QUERELANTE COM DÉBITOS DE ENERGIA ELÉTRICA – FORNECIMENTO SUPRIMIDO APÓS A MUDANÇA DA INQUILINA PARA A CASA – INEXISTÊNCIA DE PROVIDENCIAS PARA SANAR O PROBLEMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia que locou um imóvel com a intermediação do Querelado. Ocorre que após se mudar para o mesmo, teve o fornecimento de energia elétrica suspenso devido ao fato de que havia débitos anteriores à concretização da relação jurídica locatícia, e ao procurar o

Querelado com o escopo de solucionar o problema, esta destratou a Querelante, deixando ainda de resolver a questão. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0240/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SILVANA APARECIDA MARQUES DE CAMPO

Querelado: JOSÉ BESSON - CRECI 030374-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES CONSUBSTANCIADA NO FATO DE RECEBER ALUGUERES E NÃO REPASSAR AO PROPRIETÁRIO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

O Querelante narra na denúncia que contratou a Querelada para que esta locasse e administrasse seus imóveis. Ocorre que esta recebia os alugueres dos locatários e se apropriava dos valores não repassando ao Querelado. Outrossim, não foi juntada aos autos, defesa por parte da Querelada, o que leva a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma.

Processo Disciplinar nº 0302/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: JULIO MARIA FERREIRA

Querelada: PRADO E PRADO IMOV & ADM LTDA - CRECI 003677-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela aplicação da pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES CONSUBSTANCIADA NO FATO DE RECEBER ALUGUERES E NÃO REPASSAR AO PROPRIETÁRIO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IMOBILIÁRIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO V E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

O Querelante narra na denúncia que contratou o Querelado para que o mesmo locasse e administrasse seus imóveis. Ocorre que este recebia os alugueres dos locatários e se apropriava dos valores não repassando ao Querelado. Outrossim, não foi juntada aos autos, defesa por parte do Querelado, o que leva a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 0303/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: JULIO MARIA FERREIRA

Querelado: VALDEVINO DO PRADO - CRECI 028548-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela aplicação da pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA DE VENDA DE LOTE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO I, II E III, ARTIGO 6º, INCISO XII DO CEP.

No caso em epigrafe, constata-se que a Querelada vendeu um lote de terreno que se situa em área de preservação ambiental, causando prejuízos à Querelante que além de pagar determinado número de prestações ainda gastou com a construção de uma edícula e de um muro de alvenaria no lote, cometendo assim infração ética profissional. Corrobora ainda para esse entendimento o fato de existir sentença judicial com sentença condenatória em face da Querelada. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0283/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA

Querelada: MARIA JOSÉ SANTOS ARAÚJO - CRECI 063844-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de censura cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA DE VENDA DE LOTE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO I, II E III, ARTIGO 6º, INCISO XII DO CEP.

No caso em epigrafe, constata-se que a Querelada vendeu um lote de terreno que se situa em área de preservação ambiental, causando prejuízos à Querelante que além de pagar determinado número de prestações ainda gastou com a construção de uma edícula e um muro no lote, cometendo assim infração ética profissional. Corrobora ainda para esse entendimento o fato de existir sentença judicial com sentença condenatória em face jurídica em que a Querelada exerce atividades laborativas. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0284/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA

Querelada: MARCIA MARIA DE OLIVEIRA - CRECI 041839-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de censura cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA DE VENDA DE LOTE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL COM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 4º, INCISO I, II E III DO CEP.

No caso em epigrafe, constata-se que a Querelada vendeu um lote de terreno que se situa em área de preservação ambiental, causando prejuízos à Querelante que além de pagar determinado número de prestações ainda gastou com a construção de uma edícula e um muro no lote, cometendo assim infração ética profissional. Corrobora ainda para esse entendimento o fato de existir sentença judicial com sentença condenatória em face jurídica em que a Querelada exerce atividades laborativas. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0285/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA

Querelada: AURORA COML E EMP IMOB LTDA - CRECI 015846-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de censura cumulada com multa de 4 (quatro) anuidades.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO ILEGAL DE SINAL – NÃO OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver os valores recebidos como sinal e princípio de pagamento, após a não aprovação de financiamento imobiliário, em intermediação de venda e compra de imóvel residencial, causando-lhe enormes prejuízos, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1782/09, da comarca de SANTOS

Querelante: JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

Querelado: JOSÉ CARLOS SIMIÃO BARBATO - CRECI 057286-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuid

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA AGIU COM FALTA DE ÉTICA AO CAPTAR A CLIENTE NO DECORRER DO PROCESSO DE VENDA DE IMÓVEL ADJUDICADO DA CEF – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO DESÍDIA POR PARTE DO QUERELADO EM ASSESSORAR A CLIENTE. DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada captou cliente do Querelado no decorrer do trâmite do processo de financiamento, contudo foi constatado nos autos que a cliente não conhecia o corretor, restando caracterizada por parte do mesmo, negligência em assessorar a cliente que o dispensou da prestação de serviço e contratou outra corretora para assessora-la devidamente. Denúncia Improcedente.

Processo Disciplinar nº 2377/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: MARCO ANTONIO MARTINS

Querelada: SONIA MARIA ROSA FOGAÇA - CRECI 064237-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – NÃO DEVOLUÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A omissão de dados relevantes ao fechamento do negócio, ou seja, deixar de informar o Querelante sobre a existência de outros herdeiros/proprietários do imóvel, bem como a não devolução de comissão indevida, configuram as infrações disciplinares de natureza grave, previstas no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1803/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VALFREDO SANTOS SILVA

Querelado: JOB ONOFRE SOUZA FREITAS SILVA - CRECI 059963-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO V, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de prestar contas durante a administração de locação de imóvel residencial do Querelante, causando-lhe prejuízos, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 4º, inciso V do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1783/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALEXIS PAIVA LEITE / BRUNO BORIS CARLOS CRECE

Querelada: LANCE IMÓVEIS - CRECI 002196-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição da Querelada por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE EM FACE DO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a falta de defesa por parte do Querelado traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a ele. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1727/09, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO DE AQUINO MAIONI - CRECI 052168-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS ALEGANDO QUE O COLABORADOR SÓ ATUAVA COMO RECEPCIONISTA VINDO POSTERIORMENTE A DEMONSTRAR INTERESSE NA CARREIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, o alegado pelo Querelado na defesa não infirmou o auto de infração. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5480/06, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALMIR GONÇALVES - CRECI 024606-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA DATA DA OCORRÊNCIA DOS FATOS – APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 68 DO CÓDIGO DE PROCESSO DISCIPLINAR – PROCESSO ARQUIVADO.

Se ocorre a prescrição da punibilidade o processo deixa de ter razão para prosseguir, pois todos os seus atos subseqüentes seriam inúteis. Aplicação da regra do art. 68 do Código de Processo Disciplinar.

Processo Disciplinar nº 1101/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PODER JUDICIÁRIO DE SÃO VICENTE

Querelado: WAGNER SILVA FERREIRA - CRECI 008795-F

Decisão: por unanimidade de votos, em extinguir o processo, pela ocorrência da prescrição da punibilidade e arquivar os autos.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A CORRETORA TERIA COMETIDO DESÍDIA NO PROCESSO DE FINANCIAMENTO JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCARIA – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO OU QUALQUER APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, não se constata nos autos documentos que comprovem apropriação indébita de valores por parte da Querelada ou prejuízos financeiros por parte do Querelante. Outrossim, a denúncia carece de documentos que comprovem o alegado pelo mesmo e a Querelada não tem qualquer poder de gerencia sobre a instituição financeira capaz de agilizar o processo de financiamento. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0233/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIO MARCIO DE ALMEIDA CORREA

Querelada: ROSANGELA DE OLIVEIRA ALVES - CRECI 056824-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDÊNCIAS PARA SANAR VÍCIOS EM IMÓVEL LOCADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia que locou imóvel o qual apresentou vícios ocultos sendo que após avisar ao Querelado este não tomou providências para sanar o defeito ocasionando prejuízos financeiros á Querelante. Outrossim, não foi juntada aos autos, defesa por parte do Querelado, o que leva a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo.

Processo Disciplinar nº 1100/09, da comarca de SANTOS

Querelante: TATIANE RODRIGUES FERNANDES

Querelado: BENEDITO ANTONIO VIEIRA - CRECI 032883-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO IRREGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO – OMISSÃO POR PARTE DO QUERELADO EM TRANSMITIR A PROPRIEDADE EM TEMPO HÁBIL APÓS A QUITAÇÃO DO BEM – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO XII DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que o Querelado cometeu desídia na intermediação de transação imobiliária, consubstanciada no fato de que vendeu imóvel com documentação irregular e que não transfere a propriedade do bem em tempo hábil, mesmo após o Querelante ter quitado o valor total do bem. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2378/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PAULO ROBERTO GOMES COELHO

Querelada: JURACY LIMA DE ARAÚJO - CRECI 061447-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pela procedência da denúncia e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDENCIAS LEGAIS PARA COBRAR ALUGUERES INADIMPLIDOS E DÉBITOS DE ÁGUA E LUZ – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia a ocorrência de desídia e que o Querelado não tomou as pro-

vidências legais para desocupar o imóvel e cobrar o locatário pelos débitos deixados mandando ainda o Requerente procurar seus direitos. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1077/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: JOÃO JOSÉ FERNANDES

Querelado: UNALDO NUNES MACEDO - CRECI 058423-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR PAGO A TITULO SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS –PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DEC. 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada apropriou-se indevidamente de valor pago a titulo de sinal e principio de pagamento, sendo que o negócio não se concretizou. Outrossim, a Querelada não juntou defesa aos autos o que leva a presunção de veracidade dos fatos imputados em face da mesma. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6344/08 , da comarca de SANTOS

Querelante: CALINA LÍGIA DUARTE NOGUEIRA

Querelada: CLEA APARECIDA DE MATOS BUENO - CRECI 045283-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a de 4 (qua

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na DENÚNCIA a ocorrência de retenção indevida dos valores pagos pelo locatário. Outrossim, apropriar-se de valores de que tenha a posse ou a detenção configura crime nos termos do artigo 168 do CP com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1089/09 , da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: ROBERTO DAVOLI

Querelado: SEBASTIÃO DIMAS RIBEIRO - CRECI 065491-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO PREJUÍZOS AOS INTERESSES CONFIADOS A DENUNCIADA COM A RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS SUPORTADOS PELO QUERELANTE E OCASIONADOS PELA QUERELADA – PROCESSO ARQUIVADO.

O Querelante narra na denúncia que, com a intenção de vender o imóvel de sua propriedade, solicitou a Querelada que a mesma notificasse o locatário de sua intenção de aliena-lo e do seu direito de preferência. Ocorre que após ser notificado o locatário desocupou o imóvel e propôs ação em face do Querelante para receber a devolução do valor caucionado e da multa de rescisão contratual. Portanto seus prejuízos deveram-se exclusivamente por sua culpa que reteve os valores do locatário indevidamente e não por culpa da Querelada. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2376/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: RODOLFO LUIZ SIMEONE

Querelada: LUCIANA DE FÁTIMA DESIDERA - CRECI 063167-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO MÁ FÉ – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A Querelante narra na denúncia que a Querelada locou imóvel exigindo duas modalidades de garantia locatícia, cobrando ainda o valor da multa integral pela rescisão do contrato de locação, desrespeitando disposição legal. Anexou ainda aos autos, documentos comprovando o exposto. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1098/09, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: ROBERTHA SANTORO

Querelada: MONTE CARLO CONST EMP IMOB LTDA - CRECI 010298-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO MÁ FÉ – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS EM NOME DA PESSOA JURÍDICA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A Querelante narra na denúncia que a Querelada locou imóvel exigindo duas modalidades de garantia locatícia, cobrando ainda o valor da multa integral pela rescisão do contrato de locação, desrespeitando disposição legal. Anexou ainda aos autos, documentos comprovando o exposto. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1099/09, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: ROBERTHA SANTORO

Querelado: CARLOS ALBERTO V NOVA VIDAL - CRECI 031338-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela suspensão da inscrição

do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O CORRETOR ESTARIA EXIGINDO INDEVIDAMENTE HONORÁRIOS DE COMISSÃO – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, não se constata nos autos documentos que comprovem apropriação indébita de valores ou prejuízos financeiros por parte do Querelado. Outrossim, a denúncia se restringe apenas a alegação de possíveis exigências por parte da Querelada. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1079/09, da comarca de OSASCO

Querelante: PAULO SOUZA FILHO

Querelada: REAL IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 015184-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A IMOBILIÁRIA ESTARIA EXIGINDO INDEVIDAMENTE HONORÁRIOS DE COMISSÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS EM NOME DA JURÍDICA – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O ALEGADO. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, não se constata nos autos documentos que comprovem apropriação indébita de valores ou prejuízos financeiros por parte do Querelado. Outrossim, a denúncia se restringe apenas a alegação de possíveis exigências por parte do Querelado. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1080/09, da comarca de OSASCO

Querelante: PAULO SOUZA FILHO

Querelado: LAERCIO PEDRO CUNHA - CRECI 038550-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR DEPOSITADO A TITULO DE CAUÇÃO – JUNTADA AOS AUTOS DE ACORDO JUDICIAL SANANDO O LITÍGIO – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada apropriou-se indevidamente de valor depositado aos seus cuidados a titulo de caução, sendo posteriormente juntado aos autos sentença do poder judiciário onde as partes transigiram sanando o litígio. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1087/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GILCIMAR MELO ABRAHÃO

Querelada: ROMÃO EMP IMOB LTDA - CRECI 016716-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR DEPOSITADO A TITULO DE CAUÇÃO – JUNTADA AOS AUTOS DE ACORDO JUDICIAL SANANDO O LITÍGIO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO LAVRADO EM FACE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada apropriou-se indevidamente de valor depositado aos seus cuidados a titulo de caução, sendo posteriormente juntado aos autos sentença do poder judiciário onde as partes transigiram sanando o litígio. Lavrado termo de Representação em face do Responsável Técnico. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1088/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GILCIMAR MELO ABRAHÃO

Querelado: JAIME ROMÃO DE SOUZA - CRECI 056460-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO PROJETO CINGAPURA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVAM A PARTICIPAÇÃO DA QUERELADA NA AVENÇA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu apropriação indevida de sinal e princípio de pagamento por parte da Querelada uma vez que recebeu tal valor e o negócio não se concretizou, situação agravada pelo fato de que se tratava de intermediação de apartamento do projeto Cingapura os quais são vedados de serem comercializados e seus moradores detem somente a posse precária do imóvel.

Processo Disciplinar nº 1719/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PAULO JOSÉ DA SILVA

Querelada: ROGÉRIO VILA NOVA CORRET AVAL IMOV - CRECI 019300-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 90 (trinta) dias, cumulado

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO PROJETO CINGAPURA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVAM A PARTICIPAÇÃO DA QUERELADA NA AVENÇA – LAVRADO TERMO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu apropriação indevida de sinal e princípio de pagamento por parte da Imobiliária que o Querelado é responsável técnico, uma vez que recebeu tal valor e o negócio não se concretizou, situação agravada pelo fato de que se tratava de intermediação de apartamento do projeto Cingapura os quais são vedados de serem comercializados e seus moradores detem somente a posse precária do imóvel. O responsável técnico responde pelos atos praticados pela empresa.

Processo Disciplinar nº 1720/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PAULO JOSÉ DA SILVA

Querelado: SERGIO GARCIA DE MIRANDA - CRECI 066275-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 90 (trinta) dias, cumulado

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO PROMESSA DE FINALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO EM PRAZO INCOMPATÍVEL COM A REALIDADE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO I DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada prometeu a finalização do financiamento e do negócio em prazo incompatível com a realidade. Outrossim, a mesma não juntou defesa aos autos o que leva a presunção de veracidade do fato imputado a ela. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1741/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: OLEONILDA MARY TARULES AZZI

Querelada: R&F REAL ESTATE AGENTS LTDA - CRECI 018631-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de advertência, cumulado com a multa no valor de 2 (duas) anuidades.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO PROMESSA DE FINALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO EM PRAZO INCOMPATÍVEL COM A REALIDADE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO À QUERELADA – A RESPONSÁVEL TÉCNICA RESPONDE PELOS ATOS PRATICADO NA IMOBILIÁRIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO I DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada prometeu a finalização do financiamento e do negócio em prazo incompatível com a realidade. Outrossim, a responsável técnica responde pelos atos praticados em nome da imobiliária e a mesma não juntou defesa aos autos o que leva a presunção de veracidade do fato imputado a ela. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1742/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: OLEONILDA MARY TARULES AZZI

Querelada: ROBERTA SPINOSA - CRECI 061660-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de advertência, cumulado com a multa no valor de 2 (duas) anuidades.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL ADJUDICADO DA CEF – DENÚNCIA ALEGANDO FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO IRREGULAR E OMISSÃO DE INFORMAÇÕES POR PARTE DA CORRETORA – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVAM A PLENA CIÊNCIA DO TRAMITE POR PARTE DA QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, se ocorreu alguma infração por parte da Querelada, esta se restringe somente ao âmbito da facilitação de exercício irregular de profissão, fato que será apurado com o Processo Administrativo em face do colaborador com o posterior Processo Disciplinar em face da corretora, com relação á intermediação, não foi constatada qualquer infração ética disciplinar ensejadora de sanção disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1090/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARCIA APARECIDA GOMES NOGUEIRA

Querelada: AUDREY DA COSTA PEREIRA - CRECI 059043-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE FOI MOSTRADO E VENDIDO UM LOTE, MAS NO CONTRATO CONSTA OUTRO DIVERSO – RECONHECIMENTO POR PARTE DA QUERELADA EXPONDO QUE HOUVE ENGANO POR PARTE DA MESMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO I DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada demonstrou um lote ao Querelado e vendeu outro, sem benfeitorias e com menor metragem quadrada. Comprova-se ainda reconhecimento nos autos por parte da Querelada, alegando engano na demonstração do imóvel. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1081/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: KURT JOSEF HACKL

Querelada: MONICA PERES - CRECI 061051-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de censura, cumulada com a multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na DENÚNCIA a ocorrência de retenção indevida dos valores pagos pelo locatário. Outrossim, apropriar-se de valores de que tenha a posse ou a detenção configura crime nos termos do artigo 168 do CP com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1762/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: ONIVALDO MARTINS

Querelada: EDNALDO COSTA CORREIA - CRECI 049540-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – DENÚNCIA – INTERMEDIAÇÃO – AVALIAÇÃO DO IMÓVEL NÃO CONDIZENTE COM A REALIDADE – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A TRANSGRESSÃO DE NORMA ÉTICO-DISCIPLINAR PELA DENUNCIADA – CONSTATAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONJUGAL COM A MORADORA DO IMÓVEL – MANUTENÇÃO DA DETERMINAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA PELA PRESIDÊNCIA.

A ausência de elementos suficientes para constatação de transgressão de norma ético-disciplinar impõe o arquivamento da denúncia no que tange à conduta dos corretores da denunciada em relação à avaliação do imóvel transacionado, aliado à constatação da existência de vínculo conjugal com a moradora do imóvel. Manutenção da determinação de arquivamento da denúncia pela Presidência.

Apuração Ético Disciplinar nº 0749/10, da comarca de ABCD

Querelante: EDUARDO SALES OLIVEIRA

Querelada: COLONIA CONS DE IMOV LTDA - CRECI 001811-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela manutenção da determinação de arquivamento da denúncia pela Presidência.

Relator: JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos. E deixar o Querelado de contratar por escrito e previamente a prestação dos seus serviços profissionais, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 4º, inciso IX do CEP.

Processo Disciplinar nº 1993/09, da comarca de ABCD

Querelante: PODER JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO

Querelado: VALTER GERALDINI - CRECI 056840-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar o processo.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de cientificar-se de todos os detalhes que envolvem os negócios realizados no interior de sua imobiliária, configura atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1997/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PODER JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO

Querelado: JOSÉ BERTOLDO CAMPOS FILHO - CRECI 031526-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta), dias cumulada com multa de 2 (duas) anuidades

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE LOTE EM LOTEAMENTO IRREGULAR – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO XI, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

A intermediação de lotes pertencente a loteamento irregular, além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime de venda de lote clandestino. Ademais, a venda de bens de terceiro, implica necessariamente na vedação do intermediador em: "promover transações imobiliárias contra disposição literal da lei." – Artigo 6º, inciso XI, do CEP, de modo a demonstrar a lisura e a transparência no seu mister. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1732/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: MINISTÉRIO PÚBLICO

Querelado: CLAUDIO JOSÉ DA SILVA - CRECI 050396-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5954/06, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSEMEIRE APARECIDA ALVES - CRECI 052809-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 0015/06, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos alegados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 017/06 E 0151/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EUFRÁSIO HUMBERTO DOMINGUES - CRECI 035290-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO

PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5981/06, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HÉLIO PRECINOTI - CRECI 005117-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5242/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CHEIN MASSUD - CRECI 027000-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 011906/05 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 004008/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa no PD 011906/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados no auto do PD 004008/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 11906/05, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO ARAÚJO CARNEIRO FILHO - CRECI 057808-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 6002/06, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: GISELA PAIVA FERRARI - CRECI 058065-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 6007/06, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO DONISETI DOS SANTOS - CRECI 043503-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO POLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Tendo em vista a carência do pólo passivo da presente relação jurídica, manifesto-me pela improcedência do Termo de Representação. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 6019/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIME TAVARES PIMENTEL - CRECI 053651-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCICIO DA ATIVIDADE – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS – PREJUIZOS CAUSADOS A PROPRIETARIA – SOLIDARIAMENTE RESPONSAVEL PELOS DÉBITOS EM ABERTO ATÉ A DATA DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA SEGURADORA – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Na administração de locação de imóvel, a Querelada deveria exercer sua atividade profissional conforme as obrigações assumidas no Instrumento Particular de Contrato de Locação Residencial, no qual por intermédio da administradora a locatária deveria entregar a locadora, mensalmente, os comprovantes dos pagamentos realizados aos órgãos públicos competentes. Ademais, a Querelada é solidariamente responsável pelos pagamentos dos alugueres em atraso, dos acessórios, conforme estipulados no contrato, acrescidos de juros e atualização a partir dos respectivos vencimentos até a data da liquidação extrajudicial da seguradora. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1739/07, da comarca de OSASCO

Querelante: HELENA MARIA BAZZUCO

Querelada: CROMA ASS E NEG IMOB LTDA - CRECI 014840-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 06 (seis) anuidades.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCICIO DA ATIVIDADE – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS – PREJUIZOS CAUSADOS A PROPRIETARIA – SOLIDARIAMENTE RESPONSAVEL PELOS DÉBITOS EM ABERTO ATÉ A DATA DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA SEGURADORA – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Na administração de locação de imóvel, o Querelado deveria exercer sua atividade profissional conforme as obrigações assumidas no Instrumento Particular de Contrato de Locação Residencial, no qual por intermédio do administrador a locatária deveria entregar a locadora, mensalmente, os comprovantes dos pagamentos realizados aos órgãos públicos competentes. Ademais, o Querelado é solidariamente responsável pelos pagamentos dos alugueres em atraso, dos acessórios, conforme estipulados no contrato, acrescidos de juros e atualização a partir dos respectivos vencimentos até a data da liquidação extrajudicial da seguradora. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1740/07, da comarca de OSASCO

Querelante: HELENA MARIA BAZZUCO

Querelado: FABIO TOSHIO SATO - CRECI 049765-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

TERMO DE REPRESENTAÇÃO – DIVERGÊNCIA QUANTO AO SUJEITO PASSIVO – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS LIMITES DE SUA ABRANGÊNCIA PELO JULGADOR – PROCESSO ARQUIVADO.

O Termo de Representação é a peça formadora do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver divergência quanto ao sujeito passivo, e não houver tempo hábil para lavratura de um novo Termo de Representação, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7641/07, da comarca de OSASCO

Querelante: AIR CARVALHO MARQUES / DR RENATO SOARES

Querelada: TRADIÇÃO IMÓVEIS S/C LTDA / MARIA DE FÁTIMA LOPES OLIVEIRA AGUDO - CRECI 010597-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo disciplinar.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

TERMO DE REPRESENTAÇÃO – DIVERGÊNCIA QUANTO AO SUJEITO PASSIVO – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS LIMITES DE SUA ABRANGÊNCIA PELO JULGADOR – PROCESSO ARQUIVADO.

O Termo de Representação é a peça formadora do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver divergência quanto ao sujeito passivo, e não houver tempo hábil para lavratura de um novo Termo de Representação, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7642/07, da comarca de OSASCO

Querelante: AIR CARVALHO MARQUES / DR RENATO SOARES

Querelada: MARIA DE FÁTIMA LOPES OLIVEIRA AGUDO - CRECI 033380-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo disciplinar.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE MULTA, REFERENTE AOS ALUGUERES EM ATRASO, BEM COMO AUSÊNCIA DE VISTORIA QUANDO DA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL, ALIADO À DEMORA PARA PROPOSITURA DA AÇÃO DE DESPEJO – PREJUÍZOS OCASIONADOS AO DENUNCIANTE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO

38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Configura ato de desídia a ausência de cobrança de multa referente ao pagamento de alugueres em atraso, bem como a ausência de vistoria quando da desocupação do imóvel pelo inquilino. A inobservância dessas providências, aliado à demora na propositura da ação de despejo, ocasionando prejuízos ao denunciante demonstra o cometimento de transgressão de norma ético-disciplinar. Infração ao disposto no artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1807/09, da comarca de OSASCO

Querelante: ARIOSVALDO PORFIRO SANTOS

Querelada: WAREL IMÓVEIS SC LTDA - CRECI 012379-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de sessenta dias, cumulada com a multa de 04 (quatro) anuidades.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Na administração de locação de imóvel pressupõe que ao se contratar um Corretor de Imóveis para a intermediação de um negócio, espera-se que o profissional, por se encontrar na posição de procurador do locador, apresente a "Rescisão Contratual" justificando a quitação dos meses em aberto, relativo a locação contratada. Ademais, a ausência dessas formalidades quanto ao acordo, prejudica a comprovação para desocupação do imóvel, causando prejuízos ao Querelante. Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, II, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1707/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: EDMUNDO ANDRADE SANTOS

Querelado: PAULO ROGÉRIO GONÇALVES DE OLIVEIRA - CRECI 032996-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) duas anuidades.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de prestar contas e reter indevidamente os aluguéis configuram, em tese, crime de apropriação indébita, comprovando cabalmente atos de total desídia na administração de locação residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos

Processo Disciplinar nº 1810/09, da comarca de BAURU

Querelante: HELOISE HELENA CERQUEIRA DE SOUZA

Querelada: ROSANA COBIANCHI DA COSTA - CRECI 047101-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A ausência de defesa faz presumir a veracidade dos fatos alegados na denúncia, consistente na retenção indevida de valores pagos a título de sinal e princípio de pagamento em intermediação de compra e venda não concluída. Infração ética configurada. Incidência a regra do Art. 38, inciso II, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2354/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANITA LIMA FERREIRA

Querelada: PLANEJAR NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA / GERALDO DA SILVA FERREIRA - CRECI 016710 -J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A ausência de defesa faz presumir a veracidade dos fatos alegados na denúncia, consistente na retenção indevida de valores pagos a título de sinal e princípio de pagamento em intermediação de compra e venda não concluída. Infração ética configurada. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2355/09 da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANITA LIMA FERREIRA

Querelado: GERALDO DA SILVA FERREIRA - CRECI 048611-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PRO-

CEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 10345/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GELSOMINO VISELLI - CRECI 011167-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0154/09, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS MARCOMINI - CRECI 017968-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – AUTUADA ERA ESTAGIÁRIA REGISTRADA DA IMOBILIÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de prova robusta que a autuada era sua estagiária da área administrativa, devidamente registrada pela imobiliária, não exercendo, portanto, a função de corretora de imóveis. Assim, diante da ausência de provas do exercício irregular da profissão, o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1948/08, da comarca de ARARAQUARA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS JEREMIAS - CRECI 060943-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a extinção do processo e o conseqüente arquivamento do feito, em razão da ausência de provas.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0674/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO CORADINI - CRECI 063725-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORES – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior aos pseudocorretores em processos administrativos autônomos cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0678/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO - CRECI 044577-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 –NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação pelo denunciado, após ser notificado pessoalmente, traz a presunção de veracidade aos fatos narrados na inicial, aliados à condenação do pseudocorretor em processo administrativo autônomo, configura a infração perpetrada, nos termos do artigo 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Ausência de defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4127/08, da comarca de MARÍLIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ ANTONIO NICOLAU - CRECI 028439-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS COM ATRASO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Repassar a Querelada os aluguéis anteriormente recebidos com atraso e sem a incidência de multa, causando enorme prejuízo à Querelante, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2333/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VERONICE BEATRIZ ALVES DOS SANTOS

Querelada: ARRUDA IMÓVEIS E ADM LTDA / FRANCISCO ALVES ARRUDA - CRECI 010448-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS FEITOS COM ATRASO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Repassar o Querelado os aluguéis anteriormente recebidos com atraso e sem a incidência de multa, causando enorme prejuízo à Querelante, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2334/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VERONICE BEATRIZ ALVES DOS SANTOS

Querelado: FRANCISCO ALVES ARRUDA - CRECI 051356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS ATRASADOS – ACORDO FIRMADO SEM ANUÊNCIA DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de manifestação da Querelada, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pelo Querelante. Portanto, deixar a Querelada de ingressar com as medidas cabíveis para cobrança dos aluguéis atrasados, bem como firmar acordo com o inquilino sem a anuência do Querelante, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2291/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARLOS HENRIQUE STABILE DE ARRUDA

Querelada: NUCLEO IMOV S/C LTDA / ULISSES PACHECO - CRECI 006935-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS ATRASADOS – ACORDO FIRMADO SEM ANUÊNCIA DO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de manifestação do Querelado, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pelo Querelante. Portanto, deixar o Querelado de ingressar com as medidas cabíveis para cobrança dos aluguéis atrasados, bem como firmar acordo com o inquilino sem a anuência do Querelante, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2292/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARLOS HENRIQUE STABILE DE ARRUDA

Querelado: ULISSES PACHECO - CRECI 021037-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA O PROPRIETÁRIO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de informar o Querelante sobre a existência de ações judiciais em andamento contra o proprietário do imóvel na lavratura do contrato, evidencia ato de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1743/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: FERNANDO RIBEIRO

Querelado: JOSÉ ONÉSIO DOS SANTOS - CRECI 051331-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de devolver os aluguéis recebidos durante a administração de locação de imóvel residencial da Querelante, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2311/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ELIZABETH THOME DE ALMEIDA PUPO

Querelada: MOREBEM IMOV EMP SC LTDA / BENEDITO VIEIRA JUNIOR - CRECI 005400-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver os aluguéis recebidos durante a administração de locação de imóvel residencial da Querelante, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2312/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ELIZABETH THOME DE ALMEIDA PUPO

Querelado: BENEDITO VIEIRA JUNIOR - CRECI 027997-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DADOS RELEVANTES – AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – NULIDADE DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A ausência de elementos comprobatórios dos fatos alegados pela Querelante enseja o arquivamento dos autos, por improcedência da denúncia. Além da ocorrência de nulidade do termo de representação, em razão da capitulação errônea. Arquivamento do processo.

Processo Disciplinar nº 2338/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: DEBORA BRAZ RAMOS

Querelada: CHRISPIM EMP IMOB LTDA - CRECI 007893-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DADOS RELEVANTES – AUSÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – NULIDADE DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A ausência de elementos comprobatórios dos fatos alegados pela Querelante enseja o arquivamento dos autos, por improcedência da denúncia. Além da ocorrência de nulidade do termo de representação, em razão da capitulação errônea. Arquivamento do processo.

Processo Disciplinar nº 2339/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: DEBORA BRAZ RAMOS

Querelada: CHRISTIAN DI SALVO CRISPIM - CRECI 039639-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 4º, INCISOS VII E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de devolver os documentos originais à Querelante, bem como não contratar por escrito e previamente a prestação dos serviços profissionais, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 4º, incisos VII e IX do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2284/07, da comarca de ABCD

Querelante: DORACY PASSERINI FLORIANO

Querelada: MONTAGNA IMÓVEIS LTDA / VICENTE MONTAGNA - CRECI 018859-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS – AUSÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 4º, INCISOS VII E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver os documentos originais à Querelante, bem como não contratar por escrito e previamente a prestação dos serviços profissionais, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 4º, incisos VII e IX do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2285/07, da comarca de ABCD

Querelante: DORACY PASSERINI FLORIANO

Querelado: VICENTE MONTAGNA - CRECI 046121-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA – LOCADOR RETIROU A LOCAÇÃO DO QUERELANTE ANTES DE ENTREGA-LA A QUERELADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

O Querelante narra na denúncia, que a Querelada recebeu a administração das locações e não cumpriu com a obrigação de averiguar se elas estavam devidamente desvinculadas do primeiro, ocorre que ficou demonstrado nos autos que os locadores pessoalmente, primeiro retiraram a locação do Querelante para posteriormente entrega-las ao encargo do Querelado. Denúncia Improcedente.

Processo Disciplinar nº 0304/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DIOGO MARTIM

Querelada: IMOB E ADM BENS IMOV JOIA SC LTDA - CRECI 007584-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA – LOCADOR RETIROU A LOCAÇÃO DO QUERELANTE ANTES DE ENTREGA-LA A QUERELADA – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS NA IMOBILIÁRIA DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

O Querelante narra na denúncia, que a Querelada recebeu a administração das locações e não cumpriu com a obrigação de averiguar se elas estavam devidamente desvinculadas do primeiro, ocorre que ficou demonstrado nos autos que os locadores pessoalmente, primeiro retiraram a locação do Querelante para posteriormente entrega-las ao encargo do Querelado. Denúncia Improcedente.

Processo Disciplinar nº 0305/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DIOGO MARTIM

Querelado: LUIS ANTONIO CORREIA - CRECI 049602-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE JUNTADA DE DEFESA POR PARTE DA QUERELADA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À MESMA – INFRAÇÃO CAPITULADA NO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM SUA CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A apropriação indébita dos valores locativos e de taxa de condomínio pagos pelo locatário à Querelada, constitui infração disciplinar. Outrossim, de acordo com o artigo 168 do CP, inciso III, constitui ainda por parte do responsável técnico, crime de apropriação indébita, com aumento de pena por tratar-se de crime praticado em razão de oficio ou profissão. DENÚNCIA procedente.

Processo Disciplinar nº 0292/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PAULO DE SIQUEIRA JUNIOR / MAURICIO TADAO AGOSHI

Querelada: BELLACASA EMP IMOB S/C LTDA - CRECI 016719-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DE JUNTADA DE DEFESA POR PARTE DO QUERELADO – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO CAPITULADA NO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM SUA CONSEQÜENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI Nº. 6.530/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A apropriação indébita dos valores locativos e de taxa de condomínio pagos pelo locatário ao Querelado, constitui infração disciplinar. Outrossim, de acordo com o artigo 168 do CP, inciso III, constitui ainda por parte do responsável técnico, crime de apropriação indébita, com aumento de pena por tratar-se de crime praticado em razão de oficio ou profissão. DENÚNCIA procedente.

Processo Disciplinar nº 0293/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PAULO DE SIQUEIRA JUNIOR / MAURICIO TADAO AGOSHI

Querelado: CARLOS ALBERTO ROCHA - CRECI 052713-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS ALUGUERES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO – PRESUNÇÃO DE VERDADE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISOS II e X, DO DECRETO 81.871/78 e ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A retenção de valor referente aos alugueres por parte de inscrito que administra a locação equivale ao crime de apropriação indébita, e a ausência de manifestação, traz a presunção de veracidade do alegado. Infração ao disposto no artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78 e artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1750/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SUELI VAVRETCHEK

Querelado: PAULO CESAR ALVES - CRECI 042673-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO DE VALOR REFERENTE AO HONORÁRIOS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DESÍDIA E ABANDONO DOS NEGÓCIOS CONFIADOS AOS CUIDADOS DO DENUNCIADO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISOS II e X, DO DECRETO 81.871/78 e ARTIGO 6º, INCISO IV E XII, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A retenção de valor referente ao valor pago a título de honorários em intermediação de venda e compra não concluída equivale ao crime de apropriação indébita, aliado ao fato de ter restado evidenciado o abandono do negócio confiado aos cuidados do denunciado e por conseguinte, a sua

desídia. Infração ao disposto no artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78 e artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 0205/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JULIO ARTUR CARVALHO GOMES

Querelado: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA FRANCO - CRECI 071753-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de sessenta dias, cum

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

DEFESA – FALTA DE APRESENTAÇÃO – PRESUNÇÃO DE VERDADE RELATIVA – ANÁLISE DOS FATOS QUE CONCLUEM PELA IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA FORMULADA EM FACE DO DENUNCIADO – PROCESSO ARQUIVADO.

A falta de apresentação de defesa, pressupõe, a princípio, a veracidade dos fatos alegados na denúncia. Entretanto, essa verdade é relativa, ficando adstrita ao livre convencimento do julgador, ao apreciar a prova feita pelo denunciante. Constatação de inexistência de infração ético-disciplinar em face do denunciado. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 0206/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JULIO ARTUR CARVALHO GOMES

Querelado: IVAN RUI DE SOUZA - CRECI 054397-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO RECEBEU VALORES E NÃO EFETUOU O SERVIÇO COMO TAMBÉM NÃO DEVOLVEU O VALOR COBRADO – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA PROFISSIONAL – SERVIÇO CONTRATADO DO QUERELADO NA CONDIÇÃO DE ENGENHEIRO. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que os serviços contratados do Querelado foi na condição de engenheiro, não havendo intermediação imobiliária, devendo o Querelante dirigir-se ao CREA o qual é o órgão competente para atuar no caso em epigrafe. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0276/09, da comarca de RIO CLARO

Querelante: ROBSON CARLOS ALVES

Querelado: MARCOS BERTONI DE MORAES - CRECI 045928-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDENCIAS LEGAIS PARA COBRAR REPAROS DOS DANOS DEIXADOS NO IMÓVEL PELOS LOCATÁRIOS – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE TERMO DE RESCISÃO E QUITAÇÃO PARA NADA MAIS RECLAMAR. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO

O Querelante narra na denúncia a ocorrência de desídia e que a Querelada não tomou as providências legais para cobrar os danos constatados no imóvel e deixados pelo locatário ao desocupa-lo, no entanto constata-se a juntada de termo de rescisão contratual, o qual dá plena e total quitação para nada mais reclamar assinado pelo Querelante. Denúncia Improcedente.

Processo Disciplinar nº 0237/09, da comarca de OSASCO

Querelante: MARIA NAZARETH AGUIAR BARBOSA

Querelada: SOLANO EMP IMOB LTDA - CRECI 018265-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E FALTA DE PROVIDENCIAS LEGAIS PARA COBRAR REPAROS DOS DANOS DEIXADOS NO IMÓVEL PELOS LOCATÁRIOS – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE TERMO DE RESCISÃO E QUITAÇÃO PARA NADA MAIS RECLAMAR. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO

O Querelante narra na denúncia a ocorrência de desídia e que o Querelado não tomou as providências legais para cobrar os danos constatados no imóvel e deixados pelo locatário ao desocupa-lo, no entanto constata-se a juntada de termo de rescisão contratual, o qual dá plena e total quitação para nada mais reclamar assinado pelo Querelante. Denúncia Improcedente.

Processo Disciplinar nº 0238/09, da comarca de OSASCO

Querelante: MARIA NAZARETH AGUIAR BARBOSA

Querelado: SOLANO ANTONIO SILVEIRA DE OLIVEIRA - CRECI 064883-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA, APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES E RECUSA EM FORNECER A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À LOCAÇÃO – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E VIII DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia a ocorrência desídia, retenção indevida dos valores e recusa em fornecer documentos por parte da Querelada. Outrossim, apropriar-se de valores e recusar-se a fornecer documentos de terceiros de que tenha a posse ou a detenção configura crime com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6342/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANA BONICILO RÉ

Querelada: REAL CONS DE IMÓVEIS LTDA - CRECI 004796-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo aplicação da pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuiades.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA, APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES E RECUSA EM FORNECER A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À LOCAÇÃO – CONSTATADA A PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONDE PELO ATOS PRATICADOS NA IMOBILIÁRIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E VIII DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia a ocorrência desídia, retenção indevida dos valores e recusa em fornecer documentos por parte da Imobiliária. Outrossim, apropriar-se de valores e recusar-se a fornecer documentos de terceiros de que tenha a posse ou a detenção configura crime com a agravante de aumento de um terço da pena por tratar-se de delito em razão de oficio. O Responsável Técnico responde pelos atos praticados da Empresa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6343/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANA BONICILO RÉ

Querelado: JOSÉ HILÁRIO DOS SANTOS NETO - CRECI 030565-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pelo aplicação da pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 011906/05 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 004008/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa no PD 011906/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados no auto do PD 004008/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processos Disciplinares Nº 011906/05 e 004008/06, todos da Comarca de Ubatuba,

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO ARAUJO CARNEIRO FILHO - CRECI 57.808-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de CENSURA.

Relator: Conselheiro Ruberval Ramos Castello

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 18.01.2011

COLOCAÇÃO DE PLACAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO – DEFESAS SUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NAS DENÚNCIAS – INFRAÇÕES

ÉTICAS NÃO CONFIGURADAS – DENÚNCIAS IMPROCEDENTES – ARQUIVAMENTO.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a Querelada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. No caso dos presentes autos, havendo divergências quanto aos agentes que colocaram as placas nos imóveis, objeto das denúncias, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processos Disciplinares Nº 001721/07 e Nº 001723/07, todos da Comarca de Tupã

Querelante: IMOBILIARIA ALFA LTDA, e, como

Querelada: VISÃO EMP. IMOB. LTDA - CRECI 10.700-J.

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias improcedentes e ARQUIVAR os presentes autos.

Relator: Conselheiro Gilberto Yukiharu Yogui

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

PRÁTICA DE FRAUDE, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – PRÁTICA DE FRAUDE E RETENÇÃO DE VALORES, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II E XII, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. No caso dos presentes autos, a prática de fraude, por colaborador, em intermediação de compra e venda e a prática de fraude e retenção de valores, por colaborador, em intermediação de compra e venda são consideradas infrações gravíssimas. Tais condutas reiteradas demonstram propósitos incompatíveis com a nobre profissão de Corretor de Imóveis, impondo-se a cassação do registro profissional. Denúncias procedentes. Cancelamento da inscrição.

Processos Disciplinares Nº 001084/09 e Nº 001086/09, todos da Comarca da Capital

Querelantes: MARCELO ABIB e WILSON PARREIRA DE SOUZA

Querelado: AFONSO DANIEL G. GUIZZARDI - CRECI 18.355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de CANCELAMENTO de sua inscrição.

Relator: Conselheiro Ruberval Ramos Castello

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

PRÁTICA DE FRAUDE, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – PRÁTICA DE FRAUDE E RETENÇÃO DE VALORES, POR COLABORADOR, EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II E XII, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a Querelada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. No caso dos presentes autos, a prática de fraude, por colaborador, em intermediação de compra e venda e a prática de fraude e retenção de valores, por colaborador, em

intermediação de compra e venda são consideradas infrações gravíssimas. Tais condutas reiteradas demonstram propósitos incompatíveis com a nobre profissão de Corretor de Imóveis, impondo-se a cassação do registro profissional. Denúncias procedentes. Cancelamento da inscrição.

Processos Disciplinares Nº 001083/09 e Nº 001085/09, todos da Comarca da Capital

Querelantes: MARCELO ABIB e WILSON PARREIRA DE SOUZA

Querelada: GIA GUIZARDI IMOV. E ADM. LTDA - CRECI 323-J.

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar a Querelada a pena de CANCELAMENTO de sua inscrição.

Relator: Conselheiro Ruberval Ramos Castello

3ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 22.02.2011

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

59º VOLUME DE EMENTÁRIO

1ª TURMA DO PLENÁRIO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 29.MARÇO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2426/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RINALDO BRACALENTE - CRECI 000929-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, além da ausência de defesa pelo denunciado demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5956/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIME CLEMENTE CAYRES - CRECI 038243-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL SEM REGISTRO DE INCORPORAÇÃO – ACUMPLICIAR-SE COM QUEM EXERCE ILEGALMENTE A PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E XII DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IX, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois intermediar a venda e compra de imóveis sem registro de incorporação, bem como acumpliciar-se com os que exercem ilegalmente transações imobiliárias, constitui infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e XII do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IX do CEP.

Processo Disciplinar nº 2086/09, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELENA SATOE AKYAMA - CRECI 025648-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura,

cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA ACATADA -COLABORADOR ERA DIRETOR COMERCIAL DA JURÍDICA DO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A defesa apresentada pelo Querelado merece prosperar visto ter comprovado nos autos que o colaborador era, na verdade, o diretor comercial de sua imobiliária, inexistindo, assim, a prática de infração disciplinar, motivo pelo qual o processo de ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 5500/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS BULLE LOPES - CRECI 039479-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo com o conseqüente arquivamento do feito.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, além da ausência de defesa pelo denunciado demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5987/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCO AURELIO FERREIRA PIMENTEL - CRECI 036739-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, além da ausência de defesa pelo denunciado demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5992/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ NAGIB AUGUSTO - CRECI 031427-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, além da ausência de defesa pelo denunciado demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5955/06, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDERSON MARCIANO - CRECI 059220-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, além da ausência de defesa pelo denunciado demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5945/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON MARCELO - CRECI 030307-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Omitir a Querelada detalhes importantes na intermediação de venda e compra, deixando de informar os compradores que o Querelante não era proprietário da integralidade do bem, dificultando assim a concretização do negócio, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5666/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ERZIO GERALDO TORNIZIELLO

Querelada: IMOB MAIOR LTDA - CRECI 002848-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Omitir o Querelado detalhes importantes na intermediação de venda e compra, deixando de informar os compradores que o Querelante não era proprietário da integralidade do bem, dificultando assim a concretização do negócio, configura infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2380/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ERZIO GERALDO TORNIZIELLO

Querelado: JOAQUIM VITOR P GONÇALVES - CRECI 005293-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES -– NÃO DEVOLUÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A omissão de dados relevantes ao fechamento do negócio, ou seja, deixar de informar a Querelante sobre a existência de proprietário diverso daquele que constava no registro do imóvel, bem como a não devolução de comissão indevida, configuram as infrações disciplinares de natureza grave, previstas no artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2075/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CLEOMAR LANDIM DE OLIVEIRA

Querelada: MMJ NEG IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI 018970-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 01(uma) anuidade.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – NÃO DEVOLUÇÃO DE COMISSÃO INDEVIDA – DEFESA INSUFICIENTE – IN-

FRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A omissão de dados relevantes ao fechamento do negócio, ou seja, deixar de informar a Querelante sobre a existência de proprietário diverso daquele que constava no registro do imóvel, bem como a não devolução de comissão indevida, configuram as infrações disciplinares de natureza grave, previstas no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2076/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CLEOMAR LANDIM DE OLIVEIRA

Querelado: MAURÍCIO MASCARENHAS JUNQUEIRA FILHO - CRECI 034552-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 01(uma) anuidade.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEFESA PROCEDENTE – DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL – REALIZAÇÃO DE VISTORIA – ENTREGA DAS CHAVES – PLENA QUITAÇÃO DOS DÉBITOS – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A defesa apresentada pelo Querelado comprovando ter sido o imóvel desocupado, realizada vistoria e entrega de chaves a Querelante, dando esta plena quitação de todos os débitos que envolviam o imóvel, ensejam o arquivamento do processo em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 2381/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: ELZA FARIA DE SOUZA

Querelado: SIDNEY CARASKI - CRECI 053860-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE DOCUMENTOS – SIMULAÇÃO DE CONTRATO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de prestar contas, reter documentos, bem como simular contrato de locação visando beneficiar seu próprio filho durante a administração de locação de imóvel residencial da Querelante, constitui infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II, VIII e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2095/09, da comarca de SOROCABA

Querelante: MARIA DE LOURDES SPINELLO / DRA JANAINA ROSA FIDÊNCIO

Querelado: HERMANN DE OLIVEIRA RAPPL - CRECI 062241-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão

por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 4 (quatro) anu

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de sinal/princípio de pagamento em intermediação de venda e compra não concluída, causando prejuízos ao Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2085/09, da comarca de RIO CLARO

Querelante: IVAN CESAR DOS SANTOS

Querelado: ENOQUE CAETANO DE ALMEIDA - CRECI 024980-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do querelado por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL DO QUERELANTE – DESÍDIA – DEMORA NA LIBERAÇÃO DE FGTS – QUERELADO NÃO PODE SER RESPONSABILIZADO – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A demora na liberação de recursos do FGTS não pode ser imputada ao Querelado, por não ser de sua alçada e não haver um prazo fixo para isso, dependendo esse procedimento exclusivamente da Caixa Econômica Federal, devendo o processo ser arquivado em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 5288/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: FLAVIO AZER MALUF

Querelado: CARLOS ALBERTO CORREIA - CRECI 030979-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINES PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – DEFESA PROCEDENTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de prova robusta que o colaborador era, na verdade, sócio de sua imobiliária, e principalmente, que não estava exercendo atividade privativa de corretor de imóveis, desconfigurando-se, assim, o exercício irregular da profissão e a conseqüente facilitação, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 10340/07, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIS BALIVO - CRECI 039976-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a extinção do processo e o conseqüente arquivamento do feito.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior aos pseudocorretores em processos administrativos autônomos cumulados com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0534/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em todos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior aos pseudocorretores em processos administrativos autônomos cumulados com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0533/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em todos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRA-

ÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior aos pseudocorretores em processos administrativos autônomos cumulados com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0517/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em todos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior aos pseudocorretores em processos administrativos autônomos cumulados com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0345/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em todos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE JULGARAM PROCEDENTES O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior aos pseudocorretores em processos administrativos autônomos cumulados com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0344/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em todos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A juntada de vasta documentação pelo Querelado comprovando que Sr. Daniele Elia nunca foi corretor de imóveis, e que comparecia esporadicamente em sua imobiliária somente para verificar o andamento dos diversos imóveis do qual é proprietário, enseja o atendimento ao pedido de reconsideração e o pronto arquivamento do processo disciplinar.

Processo Disciplinar nº 1737/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WANDERLY SECCO - CRECI 015827-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – AUSÊNCIA DE DESÍDIA – NÃO AVISAR PRONTAMENTE A PROPRIETÁRIA DOS DANOS NO IMÓVEL – DEFESA PERTINENTE – NÃO INSUFICIENTE – FALTA DE PROVAS – DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

O Querelado não deixou de cumprir com o seu dever de informar a proprietária sobre os danos no imóvel, tampouco deixou de providenciar o conserto dos mesmos. Não configura infração disciplinar. Denúncia improcedente, por absoluta falta de provas de dolo ou culpa na prática da atividade.

Processo Disciplinar nº 2386/09, da comarca de RIO CLARO

Querelante: PATRICIA MANIR MIGUEL SCHRANK / DR OSVALDO JOSÉ SILVA

Querelado: EMERSON GUILHERMON CORTEZ - CRECI 034368-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e determinar a extinção e arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS COM ATRASO – AUSÊNCIA DE DEFESA- PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois repassar com atraso os valores recebidos a título de aluguel, bem como reter indevidamente carnês de IPTU, comprovam cabalmente atos de total desídia praticados pela Querelada na administração de locação de imóvel residencial do Querelante, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2357/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: NELSON MORINAGA

Querelada: J B IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 013622-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura,

cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – REPASSE DOS ALUGUÉIS COM ATRASO – AUSÊNCIA DE DEFESA- PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois repassar com atraso os valores recebidos a título de aluguel, bem como reter indevidamente carnês de IPTU, comprovam cabalmente atos de total desídia praticados pelo Querelado na administração de locação de imóvel residencial do Querelante, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2358/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: NELSON MORINAGA

Querelado: JEZER MIGUEL BASTOS FILHO - CRECI 041745-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE CAUÇÃO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de caução fidejussória, causando graves prejuízos a Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2087/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARMEM LUCIA SCHNEIDER DAVID

Querelada: NOVA GLOBO IMÓVEIS LTDA - CRECI 016868-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição da Querelada por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE CAUÇÃO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de caução fidejussória, causando graves prejuízos a Que-

relante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2088/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARMEM LUCIA SCHNEIDER DAVID

Querelado: GUILHERME PIMENTA - CRECI 060130-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de sinal em intermediação de venda e compra de imóvel residencial não concluída, causando graves prejuízos ao Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2388/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANTONIO JOSÉ F DIAS ESCUDEIRO

Querelada: NOVA GLOBO IMÓVEIS LTDA - CRECI 016868-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição da Querelada por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de sinal em intermediação de venda e compra de imóvel residencial não concluída, causando graves prejuízos ao Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2389/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANTONIO JOSÉ F DIAS ESCUDEIRO

Querelado: GUILHERME PIMENTA - CRECI 060130-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM UTILIZAÇÃO DE FGTS NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Apesar de a Querelada ter apresentado defesa, a mesma não deve prosperar, pois reter indevidamente valor recebido a título de sinal em intermediação de venda e compra de imóvel não concluída, pela não liberação do FGTS, causando graves prejuízos ao Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2351/09, da comarca de SANTOS

Querelante: DANIEL DE ALMEIDA DIAS

Querelada: SILVIA SIMONE FONSECA DA SILVA - CRECI 065818-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES DEPRECIATIVOS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTS. 4º, II E 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Omitir indevidamente detalhes que depreciavam a negociação, vendendo um imóvel com dívidas e ônus a Querelante, impedindo-lhe a outorga da escritura definitiva, causando-lhe assim graves prejuízos, configurando assim, a prática de ato que a lei define como crime, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, previstas no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 4º, II e 6º, IV do CEP.

Processo Disciplinar nº 2345/09, da comarca de FRANCA

Querelante: ELISABETH APARECIDA MARTINS

Querelado: JAIME RODRIGUES GUERRA - CRECI 037040-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 60 (sessenta) dias, cumulada

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME - DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Reter indevidamente valor recebido a título de sinal/princípio de pagamento em intermediação de venda e compra de imóvel, causando graves prejuízos ao Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2346/09, da comarca de FRANCA

Querelante: MAURILIO APARECIDO AGUNDES

Querelado: JAIME RODRIGUES GUERRA - CRECI 037040-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

O Termo de Representação é a peça formadora do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver deficiência quanto à inclusão do colaborador, e não houver tempo hábil para lavratura de um novo Termo de Representação, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade nos termos do Artigo 68 e seguintes do CPD, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7637/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO RUY LOPES DOS SANTOS - CRECI 032218-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos em decorrência da prescrição da punibilidade.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1599/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO RUY LOPES DOS SANTOS - CRECI 032218-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO

PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister em escritório imobiliário com o número de inscrição do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 7776/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO - CRECI 055677-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 10341/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVIANE CRISTINA MORASCO TURQUETO - CRECI 049198-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4122/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ISMAEL HERNANDEZ MARTINEZ - CRECI 009166-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 9922/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MAFRAN VIEIRA - CRECI 036188-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4124/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS QUIRINO DOS SANTOS - CRECI 020097-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 9924/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LÁZARO JESUS JARDIM - CRECI 018910-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário de responsabilidade técnica do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 6022/06, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LINO CATITA - CRECI 011307-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister em escritório imobiliário com o número de inscrição do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5961/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO MARTINS - CRECI 054328-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5960/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDMAR APARECIDO DE CARVALHO - CRECI 055178-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister dentro do escritório imobiliário de responsabilidade técnica do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração

Processo Disciplinar nº 0525/06, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NIKOLAOS GEORGIOS HATZIS - CRECI 010120-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Na intermediação de venda e compra de imóveis, a Querelada deveria exercer sua atividade profissional de modo a não prejudicar os interesses que lhe forem confiados. Defesa suficiente para infirmar os fatos denunciados, visto que não ficou comprovado a conduta desidiosa da Querelada. Denúncia improcedente. Arquivamento

Processo Disciplinar nº 2367/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARLA REIS ESPINDOLA

Querelada: CARBONE IMÓVEIS LTDA - CRECI 016669-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

Processo Disciplinar nº 2368/09, da comarca de SÃO PAULO INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA

– DESÍDIA – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Na intermediação de venda e compra de imóveis, a Querelada deveria exercer sua atividade profissional de modo a não prejudicar os interesses que lhe forem confiados. Defesa suficiente para infirmar os fatos denunciados, visto que não ficou comprovado a conduta desidiosa da Querelada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Querelante: CARLA REIS ESPINDOLA

Querelado: ROBERTO CARBONE FILHO - CRECI 062833-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

JURÍDICA IRREGULAR – IRREGULARIDADE SANADA PERANTE A JUCESP – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

A utilização de jurídica irregular que não estava inscrita neste Conselho configura a prática de infração ético-disciplinar, no entanto constata-se ter sido sanada a irregularidade que teria ensejado a lavratura do competente Termo de Representação, com a devida inscrição da empresa SCI SCSUL CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA - CNPJ 09.676.789/0001-70, perante a JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, só restando opinar pela extinção do processo. Denúncia improcedente. Processo arquivado

Processo Disciplinar nº 0231/10, da comarca de ABCD

Querelante: IMOBILIÁRIA SÃO CAETANO LTDA

Querelada: CÉLIA MARIA ROVATTI BERNARDI - CRECI 067988-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2376/09, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: KLEBER RIBEIRO MACHADO

Querelado: SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA - CRECI 037211-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena

de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa co

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2369/09, da comarca de BAURU

Querelante: LUCILENE DULTRA CARAM

Querelada: IMOB BUSCH IMÓVEIS LTDA - CRECI 013745-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2370/09, da comarca de BAURU

Querelante: LUCILENE DULTRA CARAM

Querelado: GUILHERME FERREIRA BUSCH - CRECI 039948-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do

processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2371/09, da comarca de BAURU

Querelante: LUCILENE DULTRA CARAM

Querelado: MARCELO OLLER GUIMARÃES - CRECI 061467-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – NÃO RESTOU COMPROVADA A FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO POR PARTE DO QUERELADO. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos, no entanto não restou comprovada a facilitação do exercício ilegal da profissão. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 5514/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS DE MELO ROSSI - CRECI 008683-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável pela empresa responder pela falta praticada no interior da mesma. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3994/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ GONZAGA DE CAMPOS - CRECI 051739-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável pela empresa responder pela falta praticada no interior da mesma. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6027/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO BATISTA GARCIA DE FARIA - CRECI 057638-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA EM FACE DO QUERELADO PELO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se sentença penal condenatória em face do Querelado pelo crime de apropriação indébita com aumento de pena por tratar-se de crime praticado em razão de oficio. Outrossim, segundo a ficha cadastral do mesmo, existem outros processos disciplinares, inclusive com sentença de cancelamento da inscrição, pela mesma pratica. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2384/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBSON NORBERTO DA SILVA - CRECI 045124-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO COBRANÇA DE TAXAS DE AFERIÇÃO DA IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE CONFECÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO AS QUAIS SÃO VEDADAS PELA LEI – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foi juntado aos autos recibo especificando a cobrança indevida de taxas para confecção de contrato de locação e para aferição da idoneidade do locatário por parte da Querelada. Outrossim, a própria Querelada declara que cobrou tais valores alegando em tese de defesa que o Querelante cometeu abuso de direito.

Processo Disciplinar nº 2070/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: SIDNEY DOMINGOS BAIL

Querelada: BARTHOLOMEU IMÓVEIS LTDA - CRECI 0O9711-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pelo pena de censura cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO COBRANÇA DE TAXAS DE AFERIÇÃO DA IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE CONFECÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO AS QUAIS SÃO VEDA-

DAS PELA LEI – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foi juntado aos autos recibo especificando a cobrança indevida de taxas para confecção de contrato de locação e para aferição da idoneidade do locatário por parte da Querelada. Outrossim, a própria Querelada declara que cobrou tais valores alegando em tese de defesa que o Querelante cometeu abuso de direito.

Processo Disciplinar nº 2071/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: SIDNEY DOMINGOS BAIL

Querelada: CYNTHIA DE CARVALHO B BRUNO - CRECI 040906-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pelo pena de censura cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA COBROU INDEVIDAMENTE A COMISSÃO DE INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, UMA VEZ QUE FOI COBRADA TANTO DA VENDEDORA COMO DA COMPRADORA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS –PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DEC. 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO X, ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada cobrou comissão tanto da vendedora do imóvel com da compradora, sem o consentimento das mesmas. Outrossim, a Querelada não juntou defesa aos autos o que leva a presunção de veracidade dos fatos imputados em face da mesma. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2036/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: KARINA DE DEUS MASSA

Querelada: LILIAN AUGUSTO CERCHIARI - CRECI 047767-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – COBRANÇA DE HONORÁRIOS EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ACORDADO EM CONTRATO E SEM ANUÊNCIA DAS PARTES ENVOLVIDAS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO V DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se pelo alegado e pelos documentos acostados aos autos que a Querelada teria omitido detalhes relevantes em intermediação de compra e venda de imóvel e cobrado comissão indevida, verifica-se ainda a existência nos autos de documentos que comprovam o alegado pela Querelante, corroborando ainda contra a Querelada o fato desta ter se quedado inerte sem juntar defesa aos autos, o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputado em face da mesma. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2040/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GLADYS SENE GUANDALINI ALTAFINI

Querelada: PARAMETRO IMÓVEIS S/C LTDA / ELSON JORDÃO FELIX - CRECI 008887-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – COBRANÇA DE HONORÁRIOS EM PERCENTUAL SUPERIOR AO ACORDADO EM CONTRATO E SEM ANUÊNCIA DAS PARTES ENVOLVIDAS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO V DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se pelo alegado e pelos documentos acostados aos autos que o Querelado teria omitido detalhes relevantes em intermediação de compra e venda de imóvel e cobrado comissão indevidamente, verifica-se ainda a existência nos autos de documentos que comprovam o alegado pela Querelante, corroborando ainda contra o Querelado o fato deste ter se quedado inerte sem juntar defesa aos autos, o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputado em face do mesmo. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2001/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GLADYS SENE GUANDALINI ALTAFINI

Querelado: ELSON JORDÃO FELIX - CRECI 007066-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES LOCATÍCIOS PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E RETIDOS PELO QUERELADO – EXISTÊNCIA DE CONFISSÃO DE DIVIDA POR PARTE DO DENUNCIADO – DESCUMPRIMENTO DO ACORDO EFETUADO COM O OBJETIVO DE QUITAR OS DÉBITOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP.

No caso em epigrafe, ocorreu apropriação indébita de valores do Querelante por parte do Querelado. Fato este comprovado com a juntada aos autos de documento comprobatórios do alegado. Outrossim, tal pratica caracteriza o crime de apropriação indébita, agravada com aumento de pena em 1/3 por ter ocorrido em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2044/09, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: SEBASTIÃO APARECIDO MARTINS EUZÉBIO

Querelado: SEBASTIÃO DIMAS RIBEIRO - CRECI 065491-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA GESTÃO DE VALORES DE ALUGUERES – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO E JUNTADOS AOS AUTOS SEM LIAME COM O OBJETO DA QUESTÃO – INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUE COMPROVEM O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ÉTICA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos que não possuem pertinência com os fatos alegados pela Querelante, não foi constatada ainda a ocorrência de prejuízos financeiros causados pelo Querelado, como também restou comprovado que a posse do imóvel foi devolvida à locadora. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2067/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARTA MARIA QUEIROGA FERNANDES

Querelado: JOSÉ MILTON PIMENTEL FERNANDES - CRECI 045396-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO OMITIU DETALHES QUE COMPROMETIAM A SEGURANÇA DO NEGÓCIO – JUNTADA AOS AUTOS DE PROVAS DOCUMENTAIS COMPROVANDO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES QUE CONTINHAM RISCOS FORAM PASSADAS AO QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que o Querelado omitiu detalhes que comprometiam a segurança do negócio, no entanto ficou comprovado nos autos que o Querelado informou ao Querelante que os vendedores possuíam dividas e que, inclusive estariam vendendo o imóvel para quita-las. Corrobora ainda o fato de que, tanto a Representação penal, quanto a ação judicial em face do Querelado por parte do Querelante, foram improcedentes.

Processo Disciplinar nº 1082/09, da comarca de S J RIO PRETO

Querelante: REGINALDO LUIZ DE SOUZA

Querelado: SERGIO AUGUSTO INGRACI - CRECI 070144-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE COMPROVAM A AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA DISCIPLINAR – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe e com pertinência a acusação de desídia em administração de locação, restou comprovado nos autos que não havia relação jurídica entre a Querelante e a Querelada, já com pertinência à acusação de apropriação indevida de valores em compra e venda de imóvel, foi juntado documentos que comprovaram que o valor pago pelo comprador e que se encontrava sob a posse da Querelada, foi utilizado para pagamento de débitos existentes, do imóvel, sendo que o saldo sobressalente foi depositado na conta corrente de denunciante. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2021/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: SILVIA HELENA OLITTA MORATO FIGUEREDO

Querelada: DGL IMOPLAN CONS DE IMOV E ARQUITETURA LTDA - CRECI 013617-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE COMPROVAM A AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA DISCIPLINAR – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe e com pertinência a acusação de desídia em administração de locação, restou comprovado nos autos que não havia relação jurídica entre a Querelante e o Querelado, já com pertinência à acusação de apropriação indevida de valores em compra e venda de imóvel, foi juntado documentos que comprovaram que o valor pago pelo comprador e que se encontrava sob a posse do Querelado, foi utilizado para pagamento de débitos existentes, do imóvel, sendo que o saldo sobressalente foi depositado na conta corrente de denunciante. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2022/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: SILVIA HELENA OLITTA MORATO FIGUEREDO

Querelado: DJANSEN GRANADO DE LIMA - CRECI 041656-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado na denúncia e os esclarecimentos não infirmaram o alegado na denúncia. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos, o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma, quais sejam omitir detalhes relevantes em intermediação de negócio imobiliário. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2013/09, da comarca de FRANCA

Querelante: LAZARO ANTONIO BORGES

Querelada: TENDA ADM DE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 014383-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura, cumulada com a multa no valor de 01 (uma) anuidade.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA

JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado na denúncia e os esclarecimentos não infirmaram o alegado na denúncia. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos, o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo, quais sejam omitir detalhes relevantes em intermediação de negócio imobiliário. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2014/09, da comarca de FRANCA

Querelante: LAZARO ANTONIO BORGES

Querelado: ROBERTO BORGHETTE DE MELO - CRECI 025124-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura, cumulada com a multa no valor de 01 (uma) anuidade.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado na denúncia e os esclarecimentos não infirmaram o alegado na denúncia. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos, o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo, quais sejam omitir detalhes relevantes em intermediação de negócio imobiliário. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2015/09, da comarca de FRANCA

Querelante: LAZARO ANTONIO BORGES

Querelado: MIGUEL JORGE BITTAR - CRECI 061769-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura, cumulada com a multa no valor de 01 (uma) anuidade.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES EM NEGÓCIO DE INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO NOS AUTOS E DE PROVAS QUE COMPROVEM O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ÉTICA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que não foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado. Outrossim, a Querelada anexou recibo comprovando a improcedência de uma das alegações do Querelante. Corrobora ainda o fato desde ter deixado de manifestar-se no processo mesmo sendo devidamente notificado. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1996/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: RODRIGO MACHADO DOMINGOS

Querelada: CABO VERDE IMÓVEIS LTDA - CRECI 018018-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES EM NEGÓCIO DE INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO NOS AUTOS E DE PROVAS QUE COMPROVEM O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ÉTICA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que não foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado. Outrossim, o Querelado anexou recibo comprovando a improcedência de uma das alegações do Querelante. Corrobora ainda o fato desde ter deixado de manifestar-se no processo mesmo sendo devidamente notificado. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2029/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: RODRIGO MACHADO DOMINGOS

Querelado: RICARDO JOSÉ HERCULANO SANT'ANNA - CRECI 053690-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS PELO LOCATÁRIO E NÃO REPASSADAS AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado na denúncia. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma, quais sejam de apropriar-se indevidamente de valores que se encontrava sob sua posse em razão de oficio. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2016/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: EDNA CLEIDE MAGALHÃES SOARES

Querelada: ERA IMÓVEIS E REPRESENTAÇÕES S/S LTDA - CRECI 015502-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS PELO LOCATÁRIO E NÃO REPASSADAS AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO RESPONSÁVEL

TÉCNICO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos comprobatórios do alegado na denúncia. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo, quais sejam de apropriar-se indevidamente de valores que se encontrava sob sua posse em razão de oficio. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2017/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: EDNA CLEIDE MAGALHÃES SOARES

Querelado: OSWALDO BARBOSA COUTINHO - CRECI 025617-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a m

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E OMISSÃO EM INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NEGÓCIO CONCRETIZADO – RECUSA DA QUERELANTE EM EFETUAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DE COMISSÃO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE SENTENÇA JUDICIAL ONDE A DENUNCIANTE ASSUME PAGAR O VALOR DEVIDO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, não se constata nos autos provas de procedência do alegado pela Querelante, sendo que a Querelada não pode ser responsabilizada pela morosidade em finalizar o processo de financiamento por parte da instituição financeira. Outrossim, o negócio foi concretizado e a Denunciante recusou-se a pagar os honorários de comissão à Querelada obrigando esta a propor ação judicial para cobrança do valor devido. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2025/09, da comarca de OSASCO

Querelante: ROSELI BANHOS

Querelada: CANADA IMÓVEIS E ADM S/S LTDA - CRECI 003112-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO OMISSÃO EM INFORMAR QUE O IMÓVEL ESTAVA SUJEITO À ENCHENTE – EXIGÊNCIA DE QUANTIA OU VALOR ALÉM DO PERMITIDO LEGAL EM GARANTIA LOCATÍCIA NA MODALIDADE DE CAUÇÃO EM DINHEIRO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV E XI DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram omitidos dados ao Querelante sobre o imóvel que pretendia locar, como também a Querelada exigiu indevidamente valores de multa por rescisão contratual uma vez que o contrato não foi concluído e cometeu contravenção penal ao cobrar valor além do permitido legal em garantia locatícia na modalidade de caução em dinheiro. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2018/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: DANIEL POLONI

Querelada: IMOB MÃO AMIGA S/C LTDA - CRECI 016046-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do processo e pela pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2435/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CAETANO COZZI - CRECI 025028-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE TRAZ PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa nos autos traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado.Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5962/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CLAUDIO DE MORI - CRECI 006742-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO – CONSTATAÇÃO DE QUE ESTARIA A QUERELADA ANUNCIANDO PUBLICAMENTE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTO ESCRITO – REDUÇÃO DA PENALIDADE APLICADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

É vedado pela nossa legislação, anunciar publicamente proposta de transação sem a devida autorização através de documento escrito, o que restou demonstrado nos autos. Entretanto, neces-

sário se faz a redução da penalidade aplicada, por tratar-se de infração de natureza leve. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processos Disciplinares nºs 9.220/07, 9.221/07, 9.222/07, 9.848/07, 9.860/07, 899/08, 900/08, 5.010/08, 5.011/08 e 5.013/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SAFIRA IMOB E ADM LTDA - CRECI 003140-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe dar parcial provimento, aplicando a pena de censura, cumulada com a multa de duas anuidades

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 9925/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO JOSÉ DE LIMA - CRECI 015401-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. As alegações inverídicas do Querelado, bem como a condenação da pseudocorretora em processo administrativo autônomo demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5481/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE ROCHA BAZHUNI - CRECI 061542-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE

DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, além da ausência de defesa pelo denunciado demonstram a prática da infração perpetrada, tipificada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6079/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTENOR FRANCISCO MATIAS - CRECI 045236-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 9926/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DAVID PEREIRA DE NOBREGA - CRECI 009129-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, mesmo após ter sido notificado pessoalmente, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1600/07, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALFRIDO SCAVACINI - CRECI 016298-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DÉBITOS PREEXISTENTES – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelada comprovou através de vasta documentação que a Querelante não teve prejuízo, pois os débitos de IPTU e o "habite-se" foram devidamente quitados pelos antigos vendedores, sendo o caso devidamente solucionado. Assim, diante da improcedência da denúncia o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 7610/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: EDILENE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA

Querelada: ROVAL EMPREENDIMENTOS IMOB S/S LTDA - CRECI 003091-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DÉBITOS PREEXISTENTES – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de vasta documentação que a Querelante não teve prejuízo, pois os débitos de IPTU e o "habite-se" foram devidamente quitados pelos antigos vendedores, sendo o caso devidamente solucionado. Assim, diante da improcedência da denúncia o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 7611/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: EDILENE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA

Querelado: ROSKLIM RIBEIRO - CRECI 010607-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DÉBITOS PREEXISTENTES – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de vasta documentação que a Querelante não teve prejuízo, pois os débitos de IPTU e o "habite-se" foram devidamente quitados pelos antigos vendedores, sendo o caso devidamente solucionado. Assim, diante da improcedência da denúncia o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 7612/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: EDILENE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA

Querelado: NEEMIAS RICARDO RIBEIRO - CRECI 058770-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – AÇÃO PAULIANA EM ANDAMENTO CONTRA O PROPRIETÁRIO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar o Querelante sobre a existência de ação pauliana em andamento contra o proprietário do imóvel na lavratura do contrato, evidencia ato de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5988/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: JAVIER AINSA BURETA

Querelada: NATIVA IMOV E ADM DE BENS LTDA-ME - CRECI 017956-J

Decisão: RETIRADO DE PAUTA - VISTAS C/ CONS. ROSANGELA

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – AÇÃO PAULIANA EM ANDAMENTO CONTRA O PROPRIETÁRIO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de informar o Querelante sobre a existência de ação pauliana em andamento contra o proprietário do imóvel na lavratura do contrato, evidencia ato de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5987/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: JAVIER AINSA BURETA

Querelado: MARCELO ARANTES - CRECI 057316-F

Decisão: RETIRADO DE PAUTA - VISTAS C/ CONS. ROSANGELA

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade técnica do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2106/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CHEIN MASSUD - CRECI 027000-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade técnica do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2105/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HELIO ALTERMAN - CRECI 020053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior a pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações infundadas da defesa, e demais provas dos autos, configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 10339/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HELIO ALTERMAN - CRECI 020053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR – DEFESA SUFICIENTE PARA DESCARACTERIZAR A TRANGRESSÃO DE NORMA ÉTICO-DISCIPLINAR, POSTO QUE RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O COLABORADOR E A IMOBILIÁRIA DE PROPRIEDADE DA DENUNCIADA – PROCESSO ARQUIVO.

É vedado pela nossa legislação, facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos, entretanto, a defesa apresentada pela denunciada é suficiente para descaracterizar a transgressão de norma ético-disciplinar, posto que restou devidamente comprovado o vínculo empregatício entre o colaborador e a imobiliária de propriedade da denunciada. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 10342/07, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA JOSÉ DENARDI TARUMI - CRECI 059595-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar o processo.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR – DEFESA SUFICIENTE PARA DESCARACTERIZAR A TRANGRESSÃO DE NORMA ÉTICO-DISCIPLINAR, POSTO QUE RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O COLABORADOR E A IMOBILIÁRIA DE PROPRIEDADE DA DENUNCIADA – PROCESSO ARQUIVO.

É vedado pela nossa legislação, facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos, entretanto, a defesa apresentada pela denunciada é suficiente para descaracterizar a transgressão de norma ético-disciplinar, posto que restou devidamente comprovado o vínculo empregatício entre o colaborador e a imobiliária de propriedade da denunciada. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2374/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NEUZA APPARECIDA VADA

Querelada: A SOUZA IMÓVEIS LTDA - CRECI 003391-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa corre

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2375/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NEUZA APPARECIDA VADA

Querelado: EDSON DE SOUZA - CRECI 019895-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa corr

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRA-

ÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2372/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: VIVIANE LOPES REIS

Querelada: MARISLENE APARECIDA DO PRADO - CRECI 050846-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2373/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: VIVIANE LOPES REIS

Querelada: DÉBORA MADEIRA LEONOR DE LIMA - CRECI 075356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa cor

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA SE APROPRIOU INDEVIDAMENTE DE VALORES SUPERIORES AO QUE TERIA DIREITO COMO HONORÁRIOS DE INTERMEDIAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que a Querelada se apropriou de valores pagos em dinheiro pela compradora vindo a repassar cheques de terceiros sem provisão de fundos à vendedora que ora figura como Querelante. Outrossim, a mesma não juntou defesa aos autos o que leva a presunção de veracidade do fato imputado a ela. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2039/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: EUNICE MARIA PIRES MACHADO

Querelada: MARISLENE APARECIDA DO PRADO - CRECI 050846-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA NO EXERCICIO DA ATIVIDADE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA QUERELADA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Na administração de locação de imóvel, a Querelada deveria exercer sua atividade profissional conforme as obrigações assumidas, bem como confeccionando o Contrato de Locação. Ademais a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços não a isenta da responsabilidade oriunda da administração de locação. Ausência de defesa, presunção de veracidade dos fatos alegados. Infração à regra do Art. 38, II, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2366/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: SONIA MARIA DE OLIVEIRA

Querelada: BRISTOL IMOV ADM LTDA - CRECI 005728-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel de propriedade da Querelante. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2363/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ALCINA VAZ

Querelada: CASALINDA EMP IMOB S/C LTDA - CRECI 017606-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel de propriedade da Querelante. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2364/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ALCINA VAZ

Querelado: LOURIVALDO DOS SANTOS FARIAS - CRECI 049603-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA QUERELADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de restituição de valores reclamados pela Querelante, através de declaração, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 5638/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: AURORA FIDALGO DUARTE / JOÃO FIDALGO DUARTE

Querelada: EGYDIO NEG IMOB S/S LTDA / ANTONIO DE PÁDUA H DA SILVA - CRECI 018717-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO QUERELADO – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de restituição de valores reclamados pela Querelante, através de declaração, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 5639/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: AURORA FIDALGO DUARTE / JOÃO FIDALGO DUARTE

Querelado: ANTONIO DE PÁDUA HENRIQUE DA SILVA - CRECI 057434-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL – DEFESA JUNTADA AO PROCESSO NÃO INFIRMOU O ALEGADO PELO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º INCISO IX DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que o Querelado prejudicou os interesses do Querelante confiados ao mesmo, causando-lhe transtornos. Outrossim, não providenciou o devido processo de cobrança judicial em face do locatário inadimplente ou de seu fiador. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2057/09, da comarca de OSASCO

Querelante: HORÁCIO ANTONIO MOTTA

Querelado: NIVALDO LOPES - CRECI 048069-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente Processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel de propriedade do Querelante. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 7592/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOAQUIM VIDEIRA MATIAS

Querelada: ARRUDA IMÓVEIS E ADM LTDA - CRECI 010448-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS DENUNCIADOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel

de propriedade do Querelante. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 7593/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOAQUIM VIDEIRA MATIAS

Querelado: FRANCISCO ALVES ARRUDA - CRECI 051356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RURAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de sinal e princípio de pagamento em intermediação de venda e compra de imóvel rural para o Querelante, causando-lhe prejuízos, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2323/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: FRANCISCO INÁCIO SOBRINHO

Querelado: REINALDO GARCIA DE MIRANDA - CRECI 064483-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada c

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – OMISSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE FURTO DE ENERGIA ELÉTRICA PRATICADO PELO ANTIGO LOCATÁRIO – NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS – DEFESA NÃO ACATADA – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de informar o Querelante sobre o furto de energia elétrica praticado pelo antigo locatário, ocasionando o corte do fornecimento deste serviço, causando-lhe graves prejuízos, bem como a não devolução de seus documentos pessoais, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2325/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: ANTONIO SILVAN OLIVIERA

Querelado: ISAIAS VILAS BOAS - CRECI 052656-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES RECEBIDOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valores recebidos a título de IPTU e aluguéis do inquilino e não repassa-los a Querelante, causando-lhe prejuízos, comprova cabalmente ato que a lei define como crime e desídia praticado pelo Querelado na administração de locação de imóvel residencial da Querelante, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 7576/07, da comarca de SANTOS

Querelante: LAURENCE AREAS RODRIGUES

Querelado: PAULO RICARDO ZANNIN - CRECI 025110-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 02 (duas) an

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA DILIGÊNCIA DA QUERELADA EM ASSESSORAR O QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, não se constata nos autos provas de procedência do alegado pelo Querelante, sendo que o negócio não foi concretizado devido à desistência em concretiza-lo por parte do último. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2077/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARLOS ROBERTO GUERREIRO

Querelado: HEBRON EMP IMOB LTDA - CRECI 017365-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedencia da denúncia e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA DILIGÊNCIA DO QUERELADO EM ASSESSORAR O QUERELANTE – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epigrafe, não se constata nos autos provas de procedência do alegado pelo Querelante, sendo que o negócio não foi concretizado devido à desistência em concretiza-lo por parte do último. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2078/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARLOS ROBERTO GUERREIRO

Querelado: JOSÉ EMILIO ESCANFERLA - CRECI 007172-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedencia da denúncia e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO – CONSTATAÇÃO DE QUE ESTARIA A QUERELADA COMERCIALIZANDO UNIDADES AUTÔNOMAS SEM O DEVIDO REGISTRO DE INCORPORAÇÃO – REDUÇÃO DA PENALIDADE APLICADA EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE REGISTROS DE OUTROS PROCESSOS EM ANDAMENTO – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

É vedada pela nossa legislação, a comercialização de unidades autônomas sem o devido registro de incorporação no Cartório de Registro de Imóveis, o que restou demonstrado nos autos. Entretanto, necessário se fz a redução da penalidade aplicada, em razão da inexistência de registro de outros processos em andamento em nome da Querelada. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Processo Disciplinar nº 4533/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MENEZES CONSTRUÇÃO E CONS DE IMOV LTDA - CRECI 017051-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe dar parcial provimento, aplicando a pena de censura, cumulada com a multa de duas anuidades

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO – CONSTATAÇÃO DE QUE ESTARIA A QUERELADA ANUNCIANDO PROPOSTA DE TRANSAÇÃO, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTO ESCRITO – IRREGULARIDADE SANADA COM A APRESENTAÇÃO DA COMPETENTE AUTORIZAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação, anunciar proposta de transação, sem a devida autorização através de documento escrito, o que restou demonstrado nos autos. Entretanto, tendo sido sanada a irregularidade, com a competente autorização, o arquivamento do processo é a medida que se impõe. Recurso conhecido e provido. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 10994/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS OTÁVIO MICHELIN - CRECI 063326-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe dar provimento, arquivando o processo.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO

AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1550/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JONATAS DE OLIVEIRA COSTA - CRECI 027591-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2446/07, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR MORAES - CRECI 011684-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1547/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ DE JESUS COSTA ARAÚJO - CRECI 051334-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO

AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3525/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JORGE LUIZ SCARPA - CRECI 031187-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 10344/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ADEMIR RIBEIRO MENECUCCI - CRECI 030517-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4121/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LAUDELINO TADEU BARBOSA - CRECI 039172-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS O QUE LEVA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO

AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a inexistência de defesa juntada aos autos induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1556/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RAFAEL PEREIRA DIAS - CRECI 060466-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que o Querelado prejudicou os interesses da Querelante confiados ao mesmo, causando-lhe transtornos. Outrossim, o Querelado não anexou defesa aos autos, o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2286/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ROSIMEIRE SOUZA SANTOS

Querelado: CARLOS ROBERTO FERREIRA DA COSTA - CRECI 063698-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA NÃO PAGOU O PERCENTUAL DEVIDO DE COMISSÃO A CORRETORA COM QUEM INTERMEDIOU JUNTO A NEGOCIAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epigrafe, a inexistência de defesa juntada aos autos traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada qual seja deixar de repassar valores da comissão referente à cota parte da Querelante. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2058/09, da comarca de BAURU

Querelante: MARIA DE LOURDES CARVALHO NEVES

Querelado: FRANCINI HELENA MIRANDA - CRECI 075075-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela pena de censura cumulada com a multa no valor de 01 (uma) anuidade.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – COBRANÇA INDEVIDA DE HONORÁRIOS DE INTERMEDIAÇÃO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO O ALEGADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 6º, INCISO III E V DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se pelo alegado e pelos documentos acostados aos autos que o Querelado teria cobrado comissão indevidamente, verifica-se ainda a existência nos autos de documentos que comprovam o alegado pelo Querelante. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2056/09, da comarca de SANTOS

Querelante: EDES FERREIRA DE SOUZA

Querelado: REINALDO DIAS JUNIOR - CRECI 040034-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena da censura.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES LOCATÍCIOS PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E RETIDOS PELO QUERELADO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP.

No caso em epigrafe, ocorreu apropriação indébita de valores do Querelante por parte do Querelado. Fato este comprovado com a juntada aos autos de documento comprobatórios do alegado. Outrossim, tal pratica caracteriza o crime de apropriação indébita, agravada com aumento de pena em 1/3 por ter ocorrido em razão de oficio. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2059/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ RIVALDO DOS SANTOS

Querelada: MOEMA DE PÁDUA BARROS - CRECI 033187-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

cumuldado com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA APROPRIOU-SE INDEVIDAMENTE DE VALORES DEPOSITADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE PARA SER REPASSADO AO VENDEDOR DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À MESMA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

No caso em epigrafe, ocorreu apropriação indébita de valores do Querelante por parte da Querelada consubstanciado no fato de que esta cobrou valores superiores em intermediação de venda e compra de imóvel. Outrossim, a mesma não cumpriu o acordado com o Querelante como também não juntou defesa aos autos o que leva a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2060/09, da comarca de BAURU

Querelante: SERGIO RICARDO LOPES THEREZAN

Querelada: VERA LUCIA SOUZA BAGAGI LOPES - CRECI 071664-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumuldado com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO PROPÔS AÇÃO JUDICIAL COBRANDO COMISSÃO SOBRE A INTERMEDIAÇÃO – OCORRÊNCIA DO EXERCÍCIO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

De acordo com o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea A da Constituição Federal, é assegurado o direito de Petição aos Poderes Públicos. Portanto, no caso em epigrafe, ocorreu por parte do Querelado, o exercício de um direito constitucional que foi devidamente apreciado naquele órgão, sendo inexistente o cometimento de falta ética disciplinar. Denúncia Improcedente.

Processo Disciplinar nº 2069/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS E ELISEU DE ARAÚJO

Querelado: WILSON RODRIGUES DE SOUZA - CRECI 051980-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – AUSÊNCIA DE DEVOLUÇÃO DE VALOR REFERENTE AOS HONORÁRIOS – QUESTÃO SUBMETIDA AO CRIVO DO PODER JUDICIÁRIO, CULMINANDO NA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE COBRANÇA – OBTENÇÃO DE RESULTADO ÚTIL NO NEGÓCIO, ALÉM DE TER O DENUNCIANTE ASSUMIDO A OBRIGAÇÃO NO DISTRATO DE EFETUAR O PAGAMENTO PELO FATO DE TER DADO CAUSA À RESCISÃO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

A constatação de ter sido a questão submetida ao crivo do Poder Judiciário, culminando na improcedência da ação de cobrança movida pelo denunciante em face da denunciada, em razão do entendimento de ser devida a remuneração pela obtenção do resultado útil, aliado ao fato de ter o denunciante assumido a obrigação pela corretagem, em razão de ter dado causa à rescisão, impõe o arquivamento dos autos. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2365/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: FERNANDO GOTTSCHALD DOS PASSOS

Querelada: ALESSANDRA TEIXEIRA - CRECI 057841-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA DENUNCIADA – JUNTADA AOS AUTOS DE NOVOS DOCUMENTOS E ALEGAÇÕES DAS PARTES COMPROVANDO QUE A QUERELADA NÃO PARTICIPOU DA MALOGRADA NEGOCIAÇÃO QUE LESOU A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PRO-

CESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.

A comprovação de que a Querelada não participou da negociação que resultou em prejuízos para a Querelante como também o documento apresentado pela primeira onde o verdadeiro infrator assume sua responsabilidade eximindo-a dos atos praticados, corroborando ainda a manifestação da Querelante alegando que foram outras duas pessoas que transacionaram com a mesma e não a Querelada, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1743/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EUNICE BERTOTI DE FREITAS

Querelada: SANDRA APARECIDA GONZALEZ CUOZZO - CRECI 051270-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO PELA QUERELANTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que o Querelado prejudicou os interesses da Querelante confiados ao mesmo, causando-lhe prejuízos financeiros. Outrossim, o Querelado não providenciou a devida cobrança judicial em face do fiador. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 7605/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: STELLA LOBO MARTIRANI

Querelado: LUIS GUILHERME DINANNI - CRECI 049357-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, cumulada com a multa no valor de

Relatora: Conselheira ROSÂNGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002481/07. Ausência de defesas nos PD's 009923/07, 001969/08 e 002996/09, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2481/07, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002481/07. Ausência de defesas nos PD's 009923/07, 001969/08 e 002996/09, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 9923/07, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002481/07. Ausência de defesas nos PD's 009923/07, 001969/08 e 002996/09, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1969/08, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 002481/07 – AUSÊNCIA DE DEFESAS NOS PD'S Nº 009923/07, 001969/08 E 002996/09 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados nos autos do PD 002481/07. Ausência de defesas nos PD's 009923/07, 001969/08 e 002996/09, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 2996/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SUBLOCAÇÃO INDEVIDA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, visto que a "sublocação" do imóvel foi autorizada diretamente pelo proprietário, sendo os débitos em aberto, pagos no momento da entrega das chaves, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7623/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: FRANCISCO DE PAULA

Querelada: COLONIAL IMÓVEIS GUAÇU LTDA - CRECI 017286-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SUBLOCAÇÃO INDEVIDA – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, visto que a "sublocação" do imóvel foi autorizada diretamente pelo proprietário, sendo os débitos em aberto, pagos no momento da entrega das chaves, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7624/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: FRANCISCO DE PAULA

Querelado: HÉLIO FRANCO DA ROCHA - CRECI 018172-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

O autor da denúncia tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2555/07, da comarca de OSASCO

Querelante: MANOEL DA SILVA RODRIGUES

Querelada: PONTUAL IMÓVEIS SC LTDA - CRECI 009252-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

O autor da denúncia tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2556/07, da comarca de OSASCO

Querelante: MANOEL DA SILVA RODRIGUES

Querelado: EDEMILSON APARECIDO DA SILVA - CRECI 048946-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

O autor da denúncia tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trân-

sito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2557/07, da comarca de OSASCO

Querelante: MANOEL DA SILVA RODRIGUES

Querelado: AGNALDO APARECIDO DA SILVA - CRECI 041566-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

A autora da denúncia tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7581/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NIEGELE DA SILVA VIEIRA

Querelada: IMOB LAR CENTER LTDA - CRECI 019305-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE A QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

A autora da denúncia tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7582/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NIEGELE DA SILVA VIEIRA

Querelada: VANIA APARECIDA DE SOUZA - CRECI 066635-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – INÉRCIA DA QUERELADA FACE AOS PROBLEMAS INDICADOS NO IMÓVEL – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, visto que o Querelante não apresentou documentos que comprovem a inércia da Querelada face aos problemas indicados no imóvel locado, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7607/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: JEFERSON DE OLIVEIRA SOUZA

Querelada: PREDIAL CENTER CORRET VAL IMOB LTDA - CRECI 007924-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – INÉRCIA DO QUERELADO FACE AOS PROBLEMAS INDICADOS NO IMÓVEL – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, visto que o Querelante não apresentou documentos que comprovem a inércia do Querelado face aos problemas indicados no imóvel locado, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7608/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: JEFERSON DE OLIVEIRA SOUZA

Querelado: ANTONIO GERALDO BACHIEGA - CRECI 018092-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O PREPOSTO DA IMOBILIÁRIA QUE O QUERELADO É RESPONSÁVEL TÉCNICO APROPRIOU-SE INDEVIDAMENTE DE VALORES DEPOSITADOS SOB A RESPONSABILIDADE DO MESMO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO CAUSA MORTIS E DESDOBRO DE IMÓVEL – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78.

No caso em epigrafe, ocorreu apropriação indébita de valores da Querelante por parte de preposto da imobiliária em que o Querelado é responsável técnico. Incidência do CDC na prestação do serviço e de acordo com a teoria da aparência e da responsabilidade objetiva, ocorreu a culpa in vigilando por parte do responsável técnico uma vez que a negociação iniciou no interior da imobiliária trazendo danos à Querelada que é a parte vulnerável da relação. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2.080/09, da comarca de Osasco

Querelante: ALEXANDRE OGEDA DE ALMEIDA e

Querelado: FÁBIO TOSHIO SATO - Creci 49.765-F.

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura cumulada com a multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – NEGÓCIO CONCRETIZADO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO COMPROU UM TERRENO RECEBIDO PELO QUERELANTE A TITULO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO VINDO A REVENDE-LO A TERCEIRO, SEM CONTUDO PAGAR O QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se denúncia alegando que o Querelado intermediou a venda de um imóvel de propriedade do Querelante, sendo que o último recebeu com parte de pagamento, outro imóvel, vindo a vende-lo de forma parcelada ao Querelado. Ocorre que este, além de não pagar o Querelante, revendeu o imóvel a terceiro. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2.364/07, da comarca de Atibaia

Querelante: ROBERTO JOSÉ NEVES CAMEIRÃO

Querelado: JOÃO CARLOS FRANCO GUIMARÃES - Creci 17.961-f.

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da denúncia e pela aplicação da pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA NOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO FATO IMPUTADO AO MESMO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que o Querelado apropriou-se indevidamente de valores pagos pela Querelada a titulo de sinal e principio de pagamento em negócio que não foi concretizado. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte nos autos sem juntar defesa, o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2.043/09, da comarca de São Paulo

Querelante: DULCINEIA DA SILVA OLIVEIRA

Querelado: JOSÉ LUIZ GOMES PINTO MEYER - Creci 11.388-f.

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 001752/09, oriundo da Capital

Querelante: LEONOR DALGOANO FERNANDES

Querelada: IMOB. VILA PRUDENTE LTDA - CRECI 408-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e ARQUIVAR os presentes autos.

Relator: Conselheiro Giasone Albuquerque Cândia

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – REAJUSTE ILEGAL DE ALUGUÉIS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 001753/09, oriundo da Capital

Querelante: LEONOR DALGOANO FERNANDES

Querelado: CAETANO RUBINI NETO - CRECI 39.781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e ARQUIVAR os presentes autos.

Relator: Conselheiro Giasone Albuquerque Cândia

1ª Turma do Plenário, em 5ª Sessão de Julgamento, realizada em 29.03.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

60º VOLUME DE EMENTÁRIO

3ª TURMA DO PLENÁRIO

6ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 26.ABRIL.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4479/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LINDSEY BATISTA COLOMBANI - CRECI 030899-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5240/06, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILBERTO MARTUCCI RODRIGUES - CRECI 043599-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6030/06, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ISAAC PEREIRA BUENO FILHO - CRECI 037497-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6035/06, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELESTINO DE ALMEIDA SILVA - CRECI 009384-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A juntada de documentação pelo Querelado comprovando que na época dos fatos não era mais o responsável técnico da jurídica "Roudi Empreendimentos Imobiliários Ltda", com nome fantasia "Terra Brasil", tendo cedido e transferido suas quotas para José Vinci Neto a partir de 18/07/06, com averbação neste Conselho em 23/08/06, enseja o atendimento ao pedido de reconsideração e o pronto arquivamento do processo disciplinar.

Processo Disciplinar nº 0074/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARINA PI OKUYAMA

Querelado: CELESTINO DE ALMEIDA SILVA - CRECI 009384-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6037/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO MASSAHAKI HORIE - CRECI 048662-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DENÚNCIA ALEGANDO FALTA DE ÉTICA PROFISSIONAL POR OUTRO PROFISSIONAL DA ÁREA QUE PODERIA TER RECEBIDO O VALOR DA COMISSÃO E NÃO REPASSADO O PERCENTUAL DO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º. INCISOS VI E X DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia, que intermediou a venda de um imóvel junto com o Querelado ficando acordado entre as partes que o vendedor pagaria a comissão no percentual de 50% para cada um. Ocorre que o negócio foi concluído e o Querelante não recebeu sua parte, vindo a desconfiar que o Querelado a recebera do vendedor e não a repassou a ele, vindo o primeiro a juntar documentos comprobatórios de sua participação, sendo que o último mostrou-se controverso em sua declaração e defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2288/07, da comarca de ABCD

Querelante: PEDRO RODRIGUES DA SILVA

Querelado: ARLINDO IGUAL - CRECI 009283-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de censura, cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO Nº. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2335/07, da comarca de ABCD

Querelante: ANTONIO ARAÚJO DO PRADO

Querelado: PEDRO LUCIO DE MORAES - CRECI 056577-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura cumulada com a multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES PAGOS PELO LOCATÁRIO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a alugueres pagos pelo locatário. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal, corrobora ainda o fato do Querelado não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2275/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: RONALDO PICCOLOTTO

Querelado: GILSON CORREIA DE OLIVEIRA - CRECI 060632-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA GESTÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2392/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: SANDRA CRISTINA GRAPPIN BRAZOLIN

Querelado: JAIR FERREIRA DA SILVA - CRECI 027655-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES REFERENTES À GESTÃO DE LOCAÇÃO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação e retenção indevida de valor, no entanto ficou demonstrado nos autos que o valor foi ressarcido e o Querelante não suportou prejuízos, restando, contudo procedente a denúncia.

Processo Disciplinar nº 2330/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: LUIZ PEDRO

Querelado: GILVAN UMBELINO DOS SANTOS FRANCISCO - CRECI 042080-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA GESTÃO DE VALORES DE ALUGUERES – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS QUE EVIDENCIAM A FALTA DE LIAME ENTRE O FATO NARRADO E O QUERELADO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos que evidenciam que o Querelado não possui relação jurídica com os fatos narrados na denúncia, uma vez que estes ocorreram em data posterior a data que o mesmo deixou de exercer atividades laborativas na imobili-

ária. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 7588/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: MARCIA TERESA TURQUETO

Querelado: RONIE PINHO DE MELLO - CRECI 058980-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente Processo.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS Á QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 7774/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: MARCIA TERESA TURQUETO

Querelada: ELISABETE LEMES - CRECI 064283-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2302/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: JORGE BENEDITO DOS SANTOS

Querelado: CARLOS ROBERTO FERREIRA DA COSTA - CRECI 063698-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE DOCUMENTOS REFERENTES À GESTÃO DE LOCAÇÃO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78.

DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, a Querelada praticou ato que a lei define como crime, quais sejam, supressão de documentos e exercício arbitrário das próprias razões. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2385/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADÉLIA DOS SANTOS FRACASSO

Querelada: DI CANDIDO IMÓVEIS LTDA - CRECI 019615-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE DOCUMENTOS REFERENTES À GESTÃO DE LOCAÇÃO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, a Querelada praticou ato que a lei define como crime, quais sejam, supressão de documentos e exercício arbitrário das próprias razões. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2386/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADÉLIA DOS SANTOS FRACASSO

Querelada: CARLA REGINA BERNARDO DIONISIO - CRECI 067031-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação, como também falta das devidas providencias para cobrar os débitos deixados pelo locatário. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 7606/07, da comarca de SANTOS

Querelante: LEONTINA CONCEIÇÃO MARQUES ADRIANO

Querelada: JOSEFA FEITOSA DA SILVA ARAÚJO - CRECI 058912-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II, VIII e X DO DECRETO Nº. 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação, como também a apropriação indevida de valores do IPTU, os quais foram pagos pelo locatário e não recolhidos aos cofres públicos. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2297/07, da comarca de OSASCO

Querelante: ISABEL MOURA VIEIRA PARADA

Querelada: ILMA DA SILVA LIMA - CRECI 061128-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2409/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ADEMAR CANDIDO TEIXEIRA

Querelado: MARIO MARCIO RECALDE - CRECI 035351-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DENÚNCIA ONDE A QUERELANTE ALEGA QUE A QUERELADA APROPRIOU-SE DE VALORES DE CLIENTES – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

O Querelante narra na denúncia, que contratou os serviços da Querelada e que esta, abusando da sua confiança, apropriou-se indevidamente de valores de clientes da mesma, vindo a primeira a ter que devolver os valores e arcar com o prejuízo, motivo pelo qual protocolou denúncia junto a este órgão. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 7613/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: E.G. EMPRS IMOBS S/C LTDA / DR LUIZ SÉRGIO MARRANO

Querelada: IZABEL CRISTINA VIANA PAIVA - CRECI 039953-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e pela pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FEITO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO.

Como autor da denúncia, tem o denunciante o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de um direito indisponível, só resta a este Órgão acatar o pedido. Pedido de reconsideração conhecido e provido. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 4794/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ORLANDO MÁRIO ZACHARIAS

Querelada: SAFIRA IMOB E ADM LTDA - CRECI 003140-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo conhecimento do pedido de reconsideração e pelo seu provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FEITO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO.

Como autor da denúncia, tem o denunciante o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de um direito indisponível, só resta a este Órgão acatar o pedido. Pedido de reconsideração conhecido e provido. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 4792/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ORLANDO MÁRIO ZACHARIAS

Querelada: NEILA FACCHIN - CRECI 019257-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo conhecimento do pedido de reconsideração e pelo seu provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DENÚNCIA – PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FEITO PELO DENUNCIANTE – DIREITO DISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DE MÉRITO.

Como autor da denúncia, tem o denunciante o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de um direito indisponível, só resta a este Órgão acatar o pedido. Pedido de reconsideração conhecido e provido. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 4793/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ORLANDO MÁRIO ZACHARIAS

Querelado: EDGAR PALMEIRA CORREA - CRECI 010554-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo conhecimento do pedido de reconsideração e pelo seu provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – COMPROVAÇÃO DE SENTENÇA JUDICIAL JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL E A AÇÃO CÍVEL MOVIDA EM FACE DA QUERELADA E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de que a Querelada e seu Responsável técnico foram isentados de responsabilidades, tanto penais, quanto cíveis através de sentença judicial aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 0340/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA

Querelado: ARIOVALDO TURRA - CRECI 041162-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – COMPROVAÇÃO DE SENTENÇA JUDICIAL JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL E A AÇÃO CÍVEL MOVIDA EM FACE DA QUERELADA E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de que a Querelada e seu Responsável técnico foram isentados de responsabilidades, tanto penais, quanto cíveis através de sentença judicial aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2392/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: JOÃO CEZAR DE JESUS BELLONI

Querelada: A TURRA IMÓVEIS LTDA - CRECI 015902-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – COMPROVAÇÃO DE SENTENÇA JUDICIAL JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL E A AÇÃO CÍVEL MOVIDA EM FACE DA QUERELADA E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO

DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de que a Querelada e seu Responsável técnico foram isentados de responsabilidades, tanto penais, quanto cíveis através de sentença judicial aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2393/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: JOÃO CEZAR DE JESUS BELLONI

Querelado: ARIOVALDO TURRA - CRECI 041162-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5979/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALTHER MUSSI JUNIOR - CRECI 034147-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1406/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO RICARDO RIBEIRO JOSÉ - CRECI 022915-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A

CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo a corretora responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1565/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSANA GALAVOTI GARCIA DE QUEIROZ - CRECI 060730-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo a corretora responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1594/07, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SIMONE DIAS DE CARVALHO FRANGETTO - CRECI 058991-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1613/07, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: TATIANA ESCUDEIRO JARDIM RAMOS - CRECI 061353-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O

CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1660/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ CIPULLO AYMAR - CRECI 019388-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2510/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ISAIAS LEITE DE OLIVEIRA - CRECI 061607-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 9921/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BRASIL TADEU RODRIGUES ROSA - CRECI 014126-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O

CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 10346/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CHEIN MASSUD - CRECI 027000-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1949/08, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUIZA LOBO LEITE BRUNO - CRECI 056280-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1971/08, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ROBERTO DE ARAÚJO - CRECI 022196-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O

CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1972/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OTAVIO AMANCIO DOS SANTOS - CRECI 016103-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1973/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO DE BRITO RODRIGUES - CRECI 038601-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1976/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL LEONEL - CRECI 017049-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O

CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1999/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO ANTONIO FONTOURA BATISTA JUNIOR - CRECI 039737-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5944/06, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO ANTONIO FONTOURA BATISTA JUNIOR - CRECI 039737-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2000/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL GOMES - CRECI 012569-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2003/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ RIBEIRO DA CRUZ - CRECI 024471/F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2025/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO VALÉRIO MIRANDA - CRECI 032206-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2743/08, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALFREDO HADDAD NETO - CRECI 015107-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2744/08, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO LUIZ BERTANI - CRECI 036078-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2751/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - CRECI 033703-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4093/08, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EMILIO BRAZ SOMENSI - CRECI 045319-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4101/08, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HEITOR MIRANDA DA SILVA GUEBLAS - CRECI 044861-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5361/07, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HEITOR MIRANDA DA SILVA GUEBLAS - CRECI 044861-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4102/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE ALVES CARDOSO - CRECI 062383-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4126/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ DE JESUS COSTA ARAÚJO - CRECI 051334-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5958/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ DE JESUS COSTA ARAÚJO - CRECI 051334-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo a corretora responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente

Processo Disciplinar nº 4128/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVANA ARAÚJO DE FIGUEIREDO - CRECI 060738-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4135/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS BULLE LOPES - CRECI 039479-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM PARTICIPAÇÃO DE DOIS CORRETORES – DENÚNCIA ALEGANDO QUE NÃO HOUVE O REPASSE DE METADE DA COMISSÃO – EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE O CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES FOI CUMPRIDO. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu negociação de imóvel onde participou dois corretores, sendo que a relação de prestação de serviços entre ambos foi reduzida a termo através de contrato particular, vindo o Querelado a cumprir com o estipulado no seu bojo com a devida juntada de documentos comprobatórios aos autos, não podendo se falar em infração ética disciplinar por parte deste. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2336/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ HUMBERTO ROCHA

Querelado: EDUARDO DABLE REIS - CRECI 038168-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

OCORRÊNCIA DE INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM DOCUMENTO PÚBLICO FALSO – EXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE QUE O QUERELADO FOI MAIS UMA VITIMA DO ESTELIONATO – INQUÉRITO POLICIAL QUE RESULTOU PELA PRISÃO DA QUADRILHA. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu negociação de imóvel através de documento público falso, restando, no entanto comprovado que o Querelado foi mais uma vitima dos estelionatários e que a abertura do inquérito policial logrou êxito em prender a quadrilha. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2387/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: LINDO MASSEI

Querelado: RONUALDO NICOLETTI - CRECI 046059-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NO PAGAMENTO DE DÉBITOS DE IPTU – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS EVIDENCIAM QUE AS PARTES TRANSIGIRAM SANANDO O MOTIVO DO LITÍGIO. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que foram juntados aos autos documentos que evidenciam que as partes transigiram sanando o motivo do litígio e não se tratando de direito indisponível o processo pode ser arquivado.

Processo Disciplinar nº 7586/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: AUGUSTO DOMINGUES NETO

Querelado: JOSÉ AUGUSTO DE ALBUQUERQUE FILHO - CRECI 052505-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES E DOCUMENTOS – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO A IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA E QUE O NEGÓCIO FOI CONCRETIZADO. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu negociação de imóvel através de outorga de mandato por parte do Querelante e o valor depositado na conta corrente do Querelado foi utilizado para pagar o sinal e principio de pagamento, como também os honorários de comissão do corretor, corroborando para tal entendimento sentença judicial juntada aos autos. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 7596/07, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: RICKY WILLIAMS GALERA

Querelado: WALTER PERES NOGUEIRA - CRECI 024818-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DA PRETENDENTE A LOCAÇÃO ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a caução uma vez que o contrato não foi efetivado. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal, corrobora ainda o fato do Querelado não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 7626/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GRAZIELI A DA SILVA

Querelado: ENÉAS BISPO ARAÚJO - CRECI 007765-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com pena de multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENÇO DE ANDRADE

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4475/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RENATO DONIZETI TEIXEIRA - CRECI 045120-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4476/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIZ MONTEIS - CRECI 032936-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação

de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção da veracidade dos fatos em decorrência da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6004/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARTUR VIEIRA FILHO - CRECI 047222-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção da veracidade dos fatos em decorrência da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6010/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARTUR VIEIRA FILHO - CRECI 047222-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6060/06, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSON JULIO FERNANDES - CRECI 022735-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior a pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insubsistentes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1477/07, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO MARSAIOLI DONEUX - CRECI 020778-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1490/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AILTON DE CARVALHO GARCIA - CRECI 028838-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1534/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARTURO MIGUEL CARRILLO PINO - CRECI 030071-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2456/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: REGINALDO BERTOCCI FONTES - CRECI 058967-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2601/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRES MONTES LOPEZ - CRECI 051562-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insubsistentes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2612/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ODINAEL JOÃO DA SILVA - CRECI 008505-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2614/07, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ROBERTO SILVEIRA MELLO - CRECI 059430-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insubsistentes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2616/07, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO JORGE DE ABREU ALMEIDA PEREIRA - CRECI 051223-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos

configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5352/07, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HÉLIO PRECINOTI - CRECI 005117-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6970/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DERALDO OLIVEIRA SILVA - CRECI 058484-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1997/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DERALDO OLIVEIRA SILVA - CRECI 058484-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO

IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior a pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4139/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANA LUIZA ROSSI GUARNERA - CRECI 036251-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insubsistentes da Querelada, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0902/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUCIA MARIA DE PAULA E SOUZA - CRECI 040127-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – COBRANÇA DUPLA DE COMISSÃO – NÃO OCORRÊNCIA – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Não vislumbramos nos autos a ocorrência de infração disciplinar pelo Querelado, pois se constatou pelos documentos anexados que o Querelante resgatou uma nota promissória na imobiliária do Querelado, tanto que o recibo referente a esse valor não discrimina o serviço como pagamento de comissão, sendo mais plausível os argumentos do Querelado ao afirmar ter emprestado ao Querelante essa quantia para complementação do preço do bem. Desta forma, como o Querelante não provou ter pagado esse valor a título de comissão ao Querelado, só nos resta opinar pelo arquivamento do processo.

Processo Disciplinar nº 2322/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: ROBERTO GARCIA XAVIER

Querelado: MARIO LUIZ DOS REIS - CRECI 049608-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente pro-

cesso.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de tomar as medidas cabíveis para cobrança dos débitos de aluguel e IPTU do inquilino, bem como repassar os aluguéis recebidos com atraso, causando prejuízos a Querelante, comprovam cabalmente atos de desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2326/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ANGELICA INOSTROZA CUBILLOS

Querelada: CDI ADM DE BENS SC LTDA - CRECI 018366-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição da Querelada por 30 (trinta) dias, cumulada com multa 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de tomar as medidas cabíveis para cobrança dos débitos de aluguel e IPTU do inquilino, bem como repassar os aluguéis recebidos com atraso, causando prejuízos a Querelante, comprovam cabalmente atos de desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2327/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ANGELICA INOSTROZA CUBILLOS

Querelado: BRAZILINO DE JESUS CARDOSO - CRECI 021625-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada com multa 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de tomar as medidas cabíveis para cobrança dos débitos de aluguel e IPTU

do inquilino, bem como repassar os aluguéis recebidos com atraso, causando prejuízos a Querelante, comprovam cabalmente atos de desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2328/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ANGELICA INOSTROZA CUBILLOS

Querelado: ANTONIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 021613-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada com multa 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DEIXAR DE TOMAR AS MEDIDAS CABÍVEIS – INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – REPASSE DE ALUGUÉIS COM ATRASO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de tomar as medidas cabíveis para cobrança dos débitos de aluguel e IPTU do inquilino, bem como repassar os aluguéis recebidos com atraso, causando prejuízos a Querelante, comprovam cabalmente atos de desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2329/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ANGELICA INOSTROZA CUBILLOS

Querelado: JOSÉ CARLOS DE MELO ROSSE - CRECI 008683-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada com multa 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE ADIANTAMENTO DE COMISSÃO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois reter indevidamente valor recebido a título de adiantamento de comissão em intermediação de venda e compra de imóvel residencial para a Querelante, causando-lhe prejuízos, configura, em tese, crime de apropriação indébita, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2552/07, da comarca de SANTOS

Querelante: MARIA CRISTINA BARROS DE ARAÚJO

Querelado: VIRGILIO JOSÉ MENDES DE SOUSA - CRECI 045574-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão

da inscrição do Querelado por 60 (sessenta) dias, cumulada com multa 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – ÔNUS DA PROVA DA DENUNCIANTE – AUSÊNCIA DE PROVA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Em virtude de não haver prova nos autos nem da Querelante e muito menos da Querelada, e como o ônus da prova incumbe a denunciante, e esta não comprovou seus direitos, não há como se imputar a prática de infração disciplinar à Querelada, de forma que o processo deve ser arquivado em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 7578/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ CARLOS GIGLIO MONTEIRO

Querelada: FABIANA ROBERTA MILANI - CRECI 059413-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA E RETENÇÃO ILEGAL DE ALUGUÉIS – ILEGITIMIDADE DE PARTE – REQUERIMENTO DA QUERELANTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

Diante do requerimento expresso da Querelante confirmando a não participação do Querelado na administração de locação de seu imóvel residencial, não há como imputarmos à prática de infração disciplinar ao mesmo, sendo caso de total ilegitimidade de parte, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 7638/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: NAIR NANAMI TERAOKA

Querelado: ANTONIEL LOURENÇO DOS SANTOS - CRECI 049707-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo por ilegitimidade de parte.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO AUTORIZADA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver o valor retido indevidamente a título de prestação de serviços não autorizados pelos Querelantes, em intermediação de venda e compra de imóvel residencial, causando-lhe prejuízos, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2066/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: WILSON DEODATO DE OLIVEIRA

Querelado: DANILO PEREIRA DA SILVA - CRECI 038228-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição do Querelado por 30 (trinta) dias, cumulada com multa 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5244/06, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO AFONSO REINIG - CRECI 052800-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5482/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDILSON GOMES DA SILVA - CRECI 014998-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78.

DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5490/06, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO CRESTANA TOLENTINO - CRECI 042676-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5492/06, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALCEBÍADES SOARES DE SOUZA - CRECI 017271-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 005959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 006046/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa no PD 005959/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados no auto do PD 006046/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão a não inscrito é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 5959/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALIPIO AQUINO GUDES - CRECI 009721-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA NO PD Nº 005959/06 – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS NO PD Nº 006046/06 – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIAS PROCEDENTES – CENSURA.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa no PD 005959/06, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados no auto do PD 006046/06. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão a não inscrito é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 6046/06, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALIPIO AQUINO GUDES - CRECI 009721-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar as denúncias procedentes e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 6066/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JACY NAVARRO - CRECI 032438-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1945/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO DE ASSIS DE MEDEIROS RANGEL - CRECI 061254-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1950/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS TAVARES CARDOSO - CRECI 058245-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1951/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SUELI APARECIDA DE AQUINO MARQUES - CRECI 031082-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1990/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALTER JACINTO - CRECI 055512-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1991/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL BERNARDO DE SOUZA - CRECI 060804-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1998/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOAQUIM CANDIDO MACHADO - CRECI 060155-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

O Auto de Infração é a peça formadora do Processo Administrativo, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver divergência entre o local da infração do colaborador e o local de exercício profissional do Querelado, e não houver tempo hábil para uma nova constatação, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade nos termos do Artigo 68 e seguintes do CPD, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2019/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON JOSÉ BEZERRA DA SILVA - CRECI 055051-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos em decorrência da prescrição da punibilidade.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4136/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS DE SALVO - CRECI 000908-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO

PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2108/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANÍSIO CARDOSO - CRECI 037576-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – FALTA DE AFERIÇÃO DE IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DE SUA FIADORA – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.

A Administração de locação pressupõe que ao contratar um Corretor de Imóveis para a intermediação de um negócio, espera-se do profissional, justamente a exigência de uma análise segura de todos os documentos como condição essencial à existência, validade e eficácia das transações imobiliárias, o que não se deu "in casu". Ausência de defesa, incidindo a regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 2276/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARIA AUGUSTA NOGUEIRA DE CAMPOS AGUIRRE

Querelado: MARIO MARCIO RECALDE - CRECI 035351-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DESRESPEITO AO COLEGA DE TRABALHO – RETIRADA DE PLACA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – AUSÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Em respeito à dinâmica da pretensão punitiva no procedimento disciplinar, a prova refere-se à demonstração, pela parte, da veracidade das alegações suscitadas no processo, delimitando os contornos da pretensão punitiva. Não havendo prova da existência do fato, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7587/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

Querelado: MARCELO DE JESUS FERNANDES - CRECI 051384-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO QUERELADO – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Pelo que se extrai dos autos, as partes firmaram acordo, demonstrando a restituição de valores reclamados pelo Querelante, motivo pelo qual se vislumbra a reparação do prejuízo, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo.

Processo Disciplinar nº 0576/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LUIZ GONZAGA SARAIVA

Querelado: EDUARDO MAGYAR - CRECI 042869-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer o recurso e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5980/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SEBASTIÃO MARQUES FERREIRA - CRECI 026380-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a

presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6076/06, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ EDUARDO BARBOSA - CRECI 010110-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2466/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ MENINO DOS SANTOS - CRECI 044208-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2507/07, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLORIANO MATEUS LONGHI - CRECI 043591-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA PROCEDENTE – QUERELADO NÃO ERA O FACILITADOR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A defesa apresentada pelo Querelado merece prosperar, visto ter comprovado nos autos que nunca teve domicílio no Município do Guarujá, conforme se constatou, inclusive, pela sua ficha cadastral. E, conforme se verifica pelo auto de constatação nº 90.459, o escritório imobiliário tinha a denominação "Cerqueira Imóveis", ou seja, era utilizado o sobrenome do pseudocorretor, não havendo, assim, nenhuma relação com o Querelado, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 2509/07, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ BARBOSA TENÓRIO - CRECI 023333-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo com o conseqüente arquivamento do feito, em razão da ausência de provas.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2573/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LEA MARIA B BOUDET FERNANDES - CRECI 019540-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 8546/07, da comarca de RIB PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: TEODOMIRO DE FREITAS UCHOA - CRECI 016365-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1933/08, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ BERNARDO DA SILVA - CRECI 023456-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1934/08, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GLEN CRISCUOLO CRUZ - CRECI 054034-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1936/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WILSON ROBERTO ANGELO - CRECI 054289-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS DE IPTU PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar a Querelante sobre a existência de débitos de IPTU preexistentes, evidencia ato de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2397/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: PONTUAL IMÓVEIS SC LTDA - CRECI 009252-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS DE IPTU PREEXISTENTES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de informar a Querelante sobre a existência de débitos de IPTU preexistentes, evidencia ato de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, inciso II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2398/07, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDEMILSON APARECIDO DA SILVA - CRECI 048946-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ILEGITIMIDADE DE PARTE – REQUERIMENTO DO QUERELANTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

Diante do requerimento expresso do Querelante confirmando a não participação da Querelada na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, não há como imputarmos à prática de infração disciplinar a mesma, sendo caso de total ilegitimidade de parte, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 7621/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALEXANDRE VENÂNCIO

Querelada: TOP LAR IMÓVEIS S/S LTDA ME - CRECI 018101-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo por ilegitimidade de parte.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – ILEGITIMIDADE DE PARTE – REQUERIMENTO DO QUERELANTE – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

Diante do requerimento expresso do Querelante confirmando a não participação da Querelada na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, não há como imputarmos à prática de infração disciplinar a mesma, sendo caso de total ilegitimidade de parte, devendo o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 7622/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALEXANDRE VENÂNCIO

Querelada: VANIA PAULINO BARBOSA - CRECI 059648-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo por ilegitimidade de parte.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS ADIMPLIDOS PELO LOCATÁRIO – ATO QUE A LEI CONSIDERA COMO CRIME – DEFESA INSUBSISTENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Assim, deixar o Querelado de repassar os aluguéis adimplidos pelo locatário ao Querelante, configura, em tese, crime de apropriação indébita, comprovando cabalmente atos de total desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4765/08, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: OSWALDO MASCARÓS

Querelada: IMOB IMOBILIÁRIA MUNDIAL OBJETIVA LTDA - CRECI 01315-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS ADIMPLIDOS PELO LOCATÁRIO – ATO QUE A LEI CONSIDERA COMO CRIME – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Assim, deixar o Querelado de repassar os aluguéis adimplidos pelo locatário ao Querelante,

configura, em tese, crime de apropriação indébita, comprovando cabalmente atos de total desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4764/08, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: OSWALDO MASCARÓS

Querelado: SERGIO IZELLI - CRECI 048288-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5246/06, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: PATRICIA ALVES DE SOUZA - CRECI 056811-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5263/06, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO CARLOS QUEIROZ - CRECI 026925-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 6061/06, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: TANIA APARECIDA MORAES DA SILVA - CRECI 048834-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 7778/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELIZABETH DE LOURDES PIRES MOREIRA - CRECI 037594-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1989/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUIZA DE SALLES G DOMINGUES SILVA - CRECI 042980-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar à Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2023/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELSO EDUARDO BERLINCK - CRECI 051996-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2027/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSENILDO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - CRECI 057766-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2746/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO MURATORI NETTO - CRECI 006117-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

O Auto de Infração é a peça formadora do Processo Administrativo, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver divergência entre o local da infração do colaborador, e o local de exercício profissional do Querelado, e não houver tempo hábil para uma nova constatação, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade nos termos do Artigo 68 e seguintes do CPD, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2749/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GUSTAVO HENRIQUE CARBONE STAMPONI - CRECI 060131-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos em decorrência da prescrição da punibilidade.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2750/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ORLANDO PEREIRA - CRECI 061774-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VE-

RACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 3523/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: GILDO VENDRAMINI JUNIOR - CRECI 036923-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 3533/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CÉLIO GERALDO RIBEIRO - CRECI 037387-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4130/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: HELOISA HELENA MARTINS DE CARVALHO - CRECI 052741-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4132/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBSON CARDOSO CABRAL - CRECI 058975-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4133/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS JOSÉ TREVISAN JUNIOR - CRECI 039915-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatorar: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – AUTO DE INFRAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

O Auto de Infração é a peça formadora do Processo Administrativo, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver deficiência quanto à presença do colaborador no local da constatação, e não houver tempo hábil para lavratura de um novo Auto de Infração, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade nos termos do Artigo 68 e seguintes do CPD, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 6285/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS ANTONIO GARDINI - CRECI 055432-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos em decorrência da prescrição da punibilidade.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES REFERENTE A DEPÓSITO--CAUÇÃO – ACORDO ENTRE AS PARTES EM SEDE DE JUCON – AUSÊNCIA DE INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Tendo as partes realizado um acordo para solucionar a pendência em sede JUCON, aliado a comprovação de devolução desses valores pela Querelada, e após regular notificação do Querelante, deixa de se manifestar sobre a referida documentação, a presunção é a de que deixou de ter interesse no prosseguimento do feito, ensejando a extinção do processo com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7614/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALEXANDRE POLO LAGE

Querelada: ADM PREDIAL DI SANTO LTDA - CRECI 009294-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES REFERENTE A DEPÓSITO--CAUÇÃO – ACORDO ENTRE AS PARTES EM SEDE DE JUCON – AUSÊNCIA DE INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Tendo as partes realizado um acordo para solucionar a pendência em sede JUCON, aliado a comprovação de devolução desses valores pela Querelada, e após regular notificação do Querelante, deixa de se manifestar sobre a referida documentação, a presunção é a de que deixou de ter interesse no prosseguimento do feito, ensejando a extinção do processo com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 7615/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALEXANDRE POLO LAGE

Querelada: MARIA CREUZA ITALO DI SANTO - CRECI 033379-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78, ART. 4º, INCISO IV, E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida

entre as partes, consistente na retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel de propriedade do Querelante, em que o Querelado não repassou os aluguéis pagos pelos locatários. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78, Art. 4º, inciso IV, e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 8122/07, da comarca de SOROCABA

Querelante: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA

Querelado: ENÉAS VERANO FILHO - CRECI 011357-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2613/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS PEDRONI - CRECI 009548-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – USO INDEVIDO DE INSCRIÇÃO DO QUERELADO – NÃO HÁ LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou não ter nenhuma ligação com o pseudocorretor, já que este possuía imobiliária com denominação diversa e em outro local, sendo, portanto, verossímil a versão do Requerido de que sua inscrição foi utilizada indevidamente. Assim, diante da ausência de provas de participação do Querelado no exercício ilegal da profissão do pseudocorretor, o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 1958/08, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CHAVES DOS SANTOS - CRECI 053159-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a extinção do processo e o conseqüente arquivamento

do feito, em razão da ausência de provas.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1967/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUCIA BORGES - CRECI 028308-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1939/08, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURICIO HOFFMAN - CRECI 018986-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade técnica do Querelado, o

presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4138/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ PICCOLOTO NETO - CRECI 041339-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 4053/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CLEIDE IRENE TEIXEIRA BAPTISTA

Querelada: PROJETO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 004770-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de sinal e princípio de pagamento em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 4054/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CLEIDE IRENE TEIXEIRA BAPTISTA

Querelado: AGUINALDO DE CAMPOS PEREIRA - CRECI 016021-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão de sua inscrição por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 2 (duas) anuida-

des.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – APROPRIAÇÃO DE DOCUMENTOS – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2401/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: JOÃO MANUEL LEITE DE AMARAL

Querelado: JOÃO CARLOS FRANCO GUIMARÃES - CRECI 017961-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentos autos.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL – ABANDONO DO IMÓVEL SEM O CONSERTO DOS DANOS – OMISSÃO DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO LOCATÁRIO – DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Assim, permitir o Querelado que o inquilino abandonasse o imóvel sem consertar os danos e sem quitar os débitos de IPTU, água, luz e demais multas contratuais, causando enorme prejuízo ao Querelante, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 7585/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: FRANCISCO BENEDITO TEIXEIRA PESSINE

Querelado: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES JOSÉ - CRECI 051521-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

O Querelante tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, isentando a Querelada de qualquer punição.

Processo Disciplinar nº 7589/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: RENEU BENEDICTO

Querelada: CARAVELA IMÓVEIS S/S LTDA - CRECI 016609-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

O Querelante tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, isentando o Querelado de qualquer punição.

Processo Disciplinar nº 7590/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: RENEU BENEDICTO

Querelado: JOSÉ AMÉRICO GOMES VIEGA - CRECI 046372-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 3º, INCISO III, E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na omissão, em transação imobiliária, de detalhe relevante acerca do imóvel, resultando em prejuízo a Querelante. Ausência de defesa presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, Artigo 3º, inciso III, e Artigo 4º, inciso II, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 7639/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: ELIZABETH BERNARDO FIGUEIREDO

Querelada: CREDI-FÁCIL IMOV CONSTRUÇÕES E INCORP LTDA / HEBER ANDRÉ NONATO - CRECI 017042-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa correspondente a 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 3º, INCISO III, E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na omissão, em transação imobiliária, de detalhe relevante acerca do imóvel, resultando em prejuízo a Querelante. Ausência de defesa presumindo-se como verdadeiros os

fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, Artigo 3º, inciso III, e Artigo 4º, inciso II, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 7640/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: ELIZABETH BERNARDO FIGUEIREDO

Querelado: HEBER ANDRÉ NONATO - CRECI 048615-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa correspondente a 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, e pelos documentos anexados aos autos, restou comprovado a prática de desídia e retenção ilegal de valores pela Querelada, em intermediação de venda e compra de imóvel residencial, causando-lhe prejuízos, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1096/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ OLAVO DE VASSIMON GRONAU

Querelada: L G ADM DE BENS IMOV LTDA / LUIS GUSTAVO JAEGER DE PAULA - CRECI 018455-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, cumulada com multa correspondente a 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI

3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, e pelos documentos anexados aos autos, restou comprovado a prática de desídia e retenção ilegal de valores pelo Querelado, em intermediação de venda e compra de imóvel residencial, causando-lhe prejuízos, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1097/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOSÉ OLAVO DE VASSIMON GRONAU

Querelado: LUIS GUSTAVO JAEGER DE PAULA - CRECI 061297-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão

por 60 (sessenta) dias, cumulada com multa correspondente a 2 (duas) anuidades.
Relator: Conselheiro BENTO JÚLIO GUIDINI
3ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.04.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

61º VOLUME DE EMENTÁRIO

2ª TURMA DO PLENÁRIO

6ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 31.MAIO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1422/07, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO MARCOS CARLOTO MARTINS - CRECI 051026-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável, responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 10343/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURICIO BARONI BERNARDINETTI - CRECI 058388-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1942/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON LEANDRO - CRECI 047003-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1946/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1970/08, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FREDERICO BISSON - CRECI 035179-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1993/08, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MENDEL WAJNER - CRECI 058767-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1995/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALFREDO DE FREITAS DE ALMEIDA - CRECI 031235-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2015/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DERMEVAL PACHECO DA C BRITO - CRECI 017920-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4111/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIONOR RODOLPHO - CRECI 043542-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável, responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4116/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSUÉ CAVALIERI - CRECI 008855-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5440/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA TEREZINHA DA SILVA LIMA - CRECI 060205-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6119/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO MILENA FRANCESCHINI - CRECI 041692-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1960/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO MILENA FRANCESCHINI - CRECI 041692-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6616/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDISON ROBERTO BATISTA - CRECI 034982-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6622/08, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSUÉ TARTARI - CRECI 038034-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E NÃO REPASSADOS AO QUERELANTE – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO QUE O DÉBITO FOI QUITADO EXTRA JUDICIALMENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indevida de valores por parte da Querelada, no entanto esta assinou termo particular de confissão de divida e juntou aos autos, comprovante de depósito do saldo devedor na conta corrente do Querelante e recibo dando plena quitação dos valores devidos motivo pelo qual o presente processo perdeu o objeto. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 4070/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOÃO BATISTA OPITZ JUNIOR

Querelada: ESTEVES IMÓVEIS LTDA / CARLOS ESTEVES - CRECI 009428-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES PAGOS PELOS LOCATÁRIOS E NÃO REPASSADOS AO QUERELANTE – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO QUE O DÉBITO FOI QUITADO EXTRA JUDICIALMENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indevida de valores por parte do Querelado, no entanto este assinou termo particular de confissão de divida e juntou aos autos, comprovante de depósito do saldo devedor na conta corrente do Querelante e recibo dando plena quitação dos valores devidos motivo pelo qual o presente processo perdeu o objeto. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 4071/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JOÃO BATISTA OPITZ JUNIOR

Querelado: CARLOS ESTEVES - CRECI 058462-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

VENDA DE IMÓVEL ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES PAGOS A TITULO DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO E DESÍDIA EM PROVIDENCIAR O PROCESSO DE FINANCIAMENTO JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – NEGOCIO NÃO CONCRETIZADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a sinal e principio de pagamento em intermediação de compra e venda que não se concretizou. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2394/07, da comarca de ABCD

Querelante: MARIA EDELTRUDES NUNES BASSO

Querelado: ALESSANDRO MENDES PEREIRA - CRECI 057842-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da Denúncia e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 02 (duas)

anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

VENDA DE IMÓVEL ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES DA PRETENDENTE E DESÍDIA EM PROVIDENCIAR O PROCESSO DE FINANCIAMENTO JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a caução uma vez que o contrato não foi efetivado. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal, corrobora ainda o fato do Querelado não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2410/07, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CLOVIS WINTER YASSUDA

Querelado: MARCIO AGUIAR - CRECI 067041-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência da Denúncia e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

VENDA E COMPRA DE IMÓVEL PRÓPRIO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E INCISO IV DO ARTIGO 6º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia por parte da Querelada em informar irregularidade na documentação do imóvel vendido, como também não foi outorgada a escritura definitiva no tempo aprazado. Outrossim, a defesa juntada aos autos não infirmou os fatos alegados pelo Querelante. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 7661/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: HIDEMI YAMATSUKA

Querelada: BELA VISTA PRAIA GRANDE EMP IMOB LTDA / CARLOS ADRIANO SALIM - CRECI 016706-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

VENDA E COMPRA DE IMÓVEL PRÓPRIO – PREJUDICAR POR DOLO OU CULPA OS INTERESSES QUE LHE FORAM CONFIADOS – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚN-

CIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E INCISO IV DO ARTIGO 6º DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia por parte do Querelado em informar irregularidade na documentação do imóvel vendido, como também não foi outorgada a escritura definitiva no tempo aprazado. Outrossim, a defesa juntada aos autos não infirmou os fatos alegados pelo Querelante. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 7662/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: HIDEMI YAMATSUKA

Querelado: CARLOS ADRIANO SALIM - CRECI 051795-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5509/06, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JURANDIR PERES DA SILVA - CRECI 056496-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5966/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 021613-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5510/06, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DÉCIO GONÇALO MAZEL CESCON - CRECI 052501-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6001/06, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DÉCIO GONÇALO MAZEL CESCON - CRECI 052501-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 5999/06, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VAGNER CESCON - CRECI 062960-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1966/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JARBAS DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO - CRECI 036603-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2011/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CÉLIO GERALDO RIBEIRO - CRECI 037387-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2021/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLÓVIS HERMENEGILDO BAGAROLLO - CRECI 059676-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3531/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ILSON DE SENE MACIEL - CRECI 038524-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – ALEGAÇÃO INSUFICIENTE DA DEFESA – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4110/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO PRUDENTE DOS SANTOS - CRECI 034698-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4113/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RODRIGO LOPES BENTO - CRECI 048917-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da Querelada, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4114/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DAISY DE SIQUEIRA CORREA - CRECI 063266-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4115/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADILSON RODRIGUES FERREIRA - CRECI 027761-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – CONTRATO SEM ASSINATURA DA QUERELANTE E DOS FIADORES – INÉRCIA DIANTE DA INADIMPLÊNCIA DO INQUILINO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO IX DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Restaram devidamente comprovados os atos de desídia cometidos pelo Querelado na administração de locação de imóvel residencial, ao permitir que o inquilino ingressasse no imóvel sem que a Querelante e os fiadores assinassem o referido contrato, além de ter deixado de tomar as medidas

judiciais cabíveis diante da inadimplência do locatário, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 4º, inciso IX do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 0558/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARIA RAINA SAKAI

Querelado: MARCELO GULLO - CRECI 038885-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

DESÍDIA E RETENÇÃO DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – LAVRATURA DE TERMOS DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O QUERELADO – DEFESA NÃO ACATADA – MAUS ANTECEDENTES – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X, DO DECRETO 81.871/78 C.C. ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. E a defesa apresentada pelo Querelado em todos os processos, não merece prosperar visto que seus argumentos são totalmente refutáveis, já que restou provado que o Querelado era sócio-responsável da imobiliária Saron desde 2004. Portanto, a conduta do Querelado de se apropriar indevidamente de valores monetários recebidos no curso de administração de locação de imóveis, bem como de retenção de sinal/princípio de pagamento em intermediação de venda e compra de imóvel residencial, causando enormes prejuízos aos Querelantes, comprovam cabalmente desídia e ato que a lei considera como crime, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 560/08, 562/08, 563/08 e 598/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: JEFFERSON CAVALCANTE NOGUEIRA

Querelado: CARLOS RENTES FILHO - CRECI 012213-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição do Querelado, bem como expedição de ofício ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de prestar contas, bem como reter ilegalmente os aluguéis recebidos, configuram, em tese, crime de apropriação indébita comprovando cabalmente atos de total desídia na administração de locação do imóvel da Querelante, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 0588/08, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: WE TSUNG YUNG

Querelada: SUZEL DE CÁSSIA GELOTI AMBAR - CRECI 046609-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME – DEFESA NÃO ACATADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A defesa apresentada pelo Querelado é totalmente refutável, já que restou comprovado o cometimento de desídia pelo Querelado ao oferecer um imóvel com características totalmente inaceitáveis à concessão de financiamento pela CEF, causando graves prejuízos ao Querelante, bem como por não ter juntado aos autos comprovantes da restituição o valor pago a título de sinal/princípio de pagamento, configurando, assim, as infrações disciplinares de natureza grave, previstas no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5968/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRISTIANO ATANÁSIO DE SOUZA

Querelado: NATANAEL TOMAZ DA SILVA - CRECI 038988-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – LOCAÇÃO SEM GARANTIA – NEGAR ENTREGA DE CONTRATO - DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISO VII DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Permitir o Querelado que o inquilino ingressasse no imóvel sem que a locação estivesse garantida, ou seja, sem que os fiadores tivessem assinado o contrato, bem como se negar a entregar cópia do contrato ao Querelante, comprovam cabalmente atos de desídia na administração de locação de imóvel residencial, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 4º, inciso VII do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5825/08, da comarca de BAURU

Querelante: MANOEL DO NASCIMENTO SAMPAIO

Querelado: JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO VINAGRE - CRECI 039974-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1508/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DEMERVAL SERRA BRAGA - CRECI 041548-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2484/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AMILTON LUIS PIETROLONGO FERREIRA - CRECI 053403-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2502/07, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSENILDO DE FIQUEIREDO EIXEIRA - CRECI 057766-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

DIRIGIR-SE E EXPRESSAR-SE DE FORMA DESAIROSA FRENTE AO ÓRGÃO DE CLASSE – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 3º, INCISOS I AO XII DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que a Querelada dirigiu-se de foram ofensiva ao CRECI/SP infringindo assim preceitos do Código de Ética Profissional. Outrossim, a Querelada quedou-se inerte sem apresentar defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0549/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: FERNANDA MARTINS DE O BRITO VILELA - CRECI 051161-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de censura cumulada com a multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1985/08, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO ANTONIO FACCA - CRECI 039957-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1986/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS ANTONIO GARBUGLIO - CRECI 048904-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1994/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANTE TINELLI FILHO - CRECI 050551-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4140/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI - CRECI 036452-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1965/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI - CRECI 036452-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 4079/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI - CRECI 036452-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0114/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ ERNESTO ALLEGRETTI DOMINGUES - CRECI 042425-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0115/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO SERGIO MAIA FILHO - CRECI 057728-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DA PRETENDENTE A LOCAÇÃO ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a caução uma vez que o contrato não foi efetivado. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal, corrobora ainda o fato do Querelado não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2283/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VANDERLEY GIOVANNETTI DOS SANTOS - CRECI 030127-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA ADMINISTRAÇÃO DO IMÓVEL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO Nº. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia na administração da locação. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte sem juntar defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2317/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CLEIDE TAVARES HENGEL TRAUB

Querelado: GILBERTO JACOBUCCI - CRECI 003596-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL COM PARTICIPAÇÃO DE DOIS CORRETORES – DENÚNCIA ALEGANDO QUE NÃO HOUVE O REPASSE DE METADE DA COMISSÃO – EXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL A QUAL DECIDIU A LIDE. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu negociação de imóvel onde um corretor apresentou o cliente e o outro o imóvel, no entanto não foi fechado negócio com este imóvel, vindo a ser concretizada a venda com outro apresentado ao cliente. Outrossim, foi juntada aos autos sentença judicial que resolveu a lide com a improcedência do direito à comissão pelo Querelante. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2390/07, da comarca de RIO CLARO

Querelante: ERNESTO EDUARDO BELLAN

Querelado: ROGÉRIO CESAR PAVÃO - CRECI 049446-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do pre-

sente processo.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM AFERIR A IDONEIDADE DO COMPRADOR E A DOCUMENTAÇÃO DO AUTOMÓVEL QUE FOI DADO A TITULO DE PARTE DE PAGAMENTO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia por parte da Querelada em aferir a regularidade da documentação do automóvel dado a titulo de parte de pagamento como também não foi aferida a idoneidade do comprador do imóvel que veio a quedar-se inadimplente com suas obrigações antes e após tomar posse do imóvel. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 7597/07, da comarca de OSASCO

Querelante: LAERCIO DA SILVA CACITA

Querelada: VERTIKAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI 013257-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM AFERIR A IDONEIDADE DO COMPRADOR E A DOCUMENTAÇÃO DO AUTOMÓVEL QUE FOI DADO A TITULO DE PARTE DE PAGAMENTO – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia por parte da Querelada em aferir a regularidade da documentação do automóvel dado a titulo de parte de pagamento como também não foi aferida a idoneidade do comprador do imóvel que veio a quedar-se inadimplente com suas obrigações antes e após tomar posse do imóvel. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 7598/07, da comarca de OSASCO

Querelante: LAERCIO DA SILVA CACITA

Querelada: CELESTE CONCEIÇÃO RODRIGUES SCARMAGNANI - CRECI 052898-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE O QUERELADO VENDEU UM IMÓVEL E ESCRITUROU OUTRO DIVERSO DO DEMONSTRADO – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE NÃO HOUVE A PARTICIPAÇÃO DO DENUNCIADO NA NEGOCIAÇÃO – DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, o próprio Querelante declara quem demonstrou o imóvel, para quem foi paga a comissão, e quem confeccionou a escritura publica que lhe transmitiu o domínio da coisa, sendo que o Querelado não participou de nenhuma destas fases. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 7625/07, da comarca de ITU

Querelante: CELSO NICOLOSI

Querelado: LUIZ ANTONIO COELHO - CRECI 027355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA NÃO PROPÔS AÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS DEIXADOS PELO LOCATÁRIO APÓS A ENTREGA DO IMÓVEL – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE AS ALEGAÇÕES DA QUERELANTE SÃO IMPROCEDENTES – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que a Querelada tomou as devidas providências, qual seja de propor ação de despejo, deixando de propor ação de cobrança por falta de ser devidamente constituída através de mandato para tal escopo, pela Querelante, não podendo ser responsabilizada pela morosidade do judiciário ou pelo inadimplemento da locatária, não esquecendo que o risco pertinente a locação de imóvel próprio, é do proprietário, devendo o prestador de serviço somente tomar as providencias que lhe são permitidas pela legislação. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 7657/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ALICE ALEXANDRE

Querelada: INDEPENDÊNCIA ADM DE IMÓVEIS S/S LTDA ME - CRECI 004791-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DENÚNCIA ALEGANDO QUE A QUERELADA NÃO PROPÔS AÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS DEIXADOS PELO LOCATÁRIO APÓS A ENTREGA DO IMÓVEL – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE AS ALEGAÇÕES DA QUERELANTE SÃO IMPROCEDENTES – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que a Querelada tomou as devidas providências, qual seja de propor ação de despejo, deixando de propor ação de cobrança por falta de ser devidamente constituída através de mandato para tal escopo, pela Querelante, não podendo ser responsabilizada pela morosidade do judiciário ou pelo inadimplemento da locatária, não esquecendo que o risco pertinente a locação de imóvel próprio, é do proprietário, devendo o prestador de serviço somente tomar as providencias que lhe são permitidas pela legislação. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 7658/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ALICE ALEXANDRE

Querelada: RUTE DA SILVA RIBAS - CRECI 054798-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES NO DECORRER DA GESTÃO DA LOCAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a alugueres pagos e não repassados ao Requerente. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal, corrobora ainda o fato da Querelada não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados a mesma. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 0569/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ARLINDO PIEROZZI

Querelada: MOREBEM IMOV EMP SC LTDA / BENEDITO VIEIRA JUNIOR - CRECI 005400-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES NO DECORRER DA GESTÃO DA LOCAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve apropriação indébita de valores pertinentes a alugueres pagos e não repassados ao Requerente. Outrossim, tal fato caracteriza ato que a lei define como crime tipificado no Código Penal, corrobora ainda o fato do Querelado não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 0570/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ARLINDO PIEROZZI

Querelado: BENEDITO VIEIRA JUNIOR - CRECI 027997-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ALEGANDO QUE FOI COBRADA COMISSÃO POR CORRETOR QUE NÃO PARTICIPOU DA INTERMEDIAÇÃO – ESCLARECIMENTOS E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS DEMONSTRANDO QUE HOUVE A PARTICIPAÇÃO DE DOIS INTERMEDIADORES NA NEGOCIAÇÃO –DENÚNCIA IMPROCEDENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que ocorreu negociação de imóvel onde um corretor apre-

sentou o cliente e o outro o imóvel, resultando em concretização do negócio. Outrossim, a comissão foi paga de livre e espontânea vontade por parte da Querelada. Denúncia Improcedente. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1376/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VALÉRIA BOTERO MOURA LEITE

Querelado: JOSÉ LUIZ BATISTA TEIXEIRA - CRECI 068794-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência da denúncia e pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa, presunção de veracidade. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3435/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa, presunção de veracidade. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3930/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa, presunção de veracidade. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3956/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa, presunção de veracidade. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 4081/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister em concurso com a Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia

procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5963/06, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SONIA REGINA SOARES - CRECI 062176-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2518/07, da comarca de MARÍLIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VANILDO PEREIRA DA SILVA - CRECI 021590-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2523/07, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADELSON FERREIRA DA SILVA - CRECI 049916-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 0619/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RODNEI BRUNO RISCALI - CRECI 010434-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1964/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANA LUIZA ROSSI GUARNERA - CRECI 036251-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1992/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ BERTOLDO CAMPOS FILHO - CRECI 031526-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – TERMO DE REPRESENTAÇÃO NULO – INCIDÊNCIA DA REGRA DO ARTIGO 68, E SEGUINTES DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

O Auto de Constatação é uma das peças formadoras do Processo Administrativo, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Se nele houver divergência quanto ao responsável pela facilitação do exercício irregular de profissão ao colaborador, e o responsável do escritório imobiliário que se encontrava o colaborador no momento da visita do Agente de Fiscalização, e não houver tempo hábil para uma nova constatação, para substituição, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade nos termos do Artigo 68 e seguintes do CPD, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2014/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ GONZAGA DE CAMPOS - CRECI 051739-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos em decorrência da prescrição da punibilidade.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister em concurso com o Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2747/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LIDIO ANTONIO DA SILVA - CRECI 053305-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 3528/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO MAZONI - CRECI 021706-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 3532/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIA LUCIA BORGES - CRECI 028308-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4120/08, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSON BICUDO MARINATO - CRECI 039925-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6284/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WASHINGTON LUIZ CUNHA DENENO - CRECI 024475-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6603/08, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO HENRIQUE MARTINS DA COSTA - CRECI 018772-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6604/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 021613-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO

PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 0098/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE GONÇALVES - CRECI 052129-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 0099/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO MASSAO KUSSANO - CRECI 045045-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0103/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAZIEL MARTINS ALFONSO - CRECI 016585-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 0158/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MIGUEL ANTÓNIO LISBOA DOS SANTOS - CRECI 041551-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1679/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MELANIA INES NIEROTKA - CRECI 032193-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1702/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WAGNER LUIZ DE OLIVEIRA CORTIZO - CRECI 023964-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1713/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 061354-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3005/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MAURILDA NUNES DE SOUZA RIBEIRO - CRECI 063574-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3314/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCEL CARLOS PIACENTINI - CRECI 041833-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3009/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO LOPES BRASILEIRO - CRECI 046478-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM EXPLICITAR TODAS AS CONDIÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL NA PROPOSTA DE VENDA E COMPRA – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º, II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia por parte da Querelada em deixar explicito as condições da documentação do imóvel na proposta de compra e venda, não deixando claro que se tratava de cessão de posse e não compra e venda. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2051/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: WESLEY BORSARI RAMOS

Querelada: AMANDA IMÓVEIS S/S LTDA - CRECI 019645-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do processo e pela pena de censura cumulada com a pena de no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DESÍDIA EM EXPLICITAR TODAS AS CONDIÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL NA PROPOSTA DE VENDA E COMPRA – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU O ALEGADO NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 4º, II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve desídia por parte do Querelado em deixar explicito as condições da documentação do imóvel na proposta de compra e venda, não deixando claro que se tratava de cessão de posse e não compra e venda. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2052/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: WESLEY BORSARI RAMOS

Querelado: MARIO LOPES BRASILEIRO - CRECI 046478-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do processo e pela pena de censura cumulada com a pena de no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA – NÃO ENTREGUE PELA QUERELADA – RETENÇÃO DE VALORES PAGOS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na intermediação de compra e venda de imóvel na planta, devidamente quitado pela Querelante, e não entregue pela Querelada, recusando-se ainda a devolver os valores pagos. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 7628/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA APARECIDA MIRANDA SCHITZ

Querelada: IMOB TRABULSI LTDA - CRECI 000117-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA – NÃO ENTREGUE PELO QUERELADO – RETENÇÃO DE VALORES PAGOS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na intermediação de compra e venda de imóvel na planta, devidamente quitado pela Querelante, e não entregue pelo Querelado, recusando-se ainda a devolver os valores pagos. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos denunciados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 7629/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA APARECIDA MIRANDA SCHITZ

Querelado: NAGIB TRABULSI - CRECI 000922-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão de sua inscrição por 90 (noventa) dias, cumulada com a multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 5249/06, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANUEL DE OLIVEIRA - CRECI 045914-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2487/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO PALADINI - CRECI 050515-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2584/07, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALMIR GONÇALVES - CRECI 024606-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4112/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALMIR GONÇALVES - CRECI 024606-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1944/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOB ONOFRE SOUZA FREITAS SILVA - CRECI 059963-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 1962/08, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ WILSON RIBEIRO GARCIA - CRECI 023093-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2008/08, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA - CRECI 009059-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2009/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS GUSTAVO DE ARAÚJO PIERRE - CRECI 057309-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2010/08, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HEITOR MIRANDA DA SILVA GUEBLAS - CRECI 044861-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2013/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS SIDNEY FERREIRA ANTUNES - CRECI 052873-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2752/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ENÉAS BISPO ARAÚJO - CRECI 007765-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 4119/08, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAMES ANTONIO DEMATE PEREIRA - CRECI 052866-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6605/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSMAR DE PAULA - CRECI 027748-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6606/08, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARGEU LENZI DA SILVA - CRECI 052490-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6607/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VICENTE SOAVE - CRECI 019051-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6608/08, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSON LUIZ RIBEIRO DA SILVA - CRECI 052434-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38,

inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0100/09, da comarca de ASSIS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DIOMAR GIOVANI - CRECI 055936-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78. DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 0113/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROBSON CARDOSO CABRAL - CRECI 058975-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1683/09, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO MEDINA ANTONIOLLI - CRECI 037145-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1696/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NIVALDO DE OLIVEIRA FONTES - CRECI 038043-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1725/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARIOVALDO FERREIRA - CRECI 021234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3007/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO RODRIGUES LOPES DE ALMEIDA - CRECI 035871-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X,

DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes consistente na retenção indevida de quantia a título sinal, em intermedição de compra e venda de imóvel, não concluída. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que a lei define como crime. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78, e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 0595/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANDRÉ LOPES GUTIERRE

Querelado: SEBASTIÃO MARQUES FERREIRA - CRECI 026380-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão de sua inscrição por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – COBRANÇA DE CAUÇÃO EM DINHEIRO NO VALOR ACIMA DO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve cobrança do valor da caução em dinheiro acima do permitido pela legislação. Outrossim, tal fato caracteriza contravenção penal pela própria lei do inquilinato, corrobora ainda o fato da Querelada não ter apresentado defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados à mesma. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2054/09, da comarca de OSASCO

Querelante: BRUNO AZEVEDO DE OLIVEIRA

Querelada: STAFF ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI 016810-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedencia do processo e pela pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – COBRANÇA DE CAUÇÃO EM DINHEIRO NO VALOR ACIMA DO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que houve cobrança do valor da caução em dinheiro acima do permitido pela legislação. Outrossim, tal fato caracteriza contravenção penal pela própria lei do inquilinato, corrobora ainda o fato do Querelado não ter apresentado defesa, o que induz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao mesmo. DENÚNCIA Procedente.

Processo Disciplinar nº 2055/09, da comarca de OSASCO

Querelante: BRUNO AZEVEDO DE OLIVEIRA

Querelado: ROGÉRIO DE OLIVEIRA - CRECI 053387-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedencia do processo e pela pena de cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – REGRA DE PROFISSÃO APLICÁVEL A CASOS PARTICULARES ATINENTE A QUESTÕES IMOBILIÁRIAS – CONDUTA EM CONFRONTO A DISPOSIÇÃO LEGAL – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Ainda que o Querelado tenha comprado o imóvel da Querelante, efetivamente na qualidade de comprador, deverá responder na condição de Corretor de Imóveis, primeiro porque todas as evidências dos autos permitem a conclusão de ter sido o Querelado, favorecido, em razão do seu mister. E mesmo que assim não fosse, é indissociável à função desta nobre profissão, a aplicação e cumprimento dos preceitos e regras de conduta que devem permear uma intermediação imobiliária, mesmo que o profissional esteja na qualidade de comprador ou vendedor de imóveis. Defesa insuficiente para infirmar os fatos imputados. Infração ao disposto no Artigo 38, inciso II, do Dec. 81.871/78, e Art. 6º, inciso IV e XI, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2631/09, da comarca de SANTOS

Querelante: TEREZA DA SILVA NERI

Querelado: VIRGILIO JOSÉ MENDES DE SOUZA - CRECI 045574-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, cumulada com a multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – REGRA DE PROFISSÃO APLICÁVEL A CASOS QUE SE EXIGIRIA EM SUA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA – CONDUTA EM CONFRONTO A DISPOSIÇÃO LEGAL – DEFESA INSUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO II, DO DEC. 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Na intermediação de compra e venda, deve se exigir da profissional a prudência e diligência nos negócios imobiliários, que se exigiria em sua participação exclusiva, informando expressamente os riscos e limitações atinentes ao contrato firmado. Defesa insuficiente para infirmar os fatos imputados. Infração ao disposto no Artigo 38, inciso II, do Dec. 81.871/78, e Art. 6º, inciso IV e XI, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2632/09, da comarca de SANTOS

Querelante: TEREZA DA SILVA NERI

Querelada: ROSA MARIA SOUZA SALAZAR - CRECI 06755-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 60 (sessenta) dias, cumulada com a multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA, NÃO CONCLUÍDA – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 4º, INCISO II, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na intermediação de compra e venda de imóvel, não concluída, resultando em prejuízo ao Querelante. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 4º, inciso II, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão da inscrição e multa.

Processo Disciplinar nº 2649/09, da comarca de ABCD

Querelante: DONJOVANI EDUARDO FRANCISCO

Querelado: HUEDSON ROMERO FERNANDES - CRECI 044137-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1947/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO MARQUES - CRECI 036255-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1953/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: HELOISA HELENA MARTINS DE CARVALHO - CRECI 052741-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2016/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ISMAEL NICASSIO DA SILVA - CRECI 022425-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – AUTUADO ERA AUXILIAR PARLAMENTAR – REUNIÕES POLÍTICAS NA IMOBILIÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelada comprovou através de prova robusta que o autuado era seu esposo e auxiliar parlamentar do deputado estadual Jorge Caruso, e que estava apenas realizando reuniões políticas no interior da sua imobiliária, não exercendo, portanto, a função de corretor de imóveis. Assim, diante da ausência de provas do exercício irregular da profissão, o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 3522/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SELMA SATYRO VITTURI - CRECI 062768-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a extinção do processo e o conseqüente arquivamento do feito, em razão da ausência de provas.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE PROVAS – AUTUADO ERA MOTORISTA DEVIDAMENTE REGISTRADO PELA IMOBILIÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou através de cópia da CTPS que o colaborador era funcionário devidamente registrado pela imobiliária, exercendo a função de motorista. Assim, diante da ausência de provas do exercício irregular da profissão, o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 3527/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLEMENTE ROBLES - CRECI 022203-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a extinção do processo e o conseqüente arquivamento do feito, em razão da ausência de provas.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3530/08, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLESIO EDSON MONTEIRO - CRECI 020721-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3534/08, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MOACIR MARTINS DE MORAIS - CRECI 061912-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO

III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4096/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SILVIO EMILIO DE OLIVEIRA JR - CRECI 034905-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – A DEFESA E DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS DEMONSTRA QUE O PSEUDOCORRETOR UTILIZOU-SE INDEVIDAMENTE DO NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CRECI DO QUERELADO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. No entanto a defesa apresentada demonstrou que o pseudocorretor utilizou-se indevidamente do número de inscrição no CRECI do Querelado, como também sem seu conhecimento ou anuência. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 6261/08, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOAQUIM MARTH - CRECI 032663-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6262/08, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SIDNEY MARTH - CRECI 042245-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A

CORRETORA QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração , devendo a corretora responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6618/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELISABETE DE LOURDES SILVA LESSA - CRECI 029127-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INEXISTÊNCIA DA PRESCRIÇÃO ALEGADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração , como também não foi constatada a prescrição alegada, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6619/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: BERNADETE ANTUNES CORREIA - CRECI 039780-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6620/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JEFFERSON JOSÉ LOIOLA - CRECI 048779-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2806/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ODAIR ROBBI - CRECI 052913-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE FACILITOU O EXERCÍCIO ILEGAL – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1616/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS RODRIGUES DIANES - CRECI 035476-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2605/07, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO FIORETTI - CRECI 002504-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES – DÉBITOS PREEXISTENTES – PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO – DEFESA PROCEDENTE – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

O Querelado comprovou documentalmente que houve previsão expressa dos débitos de impostos e taxas condominiais no compromisso de compra e venda, logo não há que se falar em omissão de detalhes, não podendo a Querelante simplesmente alegar ignorância se assinou o presente documento, ou seja, a ninguém é permitido beneficiar-se da própria torpeza. Assim, diante da improcedência da denúncia o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 2389/07, da comarca de OSASCO

Querelante: ROSALINA DOS SANTOS ALVES

Querelado: EDSON ANTONIO ALVIZI - CRECI 044816-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – CÁRTULA COM ASSINATURA DIVERGENTE – NÃO COMPENSAÇÃO – RETENÇÃO ILEGAL DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA –DEFESA INSUBSISTENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de devolver o valor retido indevidamente através da não compensação de seu cheque por divergência de assinatura, em intermediação de venda e compra de imóvel residencial das filhas do Querelante, causando-lhe sérios prejuízos, além de configurar a prática de ato que a lei define como crime, constitui também infração disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 7643/07, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: FERNÃO LUIZ CRISTIANO DE MARCI

Querelado: EMERSON ERCILIO BORRIERO - CRECI 064544-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA E RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES – COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES HOMOLOGADA JUDICIALMENTE – DIREITO DISPONÍVEL – ACOLHIMENTO – PROCESSO EXTINTO.

Tendo em vista, as partes terem transigido judicialmente, e o caso em apreço não ter transitado em julgado, bem como não se tratar de direito indisponível, só nos resta extinguir o processo e arquivar os autos.

Processo Disciplinar nº 7663/07, da comarca de ABCD

Querelante: REGINA JACOMASSI NICOLETTI

Querelado: ODAILDES GONÇALVES - CRECI 015658-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo, pela perda do objeto da denúncia, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ANUNCIAR CAPCIOSAMENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM A COBRANÇA DE COMISSÃO – ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISOS VI, X E XVII DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa da Querelada gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois anunciar capciosamente a prestação de serviços de administração de locação de imóveis sem a cobrança de comissão configura a prática de ato de concorrência desleal, e por consequência, infrações de natureza grave, previstas no artigo 6º, incisos VI, X e XVII do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 4757/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LUIZ CARLOS KECHICHIAN

Querelada: LUTHOR NEG IMOB S/S LTDA - CRECI 018432-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

ANUNCIAR CAPCIOSAMENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM A COBRANÇA DE COMISSÃO – ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISOS VI, X E XVII DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois anunciar capciosamente a prestação de serviços de administração de locação de imóveis sem a cobrança de comissão configura a prática de ato de concorrência desleal, e por consequência, infrações de natureza grave, previstas no artigo 6º, incisos VI, X e XVII do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 4756/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: LUIZ CARLOS KECHICHIAN

Querelado: ANDERSON SANTOS BEZERRA - CRECI 061202-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI CONFIGURA COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. OS ARTIGOS 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de esclarecer o Querelante sobre as conseqüências resultantes da ausência de um prazo para regularização do imóvel, isto é, a inviabilização da liberação do financiamento pela CEF, configura a prática de desídia, por ter omitido dados relevantes ao fechamento do negócio, causando graves prejuízos ao Querelante, bem como por não restituir o valor pago a título de sinal/princípio de pagamento, configurando, assim, as infrações disciplinares de natureza grave, previstas no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. os artigos 4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 5969/08, da comarca de SOROCABA

Querelante: MARTIR RIBEIRO DUTRA

Querelado: JOSÉ RICARDO PEREIRA - CRECI 067500-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o denunciado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade aos pseudocorretores em processo administrativo autônomo, aliada às provas destes autos, configura a infração perpetrada, nos termos do art. 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nºs 3161/06, 3162/06, 3163/06, 3164/06, 3165/06, 3447/06, 3543/06, 3945/06, 3991/06, 4179/06, 5513/06, 1624/07, 1626/07, 1659/06, 2412/07, 2413/07, 2414/07, 2432/07, 2500/07, 2607/07, 2619/07, 5358/07, 1978/08, 2755/08, 4123/08, 6112/08 e 6271/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 021613-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 6ª Sessão de Julgamento, realizada em 31.05.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

62º VOLUME DE EMENTÁRIO

1ª TURMA DO PLENÁRIO

6ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 28.JUNHO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – MANIFESTAÇÃO DA QUERELANTE JUNTANDO DECLARAÇÃO DO QUERELANTE PEDINDO O ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO INDISPONÍVEL – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

Como autor da denúncia, tem o denunciante o direito de requerer, a qualquer momento desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de um direito indisponível, só resta a esse órgão acatar o pedido . Processo arquivado sem exame do mérito.

Processo Disciplinar nº 0603/08, da comarca de BARRA BONITA

Querelante: JOÃO ORTIGOSA

Querelada: MARLI APARECIDA MILANI - CRECI 042615-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – TER COMPRADO LOTE SEM ANUÊNCIA DA PROPRIETÁRIA E DA IMOBILIÁRIA – PAGAMENTO DE ALUGUEL COM CHEQUE SEM FUNDOS E DEPOIS EM CONTA CORRENTE SEM ANUÊNCIA DA QUERELADA – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Compra de Ponto comercial em desconformidade com a lei sem qualquer anuência da Imobiliária e do proprietário do imóvel, sendo que quando a Querelada tomou conhecimento da intermediação a compradora já estava no imóvel, não lhe restando alternativa senão celebrar novo contrato de locação, visando proteger os interesses de seu cliente. Aliado ao fato de que a Querelante pagou o aluguel por meio de cheque com insuficiência de fundos e depois começou por sua conta e risco a efetuar depósitos bancários, sem qualquer ordem para fazê-lo e ainda não informou que fez os depósitos. Infração Ética não configurada - Defesa Suficiente – Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 0206/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: RENATA RAMOS MARQUES DE OLIVEIRA

Querelada: SELO LAUZANE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMV S/S LTDA - CRECI 005459-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – TER COMPRADO LOTE SEM ANUÊNCIA DA PROPRIETÁRIA E DA IMOBILIÁRIA – PAGAMENTO DE ALUGUEL COM CHEQUE SEM FUNDOS E DEPOIS EM CONTA CORRENTE SEM ANUÊNCIA DA QUERELADA – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Compra de Ponto comercial em desconformidade com a lei sem qualquer anuência da Imobiliária e do proprietário do imóvel, sendo que quando a Querelada tomou conhecimento da intermediação a compradora já estava no imóvel, não lhe restando alternativa senão celebrar novo contrato de locação, visando proteger os interesses de seu cliente. Aliado ao fato de que a Querelante pagou o aluguel por meio de cheque com insuficiência de fundos e depois começou por sua conta e risco a efetuar depósitos bancários, sem qualquer ordem para fazê-lo e ainda não informou que fez os depósitos. Infração Ética não configurada - Defesa Suficiente – Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 0207/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: RENATA RAMOS MARQUES DE OLIVEIRA

Querelado: JOSÉ UYRANILSON TEIXEIRA - CRECI 030298-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – TER COMERCIALIZADO LOTE SEM PRÉVIO REGISTRO NO CRI, ALÉM DE TER OMITIDO DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISOS IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente em que o Querelado teria intermediado a venda de lotes em propriedade sem o conhecimento sobre suas reais condições, mesmo sem o desmembramento dos lotes. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78, e Artigo 4º, inciso II e Artigo 6º, incisos IV e XI, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 2621/09, da comarca de MAUÁ

Querelante: EVA APARECIDA DE OLIVEIRA

Querelado: CARLOS APARECIDO ALBERTINO - CRECI 058844-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado o cancelamento da sua inscrição.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – TER COMERCIALIZADO LOTE SEM PRÉVIO REGISTRO NO CRI, ALÉM DE TER OMITIDO DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISOS IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente em que o Querelado teria intermediado a venda de lotes em propriedade sem o conhecimento sobre suas reais condições, mesmo sem o desmembramento dos lotes. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78, e Artigo 4º, inciso II e Artigo 6º, incisos IV e XI, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 2620/09, da comarca de MAUÁ

Querelante: GILDO CARLOS DE SOUZA E GILSON DE SOUZA

Querelado: CARLOS APARECIDO ALBERTINO - CRECI 058844-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado o cancelamento da sua inscrição.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE

A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada reteve Ilegalmente valores em intermediação imobiliária. Ademais, a retenção indevida de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave é equivalente a ato que a lei define como crime. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 3398/09, da comarca de HORTOLANDIA

Querelante: PRISCILA SALOMEA CARNEIRO NOBREGA

Querelada: COPACABANA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 014099-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da sua inscrição.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que o Querelado reteve Ilegalmente valores em intermediação imobiliária. Ademais, a retenção indevida de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave é equivalente a ato que a lei define como crime. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 3399/09, da comarca de HORTOLANDIA

Querelante: PRISCILA SALOMEA CARNEIRO NOBREGA

Querelado: EDGAR OSCAR PEREIRA - CRECI 015297-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da sua inscrição.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3181/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NEWTON CESAR CAMPOLIM DE ALMEIDA - CRECI 065993-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3180/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: TELMO DE TOLEDO - CRECI 050470-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2944/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: TELMO DE TOLEDO - CRECI 050470-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à

regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3179/11, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ABILIO RODRIGUES - CRECI 069504-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3175/11, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CASSIANO RICARDO XIMENES OLIVEIRA - CRECI 057243-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3171/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NEUSA ALVES LINS - CRECI 033979-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a econo-

mia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3170/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NEUSA ALVES LINS - CRECI 033979-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3222/11, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS OEHLMEYER - CRECI 012146-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3370/11, da comarca de MAUA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO GALVANO - CRECI 032884-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUL-

GADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3371/11, da comarca de MAUA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LEANDRO HUMBERTO GALVANO - CRECI 065905-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3488/11, da comarca de CARAGUATATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SEBASTIANA JOSÉ DE ASSIS - CRECI 042239-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3555/11, da comarca de CARAGUATATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SEBASTIANA JOSÉ DE ASSIS - CRECI 042239-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3356/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RENATO DA SILVA DOURADO - CRECI 070197-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3345/11, da comarca de BARRA BONITA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ROBERTO TAMELLINE - CRECI 043672-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3377/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALMIR GONÇALVES - CRECI 024606-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3500/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADAIL VIEIRA ALVES - CRECI 067700-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3507/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA JOSÉ DA SILVA ROCHA - CRECI 045442-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3511/11, da comarca de ILHA BELA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO APARECIDO HETTE - CRECI 044452-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2358/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ MARIA GOMES PAULINO - CRECI 027781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

Processo Disciplinar nº 2359/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JOSÉ MARIA GOMES PAULINO - CRECI 027781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3369/11, da comarca de MAUA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO GALVANO - CRECI 032884-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

PRÁTICA DE ATIVIDADE CRIMINOSA, VALENDO-SE DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS I E X, DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 3º, INCISO I, ARTIGO 4º, INCISO III E ARTIGO 6º, INCISO XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que o Querelado se aproveitou da condição de corretor de imóveis para arrumar casas desocupadas para esconderijo de motos, por meio da imobiliária que trabalhava. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos I e X do Decreto 81.871/78, e Artigo 3º, inciso I, Artigo 4º, inciso III e Artigo 6º, inciso XI, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 2614/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VAGNER OLIVEIRA - CRECI 069704-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado o cancelamento da sua inscrição.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório acerca da efetiva participação do Querelado na intermediação imobiliária em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0317/09, da comarca de SÃO VICENTE

Querelante: MAURO CANDALAFT ALCANTARA

Querelado: GERSON FRAGOSO ALVES - CRECI 035560-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – OMISSÃO DOS RISCOS DO NEGÓCIO – FACILITAR CONDUTA DE TERCEIROS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, uma vez que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2525/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA AUGUSTA DE C CAMPOS

Querelada: IMPER ADM PREDIAL LTDA EPP - CRECI 001249-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – OMISSÃO DOS RISCOS DO NEGÓCIO – FACILITAR CONDUTA DE TERCEIROS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, uma vez que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2532/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA AUGUSTA DE C CAMPOS

Querelado: CAIO IMPÉRIO CATELLI - CRECI 003356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2882/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MAURILDA NUNES DE SOUZA RIBEIRO - CRECI 063574-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3005/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AMOS OLIVEIRA SANTOS - CRECI 033062-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3351/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VARDELIRIO BATISTA DE SOUZA - CRECI 033882-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3355/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: PAULA LOPES LUCINDA TELHADA BERNARDO - CRECI 054507-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO

DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3363/11, da comarca de S C DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 043902-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2630/11, da comarca de S C DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 043902-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3364/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELSO FRANCISCO PINTO JUNIOR - CRECI 055683-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3365/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ANTONIO VIEIRA DA SILVA - CRECI 060396-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3368/11, da comarca de S J RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLOVIS ANTONIO PEREIRA ONHA - CRECI 062699-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No

caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2878/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PERSEU BOCCATO TESTA - CRECI 035234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2879/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO GOMES JUNIOR - CRECI 064087-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2995/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO PAULO DA SILVA - CRECI 020281-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO

ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2999/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO MUNHOZ BONILHA FILHO - CRECI 014971-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3002/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PEDRO LOPES ARNA - CRECI 023106-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2876/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PEDRO LOPES ARNA - CRECI 023106-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3007/11, da comarca de CARAGUATATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS MARTINS - CRECI 038926-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3079/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO VILLANI - CRECI 048966-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3081/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CICERO AUGUSTO VIEIRA SOBRINHO - CRECI 054891-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3354/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ PARISE JUNIOR - CRECI 012512-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3362/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUCIANO DETILIO - CRECI 053021-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2972/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AILTON DE CARVALHO GARCIA - CRECI 028838-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 1679/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALIDIER CAVICHIO - CRECI 059375-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3531/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DALECIO TADEU DE PAULA - CRECI 061568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3469/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILBERTO HIDEO IGASHIRA - CRECI 066373-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3490/11, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 1678/11, da comarca de RIO DE JANEIRO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ GHITNIC - CRECI 058375-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

***A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à**

regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3468/11, da comarca de MONTE APRAZÍVEL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JANUÁRIO JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 045810-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3517/11, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: REGINA LIE NAKANO - CRECI 070827-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3525/11, da comarca de ALTINOPOLIS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BRUNO RODRIGUES GUIMARÃES - CRECI 064260-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a econo-

mia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3514/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOAQUIM ANTONIO MENDONÇA RIBEIRO - CRECI 014308-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3506/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WAGNER NOGUEIRA SERVOS - CRECI 067827-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3513/11, da comarca de EMBU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO TADEU GONÇALVES - CRECI 051380-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUL-

GADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3496/11, da comarca de SANTANA DE PARNAÍBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANGELA ARRUDA GONÇALVES - CRECI 068323-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3518/11, da comarca de SANTANA DE PARNAÍBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANGELA ARRUDA GONÇALVES - CRECI 068323-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – NÃO HOUVE OMISSÃO DE DETALHES REFERENTE AO REAL PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL – DEFESA SUFICIENTE DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não houve omissão de detalhes referente ao real proprietário do imóvel administrado pelo Querelado, pois o que existe é uma ação judicial entre a mutuaria e o agente financeiro referente ao financiamento do imóvel. Entretanto, conforme sentença prolatada, tal ação não impede a relação de locação até porque foi deferida uma liminar, cuja conseqüência foi manter a mutuaria no imóvel. Tanto que a mutuaria tem direito de alugar o imóvel e de propor ação de despejo em face da Querelante por falta de pagamento dos alugueres. Defesa suficiente. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 0231/09, da comarca de DIADEMA

Querelante: ISAURA DIAS

Querelado: EMERSON MENEZES - CRECI 053206-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – NÃO HOUVE COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO – DEFESA SUFICIENTE DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não houve cobrança ilegal de comissão na intermediação de compra e venda de imóvel, pois conforme sentença prolatada, a corretagem foi concluída em razão da formalização do compromisso de compra e venda, pouco importando posterior desfazimento do negócio jurídico. Defesa suficiente. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 0274/09, da comarca de BARUERI

Querelante: AVANI MIRANDA

Querelado: EUCLIDES CALEGARI - CRECI 018856-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA E OMISSÃO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não houve desídia nem omissão em intermediação de compra e venda, pois conforme sentença acostada aos autos, não ficou comprovado que houve falha na prestação do serviço por parte do Querelado. Defesa suficiente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 0294/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CONCEIÇÃO ROCHA RIBEIRO

Querelado: JOÃO CARLOS CARVALHO DA NATIVIDADE - CRECI 049574-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA E OMISSÃO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não houve desídia nem omissão em intermediação de compra e venda, pois conforme sentença acostada aos autos, não ficou comprovado que houve falha na prestação do serviço por parte do Querelado. Defesa suficiente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 2008/09, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: JOÃO PEREIRA DO AMARAL

Querelado: CARLOS ROBERTO FRIAS - CRECI 010552-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3508/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA / BENEDITO APARECIDO DA SILVA

Querelado: LUIZ INÁCIO DA SILVEIRA - CRECI 028383-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado o cancelamento da sua inscrição. .

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3052/11, da comarca de MARILIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ROBERTO PIMENTEL PINHEIRO - CRECI 009802-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3054/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LAURINDO TORETTA - CRECI 009033-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3055/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSUE CAVALIERI - CRECI 008855-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3242/11, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO BRANDINI JUNIOR - CRECI 036391-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3243/11, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO BRANDINI JUNIOR - CRECI 036391-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3247/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO FRANCISCO ALBERTI - CRECI 017228-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3317/11, da comarca de SUMARÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LOURIVAL DE REZENDE - CRECI 065427-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3328/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ DIAS DE CARVALHO - CRECI 046872-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3572/11, da comarca de TABOÃO DA SERRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LILIA DOS SANTOS HENRIQUE - CRECI 086891-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3571/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSIAS LEMES DA SILVA - CRECI 044221-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia

processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2317/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADILSON CARLOS BUENO - CRECI 047994-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2837/11, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROGÉRIO AGUIAR FERREIRA - CRECI 038329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2901/11, da comarca de ITATIBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO JOSÉ CHAGAS DA SILVA - CRECI 049114-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3045/11, da comarca de MAUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: TATIANE MENDES MOTA - CRECI 071385-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3076/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO LAOR DA SILVEIRA - CRECI 008257-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3297/11, da comarca de MOGI MIRIM

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ROBERTO JANUÁRIO - CRECI 059287-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3302/11, da comarca de SANTA ISABEL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON FRANCISCO FERREIRA VENTURA - CRECI 026031-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3252/11, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO SOARES - CRECI 045505-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada

infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3251/11, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO SOARES - CRECI 045505-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3245/11, da comarca de MONGAGUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALBERTO FERREIRA DE CAMPOS - CRECI 067704-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2836/11, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS MARCOMINI - CRECI 017968-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUL-

GADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3237/11, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS MARCOMINI - CRECI 017968-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2978/11, da comarca de CARAPICUIBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: IRINEU FERREIRA DE CARVALHO - CRECI 058211-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2994/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILMAR GOMES DE SOUZA - CRECI 042456-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2997/11, da comarca de S C DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2998/11, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JEFFERSON JOSÉ LOIOLA - CRECI 048779-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à

regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3034/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALTER ROBERTO PATRÃO - CRECI 026386-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3035/11, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: TANIA APARECIDA ALMEIDA DE OLIVEIRA - CRECI 041943-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3318/11, da comarca de SÃO VICENTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVIA HABIB GEORGES - CRECI 050623-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3330/11, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: BERNADETE ANTUNES CORREIA - CRECI 039780-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3304/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GUILHERME FERREIRA BUSCH - CRECI 039948-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso

dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3305/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GUILHERME FERREIRA BUSCH - CRECI 039948-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3303/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GUILHERME FERREIRA BUSCH - CRECI 039948-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3306/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO CARBONE FILHO - CRECI 062833-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3307/11, da comarca de COTIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GABRIEL ARNA MATOS - CRECI 047304-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3309/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO CARBONE FILHO - CRECI 062833-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3316/11, da comarca de MOGI DAS CRUZES

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JONAS CARDOSO DE MIRANDA - CRECI 064168-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3326/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO CARLOS DE FREITAS - CRECI 022581-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 0411/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JADER ANTONIO DIAS LEAL - CRECI 059264-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2345/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELTON HENRIQUES DE ARAÚJO - CRECI 037798-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2356/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS CARVALHO - CRECI 068162-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2383/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO SALGADO BAUER - CRECI 039230-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No

caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2804/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO SALGADO BAUER - CRECI 039230-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2384/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EZIO MARRA - CRECI 010284-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3061/11, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO MARCOS DE OLIVEIRA - CRECI 054422-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO

ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3065/11, da comarca de MOGI GUAÇU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON THOMANN - CRECI 066216-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3066/11, da comarca de SANTANA DE PARNAÍBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ALMEIDA MATOS - CRECI 048881-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3071/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DAISY SALADINI - CRECI 055365-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3174/11, da comarca de PERUIBE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LAERTE GOMES DE SOUZA - CRECI 065746-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3172/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO MENDES DOS SANTOS NETO - CRECI 068940-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3169/11, da comarca de PACAEMBU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALAN CARLOS - CRECI 065329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3383/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANA LUCIA FISCHER DUTRA ANGELELLI - CRECI 072196-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3256/11, da comarca de ARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WILLIANS BARROS MEDA - CRECI 070085-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO

DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2888/11, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: BERNADETE ANTUNES CORREIA - CRECI 039780-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3219/11, da comarca de TABOÃO DA SERRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO DA SILVA FERREIRA - CRECI 048611-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3178/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ GONZAGA DE CAMPOS - CRECI 051739-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3177/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO SERGIO RUFFINO - CRECI 070825-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3176/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SEBASTIÃO DIMAS RIBEIRO - CRECI 065491-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2794/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARLENE VIEIRA - CRECI 060862-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3246/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS ANTONIO DA CRUZ - CRECI 035971-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2966/11, da comarca de SERTÃOZINHO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ALBERTO DEVITO - CRECI 034779-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3340/11, da comarca de SERTÃOZINHO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ALBERTO DEVITO - CRECI 034779-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2965/11, da comarca de SERTÃOZINHO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ALBERTO DEVITO - CRECI 034779-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é con-

siderada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3498/11, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROGÉRIO CAVELHO - CRECI 061345-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – AUSÊNCIA DE FRAUDE E RETENÇÃO – DOCUMENTOS DEMONSTRA SUFICIENTEMENTE QUE A QUERELADA NÃO RETEVE DINHEIRO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que a Querelada não cometeu fraude nem retenção ilegal de valores em intermediação de compra e venda, pois conforme cota do Ministério Público e da sentença prolatada a Querelada não cometeu apropriação de qualquer valor na intermediação imobiliária (fls. 165/168). Diante disso, a Querelada não cometeu nenhuma conduta indisciplinar. Defesa suficiente. ARQUIVAMENTO.

Processo Disciplinar nº 0181/09, da comarca de SUMARÉ

Querelante: 1º DP DE SUMARÉ

Querelado: FRANCIS BARBARA TEODORO - CRECI 065101-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – AUSÊNCIA DE DESÍDIA – DOCUMENTOS DEMONSTRA SUFICIENTEMENTE QUE O IMÓVEL ERA REGULAR E QUE A QUERELADA NÃO ERA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO MURO DO IMÓVEL – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não houve desídia nem omissão na intermediação imobiliária, pois o imóvel foi devidamente aprovado, não existindo irregularidade alguma. Conforme sentença prolatada, o laudo pericial concluiu que a umidade e os vazamentos de água se originaram em razão da falta de impermeabilização. Diante disso, a Querelada não é responsável pela falta de manutenção do muro. Defesa suficiente. ARQUIVAMENTO.

Processo Disciplinar nº 1072/09, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: DAGMAR APARECIDA DE SOUZA

Querelada: PLANACON ADM DE IMOV S/C LTDA - CRECI 011281-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – AUSÊNCIA DE DESÍDIA – DOCUMENTOS DEMONSTRA SUFICIEN-

TEMENTE QUE O IMÓVEL ERA REGULAR E QUE O QUERELADO NÃO ERA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO MURO DO IMÓVEL – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não houve desídia nem omissão na intermediação imobiliária, pois o imóvel foi devidamente aprovado, não existindo irregularidade alguma. Conforme sentença prolatada, o laudo pericial concluiu que a umidade e os vazamentos de água se originaram em razão da falta de impermeabilização. Diante disso, o Querelado não é responsável pela falta de manutenção do muro. Defesa suficiente. ARQUIVAMENTO.

Processo Disciplinar nº 1073/09, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: DAGMAR APARECIDA DE SOUZA

Querelado: OSWALDO PANSARDI JUNIOR - CRECI 038579-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES –- PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente em que o Querelado teria cometido retenção ilegal de valores recebidos a título de aluguel, caução e tributos. Ato que a lei define como crime. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 0321/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ANTONIO LUIZ ZAMORO

Querelado: RICHARD DEL BEL - CRECI 061506-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da sua inscrição autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – TER DEIXADO SOB A RESPONSABILIDADE DA INQUILINA CONTRATAÇÃO DO SEGURO FIANÇA QUE NÃO FOI FEITO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente em que a Querelada teria cometido desídia na administração de imóvel de propriedade do Querelante, uma vez que teria deixado sob responsabilidade da inquilina a contratação do seguro fiança, sendo que este não teria sido feito. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 2586/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TIAGO SEDDIG JORGE / DR CLAUDIO M S COUTO

Querelada: LAERTE & PINHEIRO ASS IMOB S/C LTDA - CRECI 014543-J

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – TER DEIXADO DE AFERIR A IDONEIDADE DO LOCATÁRIO E DO FIADOR – UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FALSOS – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente em que a Querelada teria cometido desídia na administração de imóvel de propriedade da Querelante, pois teria deixado de aferir a idoneidade do locatário e do fiador que celebraram o contrato utilizando documentação falsa para a realização do negócio. Ausência de Defesa, presumindo como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 2635/09, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: ELENI MAILDA GARDINI

Querelada: FABIOLA CINTIA LIMA ROCHA - CRECI 065387-F

Decisão: RETIRADO DE PAUTA

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA DATA DA VERIFICAÇÃO DO FATO – APLICAÇÃO DA REGAR DO ARTIGO 68, DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

Se o lapso prescricional de cinco anos já havia decorrido antes do oferecimento da denúncia, todos os atos processuais tornam-se inúteis, inexistindo qualquer razão para o prosseguimento do processo. Aplicação da regra do artigo 68, do Código de Processo Disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2089/09, da comarca de FRANCA

Querelante: ORLANDO ESSADO

Querelada: HABITAT EMPR S/C LTDA - CRECI 009441-J

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada o arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

PRESCRIÇÃO DA PUNIBILIDADE – DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DA DATA DA VERIFICAÇÃO DO FATO – APLICAÇÃO DA REGAR DO ARTIGO 68, DO CPD – PROCESSO ARQUIVADO.

Se o lapso prescricional de cinco anos já havia decorrido antes do oferecimento da denúncia, todos os atos processuais tornam-se inúteis, inexistindo qualquer razão para o prosseguimento do processo. Aplicação da regra do artigo 68, do Código de Processo Disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2090/09, da comarca de FRANCA

Querelante: ORLANDO ESSADO

Querelada: GISLAINE ESTER CERISSI - CRECI 031886-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada o arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3502/11, da comarca de BERTIOGA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBEN DEL RIO GONZALEZ - CRECI 045535-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2955/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ROOSEVELT B DE M FILHO - CRECI 020910-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO

DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3564/11, da comarca de VITORIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO JOSÉ MANSO COSTA - CRECI 037547-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3519/11, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ADIR LEME DA SILVA - CRECI 030269-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3504/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO GUERRERO GUTIERRES - CRECI 019264-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3539/11, da comarca de SÃO ROQUE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO DO AMARAL - CRECI 037649-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3538/11, da comarca de SÃO ROQUE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO DO AMARAL - CRECI 037649-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3530/11, da comarca de JAU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GABRIEL FERNANDEZ - CRECI 034152-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2920/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NATALINO DE AGUIAR CAMARGO - CRECI 023214-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3159/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 016664-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

Processo Disciplinar nº 2328/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OLAVO SOUTO CASARINI - CRECI 047023-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2406/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CAETANO RUBINI NETO - CRECI 039781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2412/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSENILDO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - CRECI 057766-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS

AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2626/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ ROBERTO KAUFFMANN - CRECI 046437-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2628/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSMAR BISCOLA - CRECI 011663-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2645/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO GUERREIRO GUTIERRES - CRECI 019264-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3248/11, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SARA MARIA BARROSO - CRECI 058280-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3249/11, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 030229-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3250/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ROBERTO VIEIRA DA COSTA - CRECI 034228-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3253/11, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ FERNANDO AMARAL - CRECI 050500-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3291/11, da comarca de ANDRADINA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS BARBOSA - CRECI 058450-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do

art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3308/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCINDA DE JESUS MOGUINHO GONÇALVES - CRECI 053183-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3310/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCELO MANSANO DE MORAES - CRECI 031741-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3311/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALVARO PIRES DE MORAES - CRECI 007531-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia

processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3314/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCELO MANSANO DE MORAES - CRECI 031741-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3334/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDOMIRO PEREDERKO - CRECI 023475-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3060/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ILSON DE SENE MACIEL - CRECI 038524-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3067/11, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROGERIO ROMANO - CRECI 046565-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3068/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3069/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3046/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3072/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUCIA DE LIMA COSTA - CRECI 060918-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso

dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3342/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALDEMAR PEREIRA DE CAMARGO JUNIOR - CRECI 056849-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2831/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALDEMAR PEREIRA DE CAMARGO JUNIOR - CRECI 056849-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 1732/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALDEMAR PEREIRA DE CAMARGO JUNIOR - CRECI 056849-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3348/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON VERISSIMO GONÇALVES - CRECI 059745-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, INC. II E X, DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, INC. IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

A retenção indevida de valores monetários a título de alugueres em administração imobiliária, além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 0244/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: AELSON PIOLI

Querelado: EDSON DE ASSIS SILVA - CRECI 069830-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa c

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E IX, DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, II, E 6º, IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

A desídia consubstanciada com a retenção indevida de valores em intermediação imobiliária não concluída, além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e IX, do Decreto 81.871/78, Artigo 4º, inciso II e Artigo 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 4083/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CARLOS ALBERTO LUSTRE FILHO

Querelada: SO FLAT'S NEG IMOB LTDA-ME - CRECI 019926-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa co

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2982/11, da comarca de HORTOLÂNDIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDERSON CARDOSO DOS SANTOS - CRECI 060941-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2981/11, da comarca de HORTOLÂNDIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDERSON CARDOSO DOS SANTOS - CRECI 060941-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do

art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3037/11, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARNALDO BULLO - CRECI 011333-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3047/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SONIA REGINA GUERRA - CRECI 047136-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3048/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL FERREIRA ADDAD - CRECI 057462-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia

processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3270/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANGELO FRIAS NETO - CRECI 034743-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3367/11, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DARCIO BASTOS DIAS - CRECI 039159-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3199/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HELOIZIO SOARES OLIVEIRA FILHO - CRECI 053134-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUL-

GADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3225/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HELOIZIO SOARES OLIVEIRA FILHO - CRECI 053134-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3200/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: IDALINA ISABEL SOUTO NOCENTINI - CRECI 057486-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3226/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: IDALINA ISABEL SOUTO NOCENTINI - CRECI 057486-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3227/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RICARDO GILIUS FERREIRA - CRECI 063201-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2388/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIZ FERNANDES - CRECI 061621-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2391/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ERWIN MAACK - CRECI 008033-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2394/11, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SELMA LOURENÇO DE MAGALHÃES - CRECI 046078-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2396/11, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: KATIA VIRGINIA DOS SANTOS KOBAYASHI - CRECI 061450-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2398/11, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL MARIANO DE CAMPOS - CRECI 044539-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3023/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: REINALDO DE MAGALHÃES CARDOSO - CRECI 063609-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3193/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCO ANTONIO ASSAD - CRECI 038565-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3198/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO TIBURCIO TIBÉRIO - CRECI 034130-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3121/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO TIBURCIO TIBÉRIO - CRECI 034130-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2344/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VANDERLEI GUERRERO - CRECI 006797-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na retenção indevida de valores monetários a titulo de sinal e principio de pagamento em intermediação de compra e venda de imóvel não concluída, gerando evidentes prejuízos

ao Querelante.Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 2653/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: DOUGLAS FERREIRA DOS SANTOS

Querelada: VISA EMPREENDIMENTOS DOS SANTOS / JOSÉ CARLOS DA SILVA - CRECI 019568-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X,DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na retenção indevida de valores monetários a titulo de sinal e principio de pagamento em intermediação de compra e venda de imóvel não concluída, gerando evidentes prejuízos ao Querelante. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Censura.

Processo Disciplinar nº 2583/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: DOUGLAS FERREIRA DOS SANTOS

Querelado: JOSÉ CARLOS DA SILVA - CRECI 058547-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores monetários pagos a titulo de caução locatícia em administração de locação de imóvel não concluída. Ademais a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que a lei define como crime. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 0009/10, da comarca de OSASCO

Querelante: ANTONIO MARCOS ALVES SIQUEIRA

Querelada: STAFF ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI 016810-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a Querelada a pena

de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores monetários pagos a titulo de caução locatícia em administração de locação de imóvel não concluída. Ademais a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que a lei define como crime. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 0087/10, da comarca de OSASCO

Querelante: ANTONIO MARCOS ALVES SIQUEIRA

Querelado: ROGÉRIO DE OLIVEIRA - CRECI 053387-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a Querelada a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – DESÍDIA – ATRASO ACERCA DO REPASSE DOS ALUGUERES PAGOS – INÉRCIA NO TOCANTE À COBRANÇA DOS VALORES LOCATÍCIOS INADIMPLIDOS – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na desídia em administração imobiliária, consubstanciada no atraso acerca do repasse dos alugueres pagos pelo inquilino, bem como a inércia no tocante à cobrança dos valores locatícios inadimplidos. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 0245/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: ELIAS AJAM

Querelado: MARCOS ANTONIO LOPES - CRECI 035091-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 03 (trê

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO

ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2877/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURICIO SCARPASSA - CRECI 060441-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, oferecendo suporte a Querelada como captador de imóveis, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2996/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURICIO SCARPASSA - CRECI 060441-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado, a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3120/11, da comarca de BERTIOGA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS RODRIGUES - CRECI 026674-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3122/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ANTONIO DE AZEVEDO - CRECI 015039-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3125/11, da comarca de PIRASSUNUNGA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCINEIA FERNANDES - CRECI 056751-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3126/11, da comarca de PIRASSUNUNGA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PEDRO HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 052844-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3378/11, da comarca de MARILIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ORIOVALDO ALVES GIRALDI - CRECI 036103-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

A prática de ato que a lei define como crime em intermediação imobiliária, além de ser considerada infração ética de natureza grave, fere o prestigio de sua classe. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos informados pela 2ª Vara Judicial da Comarca de Itatiba. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 1102/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PODER JUDICIÁRIO COMARCA ITATIBA

Querelado: MAURO DE GODOI FARIAS - CRECI 019255-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2815/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VANIA APARECIDA DE SOUZA - CRECI 066635-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2852/11, da comarca de JANDIRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELSON DOMINGUES - CRECI 031547-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2854/11, da comarca de JANDIRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELSON DOMINGUES - CRECI 031547-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – INEXISTENCIA DE DEFESAS JUNTADAS

AOS AUTOS POR PARTE DOS QUERELADOS (AS) – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Transcorreu "in albis" o prazo para juntada de defesas aos autos. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3349/11, da comarca de JANDIRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELSON DOMINGUES - CRECI 031547-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2953/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBENS RAMOS - CRECI 021568-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3235/11, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSUÉ PEREIRA CARRAPEIRO - CRECI 028790-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3254/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCIO COSTA NOGUEIRA - CRECI 059132-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3466/11, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE ROCHA BAZHUNI - CRECI 061542-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a econo-

mia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 1658/11, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA FERNANDA MATOS MAJOR - CRECI 062469-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2196/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: HELOISA HELENA MARTINS DE CARVALHO - CRECI 052741-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2825/11, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO NERE DUARTE - CRECI 031474-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3184/11, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO NERE DUARTE - CRECI 031474-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3009/11, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO NERE DUARTE - CRECI 031474-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar aos Querelados(as), a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é con-

siderada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3320/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MORGANA MERCIA SANTOS - CRECI 058598-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 3491/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO SOARES - CRECI 067713-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, oferecendo suporte a Querelada como captador de imóveis, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2892/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA SOUZA BAGAGI LOPES - CRECI 071664-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado, a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3266/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: EDILUCIA FRANCISCA SOARES SANTANA - CRECI 069390-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado, a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2983/11, da comarca de MARÍLIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALTER LUIZ CAVINA - CRECI 050068-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a cada um dos Querelados(as), a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESAS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião de processos disciplinares para julgamento simultâneo resulta em salutar a economia processual, desde que a regular instrução venha a comprovar a existência dessas infrações. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar. Ausência de defesas, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA.

Processo Disciplinar nº 2885/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CALIMÉRIO AMARO DA SILVA - CRECI 063961-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado, a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 10ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.06.2012



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

63º VOLUME DE EMENTÁRIO

3ª TURMA DO PLENÁRIO

7ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 26.JULHO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2976/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO LUIZ NAJAR - CRECI 040573-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3372/09, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEX TERSETTI - CRECI 062675-F

Decisão: ***por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.***

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0144/10, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR FERREIRA DE PAULA - CRECI 024707-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamen-

to, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0147/10, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL BERNARDO DE SOUZA - CRECI 060804-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0178/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELINO CARVALHO - CRECI 015002-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0187/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WILSON ROBERTO PANICACCI - CRECI 054567-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0520/10, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: TELMO DE TOLEDO - CRECI 050470-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0838/10, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO EDSON BULLO - CRECI 032126-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0847/10, da comarca de S J RIO PRETP

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ROBERTO DE ASSIS - CRECI 034781-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0866/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JEFFERSON ANTONIO CALIXTO - CRECI 046844-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0868/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCIO DA SILVA BRAZ - CRECI 062098-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso

III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0869/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LAODICEIA MACEDO DOS SANTOS NASCIMENTO - CRECI 068394-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0870/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RENATO HUTZEL DE LIMA - CRECI 061784-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0880/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ALBERTO PEREIRA DE JESUS - CRECI 031203-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0897/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ROBERTO PIVOTTO ALVES - CRECI 056492-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0906/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDENOR JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 037559-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1074/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELSO SOLERA JUNIOR - CRECI 027394-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1079/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ AFONSO DE MEDEIROS - CRECI 035957-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1154/10, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DONIZETE DIAS - CRECI 008316-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2040/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALTER EDUARDO DE OLIVEIRA - CRECI 057393-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA AP DE FATIMA CARAN 3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0110/09, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELEONORA CAPPELLOTTO GERONIMO - CRECI 041667-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1718/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CRISTIANE AMARAL FERRAZ DO NASCIMENTO - CRECI 055811-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – DEFESAS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Defesas insuficientes para infirmar os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 0162/10, 0163/10, 0164/10, 0166/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa em todos os processos disciplinares, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 0173/10, 0174/10, 0175/10 e 0176/10, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR FERREIRA DE PAULA - CRECI 024707-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3322/09, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR FERREIRA DE PAULA - CRECI 024707-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0341/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DNERRIO DA SILVA CHAGAS - CRECI 005272-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que o Querelado seja o mesmo e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa em ambos os processos disciplinares, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 0812/10, 0813/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ERIC NOGUEIRA SOARES - CRECI 054645-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0844/10, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO EDSON BULLO - CRECI 032126-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1073/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDGAR WILLIAMSON MORA - CRECI 042394-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1462/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ INÁCIO DA SILVEIRA - CRECI 028383-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1509/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NEEMIAS RICARDO RIBEIRO - CRECI 058770-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1902/10, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MORGANA MERCIA SANTOS - CRECI 058598-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1903/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA ELAINE MARTINS - CRECI 067425-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1923/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSEMARY FUMIKO SAUZA PINTO HU - CRECI 065961-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS

INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Outrossim, corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6003/06, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO CRUDELI JUNIOR - CRECI 053396-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6063/06, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ DE JESUS COSTA ARAÚJO - CRECI 051334-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Outrossim, corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3542/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON PARISI JUNIOR - CRECI 038325-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4084/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LOURIVALDO DOS SANTOS - CRECI 049603-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4085/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO ANTONIO LEAL - CRECI 059541-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Outrossim, corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4134/08, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALTER PEREIRA MARQUES FILHO - CRECI 045188-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0143/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO TAKASHI URYU - CRECI 059597-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0150/09, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELI PARREIRA DE MIRANDA - CRECI 020608-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1684/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS CARLOS JUSTE - CRECI 030336-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1686/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 061354-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1688/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ODAIR CIPOLI - CRECI 048682-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVANDO QUE A ALEGADA PSEUDOCORRETORA MANTINHA VINCULO EMPREGATÍCIO COM O QUERELADO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. No entanto, conforme de comprova pelos documentos juntados aos autos pelo Querelado, a alegada pseudocorretora possuía vinculo de emprego com o devido registro na carteira de trabalho. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1689/09, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO VIEIRA DE MOURA - CRECI 016506-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1701/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO APARECIDO CRUZ - CRECI 057892-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1711/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NEUSA DE MORAES ARRUDA - CRECI 027973-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Outrossim, corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo

Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2792/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA - DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar a Querelante que o imóvel não possuía as condições mínimas de segurança e de habitabilidade, e que demoraria a conseguir a posse do bem, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a ensejar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.os art.4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2395/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CLEUZA IZABEL CORREA DE SOUZA

Querelada: PREDILAR IMOV SC LTDA - CRECI 018500-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA - OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE E DE SEGURANÇA - DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISO II E 6º, INCISO IV, AMBOS DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de informar a Querelante que o imóvel não possuía as condições mínimas de segurança e de habitabilidade, e que demoraria a conseguir a posse do bem, configuram atos de total desídia na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, de forma a ensejar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.os art.4º, inciso II e 6º, inciso IV, ambos do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 2396/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CLEUZA IZABEL CORREA DE SOUZA

Querelado: THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 061354-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2978/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2794/09, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO DA SILVA - CRECI 051938-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – CONSTITUIÇÃO DO QUERELADO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO EM DATA POSTERIOR À EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO – ILEGITIMIDADE PASSIVA – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, constata-se nos autos que o Querelado foi constituído como responsável técnico da Imobiliária em data posterior à lavratura do auto de infração, figurando, portanto como parte ilegítima no presente processo disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2795/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBSON CARDOSO CABRAL - CRECI 058975-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2797/09, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUCIO ZAHOUL - CRECI 055249-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2979/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADROALDO PITON - CRECI 030636-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3334/09, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO DE SOUZA - CRECI 024901-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3335/09, da comarca de ABC

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO DE SOUZA - CRECI 024901-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3338/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RICARDO HESSEL - CRECI 051672-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada. Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3339/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ULISSES FERNANDES MOREIRA - CRECI 042254-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0342/10, da comarca de JARINU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ JOÃO - CRECI 030893-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0347/10, da comarca de JARINU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ JOÃO - CRECI 030893-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0495/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO JUNQUEIRA FERRAZ DE ALMEIDA - CRECI 030641-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0531/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSUE SILVEIRA RAMOS - CRECI 061750-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Outrossim, corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0532/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JARBAS FRAGA CASTILHOS - CRECI 035304-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Adminis-

trativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0536/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0624/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCO ANTONIO ALONSO FERREIRA - CRECI 013394-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – COMISSÃO COBRADA PELA VIA JUDICIAL DA PARTE QUE DESISTIU DE CONCRETIZAR O NEGÓCIO APÓS TER SIDO APOSTO O ACEITE NA PROPOSTA – EXERCÍCIO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE RETENÇÃO DE VALORES OU DANOS FINANCEIROS AO QUERELANTE – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que a Querelada interpôs ação judicial em face do Querelante com o escopo de receber seus honorários de intermediação, uma vez que havia uma proposta de compra e venda com aceite do vendedor e o Querelante ter desistido de concretizar o negócio, exercendo assim o direito constitucional de petição. Outrossim, inexiste retenção de valores ou danos financeiros causados ao Querelante. DENÚNCIA Improcedente.

Processo Disciplinar nº 7600/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: IVAN MORO LOPES

Querelada: NAMBEI CONS DE IMOV S/S LTDA - CRECI 018217-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência do Processo e pelo arquivamento do mesmo.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – COMISSÃO COBRADA PELA VIA JUDICIAL DA PARTE QUE

DESISTIU DE CONCRETIZAR O NEGÓCIO APÓS TER SIDO APOSTO O ACEITE NA PROPOSTA – EXERCÍCIO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE RETENÇÃO DE VALORES OU DANOS FINANCEIROS AO QUERELANTE – PROCESSO ARQUIVADO.

No caso em epígrafe, constata-se que o Querelado interpôs ação judicial em face do Querelante com o escopo de receber seus honorários de intermediação, uma vez que havia uma proposta de compra e venda com aceite do vendedor e o Querelante ter desistido de concretizar o negócio, exercendo assim o direito constitucional de petição. Outrossim, inexiste retenção de valores ou danos financeiros causados ao Querelante. DENÚNCIA Improcedente.

Processo Disciplinar nº 7617/07, da comarca de GUARULHOS

Querelante: IVAN MORO LOPES

Querelado: NELSON OSSAMU KUROKI - CRECI 048811-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela improcedência do Processo e pelo arquivamento do mesmo.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS À QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0625/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANA LUIZA ROSSI GUARNERA - CRECI 036251-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0626/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI - CRECI 036452-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0909/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDGARD ROGÉRIO - CRECI 025887-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0910/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ BENEDITO DA CRUZ MONTE - CRECI 013245-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0911/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCIANI FONSECA DE FREITAS - CRECI 058373-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1018/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON FAZILARI - CRECI 040811-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1019/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DEBORA ALVES DA SILVA - CRECI 055172-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Outrossim, corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1020/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCELO LARSEN CAPELLA - CRECI 068699-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1021/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS HENRIQUE GAIARDO - CRECI 055009-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1022/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO VIEIRA DE SOUZA - CRECI 048208-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Ou-

trossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1080/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AUGUSTO TADA - CRECI 055921-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1084/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIZ VIEIRA - CRECI 067344-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NOVO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA OUTORGA DA ESCRITURA E OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE A LIDE FOI SANADA EXTRAJUDICIALMENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

Segundo denúncia do Querelante, a Querelada vendeu o imóvel e não outorgou a escritura, como também foi surpreendido com uma ação de execução sobre o imóvel adquirido, contudo depreende-se pela documentação juntada aos autos, que a morosidade em outorgar a escritura deveu-se aos órgãos públicos sobre os quais a Querelada não possui poder de gerência, como também que, à época da negociação não existia ação judicial em face do vendedor, sendo que esta foi proposta em data posterior a conclusão da venda. Outrossim, a lide foi resolvida extrajudicialmente pelas partes, motivo pelo qual perdeu-se o objeto. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2650/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EUCLIDES GUTIERREZ

Querelada: ÉPOCA NEG IMOB LTDA - CRECI 017232-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NOVO – DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA NA OUTORGA DA ESCRITURA E OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO IMÓVEL – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE A LIDE FOI SANADA EXTRAJUDICIALMENTE. PROCESSO ARQUIVADO.

Segundo denúncia do Querelante, a Pessoa Jurídica que a Querelada é responsável técnica vendeu o imóvel e não outorgou a escritura, como também foi surpreendido com uma ação de execução sobre o imóvel adquirido, contudo depreende-se pela documentação juntada aos autos, que a morosidade em outorgar a escritura deveu-se aos órgãos públicos sobre os quais a Querelada não possui poder de gerência, como também que, à época da negociação não existia ação judicial em face do vendedor, sendo que esta foi proposta em data posterior a conclusão da venda. Outrossim, a lide foi resolvida extrajudicialmente pelas partes, motivo pelo qual perdeu-se o objeto. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2651//09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EUCLIDES GUTIERREZ

Querelada: ALMIRA LIMA DA SILVA - CRECI 079032-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1681/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDGAR VALDEMAR DOS REIS - CRECI 037421-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações inverídicas do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1682/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALIDIER CAVICHIO - CRECI 059375-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1983/08, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PLINIO BERNARDI - CRECI 014471-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2017/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILBERTO JACOBUCCI - CRECI 003596-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações inverídicas do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2018/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON JOSÉ BEZERRA DA SILVA - CRECI 055051-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações inverídicas do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2813/09, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO MEDINA ANTONIOLLI - CRECI 037145-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da Querelada, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3051/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: TELMA GALVÃO - CRECI 053756-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3535/08, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO BOSCO MONTEIRO - CRECI 030013-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 6276/08, da comarca de PERUIBE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE PERUZZI - CRECI 049233-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações inverídicas do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3001/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALMIR GONÇALVES - CRECI 024606-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3325/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS BULLE LOPES - CRECI 039479-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3316/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS BULLE LOPES - CRECI 039479-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL – LOCAÇÃO PARA UM TERCEIRO SEM CONHECIMENTO DO QUERELANTE – RETENÇÃO ILEGAL DE ALUGUÉIS – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISOS I E IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Restaram devidamente comprovados os atos de desídia cometidos pela Querelada na administração de locação de imóvel residencial, ao descumprir cláusula contratual expressa, locar imóvel para terceiro sem o conhecimento do Requerente, bem como reter ilegalmente os aluguéis recebidos, configurando, em tese, crime de apropriação indébita, bem como a prática de infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, incisos I e IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 4760/08, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: IZAIAS PEREIRA DA SILVA

Querelada: WILMA APARECIDA NUNES - CRECI 070356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A juntada de documentação pelo Querelado comprovando ter licenciado a utilização da marca

de sua empresa Camargo Dias Imóveis Ltda ao Sr. Cláudio Floriano Queiroz anteriormente à data da intermediação imobiliária firmada entre a Querelante e o licenciado, isentam o Querelado e sua empresa de qualquer ato ilícito praticado pelo licenciado, ensejando assim o atendimento ao pedido de reconsideração e o pronto arquivamento do processo disciplinar.

Processo Disciplinar nº 1926/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: GLAUCIA HELENA ZEFERINO BATACAT

Querelado: ANTONIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 021613-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o consequente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E CONDOMINIAIS PREEXISTENTES – DEFESA NÃO ACATADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 4º, INCISOS I E II DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Restou devidamente comprovado o ato de total desídia cometido pela Querelada na intermediação de venda e compra de imóvel residencial, ao deixar de informar o Querelante sobre os débitos tributários e condominiais preexistentes do imóvel negociado, configurando, assim, a prática de infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 4º, incisos I e II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5425/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: TARCISIO CHAGAS DE OLIVEIRA

Querelada: LUZ DA PRAIA IMÓVEIS LTDA - CRECI 011122-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES – DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E CONDOMINIAIS - DEFESA NÃO ACATADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ARTIGO 4º, INCISOS I E II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de informar o Querelante sobre a existência de débitos de IPTU e de condomínio preexistentes do imóvel negociado, causando-lhe prejuízos, configura ato de total desídia na intermediação de compra e venda de imóvel, de forma a ensejar a prática de infração disciplinar, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 c.c.o art. 4º, incisos I e II do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 5426/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: TARCISIO CHAGAS DE OLIVEIRA

Querelada: MELANIA INES NIEROTKA - CRECI 032193-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2020/08, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO PENTEADO - CRECI 044388-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4099/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ MARQUES FROES - CRECI 015635-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Pro-

cedente.

Processo Disciplinar nº 4100/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSNI DIAS DE SOUZA - CRECI 012535-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4103/08, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ ROBERTO MONTEIRO PORTO - CRECI 002869-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4107/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CUNHA SANTIAGO - CRECI 040788-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL – IMÓVEL DA CEF OFERTADO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA – CONLUIO ENTRE QUERELADO E ZELADOR VISANDO DESVIO DE CLIENTES – PRÁTICA VEDADA PELAS NORMAS ÉTICAS VIGENTES - DEFESA IMPROCEDENTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 6º, INCISOS VI, VII E X DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A conduta praticada pelo Querelado de conluiar-se com o zelador do edifício visando desviar para si os clientes que ali comparecessem interessados no imóvel é totalmente vedada pelo Código de Ética Profissional, configurando a prática de infração disciplinar elencada no artigo 6º, incisos VI, VII e X do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 4758/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: YUKIO MISSAKA - CRECI 072295-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa no valor de 02 (duas) anuidades

Relator: Conselheiro MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

SENTENÇAS CRIMINAIS CONDENATÓRIAS TRANSITADAS EM JULGADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E DE ESTELIONATO - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, e ainda, restou provada a prática de infração disciplinar grave pela Querelada, ao cometer no exercício da atividade profissional ato que a lei define como crime de apropriação indébita e crime de estelionato, previstas no art. 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o artigo 6º, inciso IV do CEP.

Processo Disciplinar nº 4759/08, da comarca de LITORAL NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 036042-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1680/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO DE MELLO PIMENTA - CRECI 001516-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3324/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO MARQUES - CRECI 036255-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0504/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: EUNICE MARUCI DIAS DO NASCIMENTO - CRECI 060116-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0794/10, da comarca de S J CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSANGELA BEATRIZ DE SOUZA CASTA - CRECI 039736-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL - ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 - AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE - DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a denunciada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade às pseudocorretoras em Processos Administrativos autônomos, aliada às provas destes autos, configura a infração perpetrada, nos termos do art. 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0795/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVIA SIMONE FONSECA DA SILVA - CRECI 065818-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em todos os processos que fazem parte deste bloco.

Relatora: Conselheira MARIA REGINA DE CASTRO BUSNELLO

3ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 26.07.2011

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

64º VOLUME DE EMENTÁRIO

2ª TURMA DO PLENÁRIO

7ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 30.AGOSTO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 6623/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO HOFFMANN - CRECI 042684-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2981/09, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANOEL PEREIRA BRITO - CRECI 029819-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3354/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CÉLIO SARACHO - CRECI 014897-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0140/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SEBASTIÃO MARCELINO GONÇALVES - CRECI 037777-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0141/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FILINTO ANTONIO LUDOVICE - CRECI 005410-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0143/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR FERREIRA DE PAULO - CRECI 024707-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0493/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELSO MINORU TOKUDA - CRECI 017916-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0912/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CLÁUDIO MOREIRA - CRECI 052285-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0914/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ADEMIR RIBEIRO MENECUCCI - CRECI 060517-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1090/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NOEMIA PIRES LEMOS DA SILVA - CRECI 061053-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1134/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EMIDIO FERNANDES - CRECI 026915-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Adminis-

trativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1140/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARLENE LOPES MARTINEZ DOS REIS - CRECI 050751-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1147/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADILSON FERNANDES VARELA - CRECI 060763-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1148/10, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WAGNER BANIN - CRECI 026389-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1150/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ÉRICO EDUARDO BERWANGER - CRECI 056911-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1161/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BRUNO CAPRARA GOMES - CRECI 058182-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1164/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALMIRO JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 024183-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTA-

ÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1414/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO LOUREIRO BARBOSA - CRECI 050337-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1416/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANTONIO DONISETI DOS SANTOS - CRECI 043503-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1418/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PRESENTINO DOS SANTOS - CRECI 022594-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0494/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NILTON JOSÉ DE MELO - CRECI 039098-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0148/09, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ROBERTO DO AMARAL PEREIRA - CRECI 045402-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações infundadas da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0149/09, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AUGUSTO ALVES PEREIRA - CRECI 029025-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1023/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AUGUSTO ALVES PEREIRA - CRECI 029025-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0157/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS DE OLIVEIRA MOTA - CRECI 061385-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1706/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LOURIVAL DE REZENDE - CRECI 065427-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2790/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA DE LOURDES MARQUES - CRECI 011406-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3329/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ERIC LUIZ NOGUEIRA SOARES - CRECI 054645-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3364/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ELIDIO DOS SANTOS - CRECI 036732-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3380/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON ISSAO SATO - CRECI 018016-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3381/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ NICOLAS SOLTYS - CRECI 019941-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1491/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NORIVAL JORGE ESTEVES JUNIOR - CRECI 056569-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em ambos os processos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE – NÃO ACOLHIMENTO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo cumulado com as alegações insuficientes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1506/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NORIVAL JORGE ESTEVES JUNIOR - CRECI 056569-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura em ambos os processos os processos que fazem parte deste bloco.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1504/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GIUSEPPE CONSTANTINO - CRECI 026652-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIR-

MAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2166/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GEORG KLAR - CRECI 039526-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DEFESA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Apesar do Querelado não ter apresentado defesa, restou provado que não houve a prática de infração disciplinar, pois o próprio Querelante definiu, ao ajuizar a ação judicial contra a sua irmã e locadora dos imóveis, a pessoa a qual lhe deveria realmente prestar as contas, inclusive no que se refere à cobrança da nota de serviços do chaveiro, ensejando assim a extinção do processo e o arquivamento dos autos em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 4775/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MÁRIO IGNÁCIO DA SILVA

Querelado: EUCLIDES LUIZ DA SILVA - CRECI 019492-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – RETENÇÃO DE VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SINAL – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

Reter ilegalmente, em intermediação de venda e compra de imóvel residencial, valor recebido a título de sinal/princípio de pagamento, configura a prática de ato que a lei define como crime, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave, previstas no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o artigo 6º, IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 4791/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EDUARDO TABONE

Querelado: RAUL MACEDO DOS SANTOS - CRECI 061167-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 4 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Restou devidamente comprovada a retenção indevida de valores praticada pela Querelada, ao depositar indevidamente os cheques na conta corrente de seu irmão ao invés de repassá-los ao vendedor, causando deste modo enormes prejuízos à Querelante, configurando assim, a prática de ato que a lei define como crime, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave prevista no artigo 38, incisos II do Decreto 81.871/78 c.c. o artigo 6º, IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1321/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TAMARA SEGAL

Querelada: MASTER EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS LTDA - CRECI 020373-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RESIDENCIAL – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALOR – PRÁTICA DE ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA – DEFESA INSUFICIENTE – INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Restou devidamente comprovada a retenção indevida de valores praticada pelo Querelado, ao depositar indevidamente os cheques na conta corrente de seu irmão ao invés de repassá-los ao vendedor, causando deste modo enormes prejuízos à Querelante, configurando assim, a prática de ato que a lei define como crime, além de constituir também infração disciplinar de natureza grave prevista no artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o artigo 6º, IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 1322/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TAMARA SEGAL

Querelado: LUIS GUSTAVO JAEGER DE PAULA - CRECI 061297-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações infundadas da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2799/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO CURY - CRECI 006118-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações infundadas da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2800/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SARA MIGUEL SGUILLARO - CRECI 037014-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações infundadas da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2801/09, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OLAVO NUNES PEREIRA FILHO - CRECI 059748-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3317/09, da comarca de LIT NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DONIZETE FERREIRA GOMES - CRECI 062408-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3347/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ALBERTO CORREIA - CRECI 030979-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a denunciada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade às pseudocorretoras em Processo Administrativo autônomo, aliada às provas destes autos, configura a infração perpetrada, nos termos do art. 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3363/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSANGELA BARBAGALLO CAMALIONTE - CRECI 061348-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL

COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – AUSÊNCIA DE PROVAS A DESCONSTITUIR A PRÁTICA DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA GRAVE – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a denunciada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade às pseudocorretoras em Processo Administrativo autônomo, aliada às provas destes autos, configura a infração perpetrada, nos termos do art. 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3366/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSANGELA BARBAGALLO CAMALIONTE - CRECI 061348-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a denunciada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade às pseudocorretoras em Processo Administrativo autônomo, aliada às provas destes autos, configura a infração perpetrada, nos termos do art. 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3365/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LEONILDA FERNANDES DE OLIVEIRA - CRECI 059503-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CONDUTA REITERADA INCOMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A PROFISSÃO – JULGAMENTO SIMULTÂNEO COMO MEDIDA DE ECONOMIA PROCESSUAL – ORIGEM EM CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A reunião de denúncias para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual,

desde que a denunciada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações éticas. É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade às pseudocorretoras em Processo Administrativo autônomo, aliada às provas destes autos, configura a infração perpetrada, nos termos do art. 38, inciso III do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3367/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LEONILDA FERNANDES DE OLIVEIRA - CRECI 059503-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3379/09, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALFREDO HADDAD NETO - CRECI 015107-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1017/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO CESAR DOS SANTOS - CRECI 030863-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1024/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ EMÍLIO ESCANFERLA - CRECI 007172-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1075/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO NERE DUARTE - CRECI 031474-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável, responder pela falta praticada, pois não pode ser acolhida a argumentação de que estando o autuado por exercício ilegal de profissão conhecendo o mercado imobiliário para nele poder atuar, descaracterizaria o ato ilícito, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1076/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1077/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANILO PROENÇA - CRECI 018932-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1088/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANILO PROENÇA - CRECI 018932-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1086/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROGÉRIO CRUZ PEREIRA - CRECI 056114-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1087/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADHAURY LUIZ BARREIRO - CRECI 004502-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1089/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JEFFERSON JOSÉ LOIOLA - CRECI 048779-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1091/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LEDA ANDRIGO FERREIRA DE PAIVA - CRECI 043309-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1092/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LOPES DA SILVA - CRECI 021327-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1095/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELCIO CARLOS DE GOUVEIA - CRECI 033039-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Ou-

trossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1096/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FÁBIO LUIZ DE CASTRO - CRECI 061592-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – INADIMPLÊNCIA DA LOCATÁRIA – SUBLOCAÇÃO – ELEGER FIADORA INIDÔNEA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Não restaram provadas as alegações da Querelante, já que não juntou nenhuma documentação plausível sobre a inadimplência da locatária, muito menos da sublocação, e quanto à fiadora, o Querelado comprovou que ela tinha condições financeiras para arcar com o ônus contratual, ensejando assim o arquivamento do processo em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 5421/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ADELAIDA DANTAS GONÇALVES

Querelado: JAIME ALVES VELOZA - CRECI 029857-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4108/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: UNALDO NUNES MACEDO - CRECI 058423-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO

III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4109/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS QUIRINO DOS SANTOS - CRECI 020097-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2997/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCEL CARLOS PIACENTINI - CRECI 041833-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2999/09, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS EDUARDO PUPO NEVES - CRECI 039209-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado as alegações insubsistentes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3000/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ALESSANDRA CRISTINA MARTINS - CRECI 058019-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3312/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ BERNADE - CRECI 006994-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado as alegações insubsistentes da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3460/09, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO ROLIM DE MOURA LEITE - CRECI 003163-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1879/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANOEL MARIA VIEIRA - CRECI 028440-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1887/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: EDINA MARIA RODRIGUES - CRECI 060980-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – TELHADO COM AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA ACATADA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A defesa apresentada pela Querelada merece prosperar, pois conseguiu comprovar que não omitiu detalhes relevantes já que a Querelante teve conhecimento das avarias preexistentes no telhado, tanto que recebeu uma grande bonificação para efetuar os reparos necessários no imóvel, devendo assim o processo ser arquivado em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 5419/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SANDRA LIMA BARBOZA

Querelado: MARIO BELTRÃO NEG IMOB S/S LTDA - CRECI 009964-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

INTERMEDIAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES AO IMÓVEL – TELHADO COM AVARIAS PREEXISTENTES – DEFESA ACATADA – IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

A defesa apresentada pelo Querelado merece prosperar, pois conseguiu comprovar que não omitiu detalhes relevantes já que a Querelante teve conhecimento das avarias preexistentes no telhado, tanto que recebeu uma grande bonificação para efetuar os reparos necessários no imóvel, devendo assim o processo ser arquivado em face da improcedência da denúncia.

Processo Disciplinar nº 5420/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SANDRA LIMA BARBOZA

Querelado: MARIO ANTONIO BELTRÃO - CRECI 028040-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o processo.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1956/08, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DANIEL ANTONIO DE MORAES - CRECI 044032-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente

feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0157/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: BERNADETE ANTUNES CORREIA - CRECI 039780-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – MULTA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Multa.

Processo Disciplinar nº 0190/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO EDSON BULLO - CRECI 032126-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0191/10, da comarca de LIT NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CÉLIO DE FREITAS - CRECI 023805-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0818/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ MENINO DOS SANTOS - CRECI 044208-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0892/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVANA PEREIRA DE ARAÚJO - CRECI 048480-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – MULTA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Multa

Processo Disciplinar nº 0893/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SILVIO ALVES BARBOSA - CRECI 063911-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VE-

RACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0907/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SILVIO ALVES BARBOSA - CRECI 063911-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0903/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALTER EDUARDO DE OLIVEIRA - CRECI 057393-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que na data dos fatos a "Sra. Sandra Costa" encontrava-se devidamente inscrita perante este Conselho, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1058/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO GUERRERO GUTIERRES - CRECI 019264-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1081/10, da comarca de LIT NORTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ABEL SANCHES OLHER - CRECI 025817-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1135/10, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO BRANDINI JUNIOR - CRECI 036391-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1137/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ AFONSO DE MEDEIROS - CRECI 035957-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1153/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DONIZETE DIAS - CRECI 008316-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1157/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DORGIVAL BRITO DE OLIVEIRA - CRECI 059403-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1160/10, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO PADOVANI JUNIOR - CRECI 052706-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1420/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JARBAS FRAGA CASTILHOS - CRECI 035304-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1905/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ALCANTARA DE SOUZA - CRECI 043280-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – CUMPRIMENTO DO ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONÍVEIS – PROCESSO ARQUIVADO.

Tendo em vista o cumprimento do acordo realizado entre as partes, o autor da denúncia tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1083/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARCELO ADIB

Querelada: GIA GUIZARDI IMOV E ADM LTDA - CRECI 000323-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – ABANDONO DO NEGÓCIO SEM MOTIVO JUSTO E PRÉVIA CIÊNCIA DO CLIENTE – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, XII, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente o abandono do negócio pactuado, visto que teria deixado de concretizar os atos formais para a transferência do bem adquirido sem justa causa e sem prévia ciência da cliente em intermediação de compra e venda de imóvel de propriedade de terceiro, causando-lhe prejuízos. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, II, do Dec. 81.871/78, e Art. 6º XII, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 2626/09, da comarca de LIT NORTE

Querelante: GISELE MARTINS PINHEIRO

Querelado: FRANCISCO DAS CHAGAS CARDOSO DA SILVA - CRECI 051406-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de suspensão de sua inscrição pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – COMPROVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA TOTALIDADE DAS QUOTAS SOCIAIS – INTERMEDIAÇÃO OCORRIDA APÓS A SAÍDA DO QUERELADO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – NEGLIGÊNCIA AO RETIRAR-SE DA SOCIEDADE – CULPA "IN VIGILANDO" – FATO QUE ATENUA A PENA APLICADA NO PROCESSO – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO – CENSURA E MULTA.

A apresentação de documento novo em sede de recurso no qual traz a comprovação de que se retirou da sociedade, em data anterior a intermedição imobiliária, não é suficiente para infirmar os fatos alegados, tendo em vista que o Querelado foi negligente, uma vez que não se preocupou em proibir o uso indevido de seu registro junto a este Conselho, em outras palavras, a responsabilidade pelo fato de outrem constitui-se pela infração do dever de vigilância. Não se trata, de responsabilidade por fato alheio, mas por fato próprio decorrente da culpa "in vigilando" daquele que responde pelos danos, impondo ao julgador acatar parcialmente o pedido de reconsideração, aplicando a pena CENSURA, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Processo Disciplinar nº 2043/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DULCINÉIA DA SILVA OLIVEIRA

Querelado: JOSÉ LUIZ GOMES PINTO MEYER - CRECI 011388-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe parcial provimento, com a aplicação da pena de censura, cumulado com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro RUBERVAL RAMOS CASTELLO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 5264/06, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL ANTONIO DE MORAES - CRECI 033293-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6085/06, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOAQUIM ROQUE DA SILVA - CRECI 027130-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0135/10, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ILSON DE SENE MACIEL - CRECI 038524-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0142/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HÉLIO PRECINOTI - CRECI 005117-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0149/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS ANTONIO GARDINI - CRECI 055432-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0155/10, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS ANTONIO TOBARDINI - CRECI 047367-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0185/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DOMINGOS ALVES MACHADO - CRECI 038068-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0346/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO ANTONIO DA SILVA - CRECI 028843-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0842/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: RODRIGO ALGACIR RODRIGUES - CRECI 058165-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0846/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PEDRO MARTINS DA SILVA - CRECI 004081-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0873/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO DE AQUINO MAIONI - CRECI 052168-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura

Processo Disciplinar nº 0876/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDENOR JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 037559-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no stand de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0891/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS MARTINS DA SILVA - CRECI 065441-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1083/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON ANTONIETE - CRECI 013869-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso

III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1094/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON FAZILARI - CRECI 040811-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1155/10, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VINCENZO CICCONE - CRECI 038614-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1918/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON VERISSIMO GONÇALVES - CRECI 059745-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no stand de vendas sob a responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1919/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ORLANDO ARNOUD PEREIRA JUNIOR - CRECI 068863-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1920/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSON LUIZ JOHANSEN - CRECI 063117-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2038/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MONICA BEZERRA LOPES DA COSTA - CRECI 061913-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SISTEMA DE "ALUGUEL GARANTIDO" – DESCUMPRI-

MENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – ALUGUERES REPASSADOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMA IRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ART. 4º, INCISO V, E ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram que a Querelada descumpriu as disposições contratuais em administração de locação através do sistema de "aluguel garantido", agindo de forma desidiosa ao repassar os alugueres em atraso, bem como prestando contas de forma irregular. Nesse sentido observa-se que o contrato de administração pelo sistema de "aluguel garantido" impõe a administradora à obrigação de pagar ao locador os alugueres, independentemente de seu efetivo recebimento pelo locatário. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidindo a regra dos Artigos 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, Artigo 4º, inciso V, e Artigo 6º, incisos IV. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 4800/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARIA JOSEFA FERNANDES

Querelada: IMOB BOLDRINI LTDA - CRECI 001668-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura cumulada com a multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SISTEMA DE "ALUGUEL GARANTIDO" – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – ALUGUERES REPASSADOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMAIRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ART. 4º, INCISO V, E ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram que o Querelado descumpriu as disposições contratuais em administração de locação através do sistema de "aluguel garantido", agindo de forma desidiosa ao repassar os alugueres em atraso, bem como prestando contas de forma irregular. Nesse sentido observa-se que o contrato de administração pelo sistema de "aluguel garantido" impõe ao administrador à obrigação de pagar ao locador os alugueres, independentemente de seu efetivo recebimento pelo locatário. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidindo a regra dos Artigos 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, Artigo 4º, inciso V, e Artigo 6º, incisos IV. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 4799/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARIA JOSEFA FERNANDES

Querelado: FRANCISCO BOLDRINI - CRECI 022209-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – SISTEMA DE "ALUGUEL GARANTIDO" – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – ALUGUERES REPASSADOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMAIRREGULAR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE –

INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, ART. 4º, INCISO V, E ART. 6º, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram que o Querelado descumpriu as disposições contratuais em administração de locação através do sistema de "aluguel garantido", agindo de forma desidiosa ao repassar os alugueres em atraso, bem como prestando contas de forma irregular. Nesse sentido observa-se que o contrato de administração pelo sistema de "aluguel garantido" impõe ao administrador à obrigação de pagar ao locador os alugueres, independentemente de seu efetivo recebimento pelo locatário. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidindo a regra dos Artigos 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, Artigo 4º, inciso V, e Artigo 6º, incisos IV. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 4798/08, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARIA JOSEFA FERNANDES

Querelado: MARCELO BOLDRINI - CRECI 049621-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de censura cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO QUERELADO – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de restituição de valores reclamados pela Querelante, através de recibos de pagamento, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2004/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: VERA LUCIA ALHIER RAMOS

Querelado: DAGOMAR WAGNER DE SOUZA - CRECI 052329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – EXIGÊNCIA DE DUPLA GARANTIA – COBRANÇA EXCESSIVA DE CAUÇÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DOS ARTS. 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78 E ART. 6º, INCISOS IV E XI, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram que o Querelado agiu de forma desidiosa ao exigir dupla garantia em contrato de locação, bem como a caução excessiva referente a seis meses de aluguel. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidindo a regra dos Artigos 38, inciso II, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6º, incisos IV e XI do CEP. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 0209/10, da comarca de ABCD

Querelante: AIRTON APARECIDO CUNHA

Querelado: NILTON CARELLI - CRECI 060704-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2170/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PERSEU BOCCATO TESTA - CRECI 035234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2182/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PERSEU BOCCATO TESTA - CRECI 035234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso

III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2200/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DIRCE TRINDADE BERNARDES - CRECI 051755-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2277/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DANIELA LILIAN HORN BAMBERG - CRECI 032901-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – AUSÊNCIA DO REPASSE DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE TAXA DE CONDOMÍNIO – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório acerca do prejuízo sofrido pela locatária, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0745/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PODER JUDICIÁRIO COMARCA SÃO PAULO

Querelada: EVANILDA ALIONIS - CRECI 042877-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações infundadas da defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1099/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDEMAR LINCOLN DE OLIVEIRA CARDOSO - CRECI 039651-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1123/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO FERREIRA DA SILVA - CRECI 050330-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1139/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIEL DOS SANTOS - CRECI 046780-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1057/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIEL DOS SANTOS - CRECI 046780-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1143/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCO ANTONIO DA SILVA DANTAS - CRECI 070472-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1144/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO LIMA DE SOUZA - CRECI 063745-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1149/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLÉCIO ROCHA E SILVA - CRECI 060963-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1908/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUCIANO BERTOLDO CAMPOS - CRECI 047976-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1910/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO CORDEIRO MOTA - CRECI 061778-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO BATISTA BONADIO

2ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 30.08.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

65º VOLUME DE EMENTÁRIO

1ª TURMA DO PLENÁRIO

7ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 27.SETEMBRO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0137/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS SILVA - CRECI 042505-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE / ANGELITA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0138/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO MURATORI NETTO/DR. FREDERICO AUGUSTO CURY E OUTROS. - CRECI 006117-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0140/09, da comarca de AMERICANA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HUMBERTO JACOMIN - CRECI 025302-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0141/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUCIA BORGES - CRECI 028308-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0142/09, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA EVANIA GARCIA - CRECI 050270-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0146/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCEL CARLOS PIACENTINI - CRECI 041833-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0147/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS ANTONIO APARECIDO DE OLIVEIRA - CRECI 049366-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0150/10, da comarca de GUARUJA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO NERE DUARTE - CRECI 031474-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0151/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADEMAR DE PAULA MARQUES - CRECI 028513-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0152/10, da comarca de CARAPICUIBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: RITA DE CASSIA CAVALCANTE SOARES SILVA - CRECI 046041-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa juntada aos autos não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0153/10, da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 030229-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face

do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0158/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VITOR NUNES FAZZANO - CRECI 056181-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0170/10, da comarca de SÃO BERNARDO DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDIR LUIS FERREIRA CLARO - CRECI 057580-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0335/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AFONSO DANIEL G GUIZZARDI - CRECI 018355-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0336/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GIOVANI VANELLA - CRECI 062425-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0338/10, da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MATILDE MARIA GUEDES ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 032972-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0498/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WAGNER LUIZ DE OLIVEIRA CORTIZO - CRECI 023964-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTA-

ÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0499/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DEUCLIDES FERREIRA DA SILVA - CRECI 059808-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0500/10, da comarca de HORTOLANDIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEX ALVES AFONSO - CRECI 059658-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0501/10, da comarca de TAUBATÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA JOSÉ GOUVEA - CRECI 065210-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0825/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVIA SIMONE FONSECA DA SILVA - CRECI 065818-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0896/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VALQUIRIA MODA/ DR. ANTONIO VANDERLEI DESUÓ E OUTROS - CRECI 030126-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0899/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1034/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO MURATORI NETTO/DR. FREDERICO AUGUSTO CURY E OUTROS. - CRECI 006117-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1036/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SARA MIGUEL SGUILLARO/DR. FREDERICO AUGUSTO CURY - CRECI 037014-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1041/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO FRANCISCO DA SILVA - CRECI 064507-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1042/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JAQUELINE CAVALEIRO GRANDE - CRECI 062729-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1045/10, da comarca de IGUAPE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ALVES DE LIMA - CRECI 018404-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1047/10, da comarca de COSMÓPOLIS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIANO FEREIRA DURAES - CRECI 048525-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1048/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA APARECIDA MARQUES DA SILVA - CRECI 069427-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1052/10, da comarca de MIRACATU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SEBASTIÃO RICARDO CARDOSO - CRECI 054538-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Con-

tudo, no caso em epigrafe, não foi constatado liame que ligasse o Querelado à facilitação de exercício ilegal de profissão, motivo pelo qual a turma em plenária decidiu pelo arquivamento do presente processo disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1063/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUCIANO BATISTA DE MELO - CRECI 040482-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1064/10, da comarca de MAUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIELZO FERREIRA BARBOSA - CRECI 036346-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1065/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS OEHLMEYER - CRECI 012146-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA

JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1133/10, da comarca de PRESIDENTE PRUDENTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROGÉRIO MARTINS PERES PAVONI - CRECI 047095-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1145/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALIDIER CAVICHIO - CRECI 059375-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1146/10, da comarca de PERUÍBE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ASSIS DA CONCEIÇÃO - CRECI 060586-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1508/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS HENRIQUE GAIARDO - CRECI 055009-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1911/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO CESAR OS SANTOS - CRECI 041686-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1912/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DIRCE TRINDADE BERNARDES - CRECI 051755-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro WILLIAN LOURENCO DE ANDRADE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO DO QUERELANTE – DESÍDIA - NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS - NÃO RESTITUIÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO - DEFESA INSUFICIENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar a Querelada de prestar contas e restituir os cheques devolvidos por insuficiência de fundos comprova cabalmente atos de total desídia na administração de condomínio, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0567/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CONDOMÍNIO EDIFICIO APOLO/NILTON LUIS DHUGO

Querelada: FUTURO LAR IMOVEIS VENDA E LOCAÇÃO LTDA - CRECI 001062-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES / ANA ALICE

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO DO QUERELANTE – DESÍDIA - NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS - NÃO RESTITUIÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO - DEFESA INSUFICIENTE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISOS II E VIII DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

Deixar o Querelado de prestar contas e restituir os cheques devolvidos por insuficiência de fundos comprova cabalmente atos de total desídia na administração de condomínio, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0568/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CONDOMÍNIO EDIFICIO APOLO/NILTON LUIS DHUGO

Querelado: OLINTO DIAS PEREIRA - CRECI 004153-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 1 (uma) anuidades.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4090/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ISIS MATOS FEITOSA - CRECI 059702-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO - PROCESSO DISCIPLINAR - RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA COM PROCESSO ADMINISTRATIVO – NULIDADES INSANÁVEIS – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

O processo disciplinar por facilitação do exercício irregular de profissão tem relação de dependência com um anterior processo administrativo, originário de Auto de Infração por exercício irregular de profissão, e foi constatada a ocorrência de 2 (duas) nulidades insanáveis nesse PA, tornando-se assim, impossível a continuidade deste processo disciplinar, devendo o mesmo ser extinto e consequentemente arquivado.

Processo Disciplinar nº 4091/08, da comarca de SÃO CAETANO DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURICIO HOFFMAN - CRECI 018986-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar o presente processo, em razão da ocorrência de nulidade insanável.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4092/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JUARES GONÇALVES MARIANO - CRECI 019379-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as ale-

gações insubsistentes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4104/08, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WAGNER ROSA - CRECI 011279-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0108/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO HOFFMANN - CRECI 042684-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0134/10, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO HASSUNUMA - CRECI 051510-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78

– DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0159/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0513/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ TIAGO ANDRADE HENRIQUE - CRECI 036794-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0519/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AIRTON SALLES DE OLIVEIRA - CRECI 015329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0767/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ALBERTO PEREIRA DE JESUS - CRECI 031203-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, no caso em epigrafe, não foi constatado liame que ligasse o Querelado à facilitação de exercício ilegal de profissão, motivo pelo qual a turma em plenária, decidiu pelo arquivamento do presente processo disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0792/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO GUERRERO GUTIERRES - CRECI 019264-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0815/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO HENRIQUE DE ARAUJO LIMA - CRECI 064616-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1067/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: GISLAINE ESTER CERISSI - CRECI 031886-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2178/10, da comarca de SÃO BERNARDO DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO MARCELO JOY CARNEIRO - CRECI 056469-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Pro-

cedente.

Processo Disciplinar nº 2305/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO DONISETE DOS SANTOS - CRECI 043503-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA PROCEDENTE – QUERELADO NÃO ERA O FACILITADOR - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A defesa apresentada pelo Querelado merece prosperar, visto não haver provas suficientes nos autos do mesmo conhecer o pseudocorretor ou ser o responsável pela imobiliária, visto que o endereço e o telefone comercial mencionado no auto de infração são diversos do constante na ficha cadastral do Querelado, devendo assim, o processo ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 3057/10, da comarca de SÃO VICENTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADEMIR MARTINS - CRECI 039883-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extento o processo com o conseqüente arquivamento do feito, em razão da ausência de provas.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0428/11, da comarca de CARAGUATATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DELIRES FATIMA SPRICIGO - CRECI 059937-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, no caso em epigrafe, não foi constatado liame que ligasse o Querelado à facilitação de exercício

ilegal de profissão, motivo pelo qual a turma em plenária, decidiu pelo arquivamento do presente processo disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0429/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROGERIO MONTALVO DE SOUZA - CRECI 048699-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O QUERELADO E O PSEUDOCORRETOR QUE ENSEJE A APLICAÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, no caso em epigrafe, não foi constatado liame que ligasse o Querelado à facilitação de exercício ilegal de profissão, motivo pelo qual a turma em plenária, decidiu pelo arquivamento do presente processo disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0433/11, da comarca de ITANHAEM

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARINO GOMES INDALENCIO - CRECI 013556-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0447/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DANIELA ALMEIDA MARTINS - CRECI 070304-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRA-

ÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0457/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EURIPEDES BORGES - CRECI 012084-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1324/11, da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO FERNANDO GUILHERME DA SILVA JEREMIAS - CRECI 068431-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – CONFISSÃO DO QUERELADO - FAMILIARIZAÇÃO COM A PROFISSÃO – INADMISSIBILIDADE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a confissão do Querelado, que admitiu explicitamente que o pseudocorretor laborou em sua imobiliária sem estar devidamente credenciado para se familiarizar com a profissão configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1356/11, da comarca de MARILIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO BORGHETTE DE MELO - CRECI 025124-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1375/11, da comarca de VARGEM GRANDE PAULISTA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: RUTH MARIA CARMONA CESAR PORTUGAL - CRECI 046068-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – JUNTADA DE PROVA MATERIAL AOS AUTOS DEMONSTRANTO QUE O ALEGADO PSUDOCORRETOR ERA CLIENTE DA IMOBILIÁRIA. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, no caso em epigrafe, o Querelado juntou aos autos prova material demonstrando que o alegado pseudocorretor era seu cliente, o que terminou por infirmar o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2004/08, da comarca de BOTUCATU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS EDUARDO BERTANI - CRECI 036082-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS / ROSANGELA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2005/08, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADILSON DOS SANTOS LEMOS - CRECI 036447-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3374/09, da comarca de CARAGUATATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS ROBERTO CHIMENT NARDI - CRECI 059730-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3376/09, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIS GOMES DE SOUZA - CRECI 058225-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – JUNTADA AOS AUTOS DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE O ALEGADO PSEUDOCORRETOR E O QUERELADO. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, embora em fase de processo administrativo em face do alegado pseudocorretor, o mesmo tenha se quedado inerte sem juntar defesa nos autos, foi apresentado pelo Querelado, documentação comprovando que o indigitado colaborador mantinha relação de emprego com a imobiliária e possuía o devido registro em carteira de trabalho. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0167/10, da comarca de ITAPOLIS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO FABRI FILHO - CRECI 029828-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0827/10, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO MILTON RAMOS PINTO - CRECI 019686-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0828/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALNEI GUSMÃO DE FREITAS - CRECI 011651-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0864/10, da comarca de SANTANA DE PARNAÍBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCIA EFIGÊNIA SANTOS MORAES - CRECI 055004-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0865/10, da comarca de SÃO CAETANO DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0874/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDENOR JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 037559-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0885/10, da comarca de BOTUCATU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SOLANGE APARECIDA GARCIA FRAGA GUIMARAES - CRECI 060262-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0895/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ELIDIO DOS SANTOS - CRECI 036732-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1038/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLECIO ROCHA E SILVA - CRECI 060963-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1039/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIZA MONTEIRO MARQUES - CRECI 067373-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1040/10, da comarca de ARARAQUARA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JOILZA FATIGATI - CRECI 030107-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1043/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO LOPES BRASILEIRO - CRECI 046478-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face

do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1044/10, da comarca de SERRA NEGRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS ROBERTO DA SILVA - CRECI 058237-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1050/10, da comarca de SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS HENRIQUE FALDA - CRECI 048497-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1072/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIEL DOS SANTOS - CRECI 046780-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1119/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDIR GALINA - CRECI 009078-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1419/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURO CESNIK DA SILVA - CRECI 053140-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1464/10, da comarca de MOGI MIRIM

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CHARLES HUMBERTO DELLA SANTINA GOULART - CRECI 036030-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTA-

ÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1891/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AUGUSTO TADA - CRECI 055921-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1895/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSANE DE FATIMA LEMES - CRECI 035104-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1896/10, da comarca de SÃO BERNARDO DO CAMPO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON BIGUCCI - CRECI 033185-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1897/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ZACARIAS RIBEIRO LOBO - CRECI 068758-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1898/10, da comarca de MOGI DAS CRUZES

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALDEMAR CARAZZATO JUNIOR - CRECI 029465-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1899/10, da comarca de TUPÃ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO JOSÉ DO PRADO - CRECI 066423-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1914/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LEONARDO ANTONIO DOMINGUES - CRECI 014250-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1915/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SANDRA APARECIDA GONZALEZ CUOZZO - CRECI 051270-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1916/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LIDIO ANTONIO DA SILVA - CRECI 053305-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1917/10, da comarca de MONGAGUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARI LOPES DE OLIVEIRA - CRECI 060794-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2042/10, da comarca de REGISTRO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANOEL KEBJI CHIKAOKA - CRECI 020867-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2156/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DIRCE TRINDADE BERNARDES - CRECI 051755-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 2159/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOEL VICENTE BAGNATO - CRECI 037433-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2174/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLÁVIO CAMPOS BRITTO - CRECI 048119-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3066/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSAINE RIBEIRO DA SILVA VIDAL - CRECI 056316-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INFIRMOU O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo, a defesa apresentada infirmou o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1381/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RAMIRO ALVES DE MOURA - CRECI 032728-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA DENUNCIADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES AO DENUNCIANTE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL - FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de restituição de valores reclamados pelo denunciante, através de declaração firmada pelo mesmo, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por ter ocorrido acordo homologado no Poder Judiciário, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2060/09, da comarca de BAURU

Querelante: SERGIO RICARDO LOPES THEREZAN

Querelada: VERA LUCIA SOUZA BAGAGI LOPES - CRECI 071664-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro DOUGLAS VARGAS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1941/08, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANA PAULA BERNARDO ORTIZ - CRECI 049244-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AFASTADA A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Afastada a prescrição intercorrente. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3524/08, da comarca de CAMPOS DO JORDÃO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PASQUALE DOMINE - CRECI 045094-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3550/08, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: YOSHITO TSUNODA - CRECI 007429-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente

feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 4098/08, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: GISLAINE ESTER CERISSI - CRECI 031886-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 4105/08, da comarca de PAULINA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HERMES KIEHL - CRECI 020368-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que o Querelado não possui vínculo profissional com o colaborador ALBERTO JORGE PINHEIRO DA SILVA, tampouco com seu escritório imobiliário denominado "TIMBRE IMÓVEIS", extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 4117/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSEL MIRANDA - CRECI 019487-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO.

Em respeito ao principio do contraditório e da ampla defesa, assegura-se ao Querelado à prerrogativa de apresentar defesa no processo. Sendo tempestivamente apresentada, restou suficiente

para infirmar os fatos constatados, impedindo o prosseguimento do feito, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0135/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO VALERIO MIRANDA - CRECI 032206-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0161/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LEONARDA XAVIER MORENO TANAKA - CRECI 043313-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1697/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ DE SOUZA ROSSI - CRECI 005074-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente

feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2810/09, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEX SEIKEN MASSUTANI - CRECI 066004-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2811/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3352/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO TREVISAN FILHO - CRECI 051471-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3356/09, da comarca de TABOÃO DA SERRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LOURINALDO CLEMENTE DOS SANTOS - CRECI 064182-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3359/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADEMIR BARRETO JUNIOR - CRECI 067046-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0766/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RENATO HUTZEL DE LIMA - CRECI 061784-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VE-

RACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0882/10, da comarca de PERUÍBE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VITOR NUNES FAZZANO - CRECI 056181-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1028/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO MASSANOBU ONIMARU - CRECI 062769-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1032/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON ISSAO SATO - CRECI 018016-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1033/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ NICOLAS SOLTYS - CRECI 019941-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3049/10, da comarca de INDAIATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ DERSIO SALA - CRECI 049982-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a Querelada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa em todos os processos disciplinares, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3052/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA RITA FERREIRA - CRECI 070738-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a Querelada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa em todos os processos disciplinares, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3058/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA RITA FERREIRA - CRECI 070738-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a Querelada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa em todos os processos disciplinares, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3060/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA RITA FERREIRA - CRECI 070738-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente

feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3061/10, da comarca de MONGAGUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALBERTO FERREIRA DE CAMPOS - CRECI 067704-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo. Improcedência do Termo de Representação. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 3072/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDMILSON DOS SANTOS MARCELAO - CRECI 064936-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

A reunião dos autos para julgamento simultâneo resulta em salutar economia processual, desde que a Querelada seja a mesma e a regular instrução venha a comprovar a existência de infrações ético-disciplinares. Ausência de defesa em todos os processos disciplinares, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. No caso dos presentes autos, a facilitação do exercício irregular de profissão aos não inscritos é considerada infração ético-disciplinar, impondo-se a aplicação da pena de CENSURA, pela infração à regra do art. 38, III, do Dec. 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 3074/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA RITA FERREIRA - CRECI 070738-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VE-

RACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3076/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIS GALLIS - CRECI 061749-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0406/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NATALINO DE AGUIAR CAMARGO - CRECI 023214-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo. Improcedência do Termo de Representação. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 0446/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS MARTINEZ - CRECI 069611-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0517/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ DE SOUZA ROSSI - CRECI 005074-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A juntada de documentação judicial pelo Querelado comprovando ter devolvido toda a quantia que havia se apropriado ilegalmente, solucionando assim a presente demanda, ensejam o atendimento ao pedido de reconsideração e o pronto arquivamento do processo disciplinar.

Processo Disciplinar nº 3402/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS LORENCETTI - CRECI 063244-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4094/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANTE TINELLI FILHO - CRECI 050551-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0107/09, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO VANDERLEI JAMPAULO - CRECI 039908-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0133/09, da comarca de SÃO VICENTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO DA ROCHA SANTOS - CRECI 047028-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0172/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO DONISETE DOS SANTOS - CRECI 043503-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0496/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBIO PINTO VASCONCELOS - CRECI 006309-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0507/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA FERNANDA MATOS MAJOR - CRECI 062469-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Pro-

cedente.

Processo Disciplinar nº 0514/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ DE SOUZA ROSSI - CRECI 005074-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente processo disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo, improcedência do Termo de Representação. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0796/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OLAVO SOUTO CASARINI - CRECI 047023-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0799/10, da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MATILDE MARIA GUEDES ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 032972-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0800/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO CESAR OS SANTOS - CRECI 041686-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1037/10, da comarca de MOGI MIRIM

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO CESAR DOS SANTOS - CRECI 030863-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1069/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ JOAQUIM PEREIRA - CRECI 004995-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1070/10, da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO SÉRGIO PENELUPPI - CRECI 041363-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1100/10, da comarca de JAU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO JUNIOR - CRECI 027941-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1115/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FILINTO ANTONIO LUDOVICE - CRECI 005410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente processo disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo, improcedência do Termo de Representação. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1473/10, da comarca de SANTANA DE PARNAÍBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCIA EFIGÊNIA SANTOS MORAES - CRECI 055004-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1894/10, da comarca de MONGAGUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALBERTO FERREIRA DE CAMPOS - CRECI 067704-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1909/10, da comarca de MONGAGUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CLAUDIO BITTENCOURT LOPES - CRECI 065735-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2192/10, da comarca de MOGI DAS CRUZES

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS NAJAR FERREIRA - CRECI 039899-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2194/10, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCIA DOS SANTOS MONTIBELLER - CRECI 028970-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a

presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2291/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NAZIOZENO JOSÉ DA SILVA - CRECI 004026-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1353/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LOURIVAL DE ARAUJO - CRECI 037444-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1371/11, da comarca de JAU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GABRIEL FERNANDEZ - CRECI 034152-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A juntada de documentação pelo Querelado comprovando ter devolvido o cheque caução e transacionado judicialmente com a Querelante, solucionando assim a presente demanda, ensejam o atendimento ao pedido de reconsideração e o pronto arquivamento do processo disciplinar.

Processo Disciplinar nº 0025/07, da comarca de MAIRINQUE

Querelante: ANASTACIA JEAN KYRISSOGLOU

Querelado: JORGE LUIS HULIREIZ - CRECI 052144-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer o pedido de reconsideração r dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA CONFESSADA EM NOME DO LOCATÁRIO – NÃO DEVOLUÇÃO DAS CHAVES DO IMÓVEL – INÉRCIA DIANTE DOS DANOS CAUSADOS PELOS PARENTES DO INQUILINO - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - INCIDÊNCIA DO ART. 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de manifestação do Querelado, aliada ao farto conjunto probatório trazido aos autos, presumem verdadeiros os fatos denunciados pela Querelante. Portanto, deixar o Querelado de quitar a dívida que se prontificou a pagar em nome do locatário, bem como não devolver as chaves do imóvel, e ainda permitir que os parentes do inquilino retirassem indevidamente seus móveis e objetos, comprovam cabalmente atos de total desídia na administração de locação, de forma a configurar infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 0566/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARCO ANTONIO MOURA ESTEVES

Querelado: DANIEL SALES JUNIOR - CRECI 068500-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E DE DOCUMENTOS – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS – DEFESA INSUBSISTENTE - AUSÊNCIA DE PROVAS - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelante não juntou aos autos nenhuma documentação referente à relação jurídica entre as partes, muito menos dos recibos de aluguéis pagos pelo locatário e que não lhe foram repassados, não provando assim suas alegações. E a Querelada também não comprovou documentalmente sua defesa. Assim, diante da inexistência de prova dos fatos alegados por ambas as partes, o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 0599/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DINALVA VICTÓRIO MORETTIN

Querelada: CARDOSO PART E EMP SC LTDA/FABIO BELO - CRECI 018638-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E DE DOCUMENTOS – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS – DEFESA INSUBSISTENTE - AUSÊNCIA DE PROVAS - EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A Querelante não juntou aos autos nenhuma documentação referente à relação jurídica entre as partes, muito menos dos recibos de aluguéis pagos pelo locatário e que não lhe foram repassados, não provando assim suas alegações. E o Querelado também não comprovou documentalmente sua defesa. Assim, diante da inexistência de prova dos fatos alegados por ambas as partes, o processo deve ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 0600/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: DINALVA VICTÓRIO MORETTIN

Querelado: FABIO BELO - CRECI 057623-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar o presente processo.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DA QUERELANTE – DESÍDIA – NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS - RETENÇÃO DE ALUGUÉIS - ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME - AUSÊNCIA DE DEFESA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 C.C. O ART. 6º, INCISO IV, DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

A ausência de defesa do Querelado gera a presunção relativa da veracidade dos fatos, pois deixar de prestar contas, bem como reter ilegalmente os aluguéis recebidos, configuram, em tese, crime de apropriação indébita comprovando cabalmente atos de total desídia na administração de locação do imóvel da Querelante, configurando, assim, infração disciplinar de natureza grave, nos termos do artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 c.c. o art. 6º, inciso IV do CEP. Denúncia procedente.

Processo Disciplinar nº 0601/08, da comarca de OSASCO

Querelante: MARIA ALDA MENDONÇA DE OLIVEIRA

Querelado: JORGE BENTO FERREIRA - CRECI 068572-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias cumulada com multa de 3 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUBSISTENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo

38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1940/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADELSO FERNANDES - CRECI 028091-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DESFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 4087/08, da comarca de SANTANA DE PARNAÍBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARCIA DE CARVALHO LEAO - CRECI 063553-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2992/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ KOURY JUNIOR - CRECI 034154-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de

penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3346/09, da comarca de JACAREÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDISON RAUL DA SILVA - CRECI 050176-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 3375/09, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0521/10, da comarca de BARUERI

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA APARECIDA RIBEIRO GUIMARAES - CRECI 058095-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente processo disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo, improcedência do Termo de Representação. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0801/10, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: IZABEL CRISTINA CEZAR CARDOSO NASCIMENTO - CRECI 066102-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo..

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0805/10, da comarca de INDAIATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARCEU LAHR FILHO - CRECI 058455-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONFISSÃO DO QUERELADO - CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a confissão do Querelado, que admitiu explicitamente que a pseudocorretora laborou durante 2 (dois) meses em seu escritório imobiliário sem estar devidamente credenciada configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1029/10, da comarca de MOGI DAS CRUZES

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RICARDO FERREIRA DE PAULA - CRECI 043401-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1071/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ZEFERINO FERNANDES RODRIGUES - CRECI 048160-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1097/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PERSEU BOCCATO TESTA - CRECI 035234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1881/10, da comarca de ILHABELA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ROBERTO BORGES FONSECA NEVES - CRECI 035121-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1882/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDVALDO ALONSO CAMPANO - CRECI 056417-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1900/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RAFAEL PEREIRA DIAS - CRECI 060466-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO PESSOAL – DEFESA INSUFICIENTE - INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insuficientes, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2199/10, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALBERTO CLEMENTE CASTRUCCI - CRECI 027874-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente processo disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo, improcedência do Termo de Representação. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1334/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ CARLOS DOS SANTOS MARANGONI - CRECI 050725-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1935/08, da comarca de EMBU GUAÇU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ZARIAS DE MORAES - CRECI 037320-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78

– CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1938/08, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PLINIO BERNARDI - CRECI 014471-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO.

Em respeito ao principio do contraditório e da ampla defesa, assegura-se ao Querelado à prerrogativa de apresentar defesa no processo. Sendo tempestivamente apresentada, restou suficiente para infirmar os fatos constatados, impedindo o prosseguimento do feito, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 3544/08, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JEREMIAS FURTADO NASCIMENTO - CRECI 021453-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 4088/08, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDENOR JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 037559-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VE-

RACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 4125/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HIRAO SAKAMOTO - CRECI 029804-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1694/09, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1712/09, da comarca de BOTUCATU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ ANTONIO COELHO - CRECI 027355-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1775/09, da comarca de TABOÃO DA SERRA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO VALDOMIRO PEREIRA E SILVA - CRECI 062063-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3355/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELIO SARACHO - CRECI 014897-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0169/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIR FERREIRA DE PAULA - CRECI 024707-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0888/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVIA SIMONE FONSECA DA SILVA - CRECI 065818-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1060/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARLENE VIEIRA - CRECI 060862-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1066/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CIRO OLIVEIRA TASSINI - CRECI 040897-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1494/10, da comarca de TAUBATÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NATALINA LOPES LAURIANO - CRECI 047000-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1888/10, da comarca de MONGAGUÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALBERTO FERREIRA DE CAMPOS - CRECI 067704-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1913/10, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO XAVIER DA SILVA - CRECI 012356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, constata-se a inexistência do nexo de causalidade, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Carência do pólo passivo. Improcedência do Termo de Representação. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2275/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO PEREIRA DA COSTA - CRECI 060026-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do processo.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2297/10, da comarca de COTIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AMAURI DOS SANTOS - CRECI 045629-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3075/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUCIANO BATISTA DE MELO - CRECI 040482-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3077/10, da comarca de SÃO SEBASTIÃO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANOEL JOÃO BULHÕES JUNIOR - CRECI 062457-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0409/11, da comarca de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILSON ROBERTO LEITE DE OLIVEIRA - CRECI 054388-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0410/11, da comarca de CAÇAPAVA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JULIO CESAR IVO - CRECI 067885-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0417/11, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: EUNICE MARUCI DIAS DO NASCIMENTO - CRECI 060116-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0430/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDRIZIO DE ANDRADE - CRECI 033736-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0435/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO SANTANA DE AS - CRECI 067992-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0442/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WAGNER AZEVEDO DE OLIVEIRA - CRECI 054824-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0443/11, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO JOAQUIM LEAL - CRECI 057626-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VE-

RACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0454/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO WILLANS DA SILVA - CRECI 068924-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0461/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL FERREIRA DA SILVA - CRECI 059053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III,do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0476/11, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS MARCOMINI - CRECI 017968-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CÂNDIA

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, consistente na retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel. Ademais, a retenção de valores além de expressamente admitida pelo Querelado, é considerada infração ética de natureza grave. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 7375/07, da comarca de SÃO CAETANO DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SANDOR RASMUSSEN - CRECI 061936-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar ao Querelado a pena de suspensãop por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1987/08, da comarca de MOGI DAS CRUZES

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ALEXANDRE GIANNELLA - CRECI 062551-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3536/08, da comarca de INDAIATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS CARLOS JUSTE - CRECI 030336-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 4083/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: IRIO BENEDITO DA SILVA - CRECI 048373-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – DEFESA SUFICIENTE PARA INFIRMAR OS FATOS CONSTATADOS – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que o Querelado não possui vínculo empregatício com a colaboradora, uma vez que está, tem a faculdade de usar, gozar e dispor de sua propriedade, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 6267/08, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ LUIS BARRETO - CRECI 035194-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0105/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO ODAIR SERRA RODRIGUES - CRECI 021613-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0120/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GEORG KLAR - CRECI 039526-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0160/09, da comarca de PERUÍBE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ILDO INOCENCIO - CRECI 011587-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1675/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FERNANDO FERNANDES COSTA - CRECI 037840-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1691/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: KATIA CRISTINA MARQUES AYAMADA - CRECI 065540-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1692/09, da comarca de SUZANO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SAID RAFUL NETO - CRECI 061686-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1698/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANA LUIZA ROSSI GUARNERA - CRECI 036251-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1699/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI - CRECI 036452-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2107/09, da comarca de SALTO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: RUBENS RONALDO MILIONI - CRECI 036840-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2809/09, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCIANA DE FÁTIMA DESIDERA - CRECI 063167-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que o Querelado não possui vínculo profissional com o colaborador, tampouco com seu escritório imobiliário, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 0647/10, da comarca de SÃO CAETANO DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIO CELESTE FERREIRA - CRECI 061116-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que o Querelado não possui vínculo profissional com a colaboradora, tampouco com seu escritório imobiliário, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 0649/10, da comarca de SÃO CAETANO DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELIO CELESTE FERREIRA - CRECI 061116-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0189/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FAUZI CHAFIC EL HALABI - CRECI 064740-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0863/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FAUZI CHAFIC EL HALABI - CRECI 064740-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL AFASTADA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Preliminar de nulidade processual afastada. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0877/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0881/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HYGINO SILVA JUNIOR - CRECI 048950-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1085/10, da comarca de TATUÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO ANTONIO DA SILVA - CRECI 028843-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1502/10, da comarca de COTIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SUZANA ORIFISI ROTH - CRECI 058419-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1503/10, da comarca de SÃO CAETANO DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: APARECIDO ALVES VIANA - CRECI 018520-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3059/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AMANDIO BATISTA PAIVA - CRECI 023112-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3068/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDVALDO ALONSO CAMPANO - CRECI 056417-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0407/11, da comarca de ITATIBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ADRIANA THEODORO FERREIRA - CRECI 041150-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0518/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ANA LUIZA ROSSI GUARNERA - CRECI 036251-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – CONCORRÊNCIA DESLEAL – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 4º, INCISO IV E V, ART. 6º, INCISO IV E X, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel de propriedade do Querelante, em que o Querelado não repassou os aluguéis e IPTU, negando-se a prestar contas, além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Pratica de concorrência desleal, uma vez que estaria realizando acordos com zeladores de prédios. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 4º, inciso IV e V, Art. 6º, inciso IV e X, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 5411/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ORLANDO MAZZANTI

Querelado: FAUTO ROBERTO FARAH - CRECI 048994-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de Cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PRÁTICA DE ATO QUE LEI DEFINE COMO CRIME – CONCORRÊNCIA DESLEAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA A REGRA DO ART. 38, INCISO II E X, DO DEC. 81.871/78 E ART. 4º, INCISO IV E V, ART. 6º, INCISO IV E X, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Retenção indevida de valores em administração de locação de imóvel de propriedade do Querelante, em que o Querelado não repassou os aluguéis e IPTU, negando-se a prestar contas, além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que lei define como crime. Pratica de concorrência desleal, uma vez que estaria realizando acordos com zeladores de prédios. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Incidência a regra do Art. 38, inciso II e X, do Dec. 81.871/78 e Art. 4º, inciso IV e V, Art. 6º, inciso IV e X, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento da inscrição.

Processo Disciplinar nº 5412/08, da comarca de SÃO PAULO
Querelante: ORLANDO MAZZANTI
Querelado: ANTONIO MANOEL FARAH - CRECI 053225-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de Cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO
1ª Turma do Plenário, em 7ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.09.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

66º VOLUME DE EMENTÁRIO

3ª TURMA DO PLENÁRIO

8ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 25.OUTUBRO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0126/09, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SILVIO DE OLIVEIRA BRAZ - CRECI 029105-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2853/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LEILA APARECIDA VIEIRA - CRECI 054999-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0182/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PEDRO RODRIGUES DA SILVA - CRECI 064065-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0894/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO DE FREITAS MOREIRA - CRECI 016771-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1893/10, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIZ EDISON ZANA - CRECI 044226-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2180/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS OEHLMEYER - CRECI 012146-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1061/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS OEHLMEYER - CRECI 012146-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2293/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CARMEN GALVAN MARIANO - CRECI 012216-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1055/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CARMEN GALVAN MARIANO - CRECI 012216-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 3065/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROSAINE RIBEIRO DA SILVA VIDAL - CRECI 056316-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0408/11, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WLADIMIR FRANCISCATTO - CRECI 030724-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1098/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS FERREIRA LIMA - CRECI 052051-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1170/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DARIO BERNARDES DIAS - CRECI 051216-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1470/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO AUGUSTO JUNQUEIRA - CRECI 016546-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente

feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0768/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO AUGUSTO JUNQUEIRA - CRECI 016546-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA APARECIDA DE FÁTIMA CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1472/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2198/10, da comarca de CARAGUATATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HÉLIO BALDI - CRECI 066526-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro JACKSON CARLOS FRANCO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – DEFESA ACATADA -COLABORADORA ERA SÓCIA DA JURÍDICA DO QUERELADO – FUNÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR – EXTINÇÃO DO PROCESSO E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

A defesa apresentada pelo Querelado merece prosperar visto ter sido constatado, inclusive pelo agente de fiscalização, que a colaboradora era, na verdade, sócia da imobiliária, e desta forma prestava somente atendimento interno aos clientes, ou seja, exercia somente funções exclusivamente administrativas, não restando configurada assim a prática de nenhuma intermediação imobiliária, motivo pelo qual o processo de ser extinto e os autos arquivados.

Processo Disciplinar nº 0121/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: REINALDO TOLEDO - CRECI 007814-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar extinto o processo com o conseqüente arquivamento do feito.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3362/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ETEVALDO VENDRAMINI - CRECI 043576-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0165/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA - CRECI 009059-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0340/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: REGINA MARCIA DE CARVALHO - CRECI 062148-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0506/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS MARTINS RIBEIRO - CRECI 033893-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0529/10, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO DOS SANTOS PEZZOTTI - CRECI 059690-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0535/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANOEL REIS GUEDES - CRECI 046934-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0628/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PERSEU BOCCATO TESTA - CRECI 035234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1128/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PERSEU BOCCATO TESTA - CRECI 035234-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes da Querelada, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0638/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ERIKA MAZZA - CRECI 059689-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0639/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSMAR ABUD FRANCISCO SIMÕES - CRECI 061022-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1112/10, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARINA DA SILVA CASTRO - CRECI 067123-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1125/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MATILDE MARIA GUEDES ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 032972-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO QUERELANTE – AUSÊNCIA DO REPASSE DE COMISSÃO – CARÊNCIA PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE E MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

No caso em tela, verifica-se a irregularidade na notificação do Querelante, uma vez que o aviso de recebimento foi encaminhado para seu antigo endereço residencial. Outrossim, a denúncia apresentada pelo Querelante não merece prosperar visto que seus argumentos são totalmente refutáveis, pois os documentos acostados aos autos não demonstram sua efetiva participação nas intermediações imobiliárias realizadas no empreendimento em questão, e aliado ao fato de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, extinguindo a relação jurídica, tendo em vista a ausência do nexo de causalidade e materialidade da infração. Pedido de reconsideração indeferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2336/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EBER REMIGIO DE RESENDE

Querelada: LPS BRASIL CONS DE IMOV S/A - CRECI 019585-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração, negando-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO QUERELANTE – AUSÊNCIA DO REPASSE DE COMISSÃO – CARÊNCIA PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE E MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

No caso em tela, verifica-se a irregularidade na notificação do Querelante, uma vez que o aviso de recebimento foi encaminhado para seu antigo endereço residencial. Outrossim, a denúncia apresentada pelo Querelante não merece prosperar visto que seus argumentos são totalmente refutáveis, pois os documentos acostados aos autos não demonstram sua efetiva participação nas intermediações imobiliárias realizadas no empreendimento em questão, e aliado ao fato de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, extinguindo a relação jurídica, tendo em vista a ausência do nexo de causalidade e materialidade da infração. Pedido de reconsideração indeferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2337/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EBER REMIGIO DE RESENDE

Querelado: PEDRO ALVARO MAGALHÃES - CRECI 087623-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração, negando-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO QUERELANTE – AUSÊNCIA DO REPASSE DE COMISSÃO – CARÊNCIA PROBATÓRIA – INEXISTÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE E MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

No caso em tela, verifica-se a irregularidade na notificação do Querelante, uma vez que o aviso de recebimento foi encaminhado para seu antigo endereço residencial. Outrossim, a denúncia apresentada pelo Querelante não merece prosperar visto que seus argumentos são totalmente refutáveis, pois os documentos acostados aos autos não demonstram sua efetiva participação nas intermediações imobiliárias realizadas no empreendimento em questão, e aliado ao fato de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, extinguindo a relação jurídica, tendo em vista a ausência do nexo de causalidade e materialidade da infração. Pedido de reconsideração indeferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2338/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EBER REMIGIO DE RESENDE

Querelada: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 044397-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração, negando-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1130/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANGELO MARTINS - CRECI 063424-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1460/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RICARDO JOSÉ ANTUNES DE VASCONCELLOS - CRECI 049182-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1498/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SEBASTIÃO DOMINGOS FILOCOMO - CRECI 002849-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VE-

RACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1876/10, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALTER AURÉLIO CARVALHO GUDES - CRECI 035390-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2172/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDENOR JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 037559-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2176/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS NAJAR FERREIRA - CRECI 039899-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2184/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADEMIR JORGE ALVES - CRECI 039016-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2235/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANANI CANDIDO DE LARA - CRECI 072014-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0449/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DANIEL FERREIRA DA SILVA - CRECI 059053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúnica procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELO DENUNCIADO – JUNTADA DE DECISÃO JUDICIAL AOS AUTOS, ONDE SE CONCLUI QUE O QUERELADO FOI ABSOLVIDO – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.

A comprovação de que o Querelado não participou dos atos ilegais através de sentença judicial juntada aos autos, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2365/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: JRC EMPR IMOB LTDA / DR ALBERTO LUIZ DE OLIVEIRA

Querelado: MARCELO MORAES DE SOUZA - CRECI 030053-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JEAN SAAB

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 4082/08, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: HELDER JACINTO CANDEIAS DIAS - CRECI 039675-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Ou-

trossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0645/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: REINALDO FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 062359-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0793/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCO ANTONIO SANTOS RAMOS - CRECI 013554-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0797/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSMAR DE PAULA - CRECI 027748-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS

INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0821/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIME SOUZA SANTOS JUNIOR - CRECI 058530-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0822/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALBERTO MARTINEZ - CRECI 063657-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0883/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARISLENE APARECIDA DO PRADO - CRECI 050846-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1027/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ JOÃO - CRECI 030893-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1031/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEX TERSETTI - CRECI 062675-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1132/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WILSON DA ROCHA PEREIRA - CRECI 065986-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1158/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA TERESA SANCHO CASTRO - CRECI 037552-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1162/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: LUCIA EFIGÊNIA SANTOS MORAIS - CRECI 055004-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1165/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARNALDO GERALDO DA SILVA - CRECI 045251-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1463/10, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCELO MANSANO DE MORAES - CRECI 031741-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1474/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ADIR LEME DA SILVA - CRECI 030269-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1477/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ CARLOS MUNHOZ - CRECI 044182-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1479/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELIANA FELTRAN AYRES - CRECI 045593-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1492/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO CARDOSO - CRECI 029346-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Adminis-

trativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2243/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ARTUR FALCÃO VAZ - CRECI 019069-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2242/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MANUEL JOSÉ LOPES VAZ - CRECI 004945-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2244/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DURVAL FALCÃO VAZ - CRECI 019082-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0438/11, da comarca de S J DO RIO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CORA MONTEIRO DE CAMPOS OLIVEIRA - CRECI 066344-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1319/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DJALMA DOS SANTOS - CRECI 020797-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES VINCENDOS APÓS A MORTE DA LOCADORA – ESCLARECIMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS EM FASE DE AED NÃO INFIRMARAM O ALEGADO NA DENÚNCIA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS EM FASE DE PD – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que a Querelada não apresentou a devida prestação de contas ao espólio da Herança Jacente e apropriou-se indevidamente de valores, deixando assim de possibilitar a aferição do quantum seria devido a ela, uma vez que alegou direito a reembolso de valores gastos no imóvel, e ao espólio, prejudicando, portanto os interesses que lhe foram confiados e locupletando-se à custa do cliente. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2041/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

Querelada: SIMOV IMOV ADM S/C LTDA - CRECI 004229-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES DE ALUGUERES VINCENDOS APÓS A MORTE DA LOCADORA – ESCLARECIMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS EM FASE DE AED NÃO INFIRMARAM O ALEGADO NA DENÚNCIA – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS EM FASE DE PD – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. DENÚNCIA PROCEDENTE.

No caso em epígrafe, constata-se que o Querelado não apresentou a devida prestação de contas ao espólio da Herança Jacente e apropriou-se indevidamente de valores, deixando assim de possibilitar a aferição do quantum seria devido a ele, uma vez que alegou direito a reembolso de valores gastos no imóvel, e ao espólio, prejudicando, portanto os interesses que lhe foram confiados e locupletando-se à custa do cliente. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2042/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

Querelado: DURVALINO MARQUES CALDEIRA - CRECI 005662-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela procedência do Processo e pela pena de suspensão da inscrição da Querelada pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulado com a pena de multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro MARCUS ORTEGA BONASSI

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que na data dos fatos a colaboradora possuía vínculo empregatício com a Querelada, conforme o Termo da Rescisão do Contrato do Trabalho, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 3332/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SANDRA HELENA PINOTTI - CRECI 017659-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0510/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUCIA BORGES - CRECI 028308-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no estande de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0511/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SILVIO ROSA DE SOUZA - CRECI 067564-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0646/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS BULLE LOPES - CRECI 039479-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0811/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OLEVACIR MORETTO - CRECI 038900-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0814/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ROBELIA MARA MYSLINSKY - CRECI 041385-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0845/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON JOVENTINO SANTOS FILHO - CRECI 039272-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0886/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CHRISTIAN RENATO BACHI - CRECI 068339-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0887/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NAIR MASSANTE FERRARI - CRECI 048530-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0908/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ISABEL CRISTINA CEZAR CARDOSO NASCIMENTO - CRECI 066102-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0916/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELTON HENRIQUES DE ARAÚJO - CRECI 037798-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1059/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS ROBERTO CANSTANTINOV - CRECI 009121-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1113/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JONAS CARDOSO DE MIRANDA - CRECI 064168-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1120/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS GALINA - CRECI 016389-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1151/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: SERGIO REINALDO DE ANDRADE - CRECI 066315-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1467/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GIOVANNI LUGLIO DE CASTRO - CRECI 066522-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1484/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JUARES ALVES DE PAIVA - CRECI 017982-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1485/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALOISIO BARBOSA LOPES - CRECI 030229-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1783/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO APARECIDO POLLI - CRECI 052669-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso

III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2208/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARCIA SETSUKO UNE - CRECI 043717-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2267/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSVALDO PEREIRA DA COSTA - CRECI 060026-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3050/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ TOZATI - CRECI 058910-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente

feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3079/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RENATO BREDARIOL - CRECI 053286-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA QUERELADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de restituição de valores reclamados pelo Querelante, através de recibos de pagamento, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 4024/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EDIRCEU ROSSI WERNECK

Querelada: CR3 EMP E PART LTDA - CRECI 015955-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO PELA QUERELADA – COMPROVAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de restituição de valores reclamados pelo Querelante, através de recibos de pagamento, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 4025/06, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EDIRCEU ROSSI WERNECK

Querelado: ANTONIO JOSE CARREIRA - CRECI 009375-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro JOÃO MODESTO

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3351/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO TREVISAN FILHO - CRECI 051471-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0525/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0160/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0161/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDUARDO RACHID CURY - CRECI 062410-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0631/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CELSO MINORU TOKUDA - CRECI 017916-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0632/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OSWALDO GUERRERO GUTIERRES - CRECI 019264-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – DEFESA NÃO ACATADA – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com as alegações insubsistentes do Querelado, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0635/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALEXANDRE GERALDO PRESTES - CRECI 060770-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0641/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO HIPÓLITO NETO - CRECI 018093-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação

de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0643/10, da comarca de JUNDIAÍ

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DEUCLIDES FERREIRA DA SILVA - CRECI 059808-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0826/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ RIBEIRO RAMOS - CRECI 023090-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0840/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO CRUZ LANDIM - CRECI 020235-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO

IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0900/10, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO JOSÉ ROSADA - CRECI 022891-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0901/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: LUIS CARLOS ESPÓSITO - CRECI 068955-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – CONFISSÃO EXPLÍCITA DO QUERELADO EM SEDE DE AED – EMPRÉSTIMO DE NÚMERO DE INSCRIÇÃO – INADMISSIBILIDADE – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A ausência de manifestação do Querelado trazendo a presunção da veracidade dos fatos a ele imputada, aliada a confissão explícita sobre o empréstimo de seu número de Creci ao pseudocorretor em sede de AED, para que este último pudesse instalar a imobiliária "Marconi Participações Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda", do qual o Requerido é sócio e também responsável técnico, comprova a prática da infração disciplinar de facilitação do exercício ilegal da profissão pelo Querelado prevista no artigo 38, inciso III do Decreto 81.871/78.

Processo Disciplinar nº 1102/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ISAIAS NOGUEIRA DA SILVA - CRECI 047564-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1110/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GILBERTO JACOBUCCI - CRECI 003596-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – NOTIFICAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1111/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDRIZIO DE ANDRADE - CRECI 033736-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art.

38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1152/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EVANDRO MARTINS ROQUE - CRECI 065384-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 1490/10, da comarca de BAURU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CLAUDIO DE AQUINO MAIONI - CRECI 052168-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2222/10, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VAGNER JOSÉ PANCIERI - CRECI 041950-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETORA – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VE-

RACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado à corretora facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior à pseudocorretora em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 2269/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: DANIELA LILIAN HORN BAMBERG - CRECI 032901-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0445/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: SILVIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA - CRECI 047600-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1348/11, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDRÉ HISAMOTO FLOR - CRECI 052197-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELA DENUNCIADA – JUNTADA DE DECLARAÇÃO AOS AUTOS ONDE A QUERELANTE EXPOE QUE FOI FEITA COMPOSIÇÃO AMIGAVEL ENTRE AS PARTES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO FEITO E O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.

A juntada aos autos, por parte da Querelante, de declaração requerendo o arquivamento do feito e afirmando que as partes transigiram, deixando de existir qualquer pendência, seja pessoal ou financeira, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2359/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TERESA DE JESUS MARQUES

Querelada: ARRUDA IMÓVEIS E ADM LTDA - CRECI 010448-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO DENUNCIADO – JUNTADA DE DECLARAÇÃO AOS AUTOS ONDE A QUERELANTE EXPOE QUE FOI FEITA COMPOSIÇÃO AMIGAVEL ENTRE AS PARTES – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO FEITO E O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – RECONSIDERAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.

A juntada aos autos, por parte da Querelante, de declaração requerendo o arquivamento do feito e afirmando que as partes transigiram, deixando de existir qualquer pendência, seja pessoal ou financeira, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo. Pedido de reconsideração deferido, processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 2360/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: TERESA DE JESUS MARQUES

Querelado: FRANCISCO ALVES ARRUDA - CRECI 051356-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro ODIL BAUR DE SÁ

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0139/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO CURY - CRECI 006118-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1774/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: GERALDO CURY - CRECI 006118-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0159/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JANIO BATISTA PIRES - CRECI 038796-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1687/09, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JUSUKE TANAKA - CRECI 054098-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1714/09, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO CARLOS COSTA - CRECI 025664-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1773/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FRANCISCO MURATORI NETTO - CRECI 006117-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Adminis-

trativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2854/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JULIANA DOS SANTOS FARIAS GOMES - CRECI 054991-FF

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0518/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RONALDO LOPES DA SILVA - CRECI 053361-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0523/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS SIDNEY FERREIRA ANTUNES - CRECI 052873-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0633/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: OCIMAR DE MOURA - CRECI 044640-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0634/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JOSÉ JORGE DE PAULA - CRECI 013103-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados ao Querelado, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0640/10, da comarca de RIO CLARO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDSON LUIZ DE OLIVEIRA - CRECI 058861-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTA-

ÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0642/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ANTONIO PERES - CRECI 020402-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0816/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VANDERLEI GUERRERO - CRECI 006797-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0823/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA DE LOURDES MARQUES - CRECI 011406-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVOU QUE O QUERELADO NÃO FAZIA PARTE DO QUADRO SOCIETÁRIO DA IMOBILIÁRIA – INEXISTÊNCIA DE LIAME ENTRE O INDIGITADO E OS FATOS – PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo restou comprovado nos autos que o Querelado não era mais responsável técnico pela imobiliária à época da autuação, não possuindo assim liame com os fatos praticados pela pseudocorretora. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1093/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DOMINGOS STUCHI JUNIOR - CRECI 032338-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1156/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA LUCIA DE LIMA COSTA - CRECI 060918-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1168/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CARLA REGINA BERNARDO DIONISIO - CRECI 067031-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS COMPROVOU A INEXISTÊNCIA DO EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO POR PARTE DO ALEGADO PSEUDOCORRETOR – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo restou comprovado nos autos que não ocorreu a contravenção penal por parte do alegado pseudocorretor uma vez que foi absolvido no processo penal. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1169/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 043902-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1411/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FABIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI - CRECI 036452-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1412/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERTO FRANCISCO GONÇALVES - CRECI 056027-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente

Processo Disciplinar nº 1413/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO CARLOS GONÇALVES - CRECI 029462-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – INEXISTÊNCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, não foi juntada defesa aos autos o que traz a presunção de veracidade dos fatos imputados a Querelada, corroborando para tal entendimento o fato de que o Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontra-se transitado em julgado. Processo Procedente

Processo Disciplinar nº 1510/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: BERENICE COSTA VIEIRA - CRECI 031863-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1511/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDVALDO DA SILVA FELTRAN - CRECI 049545-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro LUIZ CARLOS KECHICHIAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 6615/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ANTONIO MARTINS - CRECI 035006-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0148/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: REGINA APARECIDA DA SILVA - CRECI 064220-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0177/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: DOMINGOS ALVES MACHADO - CRECI 038068-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA DO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que o Querelado não possui vínculo profissional com a colaboradora, tampouco com seu escritório imobiliário, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Denúncia improcedente. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 0180/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EDGAR WILLIAMSON MORA - CRECI 042394-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0184/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: THIAGO PAVUENOS DE ROSA - CRECI 061354-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO – CONSTATAÇÃO ANTERIOR DO EXERCÍCIO IRREGULAR POR PSEUDOCORRETOR – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 38, INCISO III, DO DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE.

É vedado ao corretor facilitar o exercício ilegal da profissão aos não inscritos. A aplicação de penalidade anterior ao pseudocorretor em processo administrativo autônomo, cumulado com a presunção relativa da veracidade dos fatos diante da ausência de defesa, e demais provas dos autos configura a infração perpetrada, elencada no artigo 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Denúncia Pro-

cedente.

Processo Disciplinar nº 0509/10, da comarca de FRANCA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ONOFRE ASTOLFO PIMENTA - CRECI 024778-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0512/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ALIDIER CAVICHIO - CRECI 059375-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0627/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ELBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 016664-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38,

inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0817/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBEN DEL RIO GONZALEZ - CRECI 045535-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0841/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARCOS ROGÉRIO DALMAS - CRECI 060197-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0843/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WILSON BARBOSA - CRECI 041963-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38,

inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1078/10, da comarca de MARÍLIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MARIO JOSÉ DO PRADO - CRECI 066423-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1082/10, da comarca de MARÍLIA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ARCO IRIS IMÓVEIS LTDA - CRECI 018396-J

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1138/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: CELIA REGINA BAPTISTA GINDRO OLIVEIRA - CRECI 047240-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art.

38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1461/10, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: TEODOMIRO DE FREITAS UCHOA - CRECI 016365-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1493/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO PACHECO DA SILVA - CRECI 054863-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3054/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: RUBIO PINTO VASCONCELOS - CRECI 006309-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, permanecendo inerte quanto ao uso indevido de sua inscrição junto a este Conselho, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do

Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0413/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO ALBERTO TADEU CALOTTO - CRECI 061270-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0427/11, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: NEISE DE OLIVEIRA - CRECI 030527-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0432/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: JULIANA FREITAS LOPES - CRECI 066140-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente

feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0434/11, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON BIGUCCI - CRECI 033185-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – ALEGAÇÃO DE COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES – CARÊNCIA PROBATÓRIA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA.

Muito embora, a Querelada tenha informado que cumpriu integralmente o acordo homologado, não obteve êxito quanto à demonstração do alegado. E aliado ao fato de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, mantendo a penalidade aplicada, tendo em vista a carência das provas apresentadas. Pedido de reconsideração indeferido.

Processo Disciplinar nº 8155/05, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: FLORO JOAQUIM DOS SANTOS

Querelada: JANETE DE LIMA FRANCO - CRECI 026432-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração negando-lhe provimento, com a conseqüente manutenção da pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02(duas) anuidades.

Relatora: Conselheira VALENTINA A F CARAN

3ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 25.10.2011



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

67º VOLUME DE EMENTÁRIO

2ª TURMA DO PLENÁRIO

8ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 29.NOVEMBRO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E VIII, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na retenção indevida de valores monetários a título de alugueres, bem como a ausência de prestação de contas em administração imobiliária. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, incisos II e VIII, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 0760/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA REGINA OLIVEIRA ZAHER / DR VANDERSON DA CUNHA

Querelada: RENOVAÇÃO ADMRA DE BENS E COND LTDA - CRECI 017985-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

PROCESSO DISCIPLINAR Nº ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na retenção indevida de valores monetários a título de alugueres, bem como a ausência de prestação de contas em administração imobiliária. Ademais, a retenção de valores além de ser considerada infração ética de natureza grave, equivale a ato que a lei define como crime. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, incisos II, VIII e X, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA REGINA OLIVEIRA ZAHER

Querelado: MAURICIO SANT'ANNA APOLINARIO - CRECI 044329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

PROMOVER OU FACILITAR A TERCEIRO TRANSAÇÕES ILÍCITAS – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA JULGADA PROCEDENTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO XII, DO DECRETO 81.871/78 – CENSURA E MULTA.

Tendo em vista que a colaboradora teve sua reclamação trabalhista julgada procedente e já transitada em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados. Infração à regra do Artigo 38, inciso XII, do Decreto 81.871/78. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1355/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VARA DO TRABALHO DE IRANHAHÉM

Querelada: CREDI-FÁCIL IMOV CONSTRUÇÕES E INCORP LTDA - CRECI 017042-J

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura, cumulada com multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

PROMOVER OU FACILITAR A TERCEIRO TRANSAÇÕES ILÍCITAS – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA JULGADA PROCEDENTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ARTIGO 38, INCISO XII, DO DECRETO 81.871/78 – CENSURA E MULTA.

Tendo em vista que a colaboradora teve sua reclamação trabalhista julgada procedente e já transitada em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados. Infração à regra do Artigo 38, inciso XII, do Decreto 81.871/78. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1378/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VARA DO TRABALHO DE IRANHAHÉM

Querelado: HEBER ANDRÉ NONATO - CRECI 048615-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura, cumulada com multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0403/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NATALINO DE AGUIAR CAMARGO - CRECI 023214-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0416/11, da comarca de UBATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: EPIFANIA GONÇALVES TRIDENTE - CRECI 051518-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário da Querelada, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0465/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MACIEL NEG IMBILIÁRIOS LTDA - CRECI 011956-J

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0464/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ILSON DE SENE MACIEL - CRECI 038524-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro ADALBERTO FRANCO PELLICCIARI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA

SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não foi aprovado o financiamento da Querelante, razão pela qual perdeu o sinal dado (arras), pois foi ela quem deu causa ao desfazimento do negócio. Sendo que a Querelada não recebeu a quantia como comissão de venda. Defesa suficiente. Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 2161/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARINA LUCIA SOUZA GONÇALVES

Querelada: L BUENO EMP IMOB LTDA - CRECI 010179-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não foi aprovado o financiamento da Querelante, razão pela qual perdeu o sinal dado (arras), pois foi ela quem deu causa ao desfazimento do negócio. Sendo que o Querelado não recebeu a quantia como comissão de venda. Defesa suficiente. Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 2162/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARINA LUCIA SOUZA GONÇALVES

Querelado: LUIZ ANTONIO BUENO COSTA - CRECI 067921-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente que não foi aprovado o financiamento da Querelante, razão pela qual perdeu o sinal dado (arras), pois foi ela quem deu causa ao desfazimento do negócio. Sendo que o Querelado não recebeu a quantia como comissão de venda. Defesa suficiente. Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 2163/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: MARINA LUCIA SOUZA GONÇALVES

Querelado: ROBSON CARDOSO CABRAL - CRECI 058975-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – COBRANÇA INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAU-

SADOS AO QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

Conforme certidão da secretaria do CRECI, a jurídica teve sua inscrição cancelada a pedido. Sendo que na data dos fatos o Querelado já não era mais responsável técnico da empresa. Defesa suficiente. Infração ética não configurada – Arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0223/10, da comarca de CARAPICUIBA

Querelante: MARISA NUNES REZENDE OLIVEIRA

Querelado: ALUISIO SERAFIM DE LIMA - CRECI 046676-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – ALÉM DE TER DEIXADO DE TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS DIANTE DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL DOS INQUILINOS – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e VIII DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada deixou de prestar contas, reteve indevidamente valores, além de ter deixado de tomar medidas cabíveis diante do descumprimento contratual dos inquilinos em administração de locação, causando prejuízos. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 1285/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ZACCARO GEROTTO

Querelada: ASSAD IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 011302-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – ALÉM DE TER DEIXADO DE TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS DIANTE DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL DOS INQUILINOS – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII E X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que o Querelado deixou de prestar contas, reteve indevidamente valores, além de ter deixado de tomar medidas cabíveis diante do descumprimento contratual dos inquilinos em administração de locação, causando prejuízos. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II,VIII e X do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 1286/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARIA ZACCARO GEROTTO

Querelado: ADOLFO ASSAD JUNIOR - CRECI 035425-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada reteve indevidamente aluguéis em administração de locação, causando prejuízos. Ausência de Defesa, presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 1324/10, da comarca de SANTOS

Querelante: AURORA CELESTE SCHELPIS LANGNAS / DR ANDRÉ LUIZ GOMES RODRIGUES

Querelada: MODELO EMP IMOB LTDA / MARIA DAS DORES PRADO - CRECI 016641-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da sua inscrição.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE ALUGUÉIS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada reteve indevidamente aluguéis em administração de locação, causando prejuízos. Ausência de Defesa, presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 1325/10, da comarca de SANTOS

Querelante: AURORA CELESTE SCHELPIS LANGNAS / DR ANDRÉ LUIZ GOMES RODRIGUES

Querelada: MARIA DAS DORES PRADO - CRECI 052578-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da sua inscrição.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que o Querelado reteve indevidamente valores em administração de locação, cau-

sando prejuízos. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 1366/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: HELENICE FABRI

Querelado: JOEL DOMINGUES - CRECI 026313-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE EM PARTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA EM PARTE – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada deixou de prestar contas agindo com desídia, entretanto, não ficou caracterizada a retenção. Defesa suficiente em parte. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 1370/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NAIR NICHI

Querelada: CASTRO IMÓVEIS LTDA - CRECI 017866-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE EM PARTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA EM PARTE – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que o Querelado deixou de prestar contas agindo com desídia, entretanto, não ficou caracterizada a retenção. Defesa suficiente em parte. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 1371/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: NAIR NICHI

Querelado: FABIO LUIZ DE CASTRO - CRECI 061592-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

Pela manifestação de próprio punho da Querelante fica evidente que tinha conhecimento da irregularidade do imóvel. Defesa suficiente. Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 1726/10, da comarca de SANTOS

Querelante: ERALDINA TEOTONIO DOS SANTOS

Querelada: BERENICE RIBEIRO MARTINS - CRECI 055351-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – RETENÇÃO DE ALUGUÉIS E CAUÇÃO PAGOS PELO INQUILINO, ALÉM DE TER DEIXADO DE VISTORIAR O BEM AO TÉRMINO DA LOCAÇÃO – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que o Querelado reteve aluguéis e caução pagos pelo inquilino em administração de locação, além de ter deixado de vistoriar o bem ao término da locação, causando prejuízos. Ausência de Defesa, presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 2686/11, da comarca de SÃO VICENTE

Querelante: ALICE DIAS BAULEO

Querelado: WILSON BARBOSA - CRECI 041963-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – ATRASO NO REPASSE DOS ALUGUÉIS PAGOS PELO INQUILINO EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada cometeu desídia ao atrasar o repasse dos aluguéis pagos pelo inquilino. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 2705/11, da comarca de OSASCO

Querelante: MANOEL ADÃO NETO

Querelada: IMOB MUNHOZ 3 M'S LTDA - CRECI 018581-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – ATRASO NO REPASSE DOS ALUGUÉIS PAGOS PELO INQUILINO EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DECRETO 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que a Querelada cometeu desídia ao atrasar o repasse dos aluguéis pagos pelo inquilino. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 2706/11, da comarca de OSASCO

Querelante: MANOEL ADÃO NETO

Querelada: MARCIA REGINA COELHO CORREIA - CRECI 060681-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO DE SINAL PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II, VIII, IX e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISOS I, II E V E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a relação jurídica havida entre as partes, em que o Querelado cometeu desídia e reteve sinal princípio de pagamento em intermediação de compra e venda não concluída, ato que a lei define como crime, causando prejuízos. Ausência de Defesa, presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II, VIII, IX e X do Decreto 81.871/78 e Artigo 4, inciso I, II e V e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 2720/12, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SHEILA CRISTINA DA CUNHA

Querelado: ALEX SANDRO APARECIDO MARQUES - CRECI 085062-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GERISVALDO FERREIRA DA SILVA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em

julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Decreto 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0679/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EMILIO JOSÉ DE ALMEIDA WESTERMANN - CRECI 066908-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

CONCORRÊNCIA DESLEAL – ALICIAMENTO DE CLIENTELA ATRAVÉS DE INFORMAÇÕES DIFAMATÓRIAS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, tendo em vista que não ficou comprovada a má-fé da Querelada acerca dos meios operacionais utilizados para conquistar seus clientes, diante do mercado competitivo, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0771/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SIVEL ADM PLANEJ E CORRETAGENS LTDA

Querelada: SOLUTION IMÓVEIS LTDA - CRECI 020836-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

CONCORRÊNCIA DESLEAL – ALICIAMENTO DE CLIENTELA ATRAVÉS DE INFORMAÇÕES DIFAMATÓRIAS – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, tendo em vista que não ficou comprovada a má-fé da Querelada acerca dos meios operacionais utilizados para conquistar seus clientes, diante do mercado competitivo, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0772/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SIVEL ADM PLANEJ E CORRETAGENS LTDA

Querelada: SILVIA REGINA SEMIN - CRECI 043057-f

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NÃO CONCLUÍDA – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, uma vez que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 1332/10, da comarca de MARÍLIA

Querelante: RODRIGO CORREA ROZA

Querelado: HAROLDO JOSÉ CALADO - CRECI 072854-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO NEGÓCIO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II E IV, DO DEC. 81.871/78, ART. 4º, II E III, E ART. 6º, IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na omissão de detalhes relevantes acerca do negócio, comercializando o bem imóvel sem a competente autorização do proprietário, além de ter retido indevida valores monetários em intermediação imobiliária. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, incisos II e IV, do Decreto 81.871/78, Artigo 4º, incisos II e III e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 1706/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: AKIRA URASAKI/ABNER RODRIGUES MARINS

Querelada: JURACY LIMA DE ARAÚJO - CRECI 061447-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de cancelamento de sua inscrição.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES ACERCA DO NEGÓCIO – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II E IV, DO DEC. 81.871/78 E ART. 4º, II E III, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na omissão de detalhes relevantes acerca do negócio, inclusive, comercializando o bem imóvel sem a competente autorização do proprietário. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, incisos II e IV, do Decreto 81.871/78 e Artigo 4º, incisos II e III, do CEP. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 1707/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: AKIRA URASAKI/ABNER RODRIGUES MARINS

Querelado: EDUARDO MAGYAR - CRECI 042869-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – DESCUMPRIMENTO DE ACORDO FIRMADO EM SEDE DE JUCON – ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II, DO DEC. 81.871/78 – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na desídia em administração de locação de bem imóvel de propriedade do Querelante. Descumprimento de acordo firmado em sede de JUCON. Esclarecimentos insuficientes para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 2688/11, da comarca de FRANCA

Querelante: SEBASTIÃO DE ARAÚJO

Querelado: JOSÉ TOZATI - CRECI 058910-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro GILBERTO YUKIHARU YOGUI

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – O FATO DE O QUERELADO TER ALEGADO EM TESE DE DEFESA QUE PASSOU POR DIFICULTADES FINANCEIRAS NÃO JUSTIFICA A PRATICA DA INFRAÇÃO ÉTICA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da questão seria a apropriação indevida de valores em administração de locação de imóveis. Outrossim, constata-se que realmente ocorreu dita apropriação, pois o próprio Querelado a confessa. O serviço de administração de imóveis exige do prestador de serviços, que o mesmo se porte com total lisura no tratamento de valores e patrimônio que não são de sua propriedade e sim do contratante do serviço, e em que pese a justiça pública ter julgado improcedente o crime de apropriação indébita de valores devido ao fato de não ter sido constatado o requisito dolo no ato, é indubitável que ocorreu infração ética de natureza grave por parte do Querelado, pois o fato do mesmo ter passado por dificuldade financeiras, pode até explicar a atitude de usar de valores pertencentes a clientes, mas jamais ira justificar tal ato.

Processo Disciplinar nº 0763/10, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: LUCI PINAL

Querelado: SEBASTIÃO GOMES CARVALHO FILHO - CRECI 030721-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DE QUE OS DO-

CUMENTOS APRESENTADOS PELO LOCATÁRIO E PELO FIADOR ERAM FALSOS – CONSTATAÇÃO DE QUE A QUERELADA FEZ COM QUE O LOCATÁRIO DESOCUPASSE O IMÓVEL DE FORMA EXTRAJUDICIAL E APRESENTOU NOTICIA CRIME À AUTORIDADE POLICIAL – INEXISTÊNCIA DE DESIDIA.

Constitui infração disciplinar por parte do Corretor de Imóveis, prejudicar os interesses que lhe forem confiados, contudo denota-se nos autos que a Querelada tomou todas as providências cabíveis, quais sejam, conferiu as xerox com os originais, efetuou a devida pesquisa dos locatários e fiador junto ao SERASA/SPC, como também conseguiu fazer com que o locatário entregasse as chaves e o imóvel desocupado de pessoas e coisas, e mais, levou a noticia crime à autoridade policial para as devidas providências. Não vislumbro, portanto falta ética por parte da Querelada, pois se os documentos eram ou não falsos, o que só se confirmará ou não após a devida resolução do caso pela policia, resultará no fato de que a Querelada também foi mais uma vitima do golpe, sem olvidar que somente podemos exigir do corretor de imóveis os serviços para o qual é qualificado no respectivo curso, e não que o mesmo seja perito em constatação de autenticidade de documento ou falsidade destes, mesmo porque dito profissional não possui poder de policia para tal, sendo que o que poderia ter sido feito, o foi, qual seja, notificar a autoridade policial.

Processo Disciplinar nº 0774/10, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: EDSON AUGUSTO PASCOTTO

Querelada: CASARI IMOBILIÁRIA E ADM DE BENS S/S - CRECI 008637-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO LOCATÁRIO E PELO FIADOR ERAM FALSOS – CONSTATAÇÃO DE QUE O QUERELADO FEZ COM QUE O LOCATÁRIO DESOCUPASSE O IMÓVEL DE FORMA EXTRAJUDICIAL E APRESENTOU NOTICIA CRIME À AUTORIDADE POLICIAL – INEXISTÊNCIA DE DESIDIA.

Constitui infração disciplinar por parte do Corretor de Imóveis, prejudicar os interesses que lhe forem confiados, contudo denota-se nos autos que o Querelado tomou todas as providências cabíveis, quais sejam, conferiu as xerox com os originais, efetuou a devida pesquisa dos locatários e fiador junto ao SERASA/SPC, como tambem conseguiu fazer com que o locatário entregasse as chaves e o imóvel desocupado de pessoas e coisas, e mais, levou a noticia crime à autoridade policial para as devidas providências. Não vislumbro, portanto falta ética por parte do Querelado, pois se os documentos eram ou não falsos, o que só se confirmará ou não após a devida resolução do caso pela policia, resultará no fato de que o Querelado também foi mais uma vitima do golpe, sem olvidar que somente podemos exigir do corretor de imóveis os serviços para o qual é qualificado no respectivo curso, e não que o mesmo seja perito em constatação de autenticidade de documento ou falsidade destes, mesmo porque dito profissional não possui poder de policia para tal, sendo que o que poderia ter sido feito, o foi, qual seja, notificar a autoridade policial.

Processo Disciplinar nº 0775/10, da comarca de S B DO CAMPO

Querelante: EDSON AUGUSTO PASCOTTO

Querelado: MILTON CASARI - CRECI 030158-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DA DEFESA NÃO ABORDOU OS TERMOS DENUNCIADOS – LEVANTAMENTO DE QUE O ALEGADO CORRETOR ERA SOMENTE ESTAGIÁRIO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Compulsando os autos, denota-se que a Requerente declara expressamente e de forma indubitável que a denúncia foi feita em face da imobiliária de nome fantasia "CARISMA IMÓVEIS" e em nome de ISAIAS BELARMINO DA SILVA, portanto o liame existente nos autos é entre a Querelada e estas pessoas citadas, sendo que estas praticaram os atos que deram causa á denuncia. Constata-se ainda pela ficha cadastral que a alegada imobiliária de nome fantasia "CARISMA IMÓVEIS" é na realidade a empresa "MORENO EMP IMOBILIÁRIOS S/C LTDA", ora Querelada, diante do exposto, creio que a pessoa juridica esta devidamente identificada, como também esta devidamente comprovado que a pessoa denunciada de nome ISAIAS BELARMINO DA SILVA, estava vinculada a imobiliária, não como corretor de imóveis, mas sim como estagiário.
Processo Disciplinar nº 1696/10, da comarca de SANTO ANDRÉ
Querelante: DALVIRA RIBEIRO CANGUSSU
Querelada: MORENO EMP IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI 013910-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.
Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA
2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – ALEGAÇÃO DA DEFESA CONFIRMOU QUE O QUERELADO É PARTE PASSIVA ILEGITIMA – INICIO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS DO QUERELADO NA EMRPESA ANOS APÓS OS FATOS TEREM OCORRIDO – INEXISTENCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA PROFISSIONAL.

Compulsando os autos, denota-se que a Requerente declara expressamente e de forma indubitável que a denúncia foi feita em face da imobiliária de nome fantasia "CARISMA IMÓVEIS" e em nome de ISAIAS BELARMINO DA SILVA, portanto o liame existente nos autos é entre a Querelada e estas pessoas citadas, sendo que estas praticaram os atos e deram causa á denuncia. Não vislumbro, portanto liame entre o Querelado e os fatos, mesmo porque o mesmo passou a exercer atividades laborativas na imobiliária anos após os fatos terem ocorrido.
Processo Disciplinar nº 1698/10, da comarca de SANTO ANDRÉ
Querelante: DALVIRA RIBEIRO CANGUSSU
Querelado: DALECIO TADEU DE PAULA - CRECI 061568-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.
Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA
2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE NÃO CONSTA NO CONTRATO QUALQUER INFORMAÇÃO SOBRE AS IRREGULARIDADES REFERENTE AO IMÓVEL NEGÓCIADO – CARACTERIZADA A OMISSÃO DE DADOS RELEVANTE ACERCA DO IMÓVEL EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78, ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º. INCISO IV DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Podemos constatar que não existe cláusula contratual que especifique as condições do imóvel, quais sejam, as irregularidades referente a documentação, como também ciência e acordo expresso das partes com referência às pendências. Outrossim, via de regra, o corretor somente faz jus a comissão após o negócio ter sido concluído, o que não ocorreu no caso em epígrafe. Não podemos olvidar ainda que não consta nos autos, recibo discriminando o pagamento da comissão e o próprio Requerido declara que o que foi pago, foi sinal e principio de pagamento deixando claro que o Requerido efetuou exercicio arbitrário do que entendia ser seu direito ao se apropriar do valor do sinal que não se confunde com pagamento de comissão.

Processo Disciplinar nº 1709/10, da comarca de PIRASSUNUNGA

Querelante: NILDO ALCEU ALFF DE FREITAS

Querelado: NILSON FERNANDO FERRARESI - CRECI 058107-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de suspensão da inscrição do Querelado cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Constitui infração disciplinar por parte do Corretor de Imóveis, prejudicar os interesses que lhe forem confiados e denota-se pelas alegações e documentos juntados aos autos que o Querelado realmente foi desidioso ao se quedar omisso e tomar as devidas providências em face do locatário inadimplente. Outrossim, o Querelado quedou-se inerte em apresentar defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 1714/10, da comarca de SANTO ANDRÉ

Querelante: TEREZA DE JESUS

Querelado: NILTON CASRELLI - CRECI 060704-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de censura cumulada com multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE NÃO OCORREU A CONCRETIZAÇÃO DO NEGÓCIO – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME OU CONTRAVENÇÃO PENAL, INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E C DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Constitui infração disciplinar por parte do Corretor de Imóveis, prejudicar os interesses que lhe forem confiados e denota-se pelas alegações e documentos juntados aos autos que o Querelado deixou de observar que via de regra o serviço de corretagem é um serviço de fim e não de meio, motivo pelo qual somente faz jus a comissão após a conclusão do negócio, o que não ocorreu no caso em epigrafe, pois não houve a concretização da compra e venda, sendo indevida a comissão de intermediação e principalmente a apropriação

indevida dos valores de clientes. Sanção de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias cumulada com a multa no valor de 04 (quatro) anuidades

Processo Disciplinar nº 1716/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: FRANCISCO DE SOUZA LIMA

Querelado: PAULO ALVES PEREIRA - CRECI 075909-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias cumulada com a multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA DEMONSTRANDO ANUNCIO PRECONCEITUOSO DE IMÓVEL DISPONIBILIZADO PARA LOCAÇÃO – RECONHECIMENTO DO FATO POR PARTE DA QUERELADA – DEFESA ALEGANDO QUE FOI ERRO COMETIDO POR FUNCIONÁRIO – JUNTADOS COMPROVANTES DE RETRATAÇÃO ATRAVÉS DE ANUNCIOS NA INTERNET E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO.

Compulsando os autos, denota-se que a Querelada reconheceu que o fato ocorreu devido a um erro de uma empregada. Outrossim, constata-se que foi anexado aos autos as devidas retratações efetuadas junto à mídia. Sendo que, se o próprio código penal que trata de crimes de ação privada estipula que a retração antes do transitado em julgado do processo, o réu fica isento da pena, não poderíamos nós, que atuamos administrativamente aplicar sanção disciplinar a Querelada, uma vez que restou comprovada a inexistência de dolo e principalmente a retratação pública de seu ato.

Processo Disciplinar nº 1717/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: BELLUTTI EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA - CRECI 019958-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA DEMONSTRANDO ANUNCIO PRECONCEITUOSO DE IMÓVEL DISPONIBILIZADO PARA LOCAÇÃO – RECONHECIMENTO DO FATO POR PARTE DO QUERELADO – DEFESA ALEGANDO QUE FOI ERRO COMETIDO POR FUNCIONÁRIO – JUNTADOS COMPROVANTES DE RETRATAÇÃO ATRAVÉS DE ANUNCIOS NA INTERNET E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO.

Compulsando os autos, denota-se que o Querelado reconheceu que o fato ocorreu devido a um erro de uma empregada. Outrossim, constata-se que foi anexado aos autos as devidas retratações efetuadas junto à mídia. Sendo que, se o próprio código penal que trata de crimes de ação privada estipula que a retração antes do transitado em julgado o processo, o réu fica isento da pena, não poderíamos nós, que atuamos administrativamente aplicar sanção disciplinar ao Querelado, uma vez que restou comprovada a inexistência de dolo e principalmente a retratação pública de seu ato.

Processo Disciplinar nº 1718/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: BENEDITO GENTIL BELLUTTI - CRECI 043190-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE NÃO CONSTA NO CONTRATO QUALQUER INFORMAÇÃO SOBRE OS DÉBITOS RELATIVOS AO IPTU – CARACTERIZADA A OMISSÃO DE DADOS RELEVANTE ACERCA DO IMÓVEL EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º DO CEP COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da questão seria a suposta omissão de detalhes relevantes acerca do imóvel em intermediação de compra e venda. Constitui infração disciplinar por parte do Corretor de Imóveis prejudicar os interesses que lhe forem confiados e denota-se pelas alegações e documentos juntados aos autos que o Querelado deixou de observar que ao apresentar um negócio, deve tambem apresentar dados rigorosamente certos, nunca omitindo detalhes que o depreciem, informando ainda o cliente dos riscos e demais circunstâncias que possam comprometer o negócio, fatos este consubstanciados na omissão dos débitos de IPTU. Sanção de censura cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Processo Disciplinar nº 2323/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: REGINALDO DOS REIS

Querelado: JOEL ELIAS - CRECI 071860-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de censura cumulada com a multa no valor de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro ROBERTO COPA PRUDER KLEIN MOURA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA DE UNIDADES DA C.D.H.U., SEM CONSENTIMENTO DA ESTATAL – CARÊNCIA DE PROVAS – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação doprocesso disciplinar, que delimitam os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, tendo em vista que não ficou comprovada a necessidade de outorga pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, bem como as condições pessoais dos cessionários acerca da possível cessão de direitos, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 0011/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARLENE LOPES MARTINEZ DOS REIS - CRECI 050751-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO IMOBILIÁRIA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, IV, V E XI DO

CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na cobrança indevida de comissão em intermediação imobiliária, consubstanciada na omissão de informação acerca da contratação de serviços de corretagem, bem como, teria se valido de propaganda enganosa para divulgar o preço do bem adquirido, não explicitando claramente as condições do negócio. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6º, incisos IV, V e XI do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 1344/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADALTO FELIX DE GODOI

Querelada: SELLER CONS IMOB E REPR LTDA - CRECI 014790-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO IMOBILIÁRIA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, IV, V E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na cobrança indevida de comissão em intermediação imobiliária, consubstanciada na omissão de informação acerca da contratação de serviços de corretagem, bem como, teria se valido de propaganda enganosa para divulgar o preço do bem adquirido, não explicitando claramente as condições do negócio. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6º, incisos IV, V e XI do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 1345/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADALTO FELIX DE GODOI

Querelada: CYRELA BRAZIL REALTY S/A EMP E PARTICIPACOES - CRECI 017592-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO IMOBILIÁRIA – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, II DO DEC. 81.871/78, E ART. 6º, IV, V E XI DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente na cobrança indevida de comissão em intermediação imobiliária, consubstanciada na omissão de informação acerca da contratação de serviços de corretagem, bem como, teria se valido de propaganda enganosa para divulgar o preço do bem adquirido, não explicitando claramente as condições do negócio. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidência

à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78 e Artigo 6º, incisos IV, V e XI do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 1346/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ADALTO FELIX DE GODOI

Querelado: ELIE HORN - CRECI 003650-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – COBRANÇA INDEVIDA DE ALUGUEL ANTECIPADO E TAXAS ADMINISTRATIVAS – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – IMPROCEDÊNCIA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimitam os contornos da pretensão punitiva deste r. Conselho. Existindo carência no conjunto probatório, uma vez que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 1708/10, da comarca de JORDANÉSIA

Querelante: JOSÉ GERALDO VITOR

Querelado: RODNEY SERRETIELLO - CRECI 052413-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA – OVER PRICE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ART. 38, INCISOS II E X, DO DECRETO 81.871/78 E ART. 6º, INCISOS III E IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Os documentos acostados aos autos demonstram suficientemente a infração ético-disciplinar em debate, consistente no superfaturamento de valores em intermediação imobiliária. Defesa insuficiente para infirmar os fatos alegados na denúncia. Incidindo a regra do Artigo 38, incisos II e X, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, incisos III e IV, do CEP. Denúncia procedente. Censura e multa.

Processo Disciplinar nº 2318/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: JURANDIR FRANÇA DE SIQUEIRA

Querelado: SILVIO ALVES BARBOSA - CRECI 063911-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar ao Querelado a pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – DESÍDIA – INÉRCIA DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – DEFESA SUFICIENTE – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGU-

RADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A defesa corroborada com as provas apresentadas aos autos, são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimitam os contornos da pretensão punitiva, deste Conselho. Ausência do nexo de causalidade, tendo em vista que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2472/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: LAIS LAZARA DE LIMA

Querelada: L BUENO EMP IMOB LTDA - CRECI 010179-J

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA – DESÍDIA – INÉRCIA DIANTE DO INADIMPLEMENTO DO INQUILINO – DEFESA SUFICIENTE – AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – TERMO DE REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A defesa corroborada com as provas apresentadas aos autos, são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimitam os contornos da pretensão punitiva, deste Conselho. Ausência do nexo de causalidade, tendo em vista que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 2473/11, da comarca de CAMPINAS

Querelante: LAIS LAZARA DE LIMA

Querelado: LUIZ ANTONIO BUENO COSTA - CRECI 067921-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro IVO SANCHES

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCRETIZADA – DESÍDIA – COBRANÇA INDEVIDA DE COMISSÃO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO V DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Pelos documentos juntados aos autos ficou demonstrado que o Querelado cobrou indevidamente comissão em intermediação imobiliária não concretizada, causando prejuízos ao Querelante. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso V do CEP. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 1289/10, da comarca de

Querelante: JAMESSON DO CARMO

Querelado: MARCOS JOSÉ MARQUES - CRECI 032958-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES A TÍTULO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO MEDIANTE FRAUDE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e XII DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Analisando os autos verifica-se que houve retenção indevida de valores pagos a título de sinal/principio de pagamento em intermediação de compra e venda, mediante fraude não concluída. Ausência de Defesa. Presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e XII do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV e IX do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 1333/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SERGIO BARBOSA DO NASCIMENTO

Querelada: JARDIM SANTA BARBARA IMÓVEIS LTDA-ME / JOSÉ ADALVO DE SANTANA - CRECI 020657-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES A TÍTULO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO MEDIANTE FRAUDE – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e X DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV E IX DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Analisando os autos verifica-se que houve retenção indevida de valores pagos a título de sinal/principio de pagamento em intermediação de compra e venda, mediante fraude não concluída. Ausência de Defesa. Presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV e IX do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 1334/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SERGIO BARBOSA DO NASCIMENTO

Querelado: JOSÉ ADALVO DE SANTANA - CRECI 080617-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS DE FORMA ARDILOSA – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – CANCELAMENTO.

Pelos documentos juntados aos autos ficou caracterizado que a Querelada agiu com desídia e apropriou-se indevidamente de valores pagos em intermediação imobiliária de forma ardilosa. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Cancelamento.

Processo Disciplinar nº 1336/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VANESSA CRISTINA RIBEIRO DE MOURA

Querelada: MASTER EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS LTDA - CRECI 020373-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da sua inscrição.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS DE FORMA ARDILOSA – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Pelos documentos juntados aos autos ficou caracterizado que o Querelado agiu com desídia e apropriou-se indevidamente de valores pagos em intermediação imobiliária de forma ardilosa. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e X do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 1337/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VANESSA CRISTINA RIBEIRO DE MOURA

Querelado: LUIS GUSTAVO JAEGER DE PAULA MACHADO - CRECI 061297-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – RETENÇÃO DE SINAL/PRINCÍPIO DE PAGAMENTO – DEFESA SUFICIENTE – ILEGITIMIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A Querelada é parte ilegítima para o pleito, porquanto o pagamento não foi feito diretamente a ela, mas aos promitentes vendedores. Logo, os Querelantes devem pleitear eventual devolução da quantia diretamente aos vendedores que são parte legítima na lide. Defesa suficiente. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 1341/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: FREDERICO AUGUSTO DA SILVA FRANCO

Querelada: MARIA VIEIRA ROCHA - CRECI 040138-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Pelas alegações da Querelante na época dos fatos não fazia mais parte do quadro societário da empresa. Defesa suficiente. Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 1342/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARCELO RODRIGUES DE LIMA

Querelada: VISA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/S LTDA - CRECI 019568-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PAGOS – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA SUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – ARQUIVAMENTO.

Pelas alegações da Querelante na época dos fatos não fazia mais parte do quadro societário da empresa. Defesa suficiente. Infração ética não configurada. Denúncia improcedente. Arquivamento.

Processo Disciplinar nº 1343/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: MARCELO RODRIGUES DE LIMA

Querelado: JOSÉ CARLOS DA SILVA - CRECI 058547-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento dos autos.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA –RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Analisando os autos verifica-se que houve retenção indevida de valores que lhe foram confiados em intermediação de compra e venda não concluída. Ausência de Defesa. Presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 1372/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALMIRO FERNANDES BARROS

Querelada: ABIEL CONSULTORIA E ASSESSORIA IMOB LTDA - CRECI 019034-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Analisando os autos verifica-se que houve retenção indevida de valores que lhe foram confia-

dos em intermediação de compra e venda não concluída. Ausência de Defesa. Presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 1373/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ALMIRO FERNANDES BARROS

Querelado: BENEDITO LAOR DA SILVEIRA - CRECI 008257-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Analisando os autos verifica-se que houve retenção indevida de valores que lhe foram confiados em intermediação de compra e venda não concluída. Ausência de Defesa. Presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 1374/10, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: ALDEI BATISTA OLIVEIRA

Querelada: SOL DE VERAO CONSTRUCOES E IMOV LTDA-EPP / JOSÉ ROBERTO RODRIGUES - CRECI 019257-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA NÃO CONCLUÍDA – DESÍDIA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – ATO QUE A LEI DEFINE COMO CRIME – PREJUIZOS CAUSADOS A QUERELANTE – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DA VERACIDADE DOS FATOS – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6, INCISO IV DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – MULTA.

Analisando os autos verifica-se que houve retenção indevida de valores que lhe foram confiados em intermediação de compra e venda não concluída. Ausência de Defesa. Presunção de veracidade dos fatos. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 6, inciso IV do CEP. Denúncia procedente. Multa.

Processo Disciplinar nº 1375/10, da comarca de GUARUJÁ

Querelante: ALDEI BATISTA OLIVEIRA

Querelado: JOSÉ ROBERTO RODRIGUES - CRECI 058228-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – OMISSÃO DE DETALHES RELEVANTES DO NEGÓCIO – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4, INCISO II DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

Pelos documentos juntados aos autos ficou demonstrado que a Querelada omitiu detalhes relevantes do negócio em intermediação imobiliária, causando prejuízos ao Querelante. Esclarecimentos insuficientes. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II do Decreto 81.871/78 e Artigo 4, inciso II do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e Multa.

Processo Disciplinar nº 0284/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CHARLES CHAGAS E CLAUDIA SUELY CHAGAS

Querelada: BETA IMOV ADM SC LTDA - CRECI 005349-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e VIII DECRETO 81.871/78– DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA.

Não há nenhum documento que comprove que as alegações da partes, entretanto, a Querelada não teve a cautela de obter documentos que comprove sua participação na negociação, bem como das devidas autorizações concedidas pelo Querelante para entrega das chaves e da reforma do imóvel, agindo com negligência. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 1279/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JAIR PEREIRA

Querelada: IMOB EL BOSQUE LTDA - CRECI 002232-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – DESÍDIA – AUSÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISOS II e VIII DECRETO 81.871/78– DENÚNCIA PROCEDENTE – CENSURA E MULTA

Não há nenhum documento que comprove as alegações da partes, entretanto, o Querelado não teve a cautela de obter documentos que comprove sua participação na negociação, bem como das devidas autorizações concedidas pelo Querelante para entrega das chaves e da reforma do imóvel, agindo com negligência. Defesa insuficiente. Incidindo à regra do Artigo 38, incisos II e VIII do Decreto 81.871/78. Denúncia procedente. Censura e Multa.

Processo Disciplinar nº 1280/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JAIR PEREIRA

Querelado: FERNANDO CÉSAR DOS SANTOS - CRECI 041686-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro SABINO SIDNEY PIETRO

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL –– INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADAS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato da Querelada ter se apropriado indevidamente de valores tanto em administração de imóveis, como em intermediação de venda e compra de imóveis. Devidamente notificada a se manifestar nos autos a mesma quedou-se inerte em apresentar defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 2382/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: RUY RAMAZINI

Querelada: WALEX ADM DE IMÓVEIS LTDA / WALTER ALEXANDRE DA SILVA - CRECI 003573-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL –– INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADAS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II e X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato do Querelado ter se apropriado indevidamente de valores tanto em administração de imóveis, como em intermediação de venda e compra de imóveis. Devidamente notificado a se manifestar nos autos o mesmo quedou-se inerte em apresentar defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 2383/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: RUY RAMAZINI

Querelado: WALTER ALEXANDRE DA SILVA - CRECI 041543-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO CONDUTA DESIDIOSA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS A QUERELADA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que a Querelada teria cometido conduta desidiosa em intermediação de venda e compra de imóvel. Devidamente notificada a se manifestar nos autos, a mesma quedou-se inerte em apresentar defesa, o que induz a pre-

sunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados. Constata-se ainda que a Querelada apresenta débitos junto a este órgão, como também encontra-se em local incerto e não sabido, uma vez que não atualizou seus dados junto ao cadastro do CRECI, o que tambem configura infração ética, embora não seja objeto destes autos.

Processo Disciplinar nº 1424/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: RODRIGO CID

Querelada: LUCRI IMÓVEIS LTDA - CRECI 016148-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO CONDUTA DESIDIOSA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que o Querelado teria cometido conduta desidiosa em intermediação de venda e compra de imóvel. Devidamente notificado a se manifestar nos autos, o mesmo quedou-se inerte em apresentar defesa, o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados. Constata-se ainda que o Querelado apresenta débitos junto a este órgão, como também encontra-se em local incerto e não sabido, uma vez que não atualizou seus dados junto ao cadastro do CRECI, o que tambem configura infração ética, embora não seja objeto destes autos.

Processo Disciplinar nº 1425/10, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: RODRIGO CID

Querelado: SERGIO EUDARDO LISBOA ALMEIDA - CRECI 042240-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – COMPROVAÇÃO PELOS AUTOS QUE HAVIA DIVIDA DE IPTU QUE NÃO FORAM INFORMADAS AO QUERELANTE ORA COMPRADOR – NÃO RESTOU COMPROVADA A RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – FALTA DE ÉTICA DA DESÍDIA COMPROVADA DEVENDO SER APLICADA SANÇÃO DISCIPLINAR – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Nos termos do nosso código de ética profissional, cumpre ao corretor de imóveis em relação aos seus clientes, inteirar-se de todas as circunstâncias do negócio, antes de oferecê-lo como também apresentar ao propor o negócio, dados rigorosamente certos, nunca omitindo detalhes que o depreciem, informando ainda o cliente dos riscos e demais circunstâncias que possam comprometê-lo. Independentemente da sentença judicial juntada aos autos por parte da Querelada, onde a Excelentíssima Juíza de Direito entendeu ser incabível condenar a mesma naquela jurisdição, não podemos olvidar que o objeto apreciado na esfera do Poder Judiciário difere do objeto apreciado por este órgão, pois se ali se analisa a responsabilidade solidária do prestador de serviço, a obrigação de indenizar e afins, aqui analisamos somente a conduta ética do profissional. No caso em epígrafe, inobstante o fato de não ter restado comprovada a retenção indevida de valores, resta comprovado que a Querelada fal-

tou com ética profissional uma vez que não se informou dos débitos de IPTU, ou se o fez, não informou o Querelante, o que trouxe dissabores ao mesmo e o obrigou a procurar a tutela jurisdicional.

Processo Disciplinar nº 1691/10, da comarca de S CAETANO DO SUL

Querelante: ANDERSON TADEU DE SANTI BARBOSA DE ALMEIDA

Querelada: CLEONICE SOARES SANTOS POSSANI - CRECI 033725-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura, cumulada com multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE FOI EMITIDO CHEQUE REFERENTE A QUITAÇÃO GERAL E TOTAL DOS VALORES. DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que a Querelada teria retido indevidamente valores em intermediação de venda e compra de imóveis. Outrossim, constata-se pelos documentos juntados aos autos que foi emitido um cheque no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em nome da Querelante, sendo que consta no verso deste documento que dito valor destina-se a quitação total e geral da negociação referente aos imóveis negociados. Não vislumbro, portando procedência na denúncia apresentada ou falta ética disciplinar por parte da Querelada.

Processo Disciplinar nº 1692/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: REGINA TALARICO TRESSOLDI

Querelada: SILVA & BRITO IMÓVEIS LTDA - CRECI 004089-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVANDO QUE FOI EMITIDO CHEQUE REFERENTE A QUITAÇÃO GERAL E TOTAL DOS VALORES. DENÚNCIA IMPROCEDENTE.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que o Querelado teria retido indevidamente valores em intermediação de venda e compra de imóveis. Outrossim, constata-se pelos documentos juntados aos autos que foi emitido um cheque no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em nome do Querelante, sendo que consta no verso deste documento que dito valor destina-se a quitação total e geral da negociação referente aos imóveis negociados. Não vislumbro, portando procedência na denúncia apresentada ou falta ética disciplinar por parte do Querelado.

Processo Disciplinar nº 1693/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: REGINA TALARICO TRESSOLDI

Querelado: ILSON ALVES DA SILVA - CRECI 023586-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – QUERELADA LEGALMENTE NOTIFICADA SOBRE A LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DA MESMA – INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Compulsando os autos, constata-se DENÚNCIA afirmando que a Querelada foi desidiosa em administração de locação de imóveis ao deixar de tomar as devidas providências em face do locatário uma vez que não propôs ação de despejo e cobrou o locatário que quedou-se inadimplente com o pagamento dos alugueres, IPTU, luz e taxas de condomínio. Outrossim, devidamente notificada do Termo de Representação lavrado em face da mesma, esta quedou-se inerte e não apresentou defesa o que induz a presunção de legitimidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 1700/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CANDIDA CORDEIRO DE SOUZA

Querelada: GRUPO CINTRA BARREIRO EMP IMOB LTDA / EDUARDO LUIS BARREIRO - CRECI 015861-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – QUERELADO LEGALMENTE NOTIFICADO SOBRE A LAVRATURA DO TERMO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DO MESMO – INEXISTENCIA DE DEFESA JUNTADA AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Compulsando os autos, constata-se DENÚNCIA afirmando que o Querelado foi desidioso em administração de locação de imóveis ao deixar de tomar as devidas providências em face do locatário uma vez que não propôs ação de despejo e cobrou o locatário que quedou-se inadimplente com o pagamento dos alugueres, IPTU, luz e taxas de condomínio. Outrossim, devidamente notificado do Termo de Representação lavrado em face do mesmo, este quedou-se inerte e não apresentou defesa o que induz a presunção de legitimidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 1701/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CANDIDA CORDEIRO DE SOUZA

Querelado: EDUARDO LUIS BARREIRO - CRECI 055375-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU A DENÚNCIA – COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS DE QUE A QUERELADA PARTICIPOU DA AVENÇA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que a Querelada teria se apropriado indevidamente de valores referentes a comissão de intermediação de venda e compra não concluída. Outrossim, inobstante o fato do Querelante se referir a provável pseudocorretora de nome MARLY, este deixa claro que procurou a IMOBILIÁRIA MEDEIROS IMÓVEIS, Não podemos olvidar ainda que a Querelada participou ativamente das negociações, pois foi constatado pelo agente de fiscalização que a Querelada atuava no ramo imobiliário utilizando-se do nome fantasia "MEDEIROS IMÓVEIS", corroborando para isso o cartão de visita juntado aos autos e a mesma assina o contrato de venda e compra objeto da lide, como também consta no rodapé deste documentos o carimbo de seu escritório.

Processo Disciplinar nº 1705/10, da comarca de SÃO VICENTE

Querelante: MAURO LARA

Querelada: VERA LUCIA FERREIRA DE MEDEIROS - CRECI 068844-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 02 (duas) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE A QUERELADA INTERMEDIOU A VENDA DE UM IMÓVEL COM A DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR O QUE IMPEDIA A LAVRATURA DA ESCRITURA PÚBLICA – INEXISTENCIA DE REPASSE DO VALOR PAGO A TITULO DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO AO VENDEDOR – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Constata-se em análise aos autos que o imóvel objeto da negociação não se encontrava com a documentação regular, uma vez que fora assinado um compromisso de venda e compra vindo a ser constatado posteriormente que não seria possível ser outorgada a escritura definitiva, pois o outorgante da procuração havia falecido, o que faz com que tenha que ser providenciado o inventário com o devido pedido de alvará ao juiz, para que fosse lavrada a escritura definitiva em nome dos compradores. Ora! é função precípua do corretor de imóveis ao intermediar a venda de um imóvel inteirar-se de todas as circunstâncias do negócio antes de oferecê-lo, vindo, quando for oferecer uma transação, dados rigorosamente certos, nunca omitindo detalhes que o depreciem, informando ao cliente dos riscos e demais circunstâncias que possam comprometê-lo, devendo ainda recusar transação quando esta for, ilegal, injusta ou imoral.

Processo Disciplinar nº 1710/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ADILSON TERRA DE ARAUJO / DR FRANCISCO MAURICIO C ALMEIDA

Querelada: SANTA ROSA COMERCIAL DE IMOV LTDA - CRECI 002476-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES – CONSTATAÇÃO DE QUE O QUERELADO INTERMEDIOU A VENDA DE UM IMÓVEL COM A DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR O QUE IMPEDIA A LAVRATURA DA ESCRITURA PÚBLICA – INEXISTENCIA DE REPASSE DO VALOR PAGO A TITULO

DE SINAL E PRINCIPIO DE PAGAMENTO AO VENDEDOR – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78, COM A CONSEQUENTE SUJEIÇÃO ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 21 DA LEI 6.530/78.

Constata-se em análise aos autos que o imóvel objeto da negociação não se encontrava com a documentação regular, uma vez que fora assinado um compromisso de venda e compra vindo a ser constatado posteriormente que não seria possível ser outorgada a escritura definitiva, pois o outorgante da procuração havia falecido, o que faz com que tenha que ser providenciado o inventário com o devido pedido de alvará ao juiz, para que fosse lavrada a escritura definitiva em nome dos compradores. Ora! é função precípua do corretor de imóveis ao intermediar a venda de um imóvel inteirar-se de todas as circunstâncias do negócio antes de oferecê-lo, vindo, quando for oferecer uma transação, dados rigorosamente certos, nunca omitindo detalhes que o depreciem, informando ao cliente dos riscos e demais circunstâncias que possam comprometê-lo, devendo ainda recusar transação quando esta for, ilegal, injusta ou imoral.

Processo Disciplinar nº 1711/10, da comarca de CAMPINAS

Querelante: ADILSON TERRA DE ARAUJO / DR FRANCISCO MAURICIO C ALMEIDA

Querelado: JOAQUIM JOSÉ ANDRADE NETO - CRECI 011501-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 03 (três) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO REPASSE DE ALUGUERES COM ATRASO E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADOS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que o Querelado teria repassado valores de aluguéis em atraso, bem como teria retido indevidamente aluguéis pagos em administração de locação. Devidamente notificado a se manifestar nos autos o mesmo quedou-se inerte em apresentar defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados. Constata-se ainda que o Querelado apresenta débitos junto a este órgão, como também encontra-se em local incerto e não sabido, uma vez que não atualizou seus dados junto ao cadastro do CRECI, o que tambem configura infração ética, embora não seja objeto destes autos.

Processo Disciplinar nº 1721/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: EMIKO TANAKA UEMATU

Querelado: DENIS ALESSANDRO RUIZ ESPINOSA - CRECI 082301-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição do Querelado.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NA ENTREGA DO IMÓVEL AO TERMO FINAL DO CONTRATO – RELAÇÃO JURIDICA LOCATICIA QUE PERDUROU POR APROXIMADAMENTE QUATRO ANOS E MEIO – É DEVER DO LOCATÁRIO ENTREGAR O IMÓVEL NO MESMO ESTADO QUE O ENCONTROU – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA. PROCESSO ARQUIVADO.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de terem ocorridos

problemas ao término da locação quando os Querelantes entregaram o imóvel. No termo inicial da locação as partes acordaram via e-mail que a Querelante iria trocar por conta própria alguns itens do imóvel e que outras seriam descontadas do aluguel, sendo que a locação perdurou por mais de quatro anos, sendo certo que os locatários deveriam deixar o imóvel no mesmo estado em que locaram. Diante do exposto não vislumbro falta ética disciplinar praticada pela Querelada.

Processo Disciplinar nº 1728/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ELIANA APARECIDA DEL LAMA

Querelada: RDA CONS DE IMÓVEIS LTDA - CRECI 015768-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO NA ENTREGA DO IMÓVEL AO TERMO FINAL DO CONTRATO – RELAÇÃO JURIDICA LOCATICIA QUE PERDUROU POR APROXIMADAMENTE QUATRO ANOS E MEIO – É DEVER DO LOCATÁRIO ENTREGAR O IMÓVEL NO MESMO ESTADO QUE O ENCONTROU – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO ÉTICA. PROCESSO ARQUIVADO.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de terem ocorridos problemas ao término da locação quando os Querelantes entregaram o imóvel. No termo inicial da locação as partes acordaram via e-mail que a Querelante iria trocar por conta própria alguns itens do imóvel e que outras seriam descontadas do aluguel, sendo que a locação perdurou por mais de quatro anos, sendo certo que os locatários deveriam deixar o imóvel no mesmo estado em que locaram. Diante do exposto não vislumbro falta ética disciplinar praticada pelo Querelado.

Processo Disciplinar nº 1729/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ELIANA APARECIDA DEL LAMA

Querelado: JOSÉ ROBERTO ARIBONI - CRECI 039168-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU A DENÚNCIA APRESENTADA – SENTENÇA JUDICIAL DE SEGUNDO GRAU DETERMINANDO QUE O PROPRIETÁRIO DEVOLVESSE OS VALORES RETIDOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato da Querelada ter sido desidiosa em intermediação de venda e compra de imóveis consubstanciado no fato de que não teria providenciado os documentos referentes ao financiamento e ter cobrado determinado valor a titulo de sinal e principio de pagamento, sendo que ao repassar dita quantia ao vendedor este teria pago a comissão de corretagem, restando que apesar do negócio não ter se concretizado, tanto o vendedor, como a Querelada se recusaram a devolver o valor recebido. Para que o corretor faça jus a comissão pelos serviços de intermediação é necessária a conjugação de três requisitos: a) – autorização para mediar; b) – aproximação das partes, c) – resultado útil, realizando-se o negócio nas condições propostas em razão de sua interferência. Assim, embora configurados os dois primeiros requisitos, não se operou o último, pois o negócio não se concluiu.

Processo Disciplinar nº 2332/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VALDECI DIAS DOS SANTOS

Querelada: PLUS IMÓVEIS LTDA - CRECI 017066-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela suspensão da inscrição da Querelada cumulada com a multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO DESÍDIA EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL – A DEFESA JUNTADA AOS AUTOS NÃO INFIRMOU A DENÚNCIA APRESENTADA – SENTENÇA JUDICIAL DE SEGUNDO GRAU DETERMINANDO QUE O PROPRIETÁRIO DEVOLVESSE OS VALORES RETIDOS – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 4º, INCISO II DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato da Querelada ter sido desidiosa em intermediação de venda e compra de imóveis consubstanciado no fato de que não teria providenciado os documentos referentes ao financiamento e ter cobrado determinado valor a titulo de sinal e principio de pagamento, sendo que ao repassar dita quantia ao vendedor este teria pago a comissão de corretagem, restando que apesar do negócio não ter se concretizado, tanto o vendedor, como a Querelada se recusaram a devolver o valor recebido. Para que o corretor faça jus a comissão pelos serviços de intermediação é necessária a conjugação de três requisitos: a) – autorização para mediar; b) – aproximação das partes, c) – resultado útil, realizando-se o negócio nas condições propostas em razão de sua interferência. Assim, embora configurados os dois primeiros requisitos, não se operou o último, pois o negócio não se concluiu.

Processo Disciplinar nº 2333/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: VALDECI DIAS DOS SANTOS

Querelada: LUCIA MARIA DE PAULA E SOUZA - CRECI 040127-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 04 (quatro) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO RETENÇÃO ILEGAL DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE VENDA E COMPRA NÃO CONCLUÍDA – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADAS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO QUERELADO INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato de que o Querelado teria se apropriado de valores referentes ao sinal e principio de pagamento em negócio não concluído, vindo a se recusar a devolver dito valor. Devidamente notificado a se manifestar e a se defender junto aos autos, o mesmo quedou-se inerte deixando de apresentar esclarecimentos ou defesa, o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados.

Processo Disciplinar nº 1761/11, da comarca de GUARULHOS

Querelante: ALINE DE PAULA CARNEIRO

Querelado: JOSÉ ROBERTO MANGILI - CRECI 077108-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão do Querelado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, cumulada com multa de 05 (cinco) anuidades.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

DENÚNCIA ALEGANDO REPASSE DE ALUGUERES COM ATRASO E APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – INEXISTENCIA DE ESCLARECIMENTOS OU DEFESA JUNTADOS AOS AUTOS – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE LHE SÃO IMPUTADOS INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78 E ARTIGO 6º, INCISO IV DO CEP.

Compulsando os autos, denota-se que o cerne da denúncia seria o fato da Querelada ter retido, durante administração de locação de imóvel quantia referente a caução, repassando ainda valores locativos com atrasos, além de ter locado o imóvel para inquilinos com fiador que apresentavam diversas restrições de nome devido a débitos financeiros. Devidamente notificada a se manifestar nos autos a mesma quedou-se inerte em apresentar defesa o que induz a presunção de veracidade dos fatos que lhe são imputados. Constata-se ainda que a Querelada apresenta débitos junto a este órgão, como também encontra-se em local incerto e não sabido, como também sem responsável técnico, o que também configura infração ética, embora não seja objeto destes autos.

Processo Disciplinar nº 1765/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: SANDRA NADIA DE FATIMA A. VILLAS BOAS

Querelada: LANCE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 002196-J

Decisão: por unanimidade de votos, pelo cancelamento da inscrição da Querelada.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012

CONCORRÊNCIA DESLEAL – SUBSTITUIÇÃO DE PLACA – ANUNCIO SEM AUTORIZAÇÃO – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, tendo em vista que não ficou comprovada a infração ético-disciplinar em debate, consistente na prática de concorrência desleal, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando o arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 4055/11, da comarca de MONTE MOR

Querelante: ADRIANA LOPES PELLIS

Querelada: CLEUSENI APARECIDA TOCCO GALDINO - CRECI 037030-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA

2ª Turma do Plenário, em 12ª Sessão de Julgamento, realizada em 27.11.2012



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

68º VOLUME DE EMENTÁRIO

1ª TURMA DO PLENÁRIO

8ª SESSÃO DE JULGAMENTO

REALIZADA EM 13.DEZEMBRO.2011

COMPILADO POR
ADEMIR LEMOS FILHO
RODRIGO DE MAIO
DANIELA MARIA NICASTRO CAPUANO

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1159/10, da comarca de SOROCABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANDERSON APARECIDO CAMPOS - CRECI 064904-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AFASTADA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no Plantão de Vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Afastada preliminar de prescrição. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2168/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 043902-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2206/10, da comarca de S C DO SUL

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 043902-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2186/10, da comarca de OSASCO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: NELSON GONÇALVES DIAS - CRECI 057793-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no Plantão de Vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1331/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ODAIR GARCIA SENRA - CRECI 005000-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – CARÊNCIA NO PÓLO PASSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA –PROCESSO ARQUIVADO.

Se no curso do competente Processo Disciplinar, comprova-se que na data dos fatos que o colaborador possuía vínculo empregatício com o Querelado, conforme a Carteira de Trabalho, extinta se torna a relação jurídica, impedindo o prosseguimento do feito. Processo arquivado.

Processo Disciplinar nº 1328/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ODAIR GARCIA SENRA - CRECI 005000-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGA-

DO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1365/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1349/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1350/11, da comarca de PIRACICABA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: VERA LUCIA BISSOLI - CRECI 032855-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1370/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELISABETE DE LOURDES SILVA LESSA - CRECI 029127-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade da Querelada, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1379/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: ELISABETE DE LOURDES SILVA LESSA - CRECI 029127-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar a Querelada a pena de censura.

Relatora: Conselheira ANA ALICE DE FINIS PAGNANO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no Plantão de Vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2261/10, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MAURICIO HOFFMAN - CRECI 018986-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1987/08, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ ALEXANDRE GIANNELLA - CRECI 062551-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3543/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOÃO BOSCO ALVES SILVEIRA - CRECI 038797-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1728/09, da comarca de CAMPINAS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: FLAVIO SALGADO BAUER - CRECI 039230-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 2280/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PAULO WIAZOWSKI FILHO - CRECI 043786-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0436/11, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CÉLIO HOTTZ GAMBINI JUNIOR - CRECI 014358-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0515/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIME FERREIRA JUNIOR - CRECI 013369-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1171/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CANDIDO AZEVEDO ALVES - CRECI 008655-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1136/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CANDIDO AZEVEDO ALVES - CRECI 008655-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1323/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIZA MONTEIRO MARQUES - CRECI 067373-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0644/10, da comarca de SANTOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JOSÉ FERNANDO DE BARROS PIMENTEL FILHO - CRECI 044196-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – PSEUDOCORRETOR DENÚNCIADO À AUTORIDADE POLICIAL – JUNTADA AOS AUTOS DE DOCUMENTOS JUDICIAIS COMPROBATÓRIOS DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – AUTO DE INFRAÇÃO INFIRMADO PELO DEPOIMENTO DO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo no caso em epigrafe não restou comprovado o exercicio ilegal de profissão por parte do pseudocorretor, motivo pelo qual o representante do ministério publico não apresentou a denúncia, restando infirmado o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1360/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: KLÉSSIO CASTILHO - CRECI 062080-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – PSEUDOCORRETOR DENÚNCIADO À AUTORIDADE POLICIAL – JUNTADA AOS AUTOS DE DOCUMENTOS JUDICIAIS COMPROBATÓRIOS DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – AUTO DE INFRAÇÃO INFIRMADO PELO DEPOIMENTO DO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Contudo no caso em epigrafe não restou comprovado o exercicio ilegal de profissão por parte do pseudocorretor, motivo pelo qual o representante do ministério publico não apresentou a denúncia, restando infirmado o auto de infração. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 1361/11, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: KLÉSSIO CASTILHO - CRECI 062080-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo.

Relator: Conselheiro GIASONE ALBUQUERQUE CANDIA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0111/09, da comarca de ABCD

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS GUSTAVO SILVEIRA BELLO - CRECI 058848-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AFASTADA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no Plantão de Vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Afastada preliminar de prescrição. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 0415/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: PASQUALE DOMINE - CRECI 045094-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro JAIME TOMAZ RAMOS

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1729/09, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ROBERVAL LOUZADA - CRECI 013698-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no Plantão de Vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1114/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: WALDEMAR PEREIRA DE CAMARGO JUNIOR - CRECI 058849-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1163/10, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: MILTON ABDALLA - CRECI 052487-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1166/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VALDIR DOS SANTOS ASSUMPÇÃO - CRECI 073329-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – DEFESA INSUFICIENTE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que o colaborador teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no escritório imobiliário de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Defesa insuficiente para infirmar os fatos constatados. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 3064/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ISMAEL NICASSIO DA SILVA - CRECI 022425-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relator: Conselheiro WAGNER ARTUZO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 8325/07, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: VANDERLEI GUERRERO - CRECI 006797-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – CONSTATADO QUE AS DATAS DO AUTO DE CONSTATAÇÃO E DO AUTO DE INFRAÇÃO DIVERGEM – FALTA DE DESCRIÇÃO CIRSCUNSTANCIADA DOS FATOS E DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA INFRAÇÃO – OFENSA AO ARTIGO 6º, ALINEAS "B" E "G" DO CPD. PROCESSO ARQUIVADO.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. No entanto constatam-se que as datas do auto de constatação e do auto de infração divergem, como também faltou a descrição circunstanciada dos fatos e os elementos caracterizadores da infração ofendendo assim o artigo 6º alíneas "b" e "g" motivo pelo qual fica inviabilizado o prosseguimento do

feito. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0505/10, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ITALO CARDINALI FILHO - CRECI 057112-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 1487/10, da comarca de PRES PRUDENTE

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO COISSI SOBRINHO - CRECI 046644-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA A CORRETORA QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo a corretora responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 2283/10, da comarca de ITU

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelada: MARIA DO SOCORRO ALVES CARDOSO - CRECI 034125-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0401/11, da comarca de S J DOS CAMPOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: ANTONIO FRANCISCO DOS REIS - CRECI 038167-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face da pseudocorretora encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0425/11, da comarca de ARAÇATUBA

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: JAIME BIANCHI DOS SANTOS - CRECI 058725-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AOS QUERELANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA – SUSPENSÃO E MULTA.

Muito embora, o Poder Judiciário não tenha reconhecido a culpa ou dolo da Querelada, acerca da intermedição imobiliária objeto da presente demanda. O "fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."(Grifei), Art. 14, da Lei 8.078/90. Entendimento contrário implicaria em aceitar a hipótese de que o Corretor de Imóveis seria um mero "aproximador de partes", sem qualquer preocupação com a solidez e segurança do negócio. Ademais, a conduta em confronto à disposição legal, em intermediação de compra e venda, além de ser considerada infração ética, fere o prestigio de sua classe, e aliado ao fato de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, mantendo a penalidade aplicada, tendo em vista a carência de provas apresentadas. Pedido de reconsideração indeferido.

Processo Disciplinar nº 1741/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: ARNALDO AMARO DE ARAUJO / MARILIA GRACIA

Querelado: CESAR PASCHOAL EMP IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI 012769-J

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe parcial

provimento, com a conseqüente aplicação da pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – OMISSÃO DE DETALHE RELEVANTE – PREJUIZOS CAUSADOS AOS QUERELANTES – CARÊNCIA DE PROVAS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA – SUSPENSÃO E MULTA.

Muito embora, o Poder Judiciário não tenha reconhecido a culpa ou dolo da Querelada, acerca da intermedição imobiliária objeto da presente demanda. O "fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."(Grifei), Art. 14, da Lei 8.078/90. Entendimento contrário implicaria em aceitar a hipótese de que o Corretor de Imóveis seria um mero "aproximador de partes", sem qualquer preocupação com a solidez e segurança do negócio. Ademais, a conduta em confronto à disposição legal, em intermediação de compra e venda, além de ser considerada infração ética, fere o prestigio de sua classe, e aliado ao fato de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, mantendo a penalidade aplicada, tendo em vista a carência de provas apresentadas. Pedido de reconsideração indeferido.

Processo Disciplinar nº 1744/07, da comarca de RIBEIRÃO PRETO

Querelante: ARNALDO AMARO DE ARAUJO / MARILIA GRACIA

Querelada: VERA LUCIA ANTONIAZI PASCHOAL - CRECI 048409-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe parcial provimento, com a conseqüente aplicação da pena de censura, cumulada com a multa correspondente a 02 (duas) anuidades.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

PARCERIA EM VENDA DE IMÓVEL – DENÚNCIA ONDE A QUERELANTE ALEGA QUE APRESENTOU A CLIENTE E A QUERELADA SE RECUSA A PAGAR SUA PARTE NA COMISSÃO – INEXISTENCIA DE PROVAS DO ALEGADO – PROCESSO ARQUIVADO.

O relacionamento entre os profissionais do ramo de intermediação imobiliária deve se pautar na ética e na boa fé, sendo cabível a sanção disciplinar em face da parte que assim não procede, Contudo não consta dos autos qualquer prova do alegado pela Querelante que caracterize sanção disciplinar. Processo Arquivado.

Processo Disciplinar nº 0235/10, da comarca de PRAIA GRANDE

Querelante: MARIA AMÉLIA ALVES DE CARVALHO SARTÓRIO

Querelada: MARTA FRANCISCA DE JESUS SILVA - CRECI 072680-F

Decisão: por unanimidade de votos, pelo arquivamento do presente processo disciplinar.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – COMPROVA-

ÇÃO DE AVERBAÇÃO CONTRATUAL – INEXISTÊNCIA DE DIREITO INDISPONÍVEL – FATO QUE IMPÕE A EXTINÇÃO DO PROCESSO E O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A comprovação de que o Querelado não era mais responsável técnico da jurídica ABYARA ASSESSORIA, CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO IMOBILIARIA LTDA – CRECI 19.522-J, na data em que foi lavrado o Auto de Infração, aliado ao fato de não se tratar de direito indisponível, bem como, por não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão, impõe ao julgador acatar o pedido de reconsideração, arquivando-se o processo.

Processo Disciplinar nº 0131/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EMÍLIO JOSÉ DE ALMEIDA WESTERMANN - CRECI 066908-F

Decisão: por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração e dar-lhe provimento, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Relatora: Conselheira ROSANGELA MARTINELLI CAMPAGNOLO

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO IRREGULAR DE PROFISSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO JULGADO PROCEDENTE E TRANSITADO EM JULGADO – AUSÊNCIA DE DEFESA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – REGRA DO ART. 38, INCISO III, DO DEC. 81.871/78 – CENSURA.

Tendo em vista que a colaboradora teve seu processo julgado procedente e já transitado em julgado, exercendo seu mister no plantão de vendas de responsabilidade do Querelado, o presente feito deve prosperar. Ausência de defesa, presunção de veracidade. Infração à regra do Art. 38, inciso III, do Dec. 81.871/78. Censura.

Processo Disciplinar nº 1337/11, da comarca de SÃO CARLOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: CARLOS OEHLMEYER - CRECI 012146-F

Decisão: por unanimidade de votos, em aplicar ao Querelado a pena de censura.

Relatora: Conselheira ISAURA APARECIDA DOS SANTOS

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

FACILITAÇÃO DE EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO – LAVRATURA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO CONTRA O CORRETOR QUE PRATICOU A FALTA DISCIPLINAR – DEFESA JUNTADA AOS AUTOS INSUFICIENTE PARA INFIRMAR O AUTO DE INFRAÇÃO CONFECCIONADO PELO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO III DO DECRETO 81.871/78.

É vedado pela nossa legislação facilitar o exercício ilegal de profissão aos não inscritos. Outrossim, a defesa apresentada não infirmou o auto de infração, devendo o corretor responsável responder pela falta praticada, Corrobora ainda para esse entendimento, o fato do Processo Administrativo em face do pseudocorretor encontrar-se transitado em julgado. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0450/11, da comarca de GUARULHOS

Querelante: CRECI 2ª REGIÃO

Querelado: EPITÁCIO BARBOZA MACIEL JUNIOR - CRECI 052653-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

DESÍDIA E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – EFETIVAÇÃO DE ACORDO ENTRE QUERELADO E LOCATÁRIO SEM A CIÊNCIA E ANUÊNCIA DO QUERELANTE – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epigrafe constata-se que o Querelado cometeu desídia e apropriou-se indevidamente de valores em administração de imóveis como também efetuou acordo sem o conhecimento ou anuência do Querelante. Outrossim, deixou transcorrer "in albis" o prazo para apresentar defesa. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0553/08, da comarca de SANTOS

Querelante: JOAQUIM CONCEIÇÃO VIEIRA FILHO

Querelado: JOSIAS FAUSTINO DA CONCEIÇÃO - CRECI 049349-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa no valor de 03 (três) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

DESÍDIA EM ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – FALTA DE PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL DE COBRANÇA – LOCATÁRIA E FIADORA QUE SE ENCONTRAVAM EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO – LOCADOR QUE SE IMISCUIU NA ADMINISTRAÇÃO DA LOCAÇÃO – FALTA DE EXPLICITAR OS REPAROS DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR E DE RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II DO DECRETO 81.871/78. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epigrafe constata-se que a locatária deixou o imóvel necessitando de reparos, sendo verificado que havia danos de responsabilidade do locador e danos de responsabilidade da locatária. Outrossim, mesmo o locador propondo ação junto ao poder judiciário, não foi possível localizar a inquilina ou seu fiador, sendo que o Querelado não tomou providências para a devida ação judicial. Processo Procedente.

Processo Disciplinar nº 0556/08, da comarca de ABCD

Querelante: VICENTE DE PAULA QUAGLIETTA

Querelado: JOSÉ CAIRES DE SOUZA - CRECI 028816-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela sanção de censura.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES – PREJUIZOS CAUSADOS AO QUERELANTE – ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR OS FATOS ALEGADOS NA DENÚNCIA – INFRAÇÃO ÉTICA CONFIGURADA – INCIDÊNCIA À REGRA DO ARTIGO 38, INCISO II, DO DECRETO 81.871/78, E ARTIGO 6º, INCISO IV, DO CEP – DENÚNCIA PROCEDENTE – SUSPENSÃO E MULTA.

A retenção indevida de valores, além de ser considerada infração ética de natureza grave, fere o prestigio de sua classe. E, mesmo deixando escoar "in albis" o prazo para apresentar sua defesa, seus esclarecimentos não devem prosperar, uma vez que reconhece expressamente que não ocorreu

o resultado útil da intermedição objeto da presente demanda. Entendimento contrário implicaria em aceitar a hipótese de que o corretor de imóveis seria um mero "aproximador de partes", sem qualquer preocupação com a solidez e segurança do negócio. Incidindo à regra do Artigo 38, inciso II, do Decreto 81.871/78, e Artigo 6º, inciso IV, do CEP. Denúncia procedente. Suspensão e multa.

Processo Disciplinar nº 0576/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: JAIME HENRIQUE DE SOUZA CHARRUA

Querelada: ABIEL CONSULTORIA E ASSESSORIA IMOB LTDA - CRECI 019034-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia procedente e aplicar a Querelada a pena de suspensão por de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa correspondente a 04 (quatro) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

OMISSÃO DE DETALHES E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RECUSA EM DEVOLVER O VALOR RECEBIDO A TITULO DE COMISSÃO – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO DEVIDO AO INDEFERIMENTO DO FINANCIAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epigrafe, constata-se que a Querelada reteve indevidamente quantia pertinente a comissão uma vez que o compromisso de venda e compra se caracterizava como negócio sob condição suspensiva e teve o financiamento bancário indeferido. Igualmente não foi alcançado o resultado útil, motivo pelo qual a comissão é indevida. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0587/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ARCHIMEDES GUANCIALE FILHO

Querelada: ABYARA ASS CONS E INTER IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI 019522-J

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

OMISSÃO DE DETALHES E RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES EM INTERMEDIAÇÃO DE COMPRA E VENDA – RECUSA EM DEVOLVER O VALOR RECEBIDO A TITULO DE COMISSÃO – NEGÓCIO NÃO CONCRETIZADO DEVIDO AO INDEFERIMENTO DO FINANCIAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – INFRAÇÃO AO ARTIGO 38, INCISO II E X DO DECRETO 81.871/78 E 6º IV DO CEP. PROCESSO PROCEDENTE.

No caso em epigrafe, constata-se que o Querelado reteve indevidamente quantia pertinente a comissão uma vez que o compromisso de venda e compra se caracterizava como negócio sob condição suspensiva e teve o financiamento bancário indeferido. Igualmente não foi alcançado o resultado útil, motivo pelo qual a comissão é indevida. Denúncia Procedente.

Processo Disciplinar nº 0589/08, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: ARCHIMEDES GUANCIALE FILHO

Querelado: EMÍLIO JOSÉ DE ALMEIDA WESTERMANN - CRECI 066908-F

Decisão: por unanimidade de votos, pela pena de suspensão da inscrição do Querelado pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com a multa no valor de 04 (quatro) anuidades.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA – DIREITO QUE PERTENCE AO QUERELANTE – INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDISPONIVEIS – PROCESSO ARQUIVADO SEM EXAME DO MÉRITO.

O Querelante tem o direito de requerer, a qualquer momento e desde que antes do trânsito em julgado da decisão, o arquivamento do processo. E, não se tratando de direito indisponível, só resta ao julgador acatar o pedido, isentando o Querelado de qualquer punição.

Processo Disciplinar nº 0597/08, da comarca de BAURU

Querelante: JOSÉ AVELINO PLACCA

Querelado: DIRCEU ROBERTO MOREIRA - CRECI 019007-F

Decisão: por unanimidade de votos, em arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – COBRANÇA DE COMISSÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO PREVISTO EM TABELA OFICIAL – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 1295/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARLENE DOS SANTOS PEREIRA

Querelada: PACHECO IMÓVEIS LTDA - CRECI 001798-J

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011

ADMINISTRAÇÃO DE LOCAÇÃO – DESÍDIA – COBRANÇA DE COMISSÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO PREVISTO EM TABELA OFICIAL – CARÊNCIA DE PROVAS – INFRAÇÃO ÉTICA NÃO CONFIGURADA – DENÚNCIA IMPROCEDENTE – ARQUIVAMENTO.

A denúncia corroborada com as provas apresentadas são peças importantes para a formação do processo disciplinar, que delimita os contornos da pretensão punitiva. Existindo carência no conjunto probatório, resta impossível ao julgador ampliar os limites de sua abrangência, ensejando a sua anulação. E como a anulação traz a incidência da prescrição da punibilidade, só resta a extinção do processo, com o conseqüente arquivamento dos autos.

Processo Disciplinar nº 1296/10, da comarca de SÃO PAULO

Querelante: MARLENE DOS SANTOS PEREIRA

Querelada: SUELI APARECIDA PACHECO - CRECI 056330-F

Decisão: por unanimidade de votos, em julgar a denúncia improcedente e arquivar os presentes autos.

Relatora: Conselheira ANGELITA ESNARRIAGA VIANA

1ª Turma do Plenário, em 8ª Sessão de Julgamento, realizada em 13.12.2011